

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Iran da Costa Pas

**A AÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES EM TEMPO DE CRISE:**  
**O MOVIMENTO SINDICAL URBANO DE SANTA CRUZ DO SUL (1980-2000)**

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2009

Iran da Costa Pas

**A AÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES EM TEMPO DE CRISE:  
O MOVIMENTO SINDICAL URBANO DE SANTA CRUZ DO SUL (1980-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Radünz

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2009

P277a

Pas. Iran da Costa

A ação coletiva dos trabalhadores em tempo de crise : o movimento sindical urbano de Santa Cruz do Sul : 1980-2000 / Iran Pas. - 2009.

180 f. : il.

Orientador : Roberto Radünz

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

Bibliografia.

1. Sindicalismo - Santa Cruz do Sul. 2. Neoliberalismo. I. Radünz, Roberto. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD: 331.88098165

Bibliotecária : Muriel Thurmer - CRB 10/1558

Iran da Costa Pas

**A AÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES EM TEMPO DE CRISE:  
O MOVIMENTO SINDICAL URBANO DE SANTA CRUZ DO SUL (1980-2000)**

Esta Dissertação foi submetido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

*Dr. Roberto Radiünz*

Orientador: Prof.

*Dr. Herval Pina Ribeiro*

*Dr. Moacir Fernando Viegas*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero registrar o agradecimento e reconhecimento da importância em minha trajetória acadêmica dos meus professores no curso de graduação em História na UNISC em especial ao professor e amigo Remédi que foi um grande incentivador para continuar a caminhada. Espero ter correspondido à altura as expectativas por ele depositadas neste trabalho. As secretarias do departamento de História e geografia e aos colegas de graduação Carina Almeida, João Paulo, Duda, Melina, Ademir e Rafael (Pequeno Marx) todos companheiros de movimento estudantil. Aos funcionários e funcionárias da biblioteca, pela atenção e presteza com que sempre me atenderam. Ao corpo docente e coordenação do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e às secretárias pela agilidade e a competência sempre demonstrada a cada solicitação. Aos colegas de mestrado Marcos Paulo, Thiago Martins, Danúbia e Carlos (Tche), pelo convívio e o aprendizado. Um agradecimento muito especial aos amigos(as), Mateus Skolaude, Suzana e Joni Müller pela leitura e sugestões, das quais muitas incorporadas no todo ou em parte no trabalho final. Aos entrevistados por terem se disposto a contribuir para que a pesquisa tivesse consistência. As direções dos sindicatos pela abertura de seus arquivos, aos funcionários pela gentileza e pronto atendimento das solicitações de documentos e dados das entidades. A minha família pela força e carinho sempre importante, em especial a Célia companheira de vida e de lutas, meus pais e irmãos, minhas filhas Larissa, Camila e Amanda e ao João Augusto. A CAPES que me proporcionou uma bolsa de pesquisa integral sem a qual as dificuldades para a realização desse trabalho seriam em muito ampliadas. Aos meus estimados orientadores pelas correções e sugestões, professora Dr<sup>a</sup>. Rosangela Schulz, sempre presente e firme na orientação da primeira parte do trabalho e ao professor Dr. Roberto Radünz, orientador na parte final da dissertação onde soube de forma muito tranqüila chamar a atenção para os equívocos e incoerências, possibilitando assim, corrigir rumos.

*(...)para que a luta e a história dos  
trabalhadores nos ensine que é necessário  
nos mantermos alertas e organizados.*

*(Célia Zingler)*

*As coisas talvez melhorem.*

*São tão fortes as coisas!*

*Mas eu não sou as coisas e me revolto.*

*(ANDRADE, Carlos Drummond de)*

## RESUMO

Este estudo tem como proposta trazer para o debate as questões ligadas ao Movimento Sindical em Santa Cruz do Sul e a sua importância frente ao desenvolvimento regional. Para tanto, analisa a ascensão e a crise do sindicalismo no Brasil, cruzando com o debate sobre a crise em nível mundial: como surge e se desenvolve o Novo Sindicalismo no município, suas relações políticas e ideológicas com outros movimentos a relação sindicato/partido. Assim, procura-se demonstrar que, em que pese a pouca produção teórico/acadêmica acerca do tema, é possível notar a importância deste segmento no desenvolvimento do município e da região. Mas ao reconhecer esta importância não se deixou de olhar também os problemas enfrentados pela organização dos trabalhadores, seus equívocos, seus avanços e também recuos, porque é nesse movimento dialético que se constrói a identidade da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Santa Cruz do Sul, Movimento Sindical, neoliberalismo.

## **ABSTRACT**

This study proposes to discuss issues related to the Trade Union Movement in Santa Cruz do Sul and their importance for the regional development. So, it analyzes the rise and crisis of trade unionism in Brazil crossing with the debate on the crisis in the world: how the New Unionism in the city does emerges and develops, how is their political and ideological relationship with other Union Movements and the relation between union and party. So it is shown that is possible to note the importance of this segment in the development of the city and the region, considering the little theoretical/academic production on this topic. However, by recognizing its importance we still look also to the problems faced by the workers organization, their mistakes, their advances and setbacks, because it's inside this dialectical movement that the identity of the working class is built.

**Keywords:** Santa Cruz do Sul, Trade Union Movement, neoliberalism



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de ocupação da força de trabalho .....	76
Gráfico 2: Setor metal mecânico .....	83
Gráfico 3: Setor do fumo e alimentação .....	84
Gráfico 4: Setor do vestuário e calçado .....	85
Gráfico 5: Setor do comércio.....	85
Gráfico 6: Setor bancário.....	86

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABC ou ABCD	Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema: coração industrial do país no estado de São Paulo
ABRAÇO/RS	Associação Brasileira de Comunicação Comunitária
ACICOM	Associação Cultural de Integração Comunitária
AE	Articulação de Esquerda
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APCEF/RS	Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASS	Alternativa Sindical Socialista
BC	Banco Central
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
BB	Banco do Brasil S/A
CCQs	Centros de Controle de Qualidade
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CEDOC-CUT	Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores
CEF	Caixa Econômica Federal
CEUPA	Centro Evangélico Universitário de Porto Alegre (Casa do Estudante)
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CGT	Central Geral dos Trabalhadores <sup>1</sup>
CIPAs	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes
CIST	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCLAT	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CS	Convergência Socialista
CSC	Corrente Sindical Classista
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política Social
DORT	Distúrbios Orteomusculares
DS	Democracia Socialista

---

<sup>1</sup> A partir de 1989 passam a existir duas CGTs, uma chamava Confederação e a outra Central Geral dos Trabalhadores.

EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAE	Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIERGS	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FISC	Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
FS	Força Socialista
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNDOPEM	Fundo Operação Empresa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MOB	Movimento de Oposição Bancária
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTM	Movimento por uma Tendência Marxista
NE	Nova Esquerda
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
ORM-DS	Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROINCI-RS	Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros no Estado do Rio Grande do Sul
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAIS	Relação Anual de Informação Social
SINPROM	Sindicato dos Professores Municipais de Santa Cruz do Sul
SINEPE/RS	Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino
SINPRO-RS	Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul
SINTAE	Sindicato de Trabalhadores em Administração Escolar
SINTRAFUMO	Sindicato dos Trabalhadores na Fumicultura
SINTRAVESTUÁRIO	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçado de Santa Cruz do Sul e Região
STIFA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UDR	União Democrática Ruralista
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UMREST	Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
URSS	União das Repúblicas Soviéticas Socialistas
URV	Unidade Real de Valor
USI	União Sindical Independente

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 A ASCENSÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO: ROMPENDO O SILÊNCIO .....	16
1.1 Do Verticalismo ao Novo Sindicalismo .....	20
1.2 A abertura política e a luta pelas Diretas Já .....	29
1.3 “Acorda Peão”: o despertar da atividade sindical em Santa Cruz do Sul .....	35
1.4 A década ganha e o Novo Sindicalismo em Santa Cruz do Sul .....	38
1.4.1 Os pedreiros do Novo Sindicalismo .....	45
1.5 Os servidores públicos municipais e o direito de greve .....	55
1.6 Do confronto à negociação .....	59
2 NEOLIBERALISMO E CRISE DO SINDICALISMO .....	65
2.1 A classe operária não vai ao paraíso .....	65
2.2 Collor e o desemprego: nada é tão ruim que não possa piorar .....	71
2.3 “A Central Neoliberal” .....	86
2.4 Novas luzes para o sindicalismo santa-cruzense .....	88
2.5 De Fernando em Fernando: o pacote neoliberal vai se afirmando .....	96
3 O MOVIMENTO SINDICAL EM SANTA CRUZ DO SUL: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS .....	108
3.1 “Desperta Bancário” .....	109
3.2 “Virando o Cocho” - os comerciários .....	122
3.3 Metalúrgicos “na porta da fábrica” .....	128
3.4 Sintravestuário: o “Atrelamento Sindical” .....	136
3.5 Fumo e Alimentação: o “Legalismo Sindical” .....	142
3.6 SINPROM - “Não ofendam o Prefeito” .....	144
3.7 Outras categorias organizadas .....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	149
REFERÊNCIAS .....	156

ANEXO A – Relação de entrevistas .....	163
ANEXO B - Panfletos da “Greve Geral” .....	165
ANEXO C - Comunicado .....	166
ANEXO D - Jornal Peleia .....	167
ANEXO E - Cartas 1-2 .....	168
ANEXO F - Fotos .....	170
ANEXO G - Tabela 1 e 2 .....	174
ANEXO H - Relação de sindicatos de Trabalhadores de Santa Cruz do Sul.....	176
ANEXO I - Vereadores Eleitos com apoio das entidades sindicais.....	177
ANEXO J – Endereços dos Sindicatos participantes da pesquisa.....	179

## INTRODUÇÃO

A motivação para investigar a ação dos trabalhadores, através dos seus sindicatos em Santa Cruz do Sul, aparece a partir da constatação de que existe uma lacuna neste campo, retratada na ausência de estudos que permitam entender o processo de desenvolvimento local e regional sob a ótica das classes trabalhadoras. É certa a necessidade de estudos locais/regionais para evitar a armadilha de “estender” a compreensão do movimento operário do interior do Rio Grande do Sul a partir dos estudos realizados em Porto Alegre, Pelotas e em Rio Grande - equívoco já há muito denunciado em relação às interpretações generalizadoras do movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo para todo o país.

O campo de estudo do mundo do trabalho, como recentemente passou a ser denominado, tem produzido fecundos e apaixonados debates entre suas diferentes matrizes interpretativas desde o final do século XIX até a contemporaneidade. Entre os principais temas debatidos figuram: a identidade operária, a construção dos movimentos sindicais e suas instituições, as relações de gênero, as manifestações culturais e as biografias.

Para compreender a atualidade do movimento operário é preciso perceber e entender as profundas transformações pelo qual o mundo do trabalho vem passando nas últimas décadas. Esse período é marcado por uma reorganização do sistema produtivo em nível mundial, com a introdução de novas tecnologias como a robótica, a informatização acelerada, a microeletrônica e a fragmentação do trabalho através da terceirização. Segundo Antunes (1998, p. 99), “as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada.” Essas transformações têm conseqüências significativas para os organismos sindicais em escala mundial.

Cattani destaca que, “a mudança, a verdadeira Modernidade ou a Civilização, é conquistada pela ação coletiva proletária” (1991, p. 7-31). O autor é ainda mais enfático ao afirmar que os avanços da humanidade foram impulsionados pelos trabalhadores através de suas organizações ou que as elites foram obrigadas a dar respostas à pressão exercida pelos “subalternos”. No entanto, quando se trata da forma como a história foi e é produzida, esta ação coletiva não se encontra no centro da discussão. A história, em termos gerais, quase sempre relata e interpreta o desenvolvimento e as mudanças através do olhar das elites, sem

levar em consideração a participação das organizações dos trabalhadores nesses processos. Assim, infere-se que a situação das narrativas locais é idêntica a do país e, também, do mundo.

Como prova inequívoca de que a historiografia contemporânea do movimento operário resiste como necessária para explicar a sociedade em que vivemos, encontram-se os vazios interpretativos e a incompletude dos resultados generalizantes. Somam-se a estes fatores, as modificações vividas no mundo do trabalho a partir da década de 1980, as quais têm gerado um processo de reconfiguração dos sindicatos em todo o mundo, que resultam em um novo modelo de organização sindical, fruto da crise enfrentada por tais organizações.

Pode-se afirmar, em que pese a renovação da historiografia sobre o movimento operário e sindical, que os estudos locais e regionais sobre a temática no Rio Grande do Sul ainda são reduzidos (PETERSEN, 2001, 13-24), quase sempre situados geograficamente na capital do estado e em cidades como Pelotas e Rio Grande, e com marcos temporais em torno do período formativo do final do século XIX até meados das décadas de 1940-50. O interior do estado e suas peculiaridades - como por exemplo, tipo de colonização, perfis étnicos, concentração na produção agropecuária - e a ampliação de marcos temporais para períodos mais recentes e extremamente conflituados do movimento sindical e operário, ainda pedem maiores estudos e novas análises.

Se a explicação da região passa por temas como imigração, colonização, dinamismo econômico, constituição dos projetos urbanísticos, é possível supor que a presença dos trabalhadores da região encontra-se obscurecida. Para preencher esta lacuna é necessário perceber a real possibilidade de ocorrência do desenvolvimento regional apenas através da incorporação de estudos de todos os setores sociais, permitindo assim, compreender algumas das facetas essenciais da organização social e local e seus conflitos intra e inter-classes.

Percebe-se que na região de Santa Cruz do Sul é quase inexistente a produção que aborde o tema dos trabalhadores, mesmo que no discurso afirmativo da região o trabalho seja um dos pontos centrais da produção ético-moral da identidade regional. Aliás, na literatura hegemônica da região, o trabalhador é um ente difuso, mesclado à construção do imigrante europeu, que não apresenta nenhum tipo de individualização interpretativa, seja por grupos setoriais ou mesmo pela atuação de eventuais lideranças operárias.



Apesar da centralidade dos debates na questão da imigração, o movimento sindical em Santa Cruz do Sul possui uma trajetória e uma cultura de classe considerável (embora, como já referido anteriormente, os registros do ponto de vista acadêmico sejam escassos). Como exemplo, pode-se destacar o vigor do sindicalismo surgido com a reabertura política no final de década de 1970 - mesmo que ele se faça presente apenas em meados dos anos 80 - caracterizado por: greves do setor do magistério estadual e dos vigilantes, a greve dos bancários em 1985 e posterior vitória da oposição sindical bancária em 1986, seguida de outras vitórias de oposições em eleições sindicais, como metalúrgicos e vestuário. Esses movimentos integraram o que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo no Brasil.

A literatura especializada tem enfatizado que o movimento sindical brasileiro vem passando por uma forte crise em seu sistema organizativo a partir da década de 1990, principalmente o movimento surgido das greves e da luta pela redemocratização surgida no final da década de 1970, que deu origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Esta crise produz conseqüências na representação sindical e nas formas de mobilização e, como reflexo, nos resultados da luta por melhores salários e condições de trabalho.

Assim, esta dissertação tem como objeto investigar a organização dos trabalhadores urbanos sindicalizados de Santa Cruz do Sul, RS - ou seja, as formas de estruturação do movimento operário urbano santa-cruzensense na década de 1990. A pretensão é ampliar as explicações sobre os fenômenos locais do movimento sindical, suas especificidades de organização, sua articulação com outros setores da sociedade local e suas relações com outras instâncias sindicais.

Enfim, partindo de uma visão histórico-dialética geral devidamente contextualizada e contextualizadora do movimento sindical santa-cruzensense, pretende-se investigar e analisar os problemas estruturais e conjunturais do movimento sindical brasileiro e os seus reflexos na organização dos trabalhadores locais. O surgimento do Novo Sindicalismo com a proposta de uma nova prática sindical, a formação de um novo grupo de lideranças dos trabalhadores no período de 1980 a 1990, a crise do movimento sindical durante a década de 1990 e seus reflexos na sua organização.

Para cumprir com tais objetivos respondendo a problemática levantada, essa dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro aborda o período de ascensão do movimento sindical em Santa Cruz do Sul destacando qual o tipo de organização sindical existente nos anos de 1980/89, quando e como o movimento surgiu na região do ABC paulista, denominado Novo Sindicalismo, se manifesta em Santa Cruz do Sul. Ainda, qual a identificação dos dirigentes santa-cruzenses com esse movimento e quais as principais atividades realizadas pelos sindicatos para melhor representar as suas categorias.

O segundo capítulo discute a transição pela qual passou o sindicalismo brasileiro durante os anos de 1990 e as suas conseqüências na organização sindical no município, observando as influências da conjuntura internacional, como a crise do Socialismo Científico e a queda do Muro de Berlim e qual o significado desses eventos em termos de referência para o sindicalismo combativo. Discute também a criação da Força Sindical, Central com orientação liberal e com apoio do meio empresarial e do governo como forma de neutralizar a força combativa da CUT. E, por fim, a análise do neoliberalismo como projeto de Estado e modelo econômico e os seus reflexos no mundo do trabalho.

O terceiro capítulo apresenta os sindicatos participantes da pesquisa, suas estruturas administrativas e sua forma de organização e orientação política. Busca-se ainda identificar quais as correntes de pensamento que predominam em cada um dos sindicatos e como eles se inserem nas discussões políticas, tanto da categoria e outros níveis da sociedade como um todo.

Finalmente conclui-se com a compreensão da importância do movimento sindical da classe trabalhadora no que concerne ao desenvolvimento regional, na medida em que estimula os trabalhadores a discutir problemas relacionados a políticas públicas, investimentos do poder público em áreas como saúde, educação, moradia e transporte urbano.

## 1 A ASCENSÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO: ROMPENDO O SILÊNCIO

Esse capítulo abordará a ascensão do sindicalismo brasileiro ocorrida no final da década de 1970, quando o regime militar - imposto através do golpe empreendido na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964 -, já cambaleante, foi ferido de morte pelo movimento sindical, que havia se formado no ABC paulista, primeiro lutando por salários depois por democracia.

Este quadro geral tem como objetivo destacar qual o tipo de organização sindical existente em Santa Cruz do Sul nos anos de 1980/89. Verificar ainda quando e como o movimento surgido na região do ABC paulista se manifesta em Santa Cruz do Sul, qual a identificação dos dirigentes santa-cruzenses com esse movimento e quais as principais atividades realizadas pelos sindicatos para melhor representar as suas categorias.

Para dar conta da tarefa proposta neste capítulo foram utilizadas três fontes de pesquisa, não necessariamente na ordem apresentada.

A imprensa escrita está dividida em três partes, a regional e nacional, através do Jornal Correio do Povo, jornal de abrangência estadual; a local com o jornal Gazeta do Sul, de tiragem regional, com ampla penetração nas diferentes camadas sociais da cidade e; a Imprensa Sindical, nesse caso com o caderno intitulado NOTÍCIAS - RECORTES, publicado pela Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. A publicação trazia uma clipagem de notícias sobre o movimento sindical nos principais jornais do estado. A utilização prioritária dos referidos veículos não quer dizer que os demais foram abandonados, sempre que a investigação apontava em determinada direção se buscava a fonte que pudesse retratar da melhor maneira o tema. O objetivo não foi analisar a imprensa nem o discurso da mídia a respeito do movimento sindical, embora seja sem dúvida um assunto que merece ser tratado, mas sim perceber a visibilidade dada aos trabalhadores através dos seus organismos de classe, as formas/fases de estruturação do movimento operário urbano santa-cruzense, mobilizações, pautas de reivindicações, greves, passeatas e atos públicos.

Nas entrevistas orais semi estruturadas com dirigentes sindicais que atuaram e ainda atuam no movimento sindical urbano de Santa Cruz do Sul, se procurou identificar o grau de envolvimento dos mesmos com a política partidária, sua atuação junto a outras entidades

representativas e movimentos sociais, bem como a sua visão sobre o papel dos sindicatos e o entendimento acerca das diversas correntes do sindicalismo brasileiro. A escolha dos entrevistados obedeceu ao seguinte critério: a atuação direta na organização sindical, representatividade de gênero, destaque como liderança na sua organização e fora dela. Assim foram selecionados 14 dirigentes locais mais um dirigente estadual de Central Única dos Trabalhadores.<sup>2</sup>

A terceira fonte foram os documentos sindicais. Estes, compostos por atas de reuniões de diretoria, atas de assembleias gerais, cartas, bilhetes, panfletos eleitorais das chapas em disputa pela direção dos sindicatos e teses de congressos da CUT. Com esse tipo de fontes se buscou entender a movimentação interna de cada entidade, sua estrutura organizativa e a linha política adotada pela direção sindical. Eleições sindicais: formato das eleições, renovação de lideranças, participação dos associados no processo eleitoral; formas de negociação: relação entre capital/trabalho; relação com outras instâncias sindicais: centrais, federações, outros sindicatos.

A abordagem escolhida foi uma ordem cronológica onde a categoria greve foi o elemento emulador dessa fase da pesquisa. A escolha dessa categoria se deu em razão das greves terem impulsionado e dado maior visibilidade pra o movimento surgido no ABC paulista e da mesma forma aconteceu em Santa Cruz do Sul, onde a primeira organização com características e raízes no Novo Sindicalismo foi estruturada a partir de uma greve, a dos bancários em 1985.

### **1.1 Do Verticalismo ao Novo Sindicalismo**

Para melhor situar as atividades sindicais em Santa Cruz é importante fazer uma breve visita ao sindicalismo surgido na década de 1930, passando pelo regime militar instaurado em 1964 e o processo de greves iniciado em São Paulo em 1978. Ainda serão abordados os seguintes momentos: a passagem da luta sindical para a luta política contra o regime e a campanha pelas diretas em 1984 até a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. Esta

---

<sup>2</sup> Dos 14 dirigentes sindicais selecionados para serem entrevistados apenas um não houve possibilidade de ser entrevistado, devido a absoluta “falta de tempo” do dirigente.

contextualização tem como meta encontrar os nexos de ligação entre os diversos modelos de organização sindical nacional e o sindicalismo santa-cruzense.

O modelo sindical corporativo<sup>3</sup> brasileiro surgiu nos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, resultado de uma profunda reestruturação das forças políticas e produtivas, caracterizando tal sindicalismo como um modelo único em nível mundial. Segundo seus analistas, a proposta foi colocar uma ordenação nas relações capital *versus* trabalho, adaptando alguns acordos já existentes e compilando-os em forma de lei (CARDOSO, 2003, p. 78-91).

É a partir desse momento que o Estado assume o papel de mediador dos conflitos entre capital e trabalho. Os sindicatos se tornam verdadeiras repartições públicas, voltados a ações assistenciais, assumindo o papel do poder público no atendimento à saúde com recursos governamentais. Dessa forma, o sindicato ficou alheio à luta de classes e à organização dos trabalhadores (SEGATO, 1987; CATTANI, 1991).

As correntes sindicais existentes adotam comportamentos bastante diferentes umas das outras: os Anarquistas não aceitam a organização imposta pelo Estado. Mas, já em decadência, não vão muito além da denúncia do que chamam de “fascismo ministerial”. Os Comunistas, por sua vez, preferem manter-se à margem do sindicalismo legal, exceto em São Paulo, onde formam, desde 1932, frações vermelhas nos sindicatos legais. Em São Paulo, um grupo de Trotskistas, que atuava na Federação Operária daquele estado, propõe a criação de uma Central Sindical independente para combater os sindicatos oficiais. A partir de 1934, Comunistas e Trotskistas mudam sua orientação política e passam a atuar no sentido de ganhar os sindicatos “por dentro” (SILVA, 1987, p. 60-61).

Nesse contexto, ou os sindicatos se enquadravam no modelo ou estavam fadados a desaparecer (SILVA, 1987, p. 61-68). Além da atuação do Estado, havia a falta de uma perspectiva por parte das forças atuantes no movimento sindical, principalmente pelo desmantelamento dos grupos libertários e a adesão dos Comunistas à proposta do

---

<sup>3</sup> Doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social ou as diferenças ideológicas no plano político. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ev\\_glossario.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_glossario.htm)>. Acesso em: 29/02/2008.

sindicalismo verticalista. A partir de então, travou-se uma disputa que permanece presente ainda hoje no meio sindical, ou seja, a questão da autonomia e da independência dos sindicatos em relação ao Estado, partidos políticos, credos religiosos e outras instituições.

Para Carone (1981, p. 9):

A grande expansão da sociedade brasileira é castrada pelo Estado Novo (1937-1945), quando a ditadura procura abafar todos os motivos de tendências liberal e operária, pretendendo assim acabar com a conquista de liberdade e de organização do passado recente.

Durante o período denominado Vargasista (1930 - 1945), mais especificamente durante o Estado Novo (1937 - 1945), foi implantada a estrutura sindical corporativista. Para levar em frente o intento de aplicar o modelo de desenvolvimento urbano e industrial de cunho nacionalista, o governo Vargas lança mão de um sistema complexo e contraditório. Para motivar o setor econômico a investir se fazia necessário criar um clima de tranquilidade e estabilidade social. Para isso, era preciso acalmar o movimento operário, que vinha em ascensão, crescimento esse propiciado pelo próprio desenvolvimento industrial. Para tanto uma série de medidas legais e político-ideológicas foram engenhosamente articuladas.<sup>4</sup>

A saída do governante foi, mediante o modelo populista autoritário, desenvolver junto à classe trabalhadora uma política contraditória, mas “eficaz”: com uma mão atendia as reivindicações históricas do Movimento Sindical (como se fossem concessões suas), e com a outra controlava vigorosamente as entidades sindicais. Com as “concessões” agradava aos trabalhadores; com os controles, tranquilizava os empresários. (PEDROSO, 1998, p. 40).

A legislação trabalhista, sob o comando de Vargas, tornou-se complexa e ampla. Foi com base em leis e acordos da década de 1920 que o Estado se inspirou para criar e regulamentar as leis após 1930. Uma das primeiras medidas do governo foi criar o Ministério do Trabalho, nomeando para ministro Lindolfo Collor, com a incumbência de estruturar a legislação trabalhista (SEGATO, 1987, p. 30).

O governo Vargas, adotou uma política em relação à classe trabalhadora que implicou na progressiva subordinação e controle das organizações sindicais ao Estado, através da estrutura sindical vertical. Assim, segundo Cardoso (1999, p. 28):

---

<sup>4</sup> Em 1930 Vargas cria o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, logo a seguir foi a vez da Lei dos dois terços restringindo o emprego da mão-de-obra estrangeira, no ano de 1931 foi instituída a Lei 19770, conhecida como lei de sindicalização transformando os sindicatos em instituições de direito público.

[...] transferiu o conflito originário entre capital e trabalho para o interior das estruturas estatais. O Estado foi erigido no *tertius* capaz de assegurar a paz entre aqueles dois agentes, primeiro por meio da coerção e repressão aos movimentos trabalhistas, e depois por sua anulação através da incorporação do conflito ao aparelho de Estado.

O processo alcançou êxito, pois até os dias atuais vigora no Brasil a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que, mesmo com modificações sofridas no decorrer de sua aplicação, ainda é o instrumento que regulamenta as relações de trabalho no país. Esse controle fica evidente ao analisar-se o papel da Carteira de Trabalho: serve para fazer as anotações a respeito dos direitos dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, constitui-se num mecanismo de controle dos mesmos, bem como passa a ser um documento necessário para a associação ao sindicato.

Nesse período voltam a crescer as lutas sindicais e a mobilização das massas trabalhadoras. Em março de 1935, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora. O governo, prevendo o avanço popular, decretou a primeira Lei de Segurança Nacional, que proibia o direito à greve (SEGATO, 1987, p. 68-69). Essa foi uma das mais duras leis imposta à classe trabalhadora, pois a submete a um rigoroso controle dificultando formas de reação.

Em 1937 Vargas apoiado pelos integralistas e setores da Igreja Católica dá o golpe do Estado Novo. Com isso suspende as eleições marcadas para acontecer naquele ano, o Congresso Nacional é fechado, partidos políticos extintos, censura a imprensa e suspende as atividades dos sindicatos. Para a implantação da ditadura Vargas cria Departamentos que tem a função de reprimir e impedir qualquer movimentação contrária a ordem vigente. Entre os departamentos está o de Ordem Política Social (DOPS) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), este tinha a finalidade de controlar a imprensa e de produzir peças de propaganda do governo (CARONE, 1981).

O golpe de 10 de novembro foi recebido com resignação e desinteresse, pois a nação não possuía um regime democrático autêntico. Os trabalhadores da cidade e dos campos, a classe média e os intelectuais, estavam moral, política e ideologicamente desarmados uma vez que não podiam interessar-se pela defesa de um regime que nada tinha de democrático para eles. (CARONE, 1981, p. 6).

A possibilidade de controle sobre os operários, fruto também de uma disciplina imposta pelo parque fabril, incluiria necessariamente uma legislação minimamente protetora do trabalho. A legislação e a disciplina sujeitavam politicamente o assalariado à dominação

do capital. Através da dissolução de suas organizações independentes de classe e de sua contenção no sindicalismo corporativista, os benefícios da legislação foram assimilados juntamente com a outorga da estrutura sindical verticalista, nociva à independência do movimento.

Essa foi a forma como a elite brasileira conseguiu, com o apoio e atuação do Estado, colocar a organização sindical dentro de uma lei, que adestrava os movimentos reivindicatórios, mantendo sobre os sindicatos o controle de um aparato estatal, ficando a cargo do poder público a licença para o sindicato funcionar (a Carta Sindical, do Ministério do Trabalho). Dessa maneira, os sindicatos tinham recursos através do imposto sindical,<sup>5</sup> para investir em assistência médica e odontológica (CARDOSO, 1999, p. 32) e, em alguns casos, até se estruturavam como posto avançado do Ministério do Trabalho para a confecção da Carteira de Trabalho. Os sindicatos se tornaram colaboradores do Estado.

No período seguinte, entre 1945 e 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo é dividido em blocos de influencia das grandes potencias vencedoras do conflito, EUA e URSS. A Rússia Stalinista, em uma tentativa de evitar confrontos com os países capitalistas enquanto reconstruía a nação destruída pela guerra e acelerava os testes para a construção da bomba atômica para equiparar-se com os EUA, orienta os partidos comunistas de todo o mundo a manterem relações de aliança com as burguesias nacionais evitando, assim, atitudes hostis ao comunismo soviético (GIANNOTTI, 2007). É a tese do socialismo em um só país de Stalin, abdicando dessa forma da revolução socialista internacional. Com base nessa orientação os comunistas brasileiros que comandavam boa parte dos sindicatos passam a ter uma atuação no sentido de não fazer confrontos diretos e até impedindo de acontecer greves (GIANNOTTI, 2007).

Com o fim do da Guerra e a deposição do nazismo e do Fascismo, começou uma pressão pela redemocratização no Brasil com os militares forçando a saída de Getulio Vargas do poder. Em dezembro de 1945 Eurico Gaspar Dutra, candidato do governo, vence as

---

<sup>5</sup> Em 1940 foi criado o Decreto-Lei nº. 2.377, que estabeleceu o imposto sindical. A partir de então todo o trabalhador sindicalizado ou não teria descontado automaticamente um dia de trabalho por ano para fins de manutenção da estrutura sindical. Esses valores eram depositados no Banco do Brasil e distribuídos da seguinte forma: 6% para os serviços bancários; 20% para o Fundo Social Sindical do Ministério do Trabalho; 54% para os sindicatos; 15% para as federações; e 5% para as confederações. Embora os recursos sejam oriundos dos trabalhadores, assumem um caráter público, fiscalizados pelo Ministério do Trabalho e os sindicatos, com isso, passam a ser um órgão do Estado (SEGATO, 1987).



eleições pelo PSD apoiado pelo PTB, dois partidos criados por Vargas. O governo de Dutra alinha-se com os EUA o que gerou descontentamento entre os comunistas (FAUSTO, 1995).

As relações entre Rússia e EUA acirram-se a partir de 1946, dando início a Guerra Fria deflagra-se uma campanha internacional anticomunismo alertando para o “perigo vermelho”. Em 1947 o governo brasileiro rompe relações com a União Soviética e coloca o PCB na ilegalidade, cassa seus parlamentares, coloca os sindicatos sob intervenção do governo, deixando clara a sua posição em relação a Guerra Fria, estava com os Estados Unidos.

Em 1950 mantendo a aliança PSD/PTB e com apoio dos comunistas Vargas volta ao poder, dessa vez pelo voto. O segundo governo de Vargas, 1951/54, foi marcado pelo forte crescimento da industrial, com destaque para a indústria petroleira, química, farmacêutica e de eletrodomésticos, mas sem dúvida a automobilística é a grande responsável por esse crescimento (GIANNOTTI, 2007).

A década de 1950/60 foi ainda um período de grade efervescência política e social onde se debatia os grandes temas do momento como, industrialismo X agrarismo e o nacional desenvolvimentismo X abertura total ao capital estrangeiro (GIANNOTTI, 2007).

No período que antecede ao golpe militar de 1964, os movimentos sociais compostos pelo movimento contra a carestia, movimento sindical urbano e ligas camponesas no meio rural, experimentam um crescimento excepcional resultante do *afrouxamento* que o governo de João Goulart - Jango - promove. Esta maneira de atuação do governo tinha a intenção de se aproximá-lo dos movimentos de massa e para isso acenava com as reformas de base. A articulação é frustrada pela ação das Forças Armadas que, aliadas à burguesia descontente, promovem o golpe militar em 1º de abril de 1964.

O regime autoritário organiza imediatamente uma forte repressão às organizações dos trabalhadores, com intervenção nos sindicatos, destituição das diretorias e a prisão de dirigentes. Esse fato abre um longo período onde todos aqueles que lutam por melhoria salarial e melhores condições de trabalho passam a ser vistos como criminosos e o seu destino era a prisão com tortura ou o exílio.

No entanto, de acordo com Segatto (1987, p. 75):

A classe operária, apesar de todas as limitações impostas entre 1968 e 1978, desenvolveu uma série de lutas isoladas como “operações tartaruga” e o “Movimento Contra o Custo de Vida”. Mas a partir de 1978 o movimento operário volta à cena com a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), que reivindica reposição de salários, cujos índices estavam sendo manipulados desde 1973. A greve foi o sinal para a deflagração de movimentos grevistas em todo o país envolvendo muitas categorias profissionais.

O regime vigente no período impõe sérias dificuldades para a organização dos trabalhadores. No entanto ao final da década de 1970, houve uma ascensão do movimento sindical brasileiro. Esta ascensão vai até o começo da década de 1990 e se deu, principalmente, nas cidades de maior concentração industrial, iniciando no ABC paulista, principal foco do movimento dos trabalhadores na resistência contra a ditadura militar e de mobilização pela abertura política. Essas mobilizações acabaram se espraiando por todo o país, apresentando-se com força significativa em locais como Betim e Belo Horizonte em Minas Gerais, e, Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

A greve de 78 foi a primeira resposta operária coletiva aos longos anos de arrocho. A resistência nas indústrias, que vinha se processando durante toda a década de 70, teve nas denúncias de manipulação salarial levantadas pela grande imprensa um acontecimento capaz de potencializar a revolta operária. [...]. (FREDERICO, 1991, p. 13).

É também nos períodos de greve e de agitação que se destacam novas lideranças. Nos momentos em que os trabalhadores partem para o enfrentamento direto, onde a greve é o meio de expressão mais contundente, a tensão, mas também as necessidades fazem com que se constituam novas lideranças. Muitos líderes sindicais e políticos em destaque atualmente no país surgiram justamente em momentos conturbados e principalmente de luta dos trabalhadores, onde a greve parece ter sido a principal fonte de formação política e sindical.

A greve se mostrou como a forma mais avançada de luta. Mas não pode ser levada todos os dias e nem por qualquer motivo. Após atingir seu ponto mais alto, vitorioso ou derrotado, o movimento precisa de um período para recompor as forças, extrair lições e preparar-se para enfrentar as classes dominantes já mais avisadas e preparadas. Nesse período é necessário utilizar as demais formas de luta superior às greves, nos sindicatos, nos bairros e principalmente nas fábricas. Assim se mantém a chama da luta e se prepara, pelas discussões, pela organização e solidariedade, a luta grevista seguinte. (FREDERICO, 1991, p. 55).

As principais categorias de trabalhadores envolvidas nessa luta foram metalúrgicos, bancários e professores. Outras categorias também tiveram grande importância nesse contexto

destacando os trabalhadores da indústria do vestuário e calçado, setor petroquímico, portuários e algumas categorias do setor público. Com esse movimento surgem dois importantes instrumentos de organização dos trabalhadores: a Central Única dos Trabalhadores - CUT - e o Partido dos Trabalhadores - PT (BERBEL, 1991), que durante a década de 1980 vão se tornar as principais referências dos trabalhadores brasileiros, e estabelecendo um novo tipo de sindicalismo no Brasil.

No período que vai de 1978 a 1989 há um aumento no número de greves e embates entre capital e trabalho (NORONHA, 1991). As disputas no meio sindical também se intensificam na busca pela hegemonia no comando do movimento sindical e, principalmente, na disputa do modelo de sindicalismo dominante. No início as correntes em disputa são duas:

Uma é composta pelos sindicalistas denominados de autênticos (grupo de dirigentes sindicais, dos quais Luis Inácio da Silva, o Lula, é uma das lideranças). Por sua vez esse grupo se divide em três segmentos: lideranças que já compõem as direções de sindicatos; setores da igreja progressista e; oposições sindicais, agrupamentos de organizações leninistas e trotskistas (entre eles a Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista, ORM-DS e a Convergência Socialista).<sup>6</sup>

A outra corrente sindical é composta por sindicalistas ligados ao PC do B, PCB, MR-8 e dirigentes ligados ao sindicalismo de resultados. Esse grupo não simpatizava com a idéia de uma organização que tivesse outros segmentos sociais no seu interior, queriam uma central estritamente sindical, conforme modelo previsto na CLT. Outro ponto de discordância entre os grupos era o envolvimento na criação de um Partido dos Trabalhadores. Para os comunistas isso significava uma disputa num campo que acreditavam ser seu, os PCs. Esse grupo então cria a CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores, mas em 1988 o PC do B rompe com esta Central e cria a Corrente Sindical Classista (CSC), que no ano seguinte passa a fazer parte da CUT.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Esse grupo tem na sua origem a discussão de uma organização que abrangesse não apenas os sindicatos oficiais, mas também os movimentos sociais e associações de trabalhadores não reconhecidas, como por exemplo, as associações de profissionais liberais e de servidores públicos. Essa é a origem da CUT - Central Única dos Trabalhadores. A esse respeito ver, SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987; GIANNOTTI, Vito. CUT, Por dentro e por fora. Petrópolis: Vozes, 1990.

<sup>7</sup> Ver também, RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Combinando luta política pela redemocratização com representação sindical *stricto sensu*, os novos sindicalistas assumiram uma postura bastante agressiva nas negociações com os empresários. A greve foi encarada como instrumento de pressão e ao mesmo tempo de conscientização dos trabalhadores. (CARDOSO, 1999, p. 36).

O movimento sindical brasileiro viveu um período de crescimento entre os anos de 1978-1990. Em 1978, emergiu, depois de uma década de atuação nos subterrâneos<sup>8</sup> em virtude do fechamento do regime autoritário, como destaca Alves (2000, p. 112):

A partir de 1978, o cenário político e social é rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões. É uma luta salarial, de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. Surge uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda - o PT -, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, como o CONCLAT, que daria nas CGTs. É possível salientar ainda uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e uma série de manifestações que indicam, no decorrer dos anos 80, o espírito de luta e resistência operária e popular, de um Brasil que clamava por democracia política e social. Era uma "explosão do sindicalismo", ou ainda, de um "novo sindicalismo", que surgia e se desenvolvia a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 60 e anos 70.

O sindicalismo surgido das lutas e greves desse período ficou conhecido como o Novo Sindicalismo.<sup>9</sup> Esse movimento teve em sua origem a crítica do atrelamento dos sindicatos ao Estado, dos seus dirigentes ao governo e a subserviência ao sistema vigente, “O surgimento do novo sindicalismo com as greves do ABC no final dos anos 70 rompeu o silêncio imposto aos movimentos sociais durante a ditadura militar” (NARDI, 2006, p. 17).

---

<sup>8</sup> Ver RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

<sup>9</sup> O Novo Sindicalismo é o movimento surgido nas paralisações do ABC paulista no final dos anos 70, composto por correntes já organizadas no interior do movimento sindical na época, ou diretamente nas fábricas através das CIPAs, comissões de fábrica e ainda por um segmento da igreja católica e ganha essa nomenclatura para se diferenciar do sindicalismo atual. A principal questão levantada pelos dirigentes desse novo sindicalismo era a negação da política e da organização sindical vigente, mas também uma crítica ao sindicalismo organizado pelos comunistas e pelos trabalhistas no período que antecede o golpe militar. Para os dirigentes do novo sindicalismo aquela organização não teria correspondido às necessidades dos trabalhadores e não teria dado as respostas adequadas, por isso não conseguiu reagir ao golpe. Era preciso colocar uma nova pauta para discussão com a sociedade que levasse em conta uma reforma sindical que trouxesse liberdade e autonomia sindical que acabasse com o atrelamento governamental dos sindicatos, com a estrutura vertical de organização e com o imposto sindical.

O Novo Sindicalismo tinha como uma de suas propostas a reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas,<sup>10</sup> a CLT, que é um conjunto de leis que regulam as relações de trabalho e tem origem no primeiro governo de Getúlio Vargas, inspirada na Carta Del Lavoro do governo fascista de Mussolini da Itália.<sup>11</sup> Porém, foi essa estrutura que permitiu a reorganização dos trabalhadores, através das oposições sindicais, como nos mostra Cardoso (2003, p. 34-35):

A estrutura sindical corporativa herdada da década de 1930 foi deixada intacta pelos militares, e mostrou-se bastante flexível. Serviu ao regime autoritário (enquanto um instrumento de repressão e controle dos sindicatos) como à democracia emergente (como a base de sustentação de sua rápida organização coletiva por todo o país). Dinheiro garantido via imposto sindical, grandes sindicatos com burocracias relativamente ágeis e alianças políticas mais ou menos duradouras garantiram a construção da CUT e da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) em menos de cinco anos, a primeira já nascendo como uma central nacionalmente implantada, em todos os setores da economia (inclusive o campo).

Infere-se assim que, primeiro: mesmo criticada pelos agentes do Novo Sindicalismo, a estrutura sindical herdada da Era Vargas serviu sobremaneira para a realização do levante sindical, a partir do final dos anos 1970; segundo: essa estrutura esteve (de certa forma ainda permanece), organizada em Santa Cruz do Sul até meados da década de 1980.

## 1.2 A abertura política e a luta pelas Diretas Já

Em 21 de julho de 1983 ocorreu a primeira Greve Geral, organizada pelo movimento Pró CUT<sup>12</sup> e a única notícia nos jornais da cidade foi a entrevista de três representantes

<sup>10</sup> Entre os principais pontos a serem reformados estavam a liberdade e autonomia sindical e com isso o direito a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e o direito de greve entre outros.

<sup>11</sup> Ideologia que preconiza a implantação de um regime corporativista de natureza autoritária ou totalitária, comumente associada ao governo do primeiro ministro italiano Benito Mussolini (1922-1943). Entre suas principais características, destacam-se o culto à nação, a hostilidade ao marxismo e à democracia parlamentar, a admiração pelas virtudes militares e a obediência a um líder. Outros países europeus implantaram regimes inspirados no fascismo, tais como a Espanha, a Áustria, a Croácia, e, mais importante, a Alemanha. O nazismo alemão, entretanto, diferiu do fascismo devido a sua forte conotação anti-semita, uma característica pouco explorada pelo regime italiano. A Era Vargas, disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/html/glossario/ev\\_gl\\_facismo.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/glossario/ev_gl_facismo.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2007.

<sup>12</sup> A Greve Geral de 21 de julho de 1983 foi organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT, com grandes manifestações públicas nas principais capitais e regiões metropolitanas, com passeatas, arrastões e piquetes. As principais categorias a paralisarem foram: metalúrgicos, comerciários, bancários, metroviários, servidores públicos, etc. Houve repressão ao movimento pelo governo, com intervenção em sindicatos. Dirigentes tiveram

sindicais em que dois deles posicionaram-se de forma contrária à greve e, o terceiro não chega a ser contra, mas não se dispôs a mobilizar a categoria para tal. Em suas palavras: “[...] se a categoria achar que deve tomar parte dessa paralisação nós daremos o total e irrestrito apoio”. O sindicato fechou suas portas nesse dia, dispensando os funcionários. Essa foi toda a repercussão dada pelos jornais locais a respeito de um acontecimento que movimentou, ou melhor, parou os grandes centros do país.<sup>13</sup>

Um dos entrevistados ainda faz referência ao que caracterizou como momento inoportuno para a realização da greve. O motivo de tal declaração está relacionado às intensas chuvas que ocorreram no Estado dias antes, deixando milhares de desabrigados. O flagelo que atingiu o Rio Grande do Sul, juntamente com Paraná e Santa Catarina ocupou as páginas dos jornais da capital.<sup>14</sup> As enchentes também foram destaques na Gazeta do Sul.

A Greve Geral de 1983 teve forte repercussão nos meios de comunicação de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, principalmente em razão de alguns enfrentamentos entre manifestantes e força policial e prisões ocorridas. Em São Paulo vários dirigentes do movimento Pró-CUT, foram presos quando preparavam a greve. Os sindicatos dos Bancários e dos Metroviários de São Paulo sofreram intervenção federal decretada pelo Ministro do Trabalho. Neste Estado houve a maior adesão ao movimento paredista, inclusive com apoio de alguns empresários. Algumas empresas, na maioria multinacionais, decretaram feriado, acreditando que o governo não teria condições de impedir que a greve acontecesse.<sup>15</sup>

No Rio de Janeiro, uma passeata reuniu cerca de 40 mil manifestantes fazendo com que o comércio fechasse as portas, receando tumultos. No Estado da Bahia a polícia reprimiu as manifestações com violência e prendeu mais de trinta manifestantes. A ironia dessas prisões foi a acusação de que líderes sindicais incorreram em, “crime contra a organização do trabalho”.<sup>16</sup>

---

seus mandatos sindicais cassados além de muitas prisões. Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

<sup>13</sup> Gazeta do Sul (21/07/1983, p. 3).

<sup>14</sup> Correio do Povo (17/07/1983, p. 9).

<sup>15</sup> Correio do Povo (22/07/1983, p. 7).

<sup>16</sup> Idem.

No Rio Grande do Sul aconteceram prisões de manifestantes em Porto Alegre, Guaíba, Canoas e Caxias do Sul, sendo que nesta última ocorreu enfrentamento de manifestantes com a força policial, causando ferimentos em vários trabalhadores.<sup>17</sup>

Sobre a Greve Geral de 1983 Noronha (1991, p. 109) destaca:

Os sindicalistas, divididos entre a orientação de Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos Andrade, articulavam em conjunto a primeira greve geral do período, que seria deflagrada dia 21 de julho. As discordâncias no meio sindical levaram ao fracasso da greve, cujas estimativas mais otimistas foram de 3 milhões de adeptos em todo o país, bastante concentrados nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

O PMDB lidera uma frente suprapartidária em 1984, na campanha pelas Diretas. Noronha (1991, p. 112), ao analisar a posição dos sindicatos em relação a esse movimento ressalta que:

[...] o movimento sindical manteve-se de certa forma obscurecido pela campanha das diretas, que fora articulada em nível suprapartidário e canalizada pelo PMDB através de seus executivos estaduais. No dia da votação da emenda Dante de Oliveira não foi deflagrada a greve geral que havia sido articulada, e posteriormente desarticulada, pelo Comitê Suprapartidário pró Diretas. Os sindicalistas discordantes, especialmente da CUT, não puderam ou não foram capazes de influir nas articulações das diretas. A expressividade do movimento sindical nas fabricas e locais de trabalho nesses anos não teve sua contrapartida política em igual medida.

Essa falta de força do movimento sindical no campo da política, contrastando com a sua atuação no campo sindical e do confronto social é verificável em vários momentos da história do movimento operário brasileiro. Exemplos claros são: a tentativa de levante feito pela a ANL em 1935, debelada pelo governo Vargas e originando a primeira Lei de Segurança Nacional do país, e ainda o golpe militar de 1964, onde fica mais evidente o contraste entre a força sindical existente naquele momento e a efetiva na resistência (que não aconteceu), ao golpe.

Em que pese essa falta de força política, pode-se afirmar que a derrocada do regime autoritário não foi obra de um único autor, no caso o PMDB, mas fruto de diversas mobilizações que ocorreram no período, dentre elas a mobilização dos trabalhadores através do movimento sindical, pastorais sociais da Igreja Católica (movimentos esses ligados à Teologia da Libertação). Em Santa Cruz do Sul o movimento pelas diretas, acontece a partir

---

<sup>17</sup> Correio do Povo (22/07/1983, p. 9).

de um pequeno grupo de estudantes ligados ao PT, como relata um dos entrevistados para esta investigação.

Em fins de 1984 nós criamos um Plebiscito das Diretas, fazer um levantamento aqui de quem era favorável ao Plebiscito pelas Diretas, quem seria contrário. Em fevereiro de 1985 realizamos então o plebiscito e acabamos colhendo três mil e poucos votos. Qual foi o grande saldo disso? O saldo disso é que nos criamos um Comitê pelas Diretas em Santa Cruz e aí vem um pessoal que não é do Partido, ali entra o Doríbio, que vai ser o presidente desse comitê e acaba se aproximando e ainda em 1985 entra para o PT.<sup>18</sup>

O período da abertura política, iniciado a partir de 1979 com a anistia política e o restabelecimento do pluripartidarismo teve como marco importante o fim dos governos militares, o movimento das Diretas Já e a eleição de um civil para a presidência da república em 15 de janeiro de 1985. Embora tenha sido uma eleição indireta, através de um colégio eleitoral, sem dúvida foi um passo importante para a redemocratização do país.

Embora eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves fizera acordos com alguns segmentos progressistas das oposições que viabilizariam medidas democratizantes para a sociedade em geral e para o Movimento Sindical em particular. (PEDROSO, 1998, p. 70).

Mais significativo do que eleger um civil para a presidência da república após 20 anos de governos militares, mesmo que de forma indireta, foi o fato de serem dois candidatos civis disputando a eleição. Embora os dois carregassem consigo a marca das elites do país,<sup>19</sup> tendo uma estreita ligação com os setores conservadores da sociedade brasileira. A única diferença residiu, talvez, no perfil democrata do candidato Tancredo Neves<sup>20</sup> em relação ao seu opositor, Paulo Maluf, que representava, ainda, os grupos políticos que legitimaram os governos militares de 1964 a 1985.

<sup>18</sup> Olgário Vogt, Professor de História da UNISC, Mestre em História do Brasil pela UFPR e Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC, participou do Movimento Sindical onde concorreu a presidente na chapa de oposição na eleição do Sindicato dos Comerciários em 1987. Entrevista nº. 6, Olgário Vogt realizada em: 02/06/2008.

<sup>19</sup> Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência por causa de seu súbito adoecimento momentos antes da posse vindo a falecer pouco tempo depois, assumindo em seu lugar o vice José Sarney, de trajetória ligada ao regime militar ou aos grupos que sustentaram esse regime. Embora tendo se colocado em oposição ao golpe militar, José Sarney, ao ser decretado o bi-partidarismo, adere ao partido oficial a Arena, (Aliança Renovadora Nacional), tornado-se um de seus principais líderes. Em 1979 com o fim do bi-partidarismo, Sarney ajuda a criar o PDS (Partido Democrático Social), vindo a sair do mesmo quando da escolha de Paulo Maluf como candidato a presidente da república em 1984. Naquele momento, ingressou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sendo escolhido como candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal que tinha como candidato Tancredo Neves.

<sup>20</sup> Verbetes biográfico, Tancredo Neves. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO CPDOC - FGV. Disponível: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/3807\\_3.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3807_3.asp)>. Acessado em: 10/07/2008.



A eleição de Tancredo Neves, mesmo que indireta, significava um passo importante na restauração da democracia no país. O ano de 1985 representa também um período, do ponto de vista da organização dos trabalhadores, muito profícuo, de muitas mobilizações e lutas. O número de greves ocorridas entre 1985 e 1989 dá uma idéia dessa nova conjuntura para o movimento sindical. A aceitação ou aprovação dos trabalhadores e da população em geral em relação aos atos e as ações desenvolvidas pelas entidades representativas da classe trabalhadora era significativa (CARDOSO, 2003).

Ou seja, a estratégia sindical mais importante da década de 1980, utilizada à farta por trabalhadores de empresas públicas e privadas, legitimou-se junto a população em geral como instrumento adequado de pressão. (CARDOSO, 2003, p. 37).

Essa aceitação sugerida por Cardoso, deriva de alguns elementos importantes: as greves de 1978 e 1979 fazem surgir o Novo Sindicalismo, que se transforma em uma “*válvula de pressão que poderia pôr abaixo o autoritarismo*”; a estrutura sindical Vargasista, que “*foi deixada intacta pelos militares*”, pois servia como instrumento de repressão e de controle dos sindicatos pelo aparato estatal, tal como fora no Estado Novo, serviu, também, de base para a reorganização sindical (o imposto sindical serviu para financiar oposições e comissões de fábricas); a precariedade das relações de trabalho, “*uso predatório da força de trabalho*”, baixos salários, a extensão da jornada de trabalho via horas extras. “o sindicalismo nascente soube verter esta realidade em demandas por justiça e dignidade no trabalho [...]”; as altas taxas de inflação, os planos econômicos mal sucedidos, favoreceram as atividades grevistas, que acabaram saindo do campo estritamente econômico e tornando-se “*protestos políticos diretos contra o governo*”. As baixas taxas de desemprego no período aumentavam o poder de barganha do trabalhador, junto com a estagnação econômica e o mercado fechado, fatores que também são salientados por Cardoso como elementos importantes, pois, assim, o “*sindicalismo industrial*” permanecia com sua base de sustentação inalterada; a crise fiscal degradava a qualidade do serviço público e defasava os salários dos servidores, fato que contribuía para a organização desse setor.

Esses elementos contribuem para explicar, sugiro eu, o crescimento vertiginoso do movimento sindical brasileiro na década de 1980, cuja maior expressão foi a quase eleição de Lula para a Presidência da República em 1989. (CARDOSO, 2003, p. 37).

Essa é uma situação diferenciada em relação aos últimos 20 anos. Se as greves e mobilizações chamaram a atenção para o ABC paulista em 1978/79, mostrando para o mundo

os problemas da ditadura militar, é no período inicial da redemocratização que o movimento sindical está mais forte. Em 1985 os trabalhadores estavam no auge de sua organização. A CUT tinha sido criada em 1983, e é, de fato, a primeira central sindical que consegue se organizar depois de várias tentativas ao longo da história do movimento operário no Brasil, que começa com a Confederação Operária Brasileira em 1906 e passa por várias outras experiências, que não se firmaram ao longo do século XX.<sup>21</sup>

É nesse ambiente político e econômico, o primeiro de muita efervescência e agitação e este outro de retração e alta dos preços, principalmente dos alimentos, que vai acontecer um número muito grande de mobilizações e greves durante o ano de 1985. Metalúrgicos, rodoviários, professores da rede estadual, setor da alimentação, construção civil, químicos e outras categorias vão se utilizar do instrumento de greve para tentar garantir a reposição dos salários corroídos pela inflação.<sup>22</sup>

As greves nos anos 80 possuíam claro sentido de resistência de classe à perda inflacionária, com o predomínio de práticas sindicais de cariz “obreirista”, voltadas para demandas econômico-reivindicativas. Adotava-se no caso da CUT, uma estratégia de confrontação, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista. De certo modo, o cenário hiperinflacionário, de crise estrutural do Estado capitalista no Brasil, no contexto de redemocratização política, contribuiu para o predomínio do sindicalismo classista, de massas, de confronto com as práticas “obreiristas”, seja de cariz socialista ou social democrata, ocupando maior espaço político (o que veio, de fato, a caracterizar a CUT em seus primórdios). (ALVES, 2005, p. 287).

Os sindicatos alinhados mais à esquerda no espectro político e da luta sindical vão se valer desse momento para fazer pressão no sentido de forçar o governo a acelerar a redemocratização do país. Por exemplo, chamar uma Assembléia Nacional Constituinte, objetivando a elaboração de uma nova carta constitucional, para dar uma possibilidade mais concreta de assegurar avanços para os trabalhadores na legislação.

<sup>21</sup> Ver SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

<sup>22</sup> A Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul entre 1985/87, publicou periodicamente um caderno intitulado NOTÍCIAS - RECORTES. Esse caderno era uma espécie de clipagem de notícias sobre o movimento sindical nos principais jornais do estado. Selecionamos algumas das manchetes no mês de novembro de 1985, no intuito de demonstrar a intensidade do movimento sindical naquele ano; “Greves podem parar Caxias do Sul hoje”, Zero Hora (01/11/1985); “Greve ainda paralisa 10 mil metalúrgicos”, Zero Hora (03/11/1985); “Amanhã, a Greve de 500 mil trabalhadores em São Paulo” - “Pazzianoto faz apelo à direção da CUT”, Zero Hora (04/11/1985); “Empresários rejeitam negociação”, Jornal do Comércio (04/11/1985); “Greve dos motoristas de ônibus pára Caxias”, Zero Hora (06/11/1985); “Paralisação dos Químicos foi parcial em São Paulo”, Gazeta Mercantil (06/11/1985); “Operários de Bagé podem Parar”, Zero Hora (07/11/1985). Todas as manchetes foram retiradas do caderno de clipagens NOTÍCIAS - RECORTES número 105 de 07 de novembro de 1985, elaborada pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos.

### 1.3 “Acorda Peão”: o despertar da atividade sindical em Santa Cruz do Sul

O início da atividade sindical ligado ao movimento que surge no ABC paulista e que se expande pelo Brasil no final da década de 1970, se estrutura em Santa Cruz do Sul na segunda metade da década de 1980. Este contexto sindical santa-cruzeiro se dá com mais de meia década de atraso, principalmente, em relação aos grandes centros industriais do país. Mas acontece num momento de fortes turbulências econômicas e políticas no país.

O começo de toda a movimentação sindical que vai redundar em uma das maiores ondas de greves já vivida no país tem como precursores os bancários, que fazem uma greve nacional de grandes proporções em setembro de 1985<sup>23</sup> durante a campanha salarial que tem como data base o mesmo mês. Também os metalúrgicos do ABC paulista desencadeiam uma greve, que aos poucos toma conta do país inteiro. No rastro dessas mobilizações e greves, outras categorias começam a fortalecer suas ações reivindicatórias.

A partir de março de 1985 o conflito entre empregados e empregadores readquiriu dimensões e visibilidade social que lembravam os anos de 1978 e 1979. Sem a mesma novidade, as greves de 1985 expressavam as demandas contidas entre 1980 e 1984, quando o movimento grevista esteve abafado pelo risco do desemprego e os trabalhadores assistiam ao desfecho da lenta transição, não tão segura ao ponto de permitir maior agressividade dos sindicalistas. Mas, durante esse período de crise, o movimento sindical organizou-se nacionalmente, com a criação de duas centrais sindicais, e ampliou suas bases, de tal forma que, ao ser empossado o governo civil, eleito indiretamente, os sindicalistas evidenciaram sua nova importância no jogo político. (NORONHA, 1991, p. 113).

Em Santa Cruz do Sul, durante toda a década de 1970, e até 1985, percebe-se que o único movimento grevista que acontece é o dos professores da rede estadual de ensino.<sup>24</sup> Isso a partir da criação do núcleo regional do CPERS,<sup>25</sup> o 18º Núcleo Regional com sede na cidade. É o CPERS que mais uma vez dá início às greves, que começam a acontecer na cidade

<sup>23</sup> KAREPOVS, Dainis. (Coord.) *História dos Bancários: lutas e conquistas 1923 - 1993*. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, 1994.

<sup>24</sup> No Rio Grande do Sul os professores estaduais se organizam no do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), que ainda não era sindicato, pois os trabalhadores do setor público não podiam se sindicalizar. Realizam greve em 1979, 1980, 1982, 1985, 1987, 1989 e 1990. Disponível em: <<http://www.cpers.com.br/portal2/historia/3-greves.pdf>>. Acessado em: 04/06/2008.

<sup>25</sup> O 18º Núcleo do CEPRS foi fundado em 10 de maio de 1980. *Gazeta do Sul* (22/05/1980, p. 24). Em março de 1981 o Magistério Estadual faz uma paralisação, em conjunto com professores de outros estados, reivindicando mais recursos para a educação (matéria de capa da edição do dia 24/03/1981). Em outubro do mesmo ano acontece mais uma greve do Magistério Estadual e recebe o apoio da Câmara de Vereadores e o presidente da Associação dos Pais e Mestres da E. E. Santa Cruz publica um A Pedido apoiando o CPERS. *Gazeta do Sul* (6/11/1981, p. 5).

em 1985.<sup>26</sup> Trata-se de uma greve histórica da categoria. No mesmo período ocorre uma greve estadual dos vigilantes. Os vigilantes têm nessa época uma organização estadual e um delegado que representa o sindicato em Santa Cruz do Sul. A greve dos vigilantes consegue uma boa adesão dos trabalhadores em segurança privada na cidade, porém não consegue avançar e acaba se esvaziando. Depois de vários dias paralisados, voltam ao trabalho sem alcançar os objetivos da paralisação.<sup>27</sup>

Em setembro de 1985 os bancários realizam uma greve nacional de grandes proporções.<sup>28</sup> Em Santa Cruz do Sul essa greve vai marcar definitivamente um novo ciclo do movimento dos trabalhadores do município e até mesmo da região. Isso acontece na medida em que há uma grande adesão dos bancários de uma forma geral e, em especial, dos bancos públicos, menos os trabalhadores da Caixa Econômica Federal, que ainda não eram reconhecidos como bancários e não tinham direito a sindicalização. Porém, os empregados da Caixa passaram a trabalhar usando um crachá em apoio aos colegas grevistas dos outros bancos. É nessa greve que vai se originar a oposição à direção do sindicato, direção essa que já vinha desde 1973.<sup>29</sup>

A oposição surge na greve de 1985, que começou a ser organizada através de um grupo de bancários liderados por um jovem do Banco do Brasil, que mais tarde encabeça a chapa de oposição Desperta Bancário, [...] *“eu era líder da oposição no sindicato, era candidato da chapa um, Desperta Bancário, eu ainda não tinha sido eleito. Isso de certa forma despertou a raiva da atual diretoria [...]”*<sup>30</sup>. A direção do sindicato só adere à greve quando ela já é irreversível.<sup>31</sup>

---

<sup>26</sup> A greve do Magistério Estadual em maio de 1985 alcança uma adesão de 97% dos professores de Santa Cruz e tem como reivindicações: Manutenção dos 2,5 salários mínimos de piso; 13º salário; eleição direta para diretores de escola; garantia dos 25% do orçamento do Estado para a educação; fixação de um calendário de pagamentos; suspensão dos remanejamentos arbitrários e solução para as faltas não justificadas dos professores que paralisaram no dia 8/11/1984. Gazeta do Sul (14/05/1985, p. 6 e 7).

<sup>27</sup> Gazeta do Sul (15/06/1985, p. 12).

<sup>28</sup> A greve realizada pelos bancários tem como pauta de reivindicação a trimestralidade na correção dos salários; a incorporação de 25% do abono aos salários; produtividade de 10%; estabilidade no emprego; gratificação semestral e piso de 1,3 mil Cruzeiros, e alcança 90% de adesão dos trabalhadores.

<sup>29</sup> André Beck, ex-bancário do Banco do Brasil, líder da oposição e a partir de agosto de 1986, presidente do Sindicato dos Bancários, foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 1988 e 1992. Em 1994 concorreu a Deputado Estadual, em 1996 não se reelege para a Câmara de Vereadores e no ano seguinte deixa a direção do sindicato e sai do banco em um Plano de Demissão Voluntária. Entrevista n°. 1 com André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>30</sup> Entrevista n°. 1 com André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>31</sup> ANEXO C - Comunicado.

Em seguida, no mês outubro, aconteceu a greve dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal,<sup>32</sup> que tinha como principal bandeira de luta o reconhecimento como trabalhadores bancários e o direito à sindicalização.<sup>33</sup> Esse grupo de trabalhadores era enquadrado como economiários, não gozavam das mesmas conquistas dos demais bancários, como a jornada de trabalho de seis horas e não podiam associar-se ao sindicato dos bancários.<sup>34</sup> Com a aprovação do direito à sindicalização teve início entre os bancários da Caixa Econômica Federal um debate sobre a conveniência da criação de um sindicato dos economiários ou da filiação ao sindicato dos bancários. Os empregados da Caixa Econômica Federal passaram a integrar a base dos sindicatos dos bancários em nível nacional.<sup>35</sup>

Pode-se afirmar que essa foi uma mobilização exitosa<sup>36</sup> já que alcançou os objetivos pretendidos, mesmo que parte dessa conquista se efetivasse apenas em 1987: era preciso que passasse pelo Congresso Nacional um projeto (emenda à CLT) regulamentando e reconhecendo os empregados da Caixa Econômica Federal como bancários.<sup>37</sup> A redução de jornada de trabalho, junto com o direito à sindicalização e, mais o reconhecimento como trabalhadores bancários eram as principais bandeiras de luta desse segmento de trabalhadores durante a década de 1980, sendo que a primeira apenas seria possível com a concretização da última.<sup>38</sup>

---

<sup>32</sup> Gazeta do Sul (31/10/1985, p. 5).

<sup>33</sup> Célia Margit Zingler, foi coordenadora Administrativa do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul, participou como diretora suplente da executiva da Federação dos Bancários do RS, da Comissão sobre a Mulher Trabalhadora da CUT Estadual, Secretária de Organização do PT em Santa Cruz do Sul. Foi conselheira municipal de saúde, secretária (1995/1996) e presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (2001/2003). Concorreu a vereadora em 1986 e a vice prefeita em 2000 pelo Partido dos Trabalhadores. Uma das fundadoras do grupo feminista Movimento Mulher e Cidadania e da comissão criadora e apresentadora do programa feminista Simplesmente Mulher da Rádio Comunitária. Atualmente é diretora presidenta da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (2002-2009) e também conselheira eleita suplente do Conselho Deliberativo da Fundação dos Economitários Federais - FUNCEF. Entrevista n°. 12 com Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>34</sup> Os empregados da Caixa Econômica Federal se organizaram nacionalmente a partir da Federação (FENAE) que reúne as associações estaduais de empregados da empresa. No Rio Grande do Sul, a Associação é conhecida como APCEF/RS que na época era presidida por Sérgio Nunes da Silva, o Serginho. Toda a mobilização foi registrada pelo jornal da Associação o João de Barro, meio de comunicação ainda muito apreciado pelos trabalhadores da empresa. Através de suas páginas pode-se perceber a dimensão da luta da categoria que pleiteava direito a sindicalização, jornada de seis horas, concurso público, trimestralidade e já naquele período lutava pela manutenção da Caixa como banco público. Arquivo APCEF/RS.

<sup>35</sup> O debate era promovido pela Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF-RS, assim como nos demais estados onde as associações estaduais de empregados da caixa fizeram o debate, saiu vencedora a tese de filiação aos sindicatos de bancários existentes no país. Entrevista n°. 12 com Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>36</sup> Zero Hora (05/11/1985).

<sup>37</sup> Zero Hora (06/11/1985).

<sup>38</sup> Para que o reconhecimento fosse possível era necessário que o governo federal enviasse ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o que efetivamente ocorreu após a greve realizada em outubro de 1985.

Contudo, se as mobilizações e greves no país, em especial no Rio Grande do Sul foram intensas, com um número significativo de movimentos paredistas, em Santa Cruz do Sul esses foram os únicos movimentos registrados na imprensa local. Mas não deixam de ser significativos levando em conta que, pela primeira vez acontecem greves envolvendo outras categorias que não o magistério estadual.<sup>39</sup>

#### **1.4 A década ganha e o Novo Sindicalismo em Santa Cruz do Sul**

Se o ano 1985 é de muita agitação política, greves e mobilizações, 1986 não será muito diferente em Santa Cruz do Sul. A cidade, já marcada pelo Novo Sindicalismo, que surge na Greve dos Bancários, começa a viver novos episódios que evidenciam a existência do conflito capital *versus* trabalho. Mas, além disso, há os conflitos internos no movimento sindical. Embates que se tornam visíveis nos processos de eleições sindicais, como: bancários em julho de 1986, comerciários em fevereiro de 1987, metalúrgicos em agosto de 1987, posteriormente na construção civil, alimentação etc. Os conflitos internos do movimento já se manifestaram nacionalmente na discussão que originou a Central Única dos Trabalhadores e a Conclat,<sup>40</sup> seguidas da CGT e, mais tarde, a Força Sindical.

No campo político o ano de 1986 começa com o primeiro plano econômico pós-ditadura militar, o Plano Cruzado, elaborado com o objetivo de sanar os problemas econômicos pelos quais passava o Brasil. Problemas esses gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares que, para alcançar o crescimento econômico, concentraram renda, fazendo aumentar a desigualdade social, arrochando os salários dos trabalhadores.

A principal meta do Plano Cruzado era o controle da inflação, medida que se dava através do congelamento de preços e salários. A questão colocada pelo movimento sindical a

---

<sup>39</sup> Há referências orais sobre uma greve de bancários em 1962, porém não foi encontrada documentação que comprovasse tal greve em Santa Cruz, o certo é que nesse ano realmente ocorreu uma greve nacional da categoria bancária.

<sup>40</sup> “Na greve, centrais disputam o poder”, “CUT anuncia avanço sobre a Conclat”. *Gazeta Mercantil* (06/11/1985).

esse respeito é de que, mais uma vez, o trabalhador seria penalizado, sendo que os preços haviam sido congelados nos patamares mais altos e os salários, por baixo.

Esse plano econômico estava alinhado com os programas dos organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, entre outros. É nesses organismos que o governo brasileiro vai buscar recursos para sustentar sua política econômica e para bancar seus gastos. Portanto, o Brasil, perfilado com os ditames desses organismos internacionais submete-se ao seu receituário de ajuste fiscal e de abertura da economia.

Esse foi também um ano com muita agitação política no estado do Rio Grande do Sul, em decorrência da eleição para governador e dos deputados, que formariam a Assembléia Nacional Constituinte. A eleição para governador foi vencida pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que se utilizou do Plano Cruzado para eleger quase a totalidade dos governadores dos estados do país.

É com esse cenário que os trabalhadores e suas representações sindicais operam e realizam as suas mobilizações e greves. Durante o ano, muitas greves vão ocorrer, principalmente no segundo semestre, quando passam a ser percebidos mais claramente os limites do Plano Cruzado, como, por exemplo: a falta alimentos e a cobrança de ágio em muitos produtos.

Na década de 1980 percebe-se que, mesmo o centro sendo a questão salarial, e a organização sindical permanecendo dentro de uma estrutura corporativista, existem elementos de luta política permeando as outras questões. Um fato importante concorreu para que houvesse esse crescimento da consciência sindical e uma mudança na postura do movimento: a criação da Central Única dos Trabalhadores em 28 de agosto de 1983. A Greve Geral, já citada anteriormente, em julho daquele ano, já mostrava a força dessa organização. É a partir da CUT que muitas mobilizações vão acontecer em âmbito nacional, regional e também local. Sob a influência da nova central, muitas oposições sindicais vão se formar em Santa Cruz do Sul, greves foram realizadas, e ainda ocorreram as disputas em torno das questões populares na Constituinte de 1988, entre outras.

Para o dirigente sindical bancário Cândido Castro Machado:

[...] houve nesse período um pique muito grande. Foi quando filiamos à CUT, e assim outros Sindicatos também tiveram oposição cutista. Tiveram oposição os Sindicatos dos Metalúrgicos, Comerciais e do Vestuário. Era uma época em que se fazia muita oposição à direção dos sindicatos e ganhamos todos esses sindicatos pra CUT [...].<sup>41</sup>

É preciso ressaltar que esse processo, embora os movimentos fossem corporativos e estivessem muito mais voltados para a luta econômica na sua maioria, conta com um elemento político relevante: na primeira metade da década de 1980 o combate ao regime militar e na segunda a luta contra o modelo de Estado, que vem sendo implantado pelo novo governo, o qual frustra as expectativas democráticas. Isso é o que mobiliza e realmente une o movimento sindical. Uma grande parcela desse movimento é ligada à CUT, e é ela quem chama as greves gerais e mobiliza amplos segmentos de trabalhadores do setor público e privado.

Nessa arena, a CUT não tinha competidores e o crescimento do sindicalismo na década de 1980 foi o crescimento da CUT. A CGT não conseguiu romper com seu passado letárgico e corporativo e jamais logrou aumentar o número de filiados nessa década. (CARDOSO, 2003, p. 38).

Para Cardoso, a criação da CUT<sup>42</sup> é o fato mais significativo na história do movimento sindical brasileiro recente, no sentido de unificar as grandes lutas políticas dos trabalhadores e liderar os debates nacionais em relação ao avanço da organização da classe trabalhadora no país, tanto política e ideologicamente quanto nas questões ligadas ao ambiente do mundo do trabalho.

[...] Ela encarnou um tipo específico de sindicalismo, adversário tanto do governo como do capital, e sua ação confrontacionista mostrou-se bastante eficaz como meio de fortalecimento político e social. Nascida em 1983, a CUT tinha quase 2 mil sindicatos filiados em 1989, representando 8 milhões de trabalhadores de todos os

---

<sup>41</sup> Cândido Machado foi presidente do Sindicato por dois mandatos 1989-1995, secretário geral da CUT Regional do Vale do Rio Pardo e Taquari. Com o desmembramento, assume a coordenação da Regional do Vale do Rio Pardo e Jacuí. Ocupou o cargo de Vice Presidente do Partido dos Trabalhadores em Santa Cruz do Sul e de coordenador da Regional do Vale do Rio Pardo. Concorreu a vereador em 2004 e atualmente é o diretor de Comunicação do Sindicato. Entrevista n.º 8, Cândido Machado realizada em 03/07/2008.

<sup>42</sup> Em relação a criação da CUT, é importante destacar a organização desta em núcleos regionais. Essa organização vai perdurar durante um período significativo até ser desativada no país. Porém, no Rio Grande do Sul essa estrutura organizativa permanece até os dias de hoje. No Vale do Taquari e Rio Pardo, o primeiro núcleo da CUT foi criado em 1985, com sede na cidade de Lajeado e abrangendo os municípios dos dois vales. (Gazeta do Sul, 07/09/1985). Em congresso realizado no dia 22 de novembro de 1997 houve a separação das regionais Vale do Rio Pardo e Taquari sendo criada a Regional Vales do Rio Pardo e Jacuí. É nesse momento que a coordenação da regional passa a ser exercida por Cândido Machado do Sindicato dos Bancários que permanece até 2004 quando Jonas Mello do Sindicato do Vestuário. Em 2007 a coordenação volta a ser do Sindicato dos Bancários com Mariane K. Costagnino.



setores econômicos, o que fez dela a instituição virtualmente hegemônica no mercado sindical brasileiro. (CARDOSO, 2003, p. 37-38).

Sobre o reconhecimento social do sindicalismo e o papel da CUT nesse cenário Alves destaca que:

O amplo reconhecimento social do sindicalismo nos anos 80 decorreu de sua prática insubmissa e de confronto. Num cenário de uma economia hiperinflacionária, o sindicalismo da CUT tornou-se, na verdade, o principal baluarte de defesa imediata contra as perdas do padrão de vida dos trabalhadores assalariados do país. Foi cultivando a postura reativo-reivindicativa, intransigente e insubmissa, que conquistaram, contra a manipulação da mídia dominante, um espaço na opinião pública. [...]. (ALVES, 2005, p. 288).

O momento de ascensão do movimento sindical se dá por inúmeras variáveis, entre elas destaca-se o ambiente proporcionado pela luta política contra o regime militar. Essa luta se torna possível a partir de processo de politização dos trabalhadores. Essa politização acontecia através de outra luta, que se dava no terreno econômico (melhores salários, movimento contra a carestia) e esta, para ter sucesso, precisava derrotar o regime militar.

Desse ponto de vista, a combinação de regime militar, uso predatório da força de trabalho, regime fabril despótico, de um lado, e de uma disposição bem clara dos sindicalistas para superar esses limites à cidadania democrática dentro e fora das fabricas, de outro, deu origem ao sindicalismo hoje hegemônico no país e que teve papel importante na renovação da estrutura sindical e na modernização das relações industriais [...]. (CARDOSO, 1999, p. 36).

É interessante observar que a ascensão do sindicalismo brasileiro ocorre exatamente no momento em que o movimento operário internacional passa por uma séria crise:

Há consenso, entre os analistas do sindicalismo mundial, de que a década de 1980 foi crítica para a ação sindical no ocidente. Comparadas ao que a Escola Francesa da Regulação denominou os Trinta Gloriosos, isto é, os anos entre o fim da Segunda Guerra e a metade da década de 1970, as medidas da pujança dos sindicatos caíram em toda parte, com destaque para as taxas de greve e de filiação sindical. [...] a globalização, o que quer que signifique, esteve, nos últimos anos, na base da maioria das explicações das correntes. [...] Em outras palavras, a crise atual do sindicalismo ocidental teria relação com a reestruturação industrial, com transições no mercado de trabalho e com mudanças ideológicas no ambiente nos quais atuam os sindicatos, ao lado do enfraquecimento dos Estados-Nação e de sua habilidade para sustentar serviços de bem-estar, à causa da globalização. (CARDOSO, 2003, p. 24).

Neste mesmo sentido Alves (2000, p. 113) afirma que:

São acontecimentos que caracterizaram um Brasil de esperança, que, entretanto, inseria-se num cenário mundial nada promissor - a mundialização do capital

avançava nos países capitalistas centrais, impulsionada pela política neoliberal (ALVES, 1999). Nesses países, assistíamos a uma crise do sindicalismo e dos partidos de esquerda. O Brasil, um país capitalista importante na geopolítica do "Terceiro Mundo", nos anos 80 estava por fora da nova ordem mundial capitalista instaurada pela globalização. O que viria a seguir, nos anos 90, seria a grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria lá fora, inserindo-se, de modo dependente (e subalterno) na mundialização do capital sob o signo das políticas neoliberais [...].

Para Cardoso (2003), “a década de 1980 foi de tragédia para o sindicalismo no capitalismo avançado”, mas no Brasil, “aqueles foram anos de eficiência e eficácia da ação representativa e organizativa sindical”. Esta situação pode ser verificada pelo crescimento do número de sindicatos no período compreendido entre 1978 e 1989, que foi em torno de 50%.

A tragédia do sindicalismo internacional referida por Cardoso decorre, segundo o autor, da crise do modelo de acumulação capitalista baseada no Fordismo/Taylorismo e na inovação tecnológica que ocorre a partir da primeira metade da década de 1970.

Antunes ao analisar a crise, salienta que:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher - Reagan foi a expressão mais forte; a isso seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2000, p. 31).

A reorganização do sistema capitalista é a resposta para a crise do modelo de acumulação vigente no pós-guerra. Essa reorganização, conhecida como neoliberalismo, nada mais é do que a retomada, em outros patamares, do liberalismo clássico anterior à crise de 1929, com a retirada do Estado das funções de regulação da economia e do sistema produtivo.

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. (HARVEY, 1999, p. 119).

Ainda sobre a crise do fordismo, Harvey (1999, p. 140) diz que:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político.

O neoliberalismo provoca uma nova onda de globalização, o outro movimento é a expansão do imperialismo. Na onda da globalização, o imperialismo vai adentrando aqueles espaços do planeta, quer seja a economia, territórios ou culturas em que ainda não havia adentrado.

Na década de 1980, configurou-se uma nova situação internacional [...]. Os lucros entraram em declínio nos países centrais: esse foi o terreno que levou a burguesia a unificar-se em torno do neoliberalismo. As associações patronais européias e norte-americanas iniciaram uma cruzada contra os direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia. As grandes potências imperialistas trataram de articular, em novas bases, suas áreas de influência. [...] A burguesia imperialista vislumbrou no neoliberalismo a via para contrariar, graças a supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso no capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro, mas, isso não significa que, apenas por esse fato, o neoliberalismo deveria sair vitorioso. Foram condições históricas gerais do período que viabilizaram a ofensiva burguesa e imperialista, motivada pelo descenso das taxas de lucro. (BOITO, 1999, p. 115-116).

O primeiro governo no mundo ocidental com uma plataforma neoliberal a vencer uma eleição é Margareth Thatcher, na Inglaterra em 1979. Em 1980, Ronald Reagan é eleito nos EUA seguido de Kohl em 1982 na Alemanha. A direita neoliberal chega ao poder no país modelo do Estado de Bem Estar Social, a Dinamarca, com Schluter em 1983 (ANDERSON, 2008, p. 11). A partir daí, o modelo neoliberal se instala e começa a se constituir como forma hegemônica no mundo todo. No Brasil isso só acontece 11 anos depois, quando Fernando Collor de Melo assume a Presidência da República, substituído por Itamar Franco, seguido de Fernando Henrique Cardoso, com todas as características do neoliberalismo: privatizações, subtrações de direitos, diminuição de orçamento para políticas públicas, enxugamento de liquidez, abertura de mercado, ataque aos direitos dos trabalhadores, reforma da previdência, etc.

Essas mudanças afetaram diretamente os trabalhadores de um modo geral: seja com o desemprego estrutural provocado pelo novo sistema ou, pelo desemprego conjuntural

decorrente das crises cíclicas da economia, além da redução da remuneração e flexibilização das relações de trabalho.

Os padrões de emprego atuais são menos estáveis e há mais jornadas reduzidas. As taxas de rotação aumentaram, a estabilidade no emprego diminuiu e registra-se uma explosão de formas não tradicionais de emprego - tempo parcial, contratos de curto prazo e trabalho autônomo. [...] De forma semelhante, os sistemas de determinação do salário também estão mudando. [...] Em vista dessas alterações nos padrões de emprego e remuneração, verifica-se que a natureza e a organização do trabalho mudaram. As formas tayloristas de organização do trabalho estão sendo substituídas por sistemas alternativos embasados em equipes, círculos de qualidade e trabalhadores polivalentes. (LOCKE, 1999, p. 209).

Os sindicatos, que vinham de um padrão de organização baseado na estabilidade, proporcionado pelo Estado de Bem-Estar Social, passam a enfrentar dificuldades com a nova situação perdendo força organizativa e representatividade na medida em que os trabalhadores passam a competir entre si nos locais de trabalho, em função da remuneração por desempenho e da nova divisão do trabalho sem hierarquia (LOCKE, 1999, p. 209). Na base dessas mudanças está o contrato temporário de trabalho, as terceirizações, a flexibilização das leis trabalhistas, permitindo aos empregadores um maior arbítrio, isso leva a um *“declínio no poder e influência dos sindicatos em quase todas as nações industrializadas avançadas”* (Idem, p. 213).

Antunes (2000, p. 52-53) contribui para este debate ao destacar que:

[...] é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional [...] do trabalho em equipe, das “células de produção” [...] além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade [...] trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, [...] desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil [...] seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de desenvolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação da crise de acumulação.

E como esses acontecimentos se processam em Santa Cruz do Sul? Como abordado anteriormente, a cidade vive em 1985 suas primeiras experiências grevistas, e, além dos

professores, que já haviam feito greves longas, mais duas categorias vivem essa experiência: os vigilantes e os bancários. Percebe-se também que o movimento sindical em Santa Cruz do Sul mantinha uma estrutura, administrativa e política, sem alterações. Essa era a estrutura existente, possivelmente, desde a criação dos sindicatos no município e que permanece, em boa medida, até os dias atuais.<sup>43</sup>

#### 1.4.1 Os pedreiros do Novo Sindicalismo

Se 1985 é marcado pelas primeiras greves na cidade, 1986 também vai ser um ano de muito debate sobre as questões que envolvem a relação capital e trabalho. A eleição para a direção do Sindicato dos Bancários acontece refletindo a greve de 1986: a oposição vence as eleições com 78% dos votos<sup>44</sup>. Essa eleição é importante porque vai influenciar outras categorias a seguirem o mesmo caminho.<sup>45</sup>

A posse da nova diretoria coincide com o início da campanha salarial (data base é setembro) depois de um processo eleitoral cheio de acusações e de tentativas de fraude<sup>46</sup>, tanto que as eleições, inicialmente marcadas para 26 de junho são transferidas e ocorrem em 7 de julho de 1986. Em 7 de agosto, dia seguinte à posse da diretoria, aconteceu uma paralisação de advertência dos empregados da Caixa Econômica Federal, de uma hora. Essa paralisação foi marcada por distribuição de materiais e explicação dos empregados do banco aos clientes, fazendo notar aos mesmos as condições de trabalho, a insatisfação em relação à empresa e a necessidade de melhorar as condições para que pudessem prestar um atendimento ao público com mais qualidade.<sup>47</sup> Em setembro, a categoria decide entrar em greve. Esta decisão acontece em uma assembléia, com a presença de 190 bancários.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> Isso não quer dizer que não tenham ocorrido disputas importantes com o setor econômico e que seus dirigentes não tenham sofrido retaliações, como no caso do presidente do Sindicato da Alimentação que chegou a ser recolhido após o golpe militar, mas logo liberado.

<sup>44</sup> Ata de apuração das eleições para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul do dia 07 de julho de 1986.

<sup>45</sup> Entrevista n°. 1 com André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>46</sup> Gazeta do Sul (28/06/1986; p. 12; 08/07/1986, p. 8; 05/08/1996, p. 4).

<sup>47</sup> A paralisação realizada dia 07 de agosto de 1986, pelos empregados da Caixa Federal, tinha como propósito protestar contra o plano de ajustes anunciado pela direção da empresa. Gazeta do Sul (07/08/1986, p. 4; 08/08/1986; 16/08/1986, p. 4).

<sup>48</sup> Gazeta do Sul (11/09/1986, Capa).

Uma greve que chamou a atenção nesse ano foi a dos trabalhadores na construção civil em Santa Cruz do Sul.<sup>49</sup> Em resposta à radicalização do setor empresarial nas negociações com a categoria, em não atender suas reivindicações salariais e de melhorias das condições precárias de trabalho, apoiados pela Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do RS, os pedreiros, serventes, ferreiros e carpinteiros da cidade seguiram o exemplo de outras categorias e cruzaram os braços.<sup>50</sup> Segundo Doríbio Grunewald<sup>51</sup> “[...] *não se conseguiu fazer uma negociação ampla com o sindicato patronal, até pela intransigência como eles sempre se comportaram, essa que é a verdade*”.

Ainda segundo o entrevistado, em termos proporcionais, foi a maior adesão de trabalhadores a uma paralisação ocorrida na cidade.

[...] onde, de 1.400 trabalhadores, por 22 dias se ocupou a Praça da Bandeira diariamente numa média de 1.000 a 1.200 trabalhadores quer dizer que, nunca na história do Movimento Sindical em nossa região, e eu digo no Brasil nós conseguimos juntar esse número de pessoas em torno de um movimento [...].<sup>52</sup>

Para solucionar o impasse, Doríbio Grunewald relata que foi preciso usar de outras artimanhas para furar o bloqueio imposto pelas maiores empresas do setor nas negociações, estabelecendo, por exemplo, acordos individuais, “*algumas empresas começaram a conceder as vantagens que se buscava então se fazia negociações e se excluía aquelas empresas, e o movimento foi enfraquecendo até que acabou terminando o movimento como todo [...]*”<sup>53</sup>, e aos poucos os trabalhadores dessas empresas foram voltando ao trabalho e forçando as demais a aceitarem os acordos firmados com as primeiras.

<sup>49</sup> Uma observação que me parece importante salientar é a de que as notícias dessa greve invariavelmente aparecem na página destinada a notícias policiais do Jornal Gazeta do Sul. Edições de 25/09 e 29/09/1986.

<sup>50</sup> “Greve na Construção Civil tem 70% de adesão”. Gazeta do Sul (30/09/1986, capa).

<sup>51</sup> O Sindicato contava com a assessoria jurídica e política de Doríbio Grunewald. Advogado trabalhista, com atuação na assessoria de vários sindicatos de trabalhadores no município e com destaque na sua atuação política como vereador eleito pelo PMDB e depois pelo PT. Concorreu a Deputado Federal em 1986 e a prefeito em 1996 pelo PT. Polêmico, adotou sempre uma postura de confronto com o empresariado e de radical defesa da classe trabalhadora, chegando a desacatar um juiz do trabalho que decretou sua prisão, fato esse de grande repercussão na cidade fazendo com que a OAB local interferisse para resolver o impasse. O fato curioso desse episódio é que o juiz do trabalho e presidente da junta local era seu compadre e amigo pessoal, amizade essa abalada por causa do desentendimento. Gazeta do Sul (28/05/1985, Capa). Mais tarde, o juiz do trabalho acabou revendo a prisão do advogado que o acusa de tentar de afastá-lo da defesa de seus clientes, os trabalhadores. Gazeta do Sul (30/05/1985, p. 5).

<sup>52</sup> Entrevista nº 4, com Doríbio Grunewald, realizada em 22/04/2008.

<sup>53</sup> Idem.

Além dessas duas greves, que foram realizadas com mais intensidade e representaram uma referência quando se analisa a mobilização dos trabalhadores em Santa Cruz do Sul, outras paralisações ocorreram e fazem parte desse rol de atividades sindicais que mudaram o perfil do movimento sindical na cidade. Uma dessas greves foi a dos professores das escolas particulares, principalmente dos Colégios Mauá e São Luiz, que fazem uma curta greve reivindicando índices mais elevados de reposição salarial. Essas greves estão dentro de uma mobilização estadual da categoria, e também, a exemplo dos bancários de Santa Cruz, é no momento de mobilização que surge uma chapa de oposição ligada a CUT. Só que nesse caso o Sinpro (Sindicato dos Professores de Escolas Particular), é um sindicato de base estadual.

Em 1986 acontece uma greve geral comandada pela CUT e CGT. Pela primeira vez os sindicatos locais se dispõem a discutir a possibilidade de adesão à Greve Geral que está sendo convocada pelas Centrais Sindicais. De acordo com notícias veiculadas na imprensa local, várias plenárias e reuniões<sup>54</sup> são feitas e definem que cada sindicato deve convocar uma assembléia para o dia 10 de dezembro, para decidirem sobre a adesão.<sup>55</sup>

Os resultados das assembléias, na sua maioria, foram a favor da Greve Geral:

- Alegando falta de clareza nos objetivos da greve o presidente do 18º Núcleo do CPERS comunica a decisão dos professores estaduais pela não participação da Greve Geral;<sup>56</sup>
- A diretoria do Sindicato da Construção Civil e Mobiliário é a favor, mas não obtém quorum na assembléia e transfere a decisão;<sup>57</sup>
- O Sindicato dos Bancários, com a presença de 50 trabalhadores define pela participação na greve por unanimidade;<sup>58</sup>
- Com a participação de 108 trabalhadores, o Sindicato da Alimentação e Fumo, decide pela adesão;<sup>59</sup>
- Sindicato dos Metalúrgicos, com 80% dos votos dos 35 trabalhadores que participam da assembléia, decide pela adesão;<sup>60</sup>

<sup>54</sup> Gazeta do Sul (06/12/1986, p. 8).

<sup>55</sup> Gazeta do Sul (09/12/1986, p. 6).

<sup>56</sup> Gazeta do Sul (11/12/1986, capa).

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

- Com a unanimidade dos 50 trabalhadores em assembléia, o Sintravestuário define que não vai aderir à greve;<sup>61</sup>

O Sindicato dos Comerciários, com a maior participação nas assembléias realizadas entre os sindicatos (350 trabalhadores), decide em não aderir à paralisação. Em declaração ao jornal Gazeta do Sul o presidente dos comerciários declara que “a categoria considera o momento impróprio para a paralisação”.<sup>62</sup> Posição semelhante já havia sido manifestada, inclusive alegando o “momento inoportuno para a realização da greve geral”, na paralisação do dia 21 de junho de 1983.

O que se verifica é que a Greve Geral teve uma boa repercussão na cidade, no entanto com pouca adesão dos trabalhadores. Mesmo os sindicatos que aprovaram a adesão nas assembléias não conseguiram mobilizar suas categorias no sentido de paralisarem as atividades.

O Jornal Gazeta do Sul, na edição do dia 13 de dezembro de 1986, faz a seguinte chamada para a matéria de capa: “Dia Nacional de Paralisação em Santa Cruz: Greve sem incidentes e com poucas adesões.” A matéria que segue diz que:

O dia de ontem foi tranqüilo em Santa Cruz. Efetivamente, o movimento grevista decretado pela CGT e CUT não encontrou respaldo junto aos trabalhadores locais, que preferiram comparecer até seus empregos como se nada tivesse acontecendo, contrariando de certa forma, a vontade de muitos sindicatos que tinham decidido dar apoio à mobilização. Por parte dos organizadores, o saldo positivo foi a conscientização da população em geral que, segundo disseram, tomou pé sobre as perdas acarretadas pelo Plano Cruzado. (GAZETA DO SUL, 13/12/1986, capa).

As maiores adesões ocorreram no setor do fumo e alimentação. Segundo a direção da CIA de Fumos Souza Cruz, em entrevista à imprensa, 30% dos trabalhadores de um setor específico pararam. De acordo com o relato do ex-dirigente do sindicato Raul Lütjohann, a paralisação ocorre de uma forma espontânea, muito mais por conta de uma inconformidade

---

<sup>61</sup> Ata de assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Santa Cruz do Sul, realiza em 10 de dezembro de 1986.

<sup>62</sup> Gazeta do Sul (11/12/1986, capa).



dos trabalhadores daquele setor em relação ao dissídio da categoria, que não se resolvia, do que pela mobilização do sindicato para a greve geral.<sup>63</sup>

A outra empresa a acusar uma paralisação importante de seus trabalhadores foi o Frigorífico Excelsior (a direção da empresa informou que 54% dos trabalhadores deixaram de trabalhar no dia 12 de dezembro).<sup>64</sup> Essa foi a maior adesão de trabalhadores à Greve Geral em Santa Cruz do Sul. Os Bancários praticamente não pararam e o setor de metalurgia também não registrou paralisações.

As justificativas dos dirigentes para a baixa adesão são as mais variadas. Dentre os que tinham decidido em assembléia a sua adesão, os bancários justificam que a categoria havia saído em outubro de uma greve desgastante e que por isso os trabalhadores não atenderam o chamado do sindicato.<sup>65</sup> Já entre aqueles que definiram pela não adesão à greve, o sindicato dos trabalhadores na construção civil, por exemplo, também expressa o mesmo argumento - optou-se pela não participação na paralisação, comandada pelas centrais sindicais em função do desgaste sofrido na greve da categoria em outubro.

A falta de participação dos trabalhadores na greve demonstra que o nível da consciência de classe dos trabalhadores ainda era baixo. Por outro lado, a organização sindical ainda é débil nesse sentido e se organiza nos moldes corporativos da estrutura sindical Varguista. As Centrais Sindicais, principalmente a CUT, ainda não tem uma maior participação nos debates e na construção sindical local.

As direções sindicais por seu turno são as mesmas da década anterior e estão acomodadas em seus cargos e acostumadas ao modelo do sindicalismo de colaboração de classe que imperou durante o regime militar. A exceção era o Sindicato dos Bancários, que nesse mesmo ano tinha eleito uma diretoria com perfil oposicionista.<sup>66</sup>

Mesmo considerando a baixa adesão à Greve Geral, verifica-se uma mudança de postura em relação a esse tipo de movimento por parte de alguns sindicatos. O Sindicato da

---

<sup>63</sup> Raul Lütjohann participou da diretoria do Sindicato da Alimentação e em 1990 compôs a chapa de oposição a direção. Foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores em 1986 e candidato a Vereador em 1988, atualmente é advogado. Entrevista n° 9 com Raul Lütjohann, realizada em 04/07/2008.

<sup>64</sup> Gazeta do Sul (13/12/1986, capa e p. 6).

<sup>65</sup> André Beck em entrevista a Gazeta do Sul na edição de 13/12/1986, p. 6.

<sup>66</sup> Ver capítulo III.

Alimentação, ao contrário da greve geral de 1983, em 1986, não só se manifestou a favor como participou junto com outras entidades que organizaram ou tentaram organizar a greve em Santa Cruz do Sul, com chamada de assembléia e aprovação da proposta de adesão ao movimento.

A transformação está no fato de que os dirigentes deixam de ser refratários aos movimentos nacionais dos trabalhadores e passam a acompanhar, ou, ao menos, a discutir a possibilidade de acompanhar as manifestações e atos que ocorrem em nível nacional. Se a greve fracassou em seu intuito de mobilizar uma grande massa de trabalhadores para posicionarem-se contra as medidas do governo, obteve sucesso por ter plantado uma semente em um solo fértil. É importante considerar que Santa Cruz do Sul é uma cidade de porte médio e com grande número de trabalhadores na área urbana, na indústria, no comércio e no setor de serviços, mas com pouca ou quase nenhuma atividade sindical que mobilizasse os trabalhadores na busca de seus direitos.

Se no ano anterior a greve dos bancários marcou a história do movimento sindical em Santa Cruz do Sul é em 1986 que se afirma definitivamente o novo momento da organização dos trabalhadores na cidade. O Sindicato da Construção Civil, embora não tenha permanecido entre aqueles que organizam a CUT no município e tenha se afastado do caminho do sindicalismo surgido no ABC paulista no final dos anos 1970, é uma referência importante para a consolidação desse novo momento da vida sindical na cidade.

O ano de 1986 tem essa marca de afirmação de um novo momento na organização dos trabalhadores e de um maior protagonismo de suas entidades de classe. O ano seguinte vai ser o marco fundamental no que diz respeito à adesão dos trabalhadores aos movimentos empreendidos pelos seus sindicatos. E, mais uma vez, se destaca a presença do Sindicato dos Bancários e do CPERS, sendo os “pontas de lança” dessas mobilizações.

Destacam-se também, no ano de 1987, outras categorias como comerciários e rodoviários. Em fevereiro já acontece a eleição do Sindicato dos Comerciários<sup>67</sup>, onde pela primeira vez na história ocorre uma disputa pela direção da entidade. A disputa desse sindicato é também fruto de uma mobilização na campanha salarial em fins de 1986, onde um

---

<sup>67</sup> Gazeta do Sul (07/02/1987, p. 2).

grupo de trabalhadores faz o enfrentamento dentro das assembleias, questionando a condução da campanha salarial feita pela direção.<sup>68</sup> A eleição foi vencida pela chapa de situação, considerada pelos sindicalistas que estavam apoiando a oposição como a chapa dos patrões como relata Gilberto Saraiva<sup>69</sup> do Sindicato dos Metalúrgicos,<sup>70</sup> *“O Afonso<sup>71</sup> foi o cara bancado pelos patrões, como ia ter oposição, uma chapa do PT, os patrões botaram dinheiro, depois o ‘Afonso virou o cocho’”*.

Outra eleição que ocorreu foi a do Sindicato dos Metalúrgicos, onde uma chapa identificada com o PT e a CUT disputa e vence as eleições.<sup>72</sup> No entanto, embora sendo muito importante, essas duas eleições apenas se inscrevem como mais um entre outros elementos de igual relevância para que o movimento sindical santa-cruzense passe a figurar no cenário sindical do estado. Entre as situações mais importantes, a que recebe maior destaque é o novo Plano Econômico que, segundo a visão dos líderes sindicais da época, promove mais arrocho salarial e exige mais dos trabalhadores, que se percebem como os pagadores da conta dos desacertos e dos mal sucedidos planos econômicos implantados no país.

O Plano Cruzado II sofre sérias contestações desde o seu anúncio pelo governo. Já no mês de janeiro o Sindicato dos Bancários anuncia a probabilidade de paralisar as atividades em março por conta da discussão a respeito de uma reposição salarial semestral.<sup>73</sup> Os professores estaduais, por sua vez, também apontam para a possibilidade de começar o ano letivo com mais uma greve. Bancários e magistério estadual realizam em 1987 as maiores greves de sua história até o momento.

A greve dos bancários tem duração de 10 dias (24 de março a 03 de abril), com 90% de adesão em Santa Cruz do Sul. Caracterizou-se por intensas mobilizações e atos na Praça

---

<sup>68</sup> Entrevista n°. 6, Olgário Vogt realizada em 07/05/2008.

<sup>69</sup> Gilberto Saraiva Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Cruz do Sul. Saraiva assumiu na diretoria do Sindicato logo após a eleição de 1988 em uma complementação da diretoria no cargo de vice presidente. Em 1990 rompeu comandou uma oposição cutista a essa mesma direção sendo eleito presidente do sindicato. Foi presidente da União das Associações de Moradores de Bairro de Santa Cruz do Sul, presidente da Associação de Moradores do Bairro Verena. Atualmente é presidente do Conselho Municipal de Saúde, cargo que já exerceu por diversas vezes.

<sup>70</sup> Entrevista n°. 3, Gilberto Saraiva realizada em 03/04/2008.

<sup>71</sup> Afonso Schwengber presidente do Sindicato dos comerciários de Santa Cruz do Sul e Região. Afonso faz parte da diretoria do sindicato desde a gestão que começa em 1984, em 1987 assume como presidente. Em 1988 concorre a vereador pelo PSB ficando como primeiro suplente, por ocasião da eleição do titular, Sérgio Moraes que já estava no PTB, a Deputado Estadual em 1990, Afonso assume como titular na Câmara de Vereadores. Em 2008 concorreu a prefeito pelo PSTU.

<sup>72</sup> Gazeta do Sul (27/08/1987, p. 3).

<sup>73</sup> Gazeta do Sul (05/03/1987, p. 3).

Getúlio Vargas, a maioria dos bancos se localiza nas proximidades daquele espaço da cidade. Nos bancos privados, a paralisação é quase total, apenas uma parcela dos bancários do Bradesco e do Banco Real não aderiu à greve. Nos bancos públicos, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil a paralisação foi total, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), apenas os gerentes e cargos comissionados permaneceram trabalhando.<sup>74</sup>

O magistério estadual paralisa as atividades por 96 dias<sup>75</sup>, o que significa a maior greve da história da categoria até o momento. Em termos de adesão também é uma das mais significativas, com 95% da categoria paralisados, inclusive com um número significativo de professores lotados na 6ª Delegacia Regional de Educação. Mais uma vez, os professores recebem manifestações de apoio a sua mobilização, de praticamente todos os sindicatos de trabalhadores do município, como já havia ocorrido em outros momentos<sup>76</sup>.

Junto com a greve dos bancários e do magistério estadual aconteceu a greve dos trabalhadores no transporte coletivo intermunicipal. Essa greve atingiu proporções não esperadas pelos organizadores, tendo a adesão quase total dos trabalhadores dessa categoria.<sup>77</sup> A mobilização contou com a liderança de Aldorino Melchior, uma das grandes lideranças sindicais que surgiram no período e que, mais tarde, vai concorrer a vereador pelo PT.

Ainda em 1987, outras greves importantes ocorreram, duas delas no setor público: dos agentes da polícia civil e dos trabalhadores do judiciário estadual. Os trabalhadores do judiciário paralisaram duas vezes nesse ano. A primeira durou cinquenta dias, de 8 de abril a 28 de maio e a segunda, já no final do ano, teve uma duração de seis dias. O fato inédito, no estado e conseqüentemente em Santa Cruz do Sul<sup>78</sup> foi o nível de adesão à paralisação, inclusive dos juízes.

No setor privado, aconteceu a paralisação dos professores particulares. O SINPRO-RS, Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul representa os professores de escolas e universidades da rede privada e comandou a mobilização. Foi a primeira greve a ser

---

<sup>74</sup> Gazeta do Sul (28/03/1987, p. 6).

<sup>75</sup> A pauta de reivindicações era: Garantia do Plano de Carreira; não discriminação dos aposentados; garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal que previa a estabilidade a esses professores. Disponível em: <<http://www.cpers.com.br/porta12/historia/3-greves.pdf>>. Acesso em: 22/05/2008.

<sup>76</sup> Gazeta do Sul (06/06/1987, p. 11).

<sup>77</sup> Gazeta do Sul (23/06/1987, p. 6).

<sup>78</sup> Gazeta do Sul (31/12/1987, caderno retrospectiva).

decretada pelos professores por essa categoria. A paralisação durou 18 dias, de 25 de abril a 12 de maio.<sup>79</sup> Em Santa Cruz do Sul, a paralisação foi tímida, com adesão de alguns professores das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC) e da Escola Educar-se.<sup>80</sup> Nesse mesmo ano, em outubro, durante o Congresso da categoria foi criada a Delegacia do Sindicato no município.

Em 1987, aconteceu outra greve geral, convocada pelas Centrais Sindicais. Diferentemente das outras, teve uma adesão significativa dos trabalhadores de diversas categorias profissionais. A paralisação, comandada pelas centrais sindicais, aconteceu em junho daquele ano e contou com o envolvimento de vários sindicatos, mesmo daqueles que não estavam filiados a nenhuma central.<sup>81</sup>

Sindicatos como o dos trabalhadores na indústria do vestuário, que na greve geral de 1986 tinha decidido pela não participação no movimento, agora optam pela paralisação,<sup>82</sup> comerciários da mesma forma. Conforme um dos entrevistados, o presidente do Sindicato dos Bancários, os trabalhadores do setor do vestuário que aderiram à greve estavam mais concentrados numa empresa de confecções conhecida como Arcal. Essa empresa vinha apresentando dificuldades e seus trabalhadores estavam descontentes, principalmente pelos seguidos atrasos no pagamento dos salários.

Começamos os piquetes no distrito industrial, fazendo falas na frente das fábricas, chamando os bancários os comerciários, enfim, movimentamos a cidade toda. Todo o pessoal da confecção, que era a Arcal, a Pitt. Como o maior foco de descontentamento estava na Arcal, nossa maior adesão foi ali. Tínhamos umas 500 pessoas na passeata, vindo em direção ao centro da cidade. A Brigada Militar acompanhou a passeata, olhando perplexa, porque era um panelaço, as pessoas foram convidadas a trazerem suas panelas e protestar.<sup>83</sup>

Segundo notícia publicada na imprensa local, no dia da paralisação muitos atos, caminhadas e manifestações aconteceram fazendo com que o movimento parecesse maior do que realmente era<sup>84</sup>. Porém, o movimento não passa em branco quanto à reação da classe

---

<sup>79</sup> O acordo com o Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino, Sinepe/RS, não avançou muito, mas as negociações por escola chegaram a reajustes de até 226%.

<sup>80</sup> Gazeta do Sul, (30/04/1987, p. 8 e 9).

<sup>81</sup> Gazeta do Sul (18/08/1987, p. 6).

<sup>82</sup> Participaram da assembléia que decidiu pela adesão ao movimento nacional, 66 pessoas que votaram de forma unânime a favor da participação da categoria na greve geral. (Ata da assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Santa Cruz do Sul em 17 de agosto de 1987).

<sup>83</sup> Entrevista n°. 1 André Beck.

<sup>84</sup> Gazeta do Sul (22/08/1987, p. 14).

patronal, principalmente dos representantes dos lojistas, que fazem pressão sobre os trabalhadores do comércio e provocam um debate público com os representantes dos trabalhadores. Esse debate vai deslizar para o campo dos ataques pessoais e apelo dos empresários para que seus empregados não aderissem ao movimento. O principal argumento era que tinha somente finalidades políticas,<sup>85</sup> e, como esse argumento não foi suficiente, foram utilizadas ameaças de demissões e corte de salários.<sup>86</sup>

Os jornais apresentam notas de repúdio dos empresários contra as entidades sindicais e, fundamentalmente, contra o Sindicato dos Comerciários, apontando para o descontentamento com a nova direção do sindicato, que fora eleita em fevereiro<sup>87</sup>. Segundo os empresários, essa diretoria estaria quebrando uma tradição de mais de vinte anos de convívio fraterno e cordial entre trabalhadores e empregadores.<sup>88</sup>

Em nenhum outro momento houve tamanha movimentação dos trabalhadores na cidade, ainda que Santa Cruz do Sul seja um pólo industrial. Pela primeira vez é possível perceber o alinhamento dos trabalhadores urbanos do município e de suas entidades representativas, com os movimentos nacionais. Embora não fosse uma paralisação de grandes proporções ela é significativa, pois coloca as questões nacionais dos trabalhadores no debate do dia e a cidade no mapa do movimento sindical brasileiro.

O jornal Gazeta do Sul em sua edição de final de ano de 1987 definiu como “o ano das greves em Santa Cruz”, chegando a merecer destaque no caderno Retrospectiva Anual.<sup>89</sup> Nessa retrospectiva, o jornal lembrou os principais movimentos dos trabalhadores, confirmando assim a importância das mobilizações e o quanto essa situação era nova para a cidade.

Uma situação que parece concorrer ativamente para esse crescimento é o debate promovido pelas entidades sindicais em torno da nova Constituição, que vinha sendo discutida pela Assembléia Nacional Constituinte.<sup>90</sup> Essas discussões aproximam os sindicatos,

---

<sup>85</sup> Gazeta do Sul (20/08/1987, p. 6).

<sup>86</sup> Os sindicatos que participaram da paralisação fazem a denúncia através de uma nota paga no Jornal Gazeta do Sul. A referida nota foi publicada pelo jornal na página 8 da edição do dia 25/08/1987.

<sup>87</sup> Sobre a eleição aqui referida ver o capítulo III.

<sup>88</sup> Gazeta do Sul (12/12/1987, capa).

<sup>89</sup> Gazeta do Sul, (31/12/1987, caderno retrospectiva).

<sup>90</sup> Gazeta do Sul, (17/10/1987, p. 9).

que cogitam a criação de uma associação intersindical, proposta já abordada em reunião entre dirigentes sindicais em 1985 e que será incorporada pelo presidente do Sindicato dos Bancários.<sup>91</sup>

### **1.5 Os servidores públicos municipais e o direito de greve**

Os servidores públicos municipais, que até então não figuravam na organização sindical, começaram a aparecer em 1988. Não figuravam enquanto categoria organizada em sindicato, mas de alguma forma já se manifestavam, através de suas associações, como a dos professores municipais, criada em 1986.<sup>92</sup> Entretanto, é a partir de 1988 que a associação começa a atuar de forma mais significativa, com caráter reivindicatório, assumindo de alguma forma o papel sindical.

O servidor público até àquele momento não tinha direito à sindicalização e, por conseguinte, não tinha direito a fazer greve. Estes direitos somente foram garantidos com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Até então, o Executivo das três esferas dispunha da prerrogativa de decidir como, quando e de que maneira os trabalhadores do setor público executariam o seu trabalho e como seriam remunerados.<sup>93</sup>

A atuação da Associação dos Professores Municipais é organizada enquanto ocorre o debate sobre o plano de carreira do magistério, em 1986 e 1987.<sup>94</sup> Já em 1988, a associação passou a ter uma ação mais incisiva nas questões sindicais, principalmente em relação à reposição salarial, foi quando se iniciou a discussão da transformação da associação em sindicato, na expectativa da aprovação desse direito na Constituição.

---

<sup>91</sup> No dia 22 de março de 1985, sob a presidência de João Rauber, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Cruz do Sul, dirigentes de vários sindicatos discutiram a possibilidade da criação de uma associação que congregasse todos os sindicatos da cidade. No entendimento dos mesmos, essa entidade daria um maior poder de organização e força nas suas reivindicações. Surgia nesse momento a discussão da Intersindical que vai se concretizar alguns anos mais tarde sob a liderança dos sindicatos ligados a CUT, principalmente o dos Bancários. (Gazeta do Sul, 28/03/1985).

<sup>92</sup> Embora a associação desse início às atividades de cunho sindical de uma forma mais efetiva em 1988, já em 1986 aparece nas discussões em torno da proposta de plano de carreira apresentada pelo Executivo Municipal e em debate na Câmara de Vereadores. Riovale Jornal, (08/10/1986). No mesmo ano os professores em assembléia criticam o plano de carreira proposto e chegam a admitir a possibilidade de uma greve. Gazeta do Sul (09/10/1986); Riovale Jornal (08/10/1986).

<sup>93</sup> Sobre o tema da sindicalização do servidor público ver BRITO FILHO, José Monteiro de. A Sindicalização no Serviço Público. Curitiba: Genesis 1996.

<sup>94</sup> Gazeta do Sul (04/10/1986, p. 9).

No ano de 1988 ocorrem eleições municipais que alteram a conjuntura política. A situação do executivo municipal é bastante delicada, a campanha já está nas ruas. Um partido em especial começa a se fortalecer com toda a movimentação dos trabalhadores, é o Partido dos Trabalhadores, que disputa as eleições municipais e por muito pouco não logra êxito. O grande saldo do pleito para o movimento sindical foi a eleição de três vereadores ligados ao movimento.<sup>95</sup> É nesse ambiente que a Associação dos Professores Municipais começou a se movimentar e aponta para a primeira greve do serviço público municipal na história da cidade.<sup>96</sup>

Santa Cruz do Sul, que já convivia com a realidade das greves e a organização dos trabalhadores, vê os servidores públicos municipais se movimentando e ameaçando paralisar as atividades. Porém, segundo declarações de Alberto Heck,<sup>97</sup> não foi tarefa fácil a organização dos trabalhadores do serviço público municipal, tendo em vista que: primeiro, em grande medida os trabalhadores da prefeitura não tinham estabilidade, não existia a contratação por concurso público e isso facilitava os “apadrinhamentos”; segundo, a pressão do patrão, no caso o prefeito e os secretários municipais, era exercida de forma direta sobre os trabalhadores; esse problema vai se verificar quando o magistério municipal resolveu definitivamente entrar em greve no mês de agosto de 1988.

[...] em 1988, nós vamos fazer uma greve de dez dias só dos professores municipais, e nós fizemos uma caminhada pela rua central. Quando nós passamos do lado da Secretária da Agricultura, o pessoal que estava na frente da passeata foi atingido por ovos e tomates atirados pelos próprios colegas servidores da Prefeitura. Para ver como funcionava a pressão. Aquela vinculação política. [...] E então, o pessoal sentia aquilo como uma ofensa ao prefeito, ao patrão deles, e no caso dos servidores municipais acabaram agredindo os professores durante essa passeata. Nós relevamos

---

<sup>95</sup> Os vereadores eleitos foram: O jovem André Beck, que aos 18 anos havia sido eleito presidente do Sindicato dos Bancários em 1986; Elói Hirsch, que fora eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em 1987 (combativo líder metalúrgico Elói Hirsch deixa o PT e ingressa no PTB e mais tarde no PDS. Com isso acaba saindo do cenário sindical e partidário, é possível supor que os trabalhadores que o elegeram para a presidência do sindicato, e depois para vereador, não entenderam as suas sucessivas mudanças de agremiação partidária); Doríbio Grunewald, já era vereador desde 1982 pelo PMDB e por conta de sua atuação junto aos sindicatos de trabalhadores sai do PMDB e entra para o PT em 1986. Vários outros sindicalistas concorrem à vereança nessas eleições e fazem votações importantes: Raul Lütjohann, do Sindicato da Alimentação e Aldorino Melchior dos Rodoviários PT; Afonso Schwengber concorre pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) alcançando a primeira suplência. No ano seguinte se filia no PT e, em 1990, assume a cadeira de Sérgio Moraes que se elegeu deputado (Sérgio Moraes foi eleito vereador em 1988 pelo PSB, logo depois ingressa no PTB onde concorre a Deputado Estadual, com isso Afonso, que é seu suplente, assume a vereança mesmo estando no PT).

<sup>96</sup> Gazeta do Sul (13/08/1988, p. 8).

<sup>97</sup> Alberto João Heck, presidente do sindicato dos Professores Municipais. Foi eleito vereador pelo PT em 1996, nas eleições seguintes não conseguiu reeleger-se ficando como primeiro suplente em 2000, 2004 e 2008. Em janeiro de 2009 assumiu com Secretário Municipal do Meio Ambiente.



isso, porque nós apostávamos que em um determinado momento se o nosso movimento vingasse a consciência sindical, a consciência política dos servidores municipais também mudaria bastante.<sup>98</sup>

A greve dos professores municipais ocorreu em agosto de 1988, após uma negociação realizada em junho. Os professores reivindicavam uma reposição salarial de 84,5% e após várias negociações com o executivo fecham uma proposta de 30% em junho e 15% em julho, mas com a promessa de retomar as negociações em agosto. Em assembleia, com a presença de pouco mais de 100 professores, a proposta é aceita com 49 votos contrários e 57 votos favoráveis. O escore apertado nessa votação indicou que a categoria não ficou satisfeita e que uma parcela significativa dos professores queria continuar a negociação naquele momento. Uma nova assembleia foi marcada para o dia 18 de julho e a situação novamente avaliada.<sup>99</sup>

A avaliação dessa assembleia foi que a Prefeitura não estava cumprindo com o prometido e intensificou-se a mobilização da categoria, que começa a cogitar a possibilidade de uma paralisação. As negociações não avançavam, este impasse que é determinante para a decretação da greve da categoria. De um lado os professores exigiam uma reposição salarial de 85% e o estabelecimento de um piso de dois salários mínimos nacional, eleições diretas para diretores de escola, a participação das escolas na distribuição dos recursos do município, reelaboração dos currículos e material didático; de outro, a Prefeitura argumentou que não existiam condições de atender as reivindicações dos professores porque o município passava por problemas financeiros. Seguiu-se uma série de reuniões e atividades da Associação dos Professores Municipais no sentido de unir a categoria para a realização do que seria a primeira greve do funcionalismo público municipal.<sup>100</sup>

Em 17 de agosto teve o início a greve.<sup>101</sup> Começou uma guerra de informações, notas publicadas nos jornais, números que se desencontravam. A Associação dos Professores afirmava que 85% da categoria adere à greve, a Prefeitura dizia que esse número era bem reduzido e que a maioria das escolas funcionava normalmente. A Associação divulgou nota de esclarecimento aos pais e à comunidade, dando a sua versão e pedindo que os pais não

---

<sup>98</sup> Entrevista n°. 5 Alberto Heck realizada em 27/05/2008.

<sup>99</sup> Gazeta do Sul (14/06/1988, p. 8).

<sup>100</sup> Gazeta do Sul (16/08/1988, p. 8).

<sup>101</sup> A decisão pela greve foi definida em uma assembleia no dia 13 de agosto de 1988, Com a presença de 211 professores. Por unanimidade, decidiram não aceitar a proposta do Executivo Municipal e iniciam a organização da greve. O que antes estava no campo da ameaça e das possibilidades agora é uma realidade. Santa Cruz, que já conhecera as greves do magistério estadual, em 1987, vivera uma onda de greves do setor privado, agora se deparava com uma greve dos professores municipais. Gazeta do Sul (18/08/1988, p. 12).

encaminhassem seus filhos à escola. A prefeitura, por sua vez, fez o contrário: apela aos pais para continuarem mandando os filhos para a escola.<sup>102</sup>

Alguns sindicatos publicaram nota nos jornais apoiando a greve e as reivindicações dos professores. Outros apoiaram essa nota e algumas associações de moradores de bairro fizeram o mesmo. Essa atitude respaldou a posição dos professores e fortaleceu a luta da categoria na busca de melhorias salariais.<sup>103</sup>

A greve durou dez dias e terminou sem que os professores alcançassem os 85% de reajuste pretendidos.<sup>104</sup> A prefeitura, através do prefeito, assumiu o compromisso de não haver perseguição aos grevistas e nem demissões, bem como, o pagamento dos dias parados. O acordo foi intermediado pelo Tribunal Regional do Trabalho em Porto Alegre. Mesmo não tendo alcançado os valores que desejavam, os dirigentes da Associação dos Professores avaliaram como positivo o desfecho da greve. A categoria saiu unida e em condições de continuar na luta para atingir os objetivos que não foram alcançados nessa primeira greve.<sup>105</sup>

## 1.6 Do confronto à negociação

Os bancários depois de 1985 realizaram greves todos os anos e, em 1988, não foi diferente. Esse foi marcado pela forte adesão dos trabalhadores em bancos privados. Entre os bancos públicos apenas os bancários do Meridional participaram da mobilização, os dos Bancos do Brasil e Banrisul não aderem à greve.<sup>106</sup>

<sup>102</sup> Gazeta do Sul, 25/08/1988, nota oficial assinada pelo prefeito municipal.

<sup>103</sup> Entidades que assinam nota de apoio aos professores municipais: Delegacia Sindical dos Auxiliares em Administração Escolar, Sindicato dos Empregados na Indústria da Construção Civil e Mobiliário, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e do Fumo, Sindicato dos Comerciantes, Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul, Associação dos Professores Universitários do Vale do Rio Pardo e Associação dos Moradores do Bairro Arroio Grande; Entidades que apóiam a nota: Diretório Central dos Estudantes da FISC, Associação dos Moradores da Vila Verena, Sindicato dos Bancários, 18º Núcleo do Cpers, Sindicato dos Metalúrgicos, Associação dos Moradores do Bairro Belvedere, Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, Círculos de Pais e Mestres das escolas Luiz Schroeder e Frederico Assmann, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Borracha, Diretório Acadêmico de Filosofia. Gazeta do Sul, (22/08/1988).

<sup>104</sup> No dia 25 de agosto, os professores decidiram pela suspensão da greve, aceitando a proposta da prefeitura de um reajuste de 25% que somados aos anteriores totalizava 75%.

<sup>105</sup> Entre os bancos privados apenas os trabalhadores do Bradesco, Real e BCN não pararam alegando pressão por parte das chefias do banco. Gazeta do Sul (27/08/1988, p. 8). Embora em Santa Cruz os trabalhadores do Banco do Brasil não tenham aderido à greve nacional da categoria, a adesão em nível nacional foi expressiva, ao ponto do Governo Federal transferir as contas do Tesouro para o Bradesco, como forma de escapar da greve.

<sup>106</sup> Gazeta do Sul (15/09/1988, p. 7).

A pauta de reivindicações da categoria foi a reposição salarial de 88%, produtividade de 4%, piso mínimo de Cz\$ 90.000,00 (noventa mil cruzados) e garantia de emprego. Os bancários em greve fizeram uma caminhada pelas ruas centrais da cidade, com distribuição de panfletos e explicando para a população os motivos da paralisação. A paralisação dura apenas dois dias, 14 e 15 de setembro, com os bancários aceitando a proposta apresentada pelo TRT, Tribunal Regional do Trabalho, de 90,09% de reposição salarial.<sup>107</sup>

Os funcionários da Caixa Econômica Estadual, pertencentes à categoria dos economiários, e não dos bancários, tinham sua organização sindical própria, o Sindicatos dos Economiários, com sede em Porto Alegre, e com abrangência estadual. Em outubro fizeram uma greve e sua pauta de reivindicação é reajuste salarial de 150%. Aceitaram uma reposição de 95% e um abono de 7%, totalizando uma reposição de 100%, mais um auxílio rancho de 25 mil cruzados, um adiantamento de um salário e meio até o limite de 400 mil cruzados, com carência de três meses e o resgate podendo ser feito em seis vezes sem juros.<sup>108</sup>

O magistério estadual paralisou as atividades, durante nove dias, reivindicando, unicidência, 96% de reajuste, regularização do pagamento do difícil acesso, cronograma de regularização das promoções, e, ainda, a redução do período de reajuste de trimestral para bimestral.

Essas foram as greves ocorridas em 1988 em Santa Cruz do Sul com uma grande repercussão na cidade, principalmente quando os trabalhadores do município aderiram às campanhas das suas categorias organizadas nacionalmente. A novidade foi a movimentação do funcionalismo municipal, que através dos professores municipais realizaram a sua primeira greve.

---

<sup>107</sup> Gazeta do Sul, (17/09/1988, p. 9).

<sup>108</sup> Os trabalhadores da Caixa Estadual acreditaram, mesmo não tendo alcançado o valor inicial pedido de 150% de reajuste, que atingiram uma vitória, pois os outros adicionais suprem em parte a diferença de percentual. Dos 60 funcionários da agência da Caixa Estadual em Santa Cruz do Sul, 57 paralisaram as atividades, permanecendo no local de trabalho apenas o gerente da unidade e dois adjuntos. Outra categoria a paralisar as atividades no mês de outubro em Santa Cruz do Sul foram os previdenciários, trabalhadores da Previdência Social. Mas somente se integraram à paralisação após vinte e cinco dias do início do movimento em todo o território nacional. A pauta dos previdenciários é: reposição de 195% mais URP do mês de maio de 1988, plano de cargos e salários e a regulamentação das 30 horas semanais. A greve atinge grandes proporções em nível nacional, principalmente nas capitais, com a realização de atos públicos em São Paulo e Rio de Janeiro sendo que nesta última ocorreram confrontos entre manifestantes grevistas e força policial. Gazeta do Sul, (18/10/1988, p. 9).

As principais mobilizações, além das greves, ficaram centradas nos debates sobre as votações finais na Assembléia Nacional Constituinte com os sindicatos acompanhando voto a voto as questões que tratavam de forma direta as relações de trabalho e a atividade sindical.<sup>109</sup> Os sindicatos, de forma conjunta, elaboraram um painel, que ficou exposto em praça pública, que marcava o voto de cada deputado sobre as matérias de interesse dos trabalhadores.<sup>110</sup> Entre essas questões estava o direito de greve, a livre organização sindical, entre outros.

Outro debate que tomou conta da cidade no ano de 1988 foi a questão do desemprego. Muitas páginas de jornal foram ocupadas com a temática do desemprego e da recessão econômica. É bom lembrar que o ano de 1988 começa com mais um plano econômico, o Plano Bresser Pereira. Os líderes sindicais denunciavam que mais uma vez seria o trabalhador quem pagaria a conta com arrocho salarial, retração dos níveis de emprego e alta dos preços, principalmente dos alimentos.

O resultado foram as inúmeras greves ocorridas, principalmente no setor público estatal em todo o país. Já no início do ano, principalmente a partir de março, se faz sentir o aumento do desemprego e a retração da economia. Em resposta, o governo passa a acenar com um pacto social, ao qual o movimento sindical respondeu negativamente, pois a conta maior ficaria para os trabalhadores. Os setores econômicos não admitiam a redução de suas taxas de lucros.

No movimento sindical alguns debates estavam ocorrendo, principalmente dentro da Central Única dos trabalhadores, que realizou em setembro o seu 3º Congresso Nacional em Belo Horizonte.<sup>111</sup> Nesse congresso aconteceu uma alteração estatutária, modificando a forma de participação da base sindical da central nas suas instâncias decisórias e deliberativas. Mas o destaque do congresso foi a disputa sobre a visão de conjuntura e sobre o papel do

---

<sup>109</sup> “Sindicalistas entendem que Centrão ameaça avanços”. (GAZETA DO SUL, 9/02/1988, p. 5). “Euforia passou. Trabalhadores não acreditam na nova constituição” (GAZETA DO SUL, 30/04/1988, p. 12). “Sindicatos fazem estratégia para 2º turno da Constituinte” (GAZETA DO SUL, 30/06/1988, p. 8). “Greve passa a ser direito garantido na Constituinte” “Empresário teme conturbação” “sindicalista festeja conquista”. (GAZETA DO SUL, 18/08/1988, p. 9).

<sup>110</sup> Gazeta do Sul (20/02/1988, p. 15).

<sup>111</sup> O 3º Congresso Nacional da CUT aconteceu de 07 a 11 de setembro na cidade de Belo Horizonte - MG, e reuniu 6.244 delegados. Os debates, além da conjuntura, ficaram em torno das tarefas da CUT para o próximo período, concepção e prática sindical, além de questões organizativas. Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

sindicato: Sindicalismo de mobilização e confronto X sindicalismo de mobilização e negociação, são as visões em debate nesse congresso.

Em outubro aconteceu a promulgação da Carta Constitucional, a constituição cidadã, como ficou conhecida, pelos avanços que trouxe, principalmente no capítulo da ordem social. Na questão da organização sindical prevaleceu a posição dos setores mais conservadores. Pouco foi alterado, em relação à estrutura sindical criada por Vargas durante o Estado Novo, permanecendo o Imposto Sindical e a Unicidade Sindical. O avanço na organização sindical que se registra é o direito à sindicalização dos trabalhadores do serviço público e o direito a greve, o fim das cassações, das intervenções nos sindicatos e do estatuto padrão (CARDOSO, 1999, p. 38-30).

Todas as mobilizações e greves ocorridas durante o ano, a nova constituinte, o assassinato de Chico Mendes<sup>112</sup> em dezembro, fizeram com que o início do ano de 1989 fosse bastante conturbado, principalmente pelos problemas econômicos que se apresentaram, com a inflação chegando a 1900% ao ano. Mais um plano econômico foi apresentado ao povo brasileiro além de aumentos de tarifas públicas.

Por tudo isso, 1989 se anuncia como um ano de muitas turbulências políticas e econômicas. É ano eleitoral, os brasileiros vão, pela primeira vez depois do golpe de 1964, eleger de forma direta o presidente da república.

Em março, nos dias 13 e 14, aconteceu a Greve Geral comandada pela CUT. Contra o arrocho salarial e pelo *Fora Sarney*, foram os pontos principais que mobilizaram para a greve.

---

<sup>112</sup> Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, seringueiro desde criança, dedicou praticamente toda a sua vida à defesa dos trabalhadores e povos da floresta. Participou da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasília em 1975, quando é escolhido para ser secretário geral. Em 1976, participa ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos "empates". Organiza também várias ações em defesa da posse da terra. Em 1977, participa da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, Chico transforma-se num de seus fundadores e dirigentes no Acre, participando de comícios na região juntamente com Lula. Reuniu em sua luta o trabalho sindical, a defesa da floresta e a militância partidária, onde teve o seu trabalho reconhecido internacionalmente, sendo várias vezes premiado, inclusive pela ONU, que o distinguiu como um dos mais importantes defensores da natureza no ano de 1987. Através de sua luta pela implantação das reservas extrativistas, Chico combinava a defesa da floresta com a reforma agrária reivindicada pelos seringueiros, contrariando grandes interesses, principalmente os dos latifundiários e da UDR. Disponível em: <[http://www.institutochicomendes.org.br/institucional\\_chico.htm](http://www.institutochicomendes.org.br/institucional_chico.htm)>. Acessado em: 21/01/2009.

A direção da Central afirmou que se tratou da maior greve realizada no Brasil, quinze milhões de trabalhadores em greve.<sup>113</sup>

Aconteceu também a grande greve dos metalúrgicos de São Bernardo (SP) que durou vinte dias. Ocorreram vários confrontos entre operários e a força policial do estado, com muitos feridos de ambas as partes. É em 1989 que a Corrente Sindical Classista, que havia deixado a CGT no ano anterior, ingressou na CUT. Em 2007 refez a discussão e forma a Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, juntamente com segmentos do movimento sindical ligados ao PDT e PSB<sup>114</sup>.

Em Santa Cruz do Sul, os bancários novamente figuram entre as categorias que promovem as grandes mobilizações e greves. Os professores dos estabelecimentos particulares de ensino também realizam paralisações, entre eles os professores da FISC (Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul) e da Escola Educar-se do mesmo grupo de ensino, professores do educandário marista São Luiz e do Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Colégio das Irmãs como era conhecido. O Colégio Mauá não chegou a paralisar, a direção da escola antecipou-se ao movimento paredista e concedeu uma reposição salarial. O Sagrado Coração de Jesus parou durante dois dias na totalidade de seus professores. Na FISC e Educar-se a greve durou 11 dias indo até o dia 20 de abril, quando os grevistas aceitaram uma proposta de 40% apresentada pela Associação Pró-ensino, mantenedora da FISC e da Escola Educar-se, índice bem abaixo dos 96% pretendidos pelos professores e pelo sindicato da categoria, o SINPRO. No entanto, firmaram o compromisso de retomarem as negociações quando o governo liberasse o aumento dos valores do crédito educativo.

Em 1989 aconteceu a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente do Brasil em uma disputa acirrada entre ele e o líder operário, surgido no ABC paulista na luta contra a

---

<sup>113</sup> Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

<sup>114</sup> A CSC é uma das principais correntes sindicais internas da Central Geral dos Trabalhadores que tem origem na Conclat e é ligada ao PC do B. A CGT disputa a hegemonia da condução política da classe trabalhadora no Brasil com a CUT nos de 1980. Em 1988 a CSC sai da CGT e em 1989 entra para a CUT onde contribui com a construção da unidade da classe nos anos de 1990. A CSC deixa a CGT após ter sido derrotada em uma plenária em São Paulo na discussão sobre a contribuição sindical. A corrente ligada ao sindicalismo de resultados, liderada por Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e Antonio Medeiros, presidente dos Metalúrgicos de São Paulo, defendia uma proposta de negociação com o chamado centrão formado a partir de setores conservadores da Assembléia Nacional Constituinte (RODRIGUES, 1999, p. 37). Nos últimos anos, com a discussão do reconhecimento das centrais sindicais a partir da reforma sindical, a CSC começa a discussão de uma nova central e deixa a CUT, em 2007 junto com outras forças do movimento sindical ligados ao PDT (que estavam na Força Sindical), PSB e outros grupamentos de menor expressão e fundam a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

ditadura militar, Luis Inácio da Silva, o LULA. O fato de Lula ter disputado e quase ter ganhado aquela eleição é por demais representativo, pois dá uma idéia da importância das mobilizações operárias no período para a organização da classe trabalhadora e do reconhecimento na figura do líder operário, que como tal se apresentava naquele processo eleitoral.

Do ponto de vista político, foi uma “década ganha”, marcada pelo fim do regime militar, a reconstituição do Estado de Direito, com a volta das eleições diretas para a Presidência da República, e a ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais. Nessas circunstâncias, compreende-se por que o neoliberalismo e suas políticas tiveram tantas dificuldades, não encontradas em outros países da América Latina, para se implantar no Brasil. (FILGUEIRAS, 2006, p. 69-70).

Na conjuntura internacional a queda do muro de Berlim em 1989 é fator de grande significado para o movimento sindical de esquerda no país, principalmente pela perda de referencial ideológico para aqueles que faziam da luta sindical um instrumento de acúmulo de forças para uma transformação radical da sociedade. E vai ocupar um lugar de destaque na conjuntura política e econômica internacional, para alguns a vitória definitiva do capitalismo e o fim das ideologias.

[...] nós militávamos no PRC, depois na Nova Esquerda, junto com o Marcos Rolim e o Fortunati, que foram deputados estadual e federal, tinha caído o muro de Berlim, muitos dirigentes entraram em crise com o fim do socialismo real e abandonaram o movimento.<sup>115</sup>

Na América Latina, o neoliberalismo, que já havia avançado na Europa e nos Estados Unidos, começou a apresentar a sua força. A eleição de Carlos Menem para presidir a Argentina foi, sem dúvida, um dos principais elementos dessa nova conjuntura e abre o ciclo de implantação do programa neoliberal na América do Sul.

A maioria das economias de grande e médio porte da América Latina já se encontrava sob o impacto de políticas neoliberais ao longo da década de 1980, como o Chile, a Argentina, o México, a Bolívia e o Uruguai. O Brasil como se sabe ingressou na era da política neoliberal apenas nos anos 90. Em todos esses países, a política neoliberal aprofundou algumas tendências que já se manifestavam na economia latino-americana antes mesmo da implantação do neoliberalismo, e desencadeou, também, algumas tendências novas. (BOITO JR., 1999, p. 41).

---

<sup>115</sup> Entrevista n.º 8, Candido Machado, realizada em 03/07/2008.

Dentro dessa perspectiva a eleição de Collor de Mello no Brasil representou o avanço do programa neoliberal no Brasil, e aconteceu numa disputa direta com as forças da esquerda progressista, antagônicas a esse programa, representadas na candidatura de Lula.

Desde a demissão de Dílson Funaro do Ministério da Fazenda em 1987, as propostas neoliberais ganharam espaço dentro do governo Sarney. Porém, outras opções burguesas de política econômica ainda não se encontravam completamente derrotadas. [...] Nossa hipótese é de que esses setores que resistiam ou relutavam em aderir ao neoliberalismo acabaram, no entanto, por apoiar a candidatura neoliberal de Collor [...]. Os grandes empresários e os meios de comunicação juntaram-se para apoiar o candidato viável da burguesia, e Collor soube juntar esse apoio dos “de cima” com a simpatia que ele angariaria entre os “de baixo” [...]. A fórmula do sucesso foi a retórica neoliberal (crítica aos “privilégios dos funcionários públicos”, aos “cartórios” e aos “monopólios”) apresentada numa linguagem de conotação popular - seu refrão de campanha, como se recorda, era a “caça aos Marajás”. (BOITO JR., 1999, p. 119).

Com a vitória de Collor na disputa eleitoral para a presidência da república, o ambiente criado através de uma campanha de desmoralização do serviço público e a ineficiência do Estado, estava aberto o caminho para o programa neoliberal no Brasil. Era de fundamental importância a eleição de um presidente que assegurasse a abertura de mercados e implantasse através do aparelho estatal políticas que garantissem a livre circulação de capitais estrangeiros, mas que fundamentalmente retirasse o estado de setores onde a iniciativa privada pudesse auferir polpidos rendimentos e estabelecesse a hegemonia da doutrina neoliberal no país.



## **2 NEOLIBERALISMO E CRISE DO SINDICALISMO**

O presente capítulo abordará a transição pela qual passou o sindicalismo brasileiro durante os anos de 1990 e as suas conseqüências na organização sindical em Santa Cruz do Sul. Levará em conta as influências da conjuntura internacional, como a crise do Socialismo Científico e a queda do Muro de Berlim, o que isso significou em termos de referência para o sindicalismo combativo. Também se buscará trazer à tona o debate que envolveu a criação da Força Sindical, Central com orientação liberal e com apoio do meio empresarial e do governo como forma de neutralizar a força combativa da CUT. E, por fim, a análise do neoliberalismo como projeto de Estado e modelo econômico e os seus reflexos no mundo do trabalho através da implantação de novas formas de gerenciamento da produção, novas tecnologias e a cooptação dos trabalhadores com os processos de qualidade total e premiação por produtividade.

No intento de dar conta das questões levantadas nessa etapa, foram utilizados como fonte de pesquisa os documentos sindicais disponíveis pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), através do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central, tais como estatuto, cadernos de teses de congressos e documentos dos sindicatos locais. Utilizou-se ainda, a imprensa sindical, tendo o Jornal Peleia como principal veículo analisado, a imprensa escrita através do Jornal Gazeta do Sul e as entrevistas orais realizadas com dirigentes sindicais que vivenciaram e vivenciam o cotidiano do trabalho sindical. Para a melhor compreensão do neoliberalismo foi feita uma revisão bibliográfica através de autores que discutem a questão e fazem o balanço da década neoliberal.

### **2.1 A classe operária não vai ao paraíso**

A década de 1980 se encerra deixando para a história um legado de muita luta e combatividade do movimento sindical brasileiro, atingindo o seu melhor momento nos anos finais com a candidatura e quase eleição de Lula para a presidência da república. A candidatura foi eivada de um simbolismo muito forte, capaz de carrear o apoio de boa parte da classe trabalhadora no país. Luis Inácio da Silva, o Lula, caracterizou o personagem do operário brasileiro, da luta contra o capital e as elites que, sempre estiveram e continuariam no

poder com a derrota da candidatura “operária” ocorrida em dezembro de 1989, para o representante das elites, Fernando Collor de Mello.

Lula é fruto da intensa mobilização empreendida pelos trabalhadores a partir do ABC paulista em 1977, da luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país. É, sem dúvida, o maior líder surgido das hostes operárias, nenhum outro alcançou a condição que ele alcançara, nenhum outro teve a possibilidade tão clara de comandar o país, o que acaba por acontecer nas eleições de 2002.

Portanto, os anos de 1980 lançaram o desafio para a última década do século XX, em nenhum momento esteve tão presente a luta de classes no Brasil. Em momento algum se manifestou tão claramente a possibilidade das classes “subalternas” ascenderem ao poder como nesse final da década.

Pela primeira vez na história política nacional a divergência de interesses entre as classes sociais tornara-se, de um lado, tão explícita e, de outro lado, tão mascarada, num processo eleitoral para o preenchimento do maior cargo político do país. Terminado o primeiro turno, as expectativas e pressões cresciam, pois os dois candidatos mais votados eram Fernando Collor de Mello (candidato jovem, oriundo das elites, com discurso populista e oposicionista) e Lula (trabalhador metalúrgico, com discurso marcadamente classista). Venceu Collor. (PEDROSO, 1998. p. 74).

No entanto, se a década de 1980 foi favorável à agitação política e às lutas sindicais, o mesmo não se pode dizer da década de 1990. As tentativas de avanço nas relações capital e trabalho, tendo como base o rompimento das relações de submissão ao Estado, sofrem limitações externas e internas, com a implementação do modelo neoliberal no Brasil e as disputas internas do movimento sindical.

A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um “toyotismo sistêmico”, cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva (ALVES, 2000). Por um lado, a captura da subjetividade do trabalho através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ's etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais. (ALVES, 2000, p. 113).

Esse processo já vinha sendo implementado em vários países de quase todos os continentes, só ganha força no Brasil com a eleição de Fernando Collor em 1989 (ALVES,

2002, p. 73) para a presidência da República. A abertura indiscriminada da economia, sem resguardar ou proteger setores estratégicos para o desenvolvimento do país, a ampliação da dependência externa e a criação de uma central sindical - Força Sindical - para combater a CUT (GIANOTTI, 1990), foram alguns dos aspectos que contribuíram para levar o movimento sindical a enfrentar uma enorme crise durante toda a década de 1990.

A última década do século XX, e do milênio, inicia eivada de expectativas e de angústias. As expectativas giram em torno de mais um começo na história recente do Brasil. O começo agora era de um governo civil eleito democraticamente pelo voto direto depois de um longo período onde a nação fora chefiada pelos militares escolhidos por um colégio eleitoral. Era então a promessa de afirmação da democracia, com uma nova Constituição, elaborada por um conjunto de parlamentares eleitos com o voto popular e promulgada um ano antes.

Em 15 de março de 1990 aconteceu a posse de Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil. Ato contínuo, o presidente empossado nomeia seu ministério, entre eles estão, o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Rogério Magri para o Ministério do Trabalho<sup>116</sup> e Zélia Cardoso de Melo para o Ministério da Fazenda. No dia seguinte, 16 de março, vem o anúncio do Plano Collor, como ficou conhecido por todos os brasileiros. Como primeira consequência para os trabalhadores é implantado o congelamento de preços e salários, só que no caso dos salários o congelamento acontece sem a reposição de 84% da inflação do mês anterior. Portanto, os trabalhadores começaram, imediatamente, a pagar a conta do novo plano.<sup>117</sup>

Começa assim a aplicação do programa neoliberal no Brasil, com a desregulamentação do sistema financeiro, fim das barreiras alfandegárias, abertura para importações de forma indiscriminada, a entrada maciça de capital estrangeiro (especulativo), e o ataque ao movimento sindical e aos direitos trabalhistas.

---

<sup>116</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical: a central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 82.

<sup>117</sup> Peleia - jornal Intersindical editado pelos sindicatos dos Bancários, Comerciários, Metalúrgicos, Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha, Sindicato dos Fumicultores e CPERS. Na sua primeira edição em maio de 1990, o jornal editado por estes sindicatos coloca como matéria de capa os reflexos do Plano Collor para os trabalhadores.

Nos anos 90, o liberalismo, que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “era liberal” no Brasil. (FILGUEIRAS, 2006, p. 83).

Estas ações compõem as diretrizes principais do programa neoliberal em relação ao estado: seu total afastamento do setor produtivo, a precarização dos serviços públicos devido a falta de capacidade de investimentos, com a conseqüente transformação em mercadoria de serviços essenciais como educação, saúde e previdência.

A política econômica do governo Collor colocou o movimento sindical na defensiva. Esse movimento tinha sido muito importante para o movimento popular urbano ao longo da década de 1980. Seu enfraquecimento era estratégico para a consolidação do neoliberalismo. Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, veio a recuperação: a economia cresceu +5,0%. No triênio 1990, 1991 e 1992, o desemprego cresceu bruscamente [...]. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor [...] Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. Em 1993, todos esses três índices iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB no ano de 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa de desemprego [...]. A recessão de 1990/1992 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito [...]. Outros aspectos que caracterizaram essa conjuntura de transição para a política neoliberal concernem ao remanejamento político ocorrido no campo sindical. As novas orientações das direções sindicais também contribuíram para reduzir a capacidade de resistência do sindicalismo ao ascenso neoliberal. De um lado houve uma rearticulação do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical em 1991, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos. De outro lado, a corrente dominante na CUT, a Articulação Sindical, adotou, alguns meses após a posse de Collor, a estratégia do sindicalismo propositivo, que instaurou uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo. (BOITO, 1999, p. 120-122).

Com a estagnação, e mesmo a recessão da economia, que acabou provocando uma perda de acumulação, o Estado retrocedeu muito, diminuindo o orçamento para políticas públicas, realizando aquilo que é a essência do neoliberalismo: aumento tanto da taxa quanto da frequência de transferência de recursos do Estado para monopólios privados,<sup>118</sup> provocando o aumento da exclusão social através do desemprego, da diminuição do poder aquisitivo e da economia real da classe trabalhadora.

---

<sup>118</sup> Essa transferência se deu, principalmente na forma de renúncia fiscal e de programas como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, instituído pela Medida Provisória nº. 1.179 e a Resolução nº. 2.208, ambas de 3/11/95). Este programa tinha a “finalidade” de ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditas pelo Banco Central. A sua criação se deu logo após a crise do Econômico, o 22º banco sob intervenção/liquidação desde o começo da vigência do Real, implantado em 1º/7/94. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 06 ago. 2007.

A “década neoliberal” teve início com uma profunda recessão decorrente do Plano Collor I. Em fevereiro de 1990, a economia brasileira foi atingida pelos fracassados Planos de estabilização do Brasil Novo, os planos Collor I e II, que conduziram o país a uma profunda recessão (1990-1992), com o PIB acusando uma queda acumulada de quase 10% entre 1990 e 1992. Comprometido com a política neoliberal, Collor de Mello deu início à abertura comercial, via eliminação de barreiras não-tarifárias às compras externas e progressiva redução das alíquotas de importação. (ALVES, 2002, p. 74).

Na década de 1990, o movimento sindical se retrai, perde poder e base e tem um adversário poderoso, o programa neoliberal, representado no governo do presidente Fernando Collor de Mello, e seu vice-Itamar Franco. Este último assume o projeto integralmente após o processo de impedimento de Collor e implementa o Plano Real em 1994 que estabiliza a economia, possibilitando a candidatura vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso, que era Ministro da Fazenda.

No Brasil, em particular, a força dos movimentos sociais e trabalhistas, numa rota de ascensão durante a década de 1980, impediram a implementação da agenda neoliberal, que só começou a ser efetivada, de fato, a partir do Governo Collor. Paralisada momentaneamente pela crise do impeachment, foi retomada, lentamente durante o frágil governo de Itamar Franco e terminou por se consolidar a partir do Governo Cardoso, em especial a abertura comercial e financeira da economia, as privatizações e a tarefa de deslegitimação dos sindicatos e de desmoralização dos movimentos sociais. (FILGUEIRAS, 2006, p. 58).

As ações sindicais, na tentativa de resistir à política neoliberal não tiveram a mesma capacidade de articulação que se verificara no período anterior, principalmente quanto ao número de greves e, o mais importante, a eficácia dos movimentos grevistas. Porém, no ano de 1990, o movimento sindical ainda produz uma significativa movimentação, esta traduzida na manchete de capa do Jornal Gazeta do Sul na edição de 12/06/1990: “Onda de greves no país muda o mercado financeiro”. As greves desse período em Santa Cruz do Sul estão representadas na paralisação dos juízes, bancários, professores da rede estadual de ensino e uma greve na fábrica de cigarros Philip Morris.<sup>119</sup>

Em junho acontece uma greve unificada das categorias, que naquele momento estavam em negociação salarial. Essa greve ficou conhecida como a Greve Geral das Categorias em Luta. Foi uma mobilização da CUT, das CGTs, Central Geral dos Trabalhadores e Confederação Geral dos Trabalhadores.<sup>120</sup> As centrais reivindicavam a reposição mensal da

---

<sup>119</sup> Gazeta do Sul: 16/06/1990, p. 10.

<sup>120</sup> Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

inflação e das perdas salariais, contrato coletivo de trabalho, além de reforma agrária e o não pagamento da dívida externa.

Em Santa Cruz do Sul, o magistério estadual, comandado pelo CPERS, foi novamente o primeiro a estabelecer o movimento paredista. Em maio de 1990 decreta uma greve reivindicando 166% de aumento salarial. Após 58 dias paralisados, os professores retomam as atividades, aceitando a proposta do executivo estadual de 105,42 de reposição, a garantia da reposição da inflação dos meses de maio, junho e julho e ainda uma revisão salarial em agosto daquele ano.<sup>121</sup>

Em 23 de maio os trabalhadores da RJ Reynolds, fábrica de cigarros que naquele ano passa a ser Phillip Morris, paralisaram as atividades por uma hora em advertência buscando forçar a empresa a abrir as negociações sobre o dissídio da categoria. No dia 25 é a vez dos empregados da Souza Cruz e da Tabacos Brasileiros fazerem a mesma coisa.<sup>122</sup>

Os trabalhadores da cigarreira Philip Morris fazem uma paralisação em junho. A greve dura 14 dias como relata João Costa diretor do STIFA.<sup>123</sup>

[...] o que revoltava, era que, um grupo selecionado pela empresa negociava os Acordos Coletivos, e aquilo não pegava bem! Era uma visão que não era adequada, não no nosso entendimento. Tanto é que as Assembléias eram dentro da empresa, e isso aí, começamos a questionar, [...] nós tivemos a primeira greve de 15 dias na Philip Morris, a assembléia para decisão do dissídio coletivo foi no Auditório do Colégio das Irmãs, isto porque o Sindicato não possuía auditório. Éramos quase 2000 trabalhadores então fomos numa plenária, onde nós íamos ver a defesa de muitos colegas, mas tinham postos de chefias e ficavam fazendo aquele movimento de aceitar qualquer proposta e eu lembro bem que quem falava mais era o Paulo e eu, a gente cobrava uma posição mais de resistência de vetar a proposta que a empresa estava apresentando. Tinha gente que defendia que não podia matar a galinha de ovos de ouro e que tínhamos que aceitar qualquer proposta e aí a gente fez uma defesa diferente, e aí nós conseguimos vetar a proposta da empresa. [...] Rejeitamos a proposta e aí naquele dia houve uma proposta de uma greve só que não houve consenso na plenária e houve uma rejeição grande. Falei que eu não seria responsável naquele momento de decretar uma greve, porque não havia consenso. Segunda-feira, nós criamos uma comissão dentro da empresa e comunicamos o Sindicato. Se às 5 horas da manhã estivesse o movimento sindical na porta da empresa faríamos a greve, e aí antes das 4h eles já estavam no portão e aí foram 15

---

<sup>121</sup> Disponível em: <[http://www.cpers.com.br/portal2/historia/4-historico\\_das\\_greves.pdf](http://www.cpers.com.br/portal2/historia/4-historico_das_greves.pdf)>. Acesso em: 02/10/2008.

<sup>122</sup> Gazeta do Sul: 26/05/1990, p. 8.

<sup>123</sup> Entrevista nº 07, João Costa, realizada no dia de 2008. João Costa é diretor adjunto do Sindicato Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região. Entrou para a direção do Sindicato na composição da chapa de situação em 1990. O foco de seu trabalho como diretor sindical é a saúde do trabalhador, a defesa dos direitos do consumidor e a participação em conselhos municipais, como o de saúde, e o de trânsito. Presidiu por diversas vezes o Conselho Municipal de Saúde.

dias de greve. Após os 15 dias tivemos que voltar da greve pra restabelecer as negociações, (pra entender que do outro lado há pessoas também da empresa, e pra que não caísse em descrédito, que estávamos sozinhos) bom o resultado, a inflação era alta e nós tivemos uma reposição de 125%, e também, sentar e discutir cargos e salários, que eu acho que é uma das coisas que se deve respeitar e uma pessoa que considero muito que é o diretor da empresa, nunca me esqueço nós fomos a São Paulo negociar e ele me disse: - “João a greve foi positiva pra todos nós, restabeleceu uma condição de estarmos conversando regularmente.”

A greve da cigarreira termina sem que os trabalhadores consigam a reposição pretendida, mas com promessa de continuidade das negociações.<sup>124</sup>

Os funcionários públicos municipais também paralisam no mês de maio, pela primeira vez no município. Por sua vez, o município enfrenta um movimento paredista pela segunda vez na sua história, sendo que a primeira tinha sido com os professores municipais em 1988. Encerrada a paralisação, o poder público municipal respondeu aos que haviam participado do movimento com uma verdadeira *caça às bruxas*, demitindo mais de 70 servidores.<sup>125</sup>

## 2.2 Collor e o desemprego: nada é tão ruim que não possa piorar

A recessão econômica e o desemprego são os pontos centrais de debate colocados para os trabalhadores e também os principais argumentos dos setores empresariais para justificar as dificuldades de reposição salarial. De outro lado, o movimento sindical parece não conseguir sair da situação em que se encontra. Os trabalhadores já não respondem da mesma forma às chamadas por mobilização.

A problemática do desemprego vai estar presente em várias edições do Jornal Gazeta do Sul. A manchete do dia 26 de abril de 1990 na página 5 é: “Ministério do Trabalho registra aumento de rescisões de contrato: Indústria do Vestuário dispensou 150 pessoas em março e abril”.

A matéria alerta sobre o aumento das rescisões de contratos ocorridas em Santa Cruz do Sul, segundo registros do Ministério do Trabalho. Porém, tanto dirigentes sindicais quanto empresários acreditaram que o quadro ainda não era “assustador” no município. No entanto, o

<sup>124</sup> Gazeta do Sul: 20/06/1990, p. 6.

<sup>125</sup> Segundo informações do Presidente do Sindicato dos funcionários municipais em entrevista à Gazeta do Sul em 06/04/1990, p. 3.

jornal continuou destacando o problema. A manchete de capa no Dia do Trabalhador (1º de Maio) dá um tom de dramaticidade ao assunto: “Trabalhador teme arrocho e o fantasma da recessão: Sindicatos se concentram na praça às 10h30 para analisar situação”. Em uma das matérias a que se refere a manchete de capa, o sociólogo Luiz Augusto Costa Campis,<sup>126</sup> declarou que só “*a união entre trabalhadores e patrões pode salvar o país*” e apontou para a constante requalificação dos trabalhadores para se manterem nos postos de trabalho.

Tratando do assunto sobre desemprego e requalificação da força de trabalho Cardoso (2003, p. 88) afirma que:

Ocorre que o desemprego era esperado por todos, porque é efeito colateral inevitável da racionalização produtiva, principalmente do setor industrial. A flexibilização dos mercados de trabalho (cuja irmã siamesa é a requalificação da força de trabalho), então, é parte da receita, a ela inextricavelmente atada como panacéia para esta mazela específica da reforma econômica que nos foi imposta: o desemprego. Por que se tratava de mazela inescapável? Primeiro, porque os sistemas nacionais de relações de trabalho estariam caducos, peçados de legislação rígida que não permitiria ao capital a mobilidade necessária para fazer frente ao aumento da competitividade global. Em segundo lugar, por culpa, teimosia ou irracionalidade dos trabalhadores, que se recusam à melhoria da sua “empregabilidade”.

Os temas qualificação da mão de obra e requalificação da força de trabalho estão amplamente presente nos diversos discursos durante toda a década de 1990. O Estado investirá pesados recursos, principalmente do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador<sup>127</sup>, para *requalificar* os trabalhadores brasileiros.

No mês de junho, a Gazeta do Sul<sup>128</sup> volta a dar destaque para a questão do desemprego ao estampar uma manchete com o título “*Desemprego dobra após a edição do Plano Collor*”. A matéria diz que em média 20 trabalhadores por dia buscam o auxílio desemprego. Os representantes dos trabalhadores já não manifestam a mesma opinião que tinham em abril, e nesse sentido o jornal destaca a fala do presidente do Sindicato do Fumo e Alimentação: “Os empresários dizem que não, mas nós achamos que isso é recessão”.

<sup>126</sup> Luiz Augusto Costa a Campis é sociólogo, foi Reitor da Universidade de Santa Cruz por duas gestões e atualmente é vice prefeito de Santa Cruz do Sul pelo PT, eleito em 2008 em uma coligação com o PTB.

<sup>127</sup> GIANNOTTI, no seu livro Força Sindical: A Central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho, faz uma denúncia a respeito do uso de dinheiro do FAT para a criação e enraizamento da Força Sindical. Os recursos seriam para a alfabetização e qualificação profissional de trabalhadores e supostamente teriam sido usados para a cooptação de sindicatos e dirigentes sindicais bem como para a manutenção da estrutura sindical da central.

<sup>128</sup> Edição do dia 07/06/1990, p. 12.



O quadro não vai se alterar muito no ano de 1991. Se a década começa com desemprego, recessão econômica, os anos que se seguem são de enormes desafios para o movimento sindical dar respostas a uma conjuntura que se modifica com enorme rapidez.

Na análise do emprego formal em Santa Cruz do Sul no período 1985 a 2000, é necessário considerar que em 1992 houve a emancipação das localidades que atualmente formam os municípios de Gramado Xavier, Sinimbu, Herveiras, Vale do Sol e parte de Passo do Sobrado, promovendo uma redução de cerca de 25 mil habitantes no contingente populacional de Santa Cruz do Sul, de 1991 para 1992.

Número de habitantes de Santa Cruz do Sul, segundo dados do IBGE:

- 1940 - 1º censo = 55.041
- 1950 - 2º censo = 69.605
- 1960 - 3º censo = 76.854
- 1970 - 4º censo = 86.787
- 1980 - 5º censo = 99.636
- 1985 - estimativa = 107.046
- 1987 - estimativa = 110.678
- 1989 - estimativa = 114.163
- 1990 - estimativa = 115.841
- 1991 - 6º censo = 117.779
- 1992 - estimativa = 92.855
- 1994 - estimativa = 94.806
- 1995 - estimativa = 95.834
- 1996 - contagem = 100.433
- 1999 - estimativa = 106.734
- 2000 - 7º censo = 107.632
- 2003 - estimativa = 112.705
- 2005 - estimativa = 117.949
- 2007 - contagem = 115.857

No período de 1985 a 1995 o IBGE considera a composição do censo de 1980, população masculina 49,2 % e feminina 50,8 % do total. Da contagem de 1996 até 1999,

considera população masculina de 48,65 % e feminina de 51,35%; já o censo de 2000 apontou participação masculina de 48,4% e feminina de 51,6% do total.

Os dados de número de empregados formais por setor, obtidos na RAIS com a posição em 31/12 de cada ano e distribuição por sexo, estão no ANEXO G - Tabela 2.

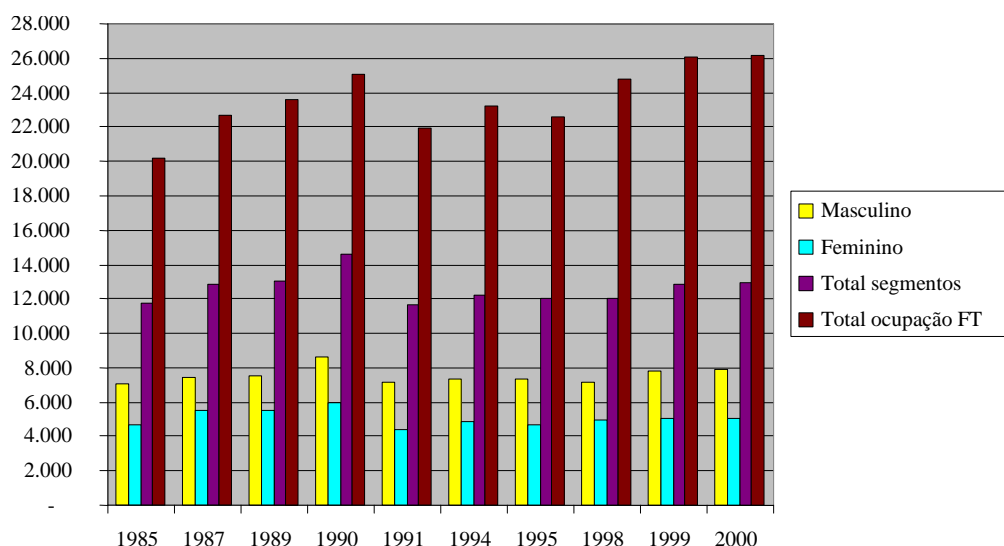
O emprego formal em Santa Cruz do Sul teve um crescimento de 29,36% entre os anos de 1985 e 2000, passando de 18,9% da população em 1985 a 24,3% em 2000. Destaca-se que houve crescimento até 1990, alcançando índice de 21,7% da população, mas caindo a 18,6% em 1991 (forte recessão econômica). A partir de 1992 o índice de empregos formais sobe de patamar, oscilando em torno de 24% da população (23,5% em 1995 e 24,3% em 2000), por conta das emancipações das áreas com maior índice de população rural. O maior aumento se verifica entre as mulheres. A ocupação da força de trabalho feminino aumentou em 44,87% enquanto a dos homens nesse mesmo período aumentou 20,47%. As mulheres que em 1985 representavam 36,46% da força de trabalho do município (e 50,8% da população) em 2000 passam a ocupar 40,83% do total das vagas de emprego formal (e 51,6 % da população) em Santa Cruz do Sul.

Quando se separa os setores cujos sindicatos são objeto dessa pesquisa (Gráfico 1) percebe-se algumas variações importantes e capazes de deixar perceptíveis as movimentações do que procuramos definir como sendo o neoliberalismo e a sua manifestação local através de inúmeros fatores, que vão desde o enxugamento da máquina pública, ataque aos sindicatos e inovações tecnológicas, entendendo que todos estes elementos fazem parte do conjunto.

Os sindicatos, da Alimentação e Fumo, Bancários, Comerciários, Metalúrgicos, Vestuário e dos Comerciários, em 1985 representavam 11.777 trabalhadores, 58,27% dos trabalhadores registrados em Santa Cruz do Sul. O crescimento de 29,36% do total da ocupação da força de trabalho verificada entre 1985 e 2000 não se reflete nesses setores, que têm um acréscimo bem inferior de apenas 9,6%, diminuindo dessa forma a participação no total da ocupação da força de trabalho para 49,35%. Na segunda metade dos anos 80, na soma, estes setores vinham apresentando pequena expansão num ano, seguido de queda nos empregos no ano seguinte. Mas com a política neoliberal de 1991 houve queda de 20,5%, acumulando retração de 1,3% em relação a 1985. Já em 1992 houve nova reação com

expansão de 2%, em que pese as emancipações políticas. Estas oscilações anuais perduraram por toda década de 1990.

Gráfico 1 - Total de ocupação da força de trabalho



Fonte: MTE/RAIS.

A ocupação da força de trabalho feminina, que nesses mesmos setores<sup>129</sup> representava 40,1% em 1985 do total da força de trabalho em 2000 passa a ser 39,1%, sendo o mínimo de 38,3% em 1991, contrastando com o aumento da participação de 31,4% para 42,5% no total dos demais setores. Os setores relacionados aos sindicatos acima relacionados contratavam 64% do total da força de trabalho feminino em 1985, mas somente 47,2% em 2000.

Ao decompor a série em períodos menores verifica-se que parcela razoável do crescimento acumulado de 1985 até 1989 (16,9 % no número de empregos formais) foi perdida no primeiro choque neoliberal promovido pelo Governo Collor de Mello, na recessão de 1991 (queda de 7,3% sobre 1989 no número de empregos formais, mas ainda com saldo positivo de 8,4% de crescimento em relação a 1985). O emprego feminino, que havia aumentado 24,5% ante 12,6% do masculino de 1985 a 1989 também teve queda levemente mais acentuada entre 1989 e 1991 (8,9% ante 6,3%), mas ainda com variação positiva maior no acumulado de 1991 sobre 1985, 13,3% ante 5,5% do emprego formal masculino, passando a participar com 38,13% do mercado de trabalho ante 36,46% em 1985.

<sup>129</sup> Os setores referidos no Gráfico 1 dizem respeito as categorias de trabalhadores representadas pelos sindicatos que são objetos dessa pesquisa.

Somente em 1995, primeiro ano pós Plano Real foi recuperado o nível de empregos (nº absoluto) verificado em 1987 e a partir daí mantém-se um crescimento continuado até 2000, sempre com crescente participação feminina no emprego formal. Neste quinquênio o emprego feminino cresceu 19,4% e o masculino apenas 13,6%, resultando num aumento total de 15,9% no emprego formal.

Para a análise por setores devemos lembrar a redução populacional em 1992, por conta das emancipações e a melhor qualidade da classificação por setores na década de 1990. Na categoria “outros/ignorado” da RAIS houve crescimento de espantosos 3.900% entre 1985 e 1991 (de 27 para 1.089 empregados) chegando a 5% do total de empregos, mas já em 1995 registrava apenas 41 empregos (0,18% do total) estando zerada em 2000.

Assim, considerando os dois momentos distintos da série histórica, constata-se que os empregos formais estão concentrados em poucos setores, sendo o principal a “*indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares*”, com cerca de 20% dos empregos de 1985 até 1991, decrescendo nos anos 90, mas ainda sendo o principal empregador com 15,7% dos empregos em 2000. Segue o “*comércio varejista*” como segundo maior empregador, com participação de 14 a 16% dos empregos ao longo destes quinze anos. Os demais setores têm participação individual sempre menor que 10% do total dos empregos, destacando-se com 6 a 9% de participação cada, o “*comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos*”; os “*serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção*”; a “*administração pública direta e autárquica*”; a “*construção civil*” e a “*indústria de alimentação e bebidas*”. Este segundo bloco totaliza de 30% em 1985, a 37% em 2000 de participação no total dos empregos formais. Os demais dezenove setores classificados na RAIS totalizam o terço restante dos empregos.

No entanto, a variação verificada ao longo do período não é homogênea, enquanto alguns setores apresentam uma forte elevação no nível de contratação de trabalhadores, outros se retraem significativamente. Antes de analisar os dados dos setores relacionados aos sindicatos objeto deste estudo, destacamos os setores significativos na ocupação da força de trabalho.

Considerando a variação de 1985 a 2000, os setores que mais aumentaram o número de empregos formais percentualmente e em postos de trabalho são ensino, 1.015,0% (1.167

empregos); construção civil, 360,0% (1.715); indústria de alimentação e bebidas, 102,5% (954); indústria metalúrgica, 61,4% (394); serviços de alojamento, alimentação e manutenção, 54,8% (856); além de setores menores como indústria química, 361,7% (492). Em números absolutos, ainda o comércio varejista com 804 postos, mas crescimento de apenas 24,8%.

Já as reduções mais expressivas neste período foram em setores de menor participação: indústria da madeira e mobiliário, -54,1% (359 postos de trabalho); comércio atacadista, -45,2% (347 empregos); indústria do vestuário, -44,8% (566) e instituições financeiras, -35,5% (249). Os demais setores são pouco significativos em números absolutos ou tiveram variações de menor amplitude, o que representa diminuição de sua participação no total, como a indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares, com índice de -0,36% e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários serviços técnicos, com -6,0%.

Ao segmentar a análise em períodos menores, destaca-se as seguintes variações:

- de 1985 a 1991, houve aumento no número de trabalhadores em 14 setores e queda em outros 11; teve crescimento expressivo o já mencionado “outros/ignorado” com mais de 3.900%; a indústria do calçado com 3.330%; a agricultura com 126%; a indústria mecânica com 140% e a indústria editorial e gráfica com 50%; a administração pública com 40%, os serviços de alojamento, alimentação e manutenção com 30% e o setor de ensino com 23%. Por outro lado, as reduções mais expressivas no quadro de empregos foram na indústria do vestuário, com -41% e no comércio e administração de imóveis e valores com -28,7%. Já os setores mais expressivos em números absolutos tiveram variações de menor amplitude, tanto positivas como negativas;
- de 1991 a 1995, houve aumento no número de trabalhadores em 13 setores e queda em 12; cresceram significativamente os empregos nos setores de ensino, com 464%; indústria química com 357%; indústria de alimentação e bebidas com 130%; novamente a indústria editorial e gráfica com 128%; a construção civil com 115%; a indústria metalúrgica com 53% e transporte e comunicação com 46%. Parte destes aumentos pode ser por conta da reclassificação de “outros/ignorado”, que foi reduzido em 96%. As reduções importantes de postos de trabalho foram novamente em setores “pequenos”: indústria de material de transporte com -93%; indústria de calçados com -86%; indústria da madeira e mobiliário com -59%; indústria mecânica com -44%;

comércio atacadista com -40% e ainda o setor de alojamento, alimentação e manutenção com -34%;

- de 1995 a 2000, houve aumento no número de trabalhadores em 14 setores e queda em outros 10, com aumento de 3.585 empregos; destaca-se aumento no emprego formal nos setores da indústria do material de transporte com 808%; na indústria mecânica com 128%; novamente na construção civil com 88% (1.028 postos); nos serviços de alojamento, alimentação e manutenção com 81% (1.081 postos); no ensino com 60% (481) e no comércio varejista com 30% (920 postos). As maiores reduções ocorreram nos setores da indústria editorial e gráfica com -60%; indústria do calçado com -41%, indústria do vestuário com -25% e instituições financeiras com -20%.

Nestes quinze anos há uma redistribuição do emprego feminino; os seis setores que em 1985 congregavam 75% das trabalhadoras, em 2000 passam a apenas 64% dos empregos femininos: o comércio varejista mantém a parcela de 17,5% e a administração pública de 9,6% das trabalhadoras; a indústria da borracha, fumos e couros reduz de 16,4% para 10,9%; indústria do vestuário reduz de 15,2% para 5%; a indústria da alimentação e bebidas aumenta de 6,2% para 9% do contingente feminino. O deslocamento desta ocupação dá-se em direção aos setores do ensino (de 1,2% para 7,2%), da construção civil (de 0,2% para 2,6%) e da indústria química (de 0,65 para 2,4%) e outros. Em que pesem as variações havidas, alguns setores são de preponderante emprego feminino ao longo do período, como serviços médicos, odontológicos e veterinários (mais de 80% dos empregos no setor); indústria do vestuário (em torno de 80% do setor); administração pública (de 55 a 66% do setor) e ensino (em torno de 60% dos empregos no setor).

Em síntese, a globalização e a reestruturação produtiva têm efeitos específicos sobre o mundo do trabalho, entre os quais os mais danosos são o desemprego, a inserção precária no trabalho e a redução de direito. Por outro lado, como se observa, alguns desses efeitos são mais marcantes sobre as mulheres, que formam um contingente numeroso da força de trabalho, ou seja, sobre as mulheres reconhecidas como talhadas para a realização de determinadas tarefas no trabalho industrial, por seus atributos tidos como especificamente femininos, tais como paciência, concentração, velocidade e precisão motora, os fatores contingenciais operam com mais força. (POHL, 2007, p. 214).

Outros setores podem ser considerados território do emprego masculino, como a indústria mecânica, a indústria de produtos minerais e os serviços industriais (mais de 90%); a construção civil, o transporte e comunicação, a indústria da madeira e mobiliário (de 80 a 90% dos empregos em cada setor); a indústria do calçado, a indústria metalúrgica e o

comércio atacadista com o emprego masculino sendo cerca de 80% do setor, com pequenas variações no período. Mas também são seis setores que congregam 65% da força de trabalho masculina tanto em 1985, como em 2000: indústria da borracha, fumo, couros e peles (23% e 19% dos homens empregados, em cada ano citado); comércio varejista (cerca de 15% dos homens empregados); construção civil (de 3,6% para 11,6%, devido ao crescimento do setor e à formalização dos empregos); serviços de alojamento, alimentação e manutenção (cerca de 7% do total masculino); transporte e comunicação (também cerca de 7%) e comércio e administração de imóveis e valores (de 12% do total em 1985 para 7% em 2000).<sup>130</sup>

Acompanhando a evolução de alguns setores (os setores da indústria do vestuário, da indústria metal-mecânica e das instituições financeiras analisaremos adiante, na respectiva base sindical), destacamos:

- A indústria da borracha, fumo, couros, peles, indústrias diversas, entre os setores mais significativos da economia em Santa Cruz do Sul, que diminuíram o volume de empregos, teve queda de apenas 0,36% no acumulado dos quinze anos; aumentou 7,2% de 1985 a 1991, caiu 10% até 1995 e aumentou só 3,2% daí até 2000. Na distribuição por sexo, houve mínimo recuo na participação feminina, que continua representando cerca de 29% da força de trabalho do setor.
- A indústria da alimentação e bebidas, por sua vez, da retração de 12,3% entre 1985 a 1991, apresenta expansão de 130% nos empregos de 1991 a 1995, dobrando o número de trabalhadores neste decêndio. Este número estabiliza até 2000, apenas com discreto aumento na participação feminina, praticamente meio a meio em 2000.
- O comércio varejista esteve em moderada expansão até 1989, passando a diminuir os empregos, acumulando queda de 3,6% de 1985 a 1995. Daí para 2000 houve crescimento de 29,5% no número de empregos, importante por superar o número de empregados de 1985 e de 1989. Neste movimento ampliou a participação feminina que evoluiu de 40% para 46% dos empregos no setor.
- Já o comércio atacadista, apresenta, em termos percentuais, um dos maiores índices de redução no emprego 42% no acumulado 1995/1985, fortemente após 1991, e continua

---

<sup>130</sup> Sobre a participação feminina da mulher na indústria em Santa Cruz do Sul ver em: POHL, Hildegard Hedwig. Sociabilidade operária: as influências do trabalho industrial na perspectiva de gênero. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2007.

em queda de 5,6% até 2000, resultando em diminuição de 45% dos postos de trabalho nestes quinze anos.

- Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários serv. técnico, esse setor englobando uma série de serviços especializados ou não, teve uma redução de 28,7% entre 1985 e 1991, leve recuperação de 4,36% até 1995 e daí até 2000, crescimento de 26,4%, resultando em queda de 6,0% no acumulado de quinze anos, caindo de 8,75% para 6,36% de participação no emprego total, mas sempre com crescente presença feminina, que cresceu significativos 157,3%, passando de 12,7% para 34,8% de participação no setor, ante redução de 30,0% nos empregos masculinos no mesmo período.
- Serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção (hotéis, bares e restaurantes, limpeza e conservação etc.), apresentaram um crescimento de 30,3% entre 1985 e 1991, queda de 34,3% até 1995, acumulando redução de 14,4%; daí até 2000 um forte crescimento de 80,8%, resultando em aumento de 54,8% no acumulado de quinze anos, passando de 7,73% para 9,25% de participação no emprego total, com moderado crescimento da presença feminina, de 45% para 52,4% de participação no setor.
- A construção civil é outro segmento que mostra crescimento significativo entre 1985 e 1995, de 143,7% (13,4% até 1991 e 115% entre 1991 e 1995). No entanto, suspeita-se aqui é de que a maioria dos trabalhadores no setor em 1985 atuava sem registro, ou seja, os empregadores não assinavam a carteira dos peões das obras. Na greve de 1986 o sindicato informava 800 paralisados em 1200 trabalhadores, o que mostra um descompasso entre os números oficiais apurados pelo Ministério do Trabalho e o verificado nas reportagens de jornal sobre a greve. Porém não podemos esquecer que o levantamento feito pela RAIS nesse caso mostra os registros em 31 de dezembro de cada ano. De 1995 a 2000 o emprego no setor cresceu mais 88,2%, com a participação feminina passando de 3,35% em 1985, para 7,12% em 1995 e para 17,78% do setor em 2000, num crescimento de mais de 2.300%.
- A administração pública teve um aumento de 40,0% entre 1985 e 1991, e uma pequena redução até 1995, já sob a regência neoliberal, havendo forte incremento da participação feminina, de significativos 64,9%. De 1995 a 2000 o setor diminuiu outros 13,2%, resultando em saldo de pequeno acréscimo de 17,5% sobre 1985. As mulheres representam 66,5% desse setor, ante 53,5% em 1985.



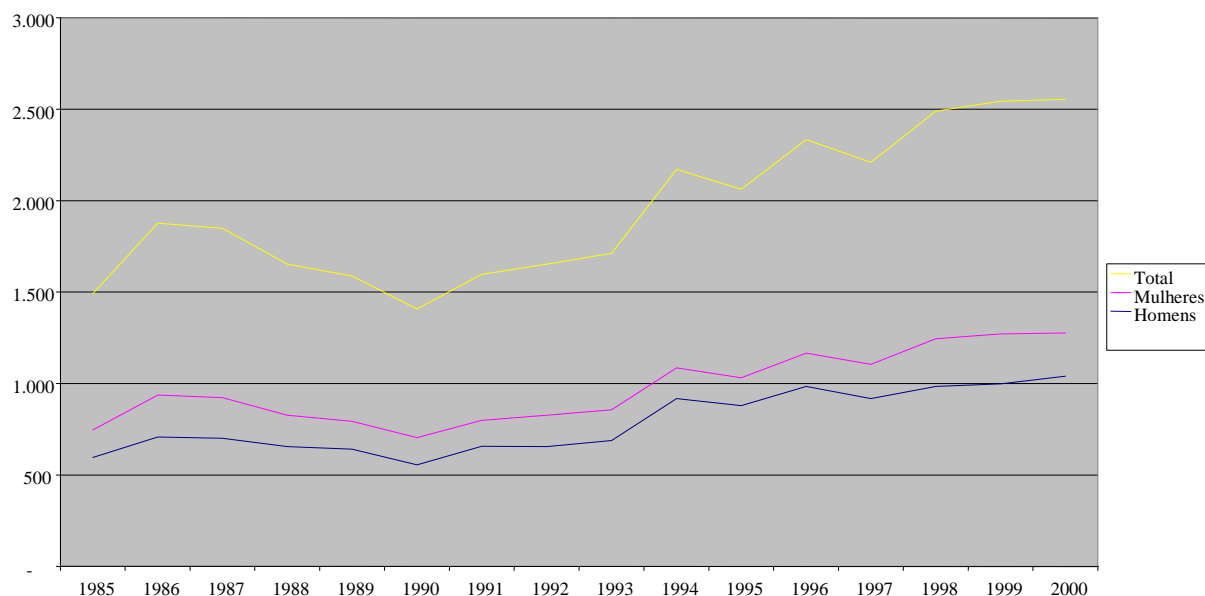
- Transporte e comunicação entre 1985 e 2000 apresentam um crescimento na contratação da força de trabalho na ordem de 31,6%, sendo 21,5% até 1995 e mais 8,3% até 2000, mantendo sua participação no total de empregos em torno de 4,7%.
- Ensino cresceu acima de 1.000% de 1985 a 2000; 464% apenas entre 1991 e 1995 (possível absorção da reclassificação de “outros/ignorado”) e 60% de 1995 a 2000. As mulheres representam a maioria nesse setor com 60% da categoria (já ocuparam 76% das vagas em 1985), mas o crescimento mais significativo foi masculino, de 1991 a 1995 com 883% e mais 75% daí até 2000. O setor já emprega quase 5% dos trabalhadores formais no município.
- A indústria química apresenta um aumento da força de trabalho contratada em 357,6% de 1991 a 1995, após parcos 16% de 1985 a 1991; um aumento significativo embora na totalidade não modifique os índices gerais. De 1995 a 2000 apresenta retração de 13%.
- O setor editorial e gráficas também não representam muito no global, mas apresenta um forte crescimento de 241% de 1985 a 1995, seguido de decréscimo de 60,3% de 1995 para 2000, resultando em 35% mais empregos que em 1985.
- A Indústria Madeira e Mobiliário apresentou um diminuição da ocupação da força de trabalho na ordem de 56,1% entre 1995 e 1985. Em 2000 empregou 4,5% a mais que em 1995, mas ficou 54,1% menor que em 1985.

O Sindicato dos Metalúrgicos (Gráfico 2)<sup>131</sup> representa as categorias da indústria metal mecânica e de material elétrico. Este setor representa 3,69% do total da força de trabalho no município em 1985 e passa por um período de crescimento no ano de 1986 e depois sofre um declínio até 1990 quando atinge seu menor nível de ocupação 2,80% sobre o total. Em 1991 recupera-se aos níveis de 1985 (3,64% de participação) e a partir desse ano começa uma curva ascendente, com expansão de quase 24% no nível de emprego de 1995 a 2000, quando chega a representar 4,88% do emprego formal em Santa Cruz do Sul.

---

<sup>131</sup> Os dados que originaram os Gráficos 2 a 6 encontram-se no ANEXO G - Tabela 1.

Gráfico 2 – Setor metal mecânico

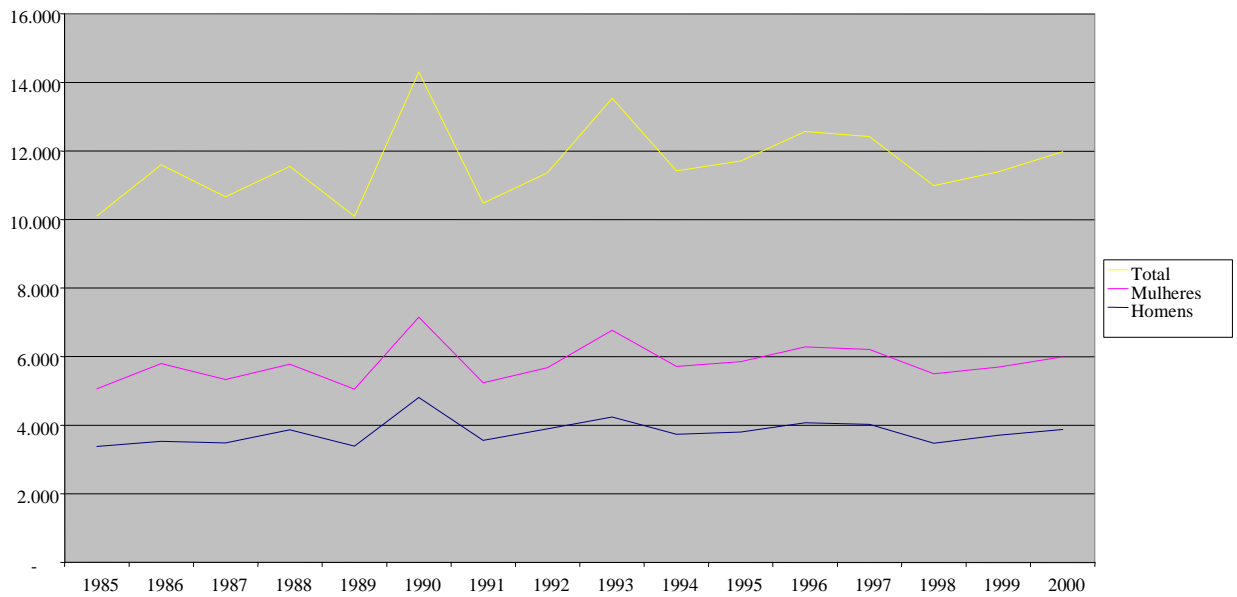


Fonte: MTE/RAIS.

O Sindicato da Alimentação (Gráfico 3) representa os trabalhadores nas indústrias do fumo, da alimentação e de bebidas, no entanto a classificação feita pelo Ministério do Trabalho através da RAIS coloca no mesmo setor “fumo, couros, peles, borracha e indústrias diversas” e “alimentação e bebidas” em um outro. Porém, acredita-se que o fato não tenha interferência no resultado final na apuração do nível de emprego da área de atuação do sindicato em questão. Somados os dois setores respondem por 25% dos empregos formais do município em 1985. Nos anos seguintes o setor se comporta com relativa estabilidade. Já em 1990 há uma explosão, com a maior taxa de contratação de todos os tempos, 7.151 trabalhadores contratados, o que corresponde a 28,5% do total da ocupação da força de trabalho. No ano seguinte há uma nova queda, alcançando-se o pior nível registrado pelo setor com 23,9% do total de trabalhadores empregados em 1995 volta a crescer e ultrapassa novamente a barreira dos 25% da força de trabalho do município registrados no primeiro levantamento em 1985. Entre os anos de 1995 e 2000 se mantém estável em números absolutos, mas chega em 2000 com uma menor participação da taxa de ocupação em relação a totalidade dos empregos formais de Santa Cruz do Sul, com 22,9%.

Entre as causas que levaram ao encolhimento dos postos de trabalho no setor fumageiro, estão os novos cenários competitivos, em que predominaram (predominam) as fusões e associações empresariais, como forma de dotar as organizações de maior eficiência e eficácia. Assim, após a transnacionalização do setor fumageiro, que se deu a partir de meados dos anos sessenta e começo dos anos setenta, ocorreu uma fase de incorporações e fusões no início da década de noventa que repercutiu na oferta de postos de trabalho. (POHL, 2007, p. 23).

Gráfico 3 – Setor fumo e alimentação

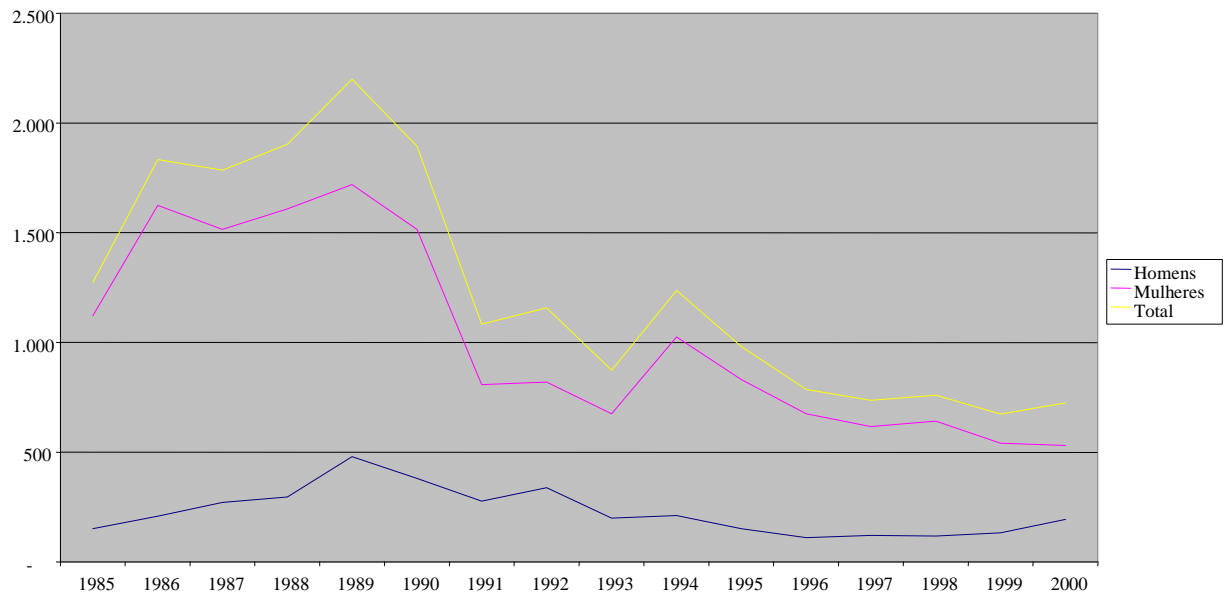


Fonte: MTE/RAIS.

O setor do vestuário e do calçado (Gráfico 4) era responsável em 1985 por 6,3% da ocupação da força de trabalho em Santa Cruz do Sul. O setor passa por um momento de crescimento e em 1987 chega a representar 7,9% do emprego formal e 9,3% em 1989, sua maior participação na geração de emprego. A partir de 1990 o setor passa a ter uma forte retração; de 1985 a 1995 apenas a indústria têxtil do vestuário apresentou redução de 25,9% dos empregos e de 1995 a 2000, nova redução de 25,5%; assim o setor chega em 2000 com apenas 2,8% do total da força de trabalho de Santa Cruz do Sul.

Percebe-se no setor do vestuário, por exemplo, que a maioria da força de trabalho é composta por mulheres, no entanto essa maioria não se reflete na construção de lideranças femininas que tenham no seu cotidiano o debate de gênero e classe, onde as trabalhadoras se reconheçam como tal. Em que pese a maioria da direção do Sintravestuário ser de mulheres as vozes mais expressivas nos últimos 20 anos tem sido de dirigentes homens. Os debates do sindicato têm girado em torno das falências das empresas do setor e das doenças ocupacionais.

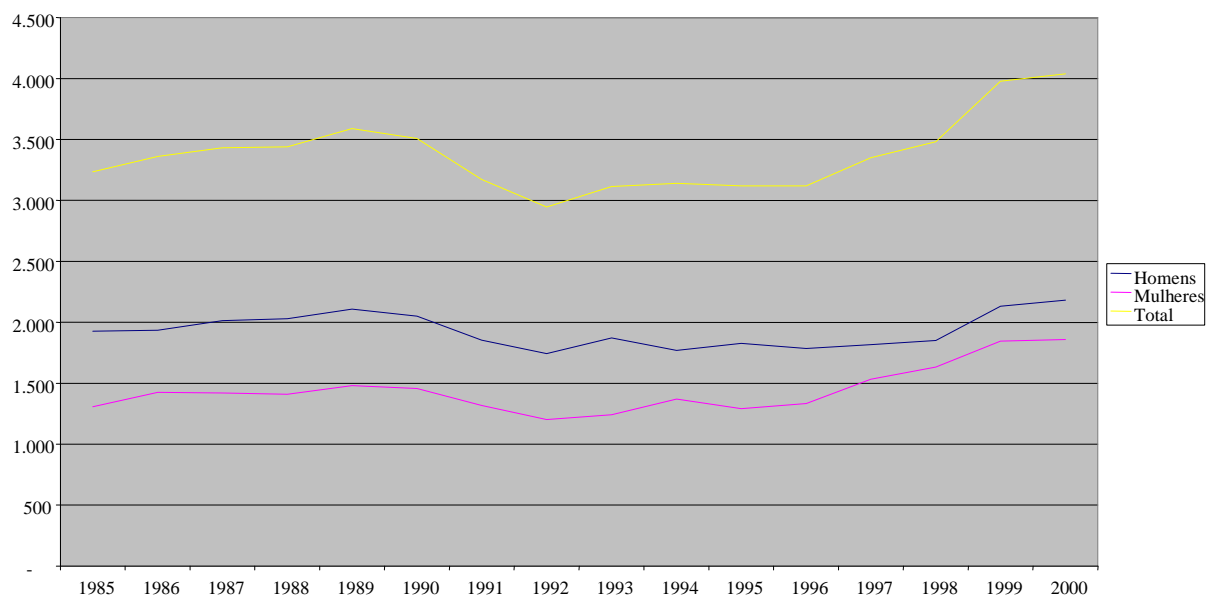
Gráfico 4 – Setor do vestuário e calçado



Fonte: MTE/RAIS.

O comércio varejista (Gráfico 5) mantém uma tendência de crescimento entre 1985 (com 16% na participação da ocupação da força de trabalho) e 1989, quando atinge seu maior índice de contratação com 15,2% dos trabalhadores contratados. A partir do ano seguinte começa uma curva descendente com 14% em 1990, chegando em 1992 com o pior índice de ocupação 13% e mantém-se estável até 1996 quando começa a mostrar sinais de recuperação e passa a responder por 13,5% dos empregos formais e em 2000 atinge 15,4%, mantendo-se em termos percentuais no mesmo nível de 1985.

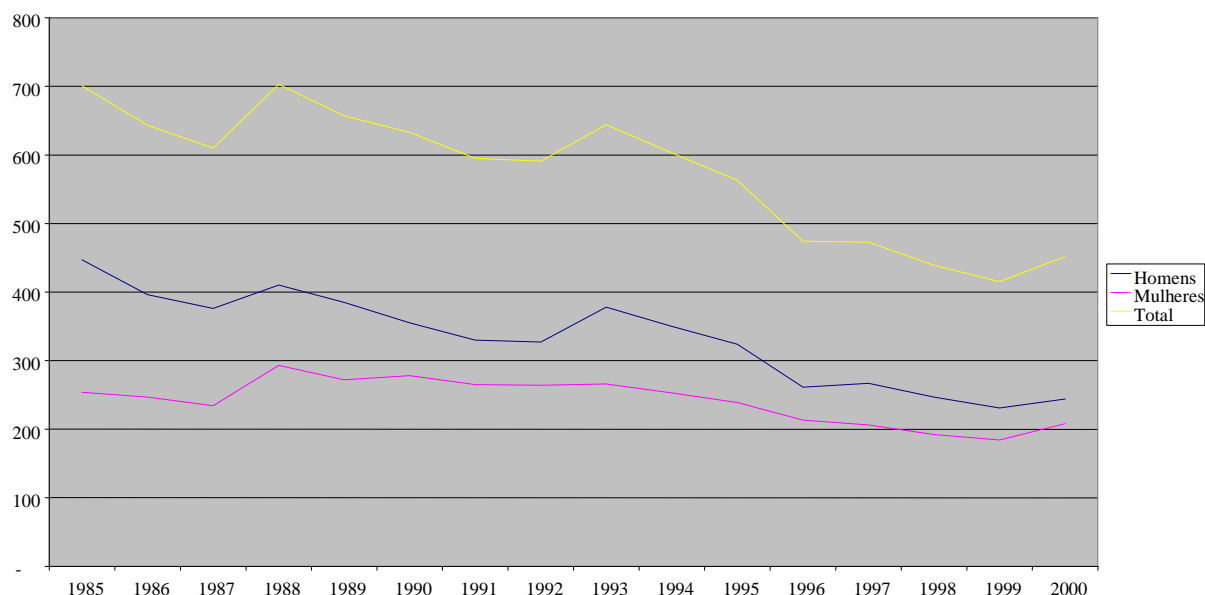
Gráfico 5 – Setor do comércio



Fonte: MTE/RAIS.

O setor financeiro ou bancário (instituições de crédito, seguros e capitalização), (Gráfico 6) é o que apresenta uma série de declínio permanente desde o primeiro levantamento em 1985, quando apresentou seu melhor desempenho na ocupação da força de trabalho em Santa Cruz do Sul 3,5%, em 1997 desceu a 2,7%, em 1995 para 2,5% e em 2000 o seu menor nível 1,6% dos empregos formais. De 1985 a 1995 apresentou queda de 19,7% no número de empregados; mas com aumento da presença feminina que passou de 36,2% para 42,4% do total, ainda que tenha sido reduzida em 5,9% na quantidade. De 1995 a 2000 continuou em queda, mas a força de trabalho feminina passou a 46% do total.

Gráfico 6 – Setor Bancário



Fonte: MTE/RAIS.

O declínio do poder dos sindicatos se dá por diversas maneiras, mas duas delas são, sem dúvida, as mais significativas: a ameaça de desemprego (instabilidade) leva os trabalhadores a não responderem positivamente ao chamado de mobilização, agravado pelas campanhas anti-sindicatos entabuladas pelos empresários; a outra, é o aumento da dificuldade da organização no local de trabalho, resultado das novas formas de organização da produção, que coloca os trabalhadores em constante competição entre si, particularmente com uma cobrança recíproca por produção, por conta de remuneração por produtividade. Esta situação tem levado a uma dessindicalização acentuada, gerando um enfraquecimento no poder de mobilização e de barganha das entidades sindicais (RODRIGUES, 1999, p. 218-226).

### 2.3 “A Central Neoliberal”

A conjuntura internacional é bastante adversa. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixa de existir. Assim como em 1989, como a queda do muro que separava a Alemanha socialista da Alemanha capitalista, o desmonte do Bloco Socialista vai criar ainda mais confusão do ponto de vista de referencial ideológico para os movimentos de esquerda no mundo.

Para Antunes (1997, p. 59) um dos pontos que levam ao refluxo do movimento operário é decorrência do “desmoronamento do Leste Europeu”. Segundo ele, o fim do “bloco socialista” ainda traz como consequência, o “rebaixamento de direitos e conquistas sociais dos trabalhadores” em virtude da não existência do contraponto ideológico que representou o socialismo do leste europeu para os países de capitalismo avançado.

Antunes afirma ainda que:

Paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista - e aqui entramos em outro ponto central -, deu-se um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda, e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital. Essa acomodação social-democrática atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e a burocratização que também caracterizam a social-democracia sindical. (ANTUNES, 1997, p. 59).

Ao mesmo tempo, começam a surgir denúncias de corrupção no governo Collor e os primeiros sinais aparecem com os "deslizes" do Ministro do Trabalho, o ex-sindicalista Rogério Magri (GIANOTT, 2007, p. 278). Já no mundo do trabalho, ou mais especificamente no movimento sindical, a burocratização e a assimilação do jogo institucional passam a ser uma realidade.

Desenvolveu-se nos anos 1990 uma crise do sindicalismo no Brasil e não propriamente uma crise sindical, tendo em vista que as burocracias sindicais têm conseguido, de certo modo, preservar a estrutura sindical vigente. A crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia da ação sindical. (ALVES, 2002, p. 88-89).

Em setembro de 1991 ocorre o IV Congresso Nacional da CUT (Concut)<sup>132</sup> onde permanece o debate político-ideológico iniciado no III Congresso entre as duas visões que hegemonizam a discussão dentro da Central: a tese de mobilização e confronto versus mobilização e proposição. A última sai vencedora e vai preponderar durante os anos 1990, acreditando ser possível estabelecer grandes acordos nacionais e até mesmo flexibilizações em relação aos direitos dos trabalhadores, como foi o caso dos acordos com as montadoras multinacionais instaladas no ABC paulista.

A esse respeito Alves destaca que:

A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República em março de 1990 levaram a uma mudança de estratégia da CUT. Tal mudança foi dirigida pela corrente sindical majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégia nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias – as diversas correntes sob influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT, lançou e fez aprovar a idéia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma opção ao “sindicalismo defensivo”, dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado.

A criação da Força Sindical (FS), em março de 1991 contribui ainda mais para o esgarçamento dessa visão de sindicato. A FS reúne sindicalistas que estavam antes nas CGTs e independentes. Tem a sua filosofia de ação orientada pelo sindicalismo de resultados estadunidense e foi criada para combater a CUT.

[...] na década de 1990, a Força Sindical instituiu-se real competidor no mercado sindical. Nascida em 1991 e composta de egressos das duas CGT e lideranças independentes, a FS tem uma abordagem bem diversa do que deve ser a estratégia de centrais sindicais no Brasil. Em lugar de confrontação com o governo e o capital, prega a cooperação e parceria em nome do “bem-estar da nação”, o que quer que isso signifique (Força Sindical, 1993; Martins Rodrigues e Cardoso, 1993). Em lugar de opor-se às políticas neoliberais vigentes, a FS afirmou, quase todo o tempo, seu apoio incondicional a elas, esposando o julgamento governamental a respeito das esquerdas, nomeadas de “vanguarda do atraso”. [...]. (CARDOSO, 2003, p. 46.).

A fundação da FS cria um ambiente de disputa por bases sindicais e leva a uma social-democratização mais acelerada da CUT. Para Boito (1999, p. 121):

---

<sup>132</sup> Caderno de Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT realizado de 4 a 8 de setembro de 1991 no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo (SP).

Outros aspectos que caracterizam essa conjuntura de transição para a política neoliberal concernem ao remanejamento político ocorrido no campo sindical. As novas orientações das direções sindicais também contribuíram para reduzir a capacidade de resistência do sindicalismo ao ascenso neoliberal. De um lado, houve uma rearticulação do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical em 1991, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos. De outro lado, a corrente dominante na CUT, a articulação Sindical, adotou, alguns meses após a posse de Collor, a estratégia do sindicalismo propositivo, que instaurou uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo.

Segundo Giannotti<sup>133</sup>, a FS foi criada com o apoio do governo Collor e com recursos oriundos da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), a federação de indústrias mais poderosa do país. O investimento foi de aproximadamente 4,7 milhões de dólares nessa estratégia neoliberal.

## 2.4 Novas luzes para o sindicalismo santa-cruzense

As movimentações grevistas em Santa Cruz do Sul no ano de 1991 ficam por conta dos professores de escolas particulares, bancários e magistério estadual e os trabalhadores de uma cigarreira. No mês de março os professores da rede estadual realizam mais uma greve com adesão de 80% da categoria e dura 74 dias<sup>134</sup>. Com quinze mil professores em assembléia no Ginásio de Esportes Gigantinho em Porto Alegre o magistério estadual recusou a oferta do governador do estado e decretou a sua sexta greve em seis anos. Os professores aceitam a proposta de 191% e suspendem a greve no dia 20 de maio, mas só retornam às aulas no dia 24 já que participam da Greve Geral marcada para 22 e 23 de maio.<sup>135</sup>

Em agosto é a vez dos professores do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs), e da escola Educar-se paralisarem as atividades em campanha salarial. O SINPRO registra greves em todo o estado desde o dia 6 de agosto de 1991, mas em Santa Cruz as duas escolas aderem a paralisação no dia 9 de agosto. A reivindicação é de 215,56%, de reposição salarial, mas as Escolas anunciam que só irão negociar quando o governo liberar os reajustes

---

<sup>133</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical: a central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 129-139

<sup>134</sup> Gazeta do Sul (09/03/1991, p. 10).

<sup>135</sup> Idem (21/05/1991, p. 2).



para as mensalidades, inclusive ameaçam com um *locaute* caso o governo não fixasse novas regras imediatamente<sup>136</sup>.

No dia 11 de setembro os bancários iniciam mais uma greve na sua campanha salarial. No primeiro dia de greve apenas os trabalhadores da Caixa Econômica Federal paralisam, muito embora a decisão de aderir à greve nacional da categoria tenha sido tomada em uma assembléia que contou com a participação de pelo menos 100 bancários. Nos dias seguintes trabalhadores de outros bancos vão se somar aos grevistas. É o caso dos bancários do Banrisul e Meridional. Entre os bancos privados, a adesão dos trabalhadores é parcial, com participação de parte dos bancários do Unibanco, Mercantil e do Banco Real. Os empregados do Banco do Brasil são os últimos a aderirem ao movimento. A pauta da campanha salarial é principalmente a reposição de 510% dos salários.<sup>137</sup>

A mobilização mais marcante em termos de organização sindical, do ano de 1991 foi a Greve Geral realizada pela CUT nos dias 22 e 23 de maio onde aconteceram situações que colocaram em xeque a organização sindical na cidade.<sup>138</sup> Apoiada por dez sindicatos, a greve não obteve uma adesão significativa dos trabalhadores, ficando restrita aos trabalhadores da metalúrgica Gruending Irmãos. O magistério estadual estava encerrando a greve da categoria e adia o seu retorno por dois dias a fim de aderir à Greve Geral. O sindicato dos funcionários públicos municipais, mesmo não concordando com a greve e não aderindo à mesma, na compreensão de que não cabe mais esse tipo de movimento sendo a negociação a melhor saída para os trabalhadores, emite um comunicado de apoio ao movimento paredista.<sup>139</sup>

Conforme notícias divulgadas na imprensa local, o movimento de preparação da Greve Geral foi intenso na cidade. Piquetes são montados, panfletos distribuídos, tudo na tentativa de sensibilizar os trabalhadores, fazendo com que eles aderissem à mobilização nacional. O saldo são 58 pneus de coletivos furados com *miguelitos* (artefatos feitos de ferro com pontas, distribuídos em via pública, principalmente nos locais de parada de ônibus), e muitas fechaduras de portas do comércio danificadas por cola introduzidas nas mesmas e sindicalistas são detidos.<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> Idem (10/08/1991, p. 2).

<sup>137</sup> Gazeta do Sul (12/09/1991, p. 11; 13/09/1991, p. 9; 18/09/1991, p. 3).

<sup>138</sup> Peleia, 12/06/1991.

<sup>139</sup> Gazeta do Sul (23/05/1991, p. 6).

<sup>140</sup> Gazeta do Sul (23/05/1991, p. 6 e 7).

O presidente e o secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos foram detidos pela polícia militar portando vários *miguelitos* e o presidente do Sindicato dos Comerciários foi indiciado, acusado de ter colocado cola nas fechaduras dos estabelecimentos comerciais para impedir as lojas de abrirem as portas ou mesmo de retardar a sua abertura. Em ambos os casos os sindicalistas negaram a sua participação em atos dessa natureza. Os dirigentes metalúrgicos, inclusive, creditam a sua detenção a uma armação. Na sua versão teriam recebido o material de um desconhecido e logo em seguida uma patrulha da polícia militar teria aparecido flagrando-os com os artefatos.<sup>141</sup>

Mesmo com a baixa adesão dos trabalhadores a Greve Geral, os dirigentes sindicais avaliaram como positiva a mobilização, argumentando que a baixa adesão se deve ao fato de o país estar passando por um período de recessão. É uma situação que “coloca os trabalhadores na defensiva e receosos de participar de atividades que possam colocar os seus empregos em risco”. Os dirigentes sindicais questionam o papel da mídia no processo.<sup>142</sup> No seu entendimento, a imprensa boicotou as notícias em relação à organização da greve e na cobertura da mesma, deu ênfase aos conflitos em detrimento do resultado do movimento.<sup>143</sup>

Os debates sobre as mudanças de postura na ação sindical se mostram de forma mais nítidas em Santa Cruz quando da vinda de Vicentinho<sup>144</sup> na cidade para participar como palestrante da 23ª Convenção Estadual Lojista. Durante o encontro Vicentinho defende uma nova relação entre capital e trabalho.<sup>145</sup> O jornal gazeta destaca o ineditismo da iniciativa de um dos mais expressivos dirigentes sindicais do país sentar a mesa como palestrante para empresários do comércio, principalmente tendo em vista a “difícil convivência” entre os representantes dos trabalhadores e dos empresários no município.<sup>146</sup>

Em artigo assinado na Gazeta do Sul do dia 02/05/1992, o professor da FISC (hoje UNISC), e candidato a prefeito pelo PT naquele ano em uma composição com o PMDB, João Pedro Schmidt, já chamava a atenção para a vinda de Vicentinho a Santa Cruz para participar da Convenção dos Lojistas. No referido texto o candidato do PT enaltece as qualidades do

---

<sup>141</sup> Peleia, junho de 1991.

<sup>142</sup> Peleia, junho de 1991.

<sup>143</sup> Gazeta do Sul (24/05/1991, p. 8).

<sup>144</sup> Vicente Paulo da Silva, Vicentinho a época era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em São Paulo, mais tarde vai ser escolhido presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

<sup>145</sup> Gazeta do Sul: 05/05/1992.

<sup>146</sup> Idem.

dirigente sindical pela sua postura frente as negociações com as grandes montadores de automóveis no ABC paulista e a abertura dos dirigentes lojistas da cidade pela iniciativa de convidar o sindicalista ligado a CUT e ao PT para proferir palestra aos empresários do setor. Segundo o dirigente e candidato ao governo municipal, “A vinda de Vicentinho a Santa Cruz nesse momento, tem - ou pode ter - um importante significado. Para os sindicatos, deveria trazer novas luzes sobre como negociar com os empresários sem trair as causas dos trabalhadores, em busca de soluções em tempos de recessão [...]”.<sup>147</sup>

A pauta da política nacional em 1992 estava centrada nas denúncias de corrupção envolvendo o governo de Fernando Collor de Mello. Denúncias que vão culminar com o *impeachment* do "caçador de marajás" no final do mesmo ano. Logo no início do ano acontece a demissão do Ministro do Trabalho que vinha sendo envolvido em denúncias durante o ano de 1991<sup>148</sup>. Também aconteceram algumas greves importantes como a dos estivadores em Santos (SP) em fevereiro e a greve dos petroleiros, categoria organizada nacionalmente.

Internamente na CUT, entra em uma disputa intensa quanto ao caráter do debate à respeito da conjuntura política e de qual seria a palavra de ordem adequada para o momento. O debate é provocado no final do ano de 1991 quando a CUT, Regional de São Paulo, faz um ato em 13 de dezembro e chama o “Fora Collor”. As duas posições eram: uma pela campanha do “Fora Collor” e a convocação de eleições gerais, a outra pelo “Basta de Collor” sem um maior aprofundamento da questão do impedimento do presidente e de uma conseqüente nova eleição para a presidência.

[...] A CUT reluta em ir para o fora Collor em 92, não fosse a CUT pela base na época, se não fosse especialmente pelo movimento da base da central de São Paulo, a CUT teria entrado muito mais tarde do que entrou no fora Collor. Além disto a CUT na década de 90 entra em uma pauta interna e começa a discutir a reforma sindical e do sindicato orgânico, que começa a ser pautado pela articulação sindical, o que joga a CUT para uma disputa interna insana. A CUT se esquece da conjuntura, ou seja, nossos irmãos lá fora morrendo e sendo demitidos, o patrimônio público

---

<sup>147</sup> Para entender: João Pedro havia sido candidato pelo PT em 1988 e surpreendentemente por pouco não vence a eleição. Em 1992 PT e PMDB se juntam na perspectiva de que era possível juntando as forças de oposição a atual administração vencer a eleição municipal. O detalhe então: o presidente do CDL em Santa Cruz era Carlos Roberto Gruendling que também era militante do PMBD e filho de um ex-prefeito da cidade na década de 1980. portanto a nova relação capital trabalho pregada tanto por Vicentinho como por João Pedro estava de acordo com suas praticas e intenções políticas no momento e afinadas com as discussões da CUT nacional expressa em seu último Congresso e com os encaminhamentos do PT em nível nacional.

<sup>148</sup> Correio do Povo (08/05/1992, capa; 15/05/1992, capa).

sendo entregue, e eles discutindo condições de que maneira iriam manter melhores condições para a burocracia sindical sobreviver.<sup>149</sup>

Nesse momento tem inicio uma campanha mais contundente e vigorosa contra o presidente Collor, com os jornais estampando quase que semanalmente em suas páginas as denúncias de corrupção ligadas ao governo. O pivô da crise era o motorista e o irmão do presidente<sup>150</sup>. Em junho de 1992 é instalada a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - que conclui pelo encaminhamento do *impeachment* de Collor de Mello. A burguesia paulista que ainda resistia com o presidente também o abandona o que contribui decisivamente para o desfecho que teve o caso. Mas em uma última tentativa de salvar o mandato de Collor, o empresariado paulista através FIESP junto com a Força Sindical, promove no mês de setembro um ato público em São Paulo. O ato foi intitulado em “defesa das reformas modernizadoras”.<sup>151</sup>

Em setembro de 1992, ocorreu mais uma greve nacional dos petroleiros. No mês de outubro aconteceu o primeiro turno das eleições municipais e em novembro o segundo turno nas capitais e nas grandes cidades. As eleições resultam numa vitória significativa das forças de esquerda em várias capitais. Em Porto Alegre (RS), capital já governada pelo Partido dos Trabalhadores desde 1988 por Olívio Dutra, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, o PT se mantém no comando da prefeitura, elegendo o advogado trabalhista Tarso Genro, ex-integrante do grupamento de extrema esquerda Partido Revolucionário Comunista - PRC. A esquerda elege também os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Natal (RN), Goiana (GO) e São Luiz (MA). O PT perde em São Paulo (SP), onde já governava.

Em 22 de dezembro de 1992 aconteceu a votação na Câmara Federal do *impeachment* de Collor.<sup>152</sup> O vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência da república. O *impeachment* de Collor representou um freio na implantação do programa neoliberal no país, exigindo uma rearticulação das forças liberais.

---

<sup>149</sup> Francisco Vicente, o Chico, Presidente da CUT-RS de 1997 a 1999, Entrevista n°. 13

<sup>150</sup> Correio do Povo (14/05/1992, p. 3; 20/05/1992 capa; 23/05/1992, capa).

<sup>151</sup> GIANNOTTI. Vito. *Força Sindical: a Central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 61.

<sup>152</sup> Fernando Collor de Mello, após rumoroso processo de cassação de seu mandato pelo Congresso Nacional, renunciou ao mandato de presidente da República poucas horas antes de o seu impedimento ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, o que não impediu que os deputados levassem adiante a votação e cassassem os seus direitos políticos.

Itamar Franco inicia seu governo com um discurso de combate à corrupção e de unidade nacional. Acenou com um governo de coalizão para salvar o país da crise institucional em que se encontrava, tentando atrair para a coalizão todos os principais partidos.

O programa de privatizações<sup>153</sup> foi acelerado com o Plano de Ação Imediata (PAI) que foi elaborado em julho de 1993 e preparou a implantação do Plano Real. No mesmo ano em 21 de abril, também aconteceu o plebiscito nacional sobre o sistema de governo, previsão da Constituição de 1988.<sup>154</sup>

O debate sobre o sistema de governo envolveu as principais lideranças políticas do país em torno do presidencialismo, parlamentarismo e monarquia. Embora fossem três as propostas, na verdade a disputa ficou entre os defensores do sistema parlamentarista e sistema presidencialista. O resultado do plebiscito foi a vitória do Presidencialismo, inclusive com o apoio da maioria da esquerda.

Grandes manifestações públicas ocorrem durante o ano inaugurando inclusive uma nova forma de protesto do movimento sindical, as marchas a Brasília. Esse tipo de manifestação principia a acontecer com a aproximação do movimento sindical de outras formas de organização popular, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento pela Moradia, etc.

Fica evidente a mudança na forma de organização dos protestos do movimento sindical brasileiro, durante o ano de 1993. Há uma diminuição do número de greves realizadas nos anos seguintes e uma maior tendência de fragmentação das formas de luta e mobilização através de movimentos específicos, como o de igualdade racial, o dos direitos da mulher, o movimento dos trabalhadores desempregados entre outros.

---

<sup>153</sup> Plano de Ação Imediata, disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp>>. Acesso em: 20/09/2008.

<sup>154</sup> O Jornal Intersindical Peleia nas edições de setembro e dezembro de 1992, começa uma campanha de esclarecimento sobre o plebiscito que iria definir em abril de 1993 o sistema de governo no Brasil.

Em 28 de fevereiro 1994 aconteceu o anúncio da Medida Provisória nº. 434 que instituiu a URV - Unidade Real de Valor - em vigor a partir de março como transição para a implantação da moeda REAL em julho.<sup>155</sup>

O Plano Real foi consolidado em julho do mesmo ano, com a troca da moeda de Cruzeiro para Real.<sup>156</sup> A eleição em outubro, decidida já no primeiro turno, de Fernando Henrique Cardoso, que ficou conhecido como FHC, o *pai* do Plano Real, para a presidência da república colocou o programa neoliberal em funcionamento no Brasil com toda a sua capacidade.

Com a adoção da nova moeda, a partir de 1º de julho de 1994, a candidatura do ex-ministro decolou de forma avassaladora, chegando as eleições de 3 de outubro na seguinte circunstancia: inflação em Real próxima a zero, a atividade econômica em crescimento, o poder aquisitivo dos salários mantidos desde a introdução da URV e os segmentos de baixa renda livres do imposto inflacionário e comprando a prestação. (FILGUEIRAS, 2006, p. 91).

O fundamento principal do plano econômico era a redução da inflação através do controle do câmbio, um programa de ajuste fiscal, reformas na área econômica, privatização de setores de energia, telefonia, siderúrgico e financeiro, flexibilização dos direitos trabalhista para a redução do Custo Brasil, programas de incentivos fiscais para a modernização da indústria. Implantou um controle maior sobre os bancos estatais, principalmente os estaduais e um programa de saneamento das empresas públicas, preparando-as para serem privatizadas (FILGUEIRAS, 2006, p. 93-116).

A recuperação das finanças públicas não é uma mera questão de gastar menos e arrecadar mais. Ela envolve uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada, incluindo:

- I) corte e maior eficiência de gastos;
- II) recuperação da receita tributária;
- III) fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação as dívidas com a União;

---

<sup>155</sup> E. M. Interministerial N° 250/MF/SEPLAN/MTb/MPS: Exposição de Motivos da Medida Provisória da Desindexação. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/desinem.asp>>. Acesso em: 10 de janeiro 2009.

<sup>156</sup> E. M. Interministerial N°. 205/MF/SEPLAN/MJ/MTb/MPS/MS/SAF. Brasília, 30 de junho de 1994. Exposição de Motivos da MP do Plano Real; disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/realem.asp>>. Acesso em: 06/10/2008.

- IV) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais;
- V) saneamento dos bancos federais;
- VI) privatização<sup>157</sup>.

A esquerda brasileira é pega de surpresa e não consegue reagir adequadamente ao Plano Real, não tem capacidade de fazer a leitura correta do que significa o plano e acaba por subestimá-lo<sup>158</sup>. Fernando Henrique consegue então granjear todo o apoio da direita e do centro no espectro político no país e assim vence as eleições de 1994.

Este plano econômico alcança os efeitos desejados pelo governo, como a redução da inflação, o controle dos preços e a estabilidade econômica. Os efeitos perversos vão ser sentidos ao longo do tempo, pela recessão que se abateu sobre o país, o desemprego e o arrocho salarial. No entanto, num primeiro momento, houve uma euforia com o fim da inflação e um relativo ganho no poder de compra dos salários. O aumento do consumo de frango vai se tornar o símbolo do Real.

Em síntese, é fato inequívoco que a política de estabilização posta em prática pelo plano real, se num primeiro momento provocou a queda das taxas de desemprego, ela inverteu o seu efeito a partir de março de 1995, passando a determinar a elevação dessas taxas e a dificultar a reversão de um quadro que se tornou cada vez mais preocupante ao longo de todo o primeiro Governo Cardoso. (FILGUEIRAS, 2006, p. 147).

A retomada da aplicação do projeto neoliberal é ainda mais agressiva em relação ao momento de desaceleração com o impedimento de Collor de Mello. Durante o ano de 1993, a aplicação desse projeto se manteve em um ritmo mais lento enquanto se reorganizavam as forças políticas para sustentar a sua aplicação. Esse reagrupamento ocorre com a eleição de FHC, através de uma ampla aliança em 1994.

Posteriormente, já à frente do Governo, a manutenção da inflação em níveis muito baixos e decrescentes se constituiu no elemento essencial que deu capacidade de ação política e governabilidade a Cardoso, possibilitando-lhe comandar, durante 4 anos, um leque de alianças políticas até mais amplo do que aquele que sustentou a sua candidatura. [...]. (FILGUEIRAS, 2006, p. 92).

---

<sup>157</sup> Programa de Ação Imediata; disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp>>. Acesso em: 20/09/2008.

<sup>158</sup> Peleia, nº. 23 de agosto de 1994.

No Rio Grande do Sul as eleições para governador vão se tornar polarizadas entre a candidatura de Olívio Dutra e a de Antonio Brito. A candidatura de Brito é identificada com FHC, e com um leque de alianças de centro direita semelhante. Vence a eleição no segundo turno por uma pequena margem. Essa vitória apertada vai gerar no período seguinte um clima político muito tenso, com o PT, os partidos que compuseram a Frente Popular e o movimento sindical comandado pela CUT-RS, CPERS e MST fazendo forte oposição ao governo estadual.

Em Santa Cruz do Sul nos anos de 1992/94 não houve grandes movimentos com relação a greves, principalmente envolvendo os sindicatos participantes da pesquisa. Em 1993, os bancários não aderem à greve nacional da categoria durante a campanha salarial. Em 1994, a greve nacional da categoria teve algumas poucas adesões como os escriturários do Banco Itaú, os caixas do Bradesco, que pararam durante a manhã do dia 28 de setembro e os do Meridional, por uma hora<sup>159</sup>.

Os trabalhadores em Administração Escolar fazem greve em abril de 1994, especialmente os da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, reivindicando uma reposição salarial de 25%<sup>160</sup>. Os funcionários dos correios paralisam dias 21 e 22 de dezembro desse ano com adesão de 60% na agência local.<sup>161</sup>

## **2.5 De Fernando em Fernando: o pacote neoliberal vai se afirmando**

Dia 1º de janeiro de 1995, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, eleito em outubro de 1994. Assume prometendo realizar as reformas de que o país precisava. As reformas “neoliberais” do seu programa de governo. Entre elas está a reforma constitucional.<sup>162</sup>

Para simbolizar seu governo ele fala em suplantando a Era Vargas, numa clara intenção de flexibilizar a legislação trabalhista através da reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criada no governo de Getulio Vargas. Inclui ainda a reforma do Estado,

---

<sup>159</sup> Gazeta do Sul (23/09/1994, p. 16; 28/09/1994, p.13; 29/09/1994, p. 14; 25/10/1994, p. 14).

<sup>160</sup> Idem (30/04/1994, p. 9).

<sup>161</sup> Idem (21/12/1994, p. 2).

<sup>162</sup> Correio do Povo (02/01/1995, capa e Caderno da Posse; 04/01/1995, p. 5; 27/01/1995).



na qual busca promover o enxugamento do mesmo, em outras palavras, precarizar o serviço público.

Nesse ano vai ocorrer uma redução das movimentações grevista. Os servidores públicos passam a sofrer um incremento no combate as suas organizações e ao direito de greve, ataque que já vinha ocorrendo durante o ano de 1994 após o STF - Supremo Tribunal Federal - definir que os servidores públicos não poderiam fazer greve enquanto não fosse regulamentado o inciso VII do artigo 37 da Constituição. O Supremo entende que a lei de greve (7.883/89) não se aplica ao funcionalismo público por ser muito genérica.<sup>163</sup> De acordo com Rodrigues (2003, p. 302), “a Constituição brasileira exige lei especial para regular a matéria, ainda não elaborada. Na falta dessa lei, o Supremo Tribunal Federal entende não ser possível a realização de greves de servidores públicos, havendo entendimento contrário, doutrinário e jurisprudencial [...]”.

Outro ponto importante do programa neoliberal era o de combate ao sindicalismo, fato identificado por Antunes (1997). Nesse sentido, o maior exemplo de derrota do sindicalismo europeu, foi a impingida aos mineiros ingleses pela Primeira Ministra Margareth Thaecher em 1980. Seguindo o exemplo da *dama de ferro*, como ficou conhecida, FHC, vai fazer o mesmo no Brasil com os Petroleiros, em 1995.

Oliveira (2008, p. 28) ao analisar a intervenção do Governo através do Ministro Ciro Gomes em uma polêmica envolvendo a General Motors do Brasil e os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista diz que tanto na Inglaterra como no Brasil:

Os objetivos são os mesmos, lá e cá. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil.

Os petroleiros, uma das mais importantes categorias organizadas do país, e trabalhadores da maior empresa estatal brasileira, a Petrobrás, decretam uma greve nacional com duração de 25 dias.<sup>164</sup> A greve é julgada como abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho e o sindicato é condenado a pagar pesada multa com seqüestro das mensalidades

---

<sup>163</sup> Supremo decide que funcionários públicos não podem fazer greve: direito de paralisação dos servidores depende de regulamentação (GAZETA DO SUL, 20/05/1994, p. 11).

<sup>164</sup> Disponível em: <[http://www.fup.org.br/greve\\_1995.php](http://www.fup.org.br/greve_1995.php)>. Acesso em: 10 de janeiro 2009.

sindicais. O governo FHC trabalha intensamente no sentido de derrotar a greve e consegue seu intento, através de demissões e as mais variadas formas de pressão.

Em nossa opinião, a reação do governo a esta greve se deu dentro dos marcos das regras legais existentes, em estrita coerência com sua posição política e seu programa de governo, feliz ou infelizmente, vencedor em larga maioria em eleição vencida em primeiro turno. Era perfeitamente previsível que um governo como o de Fernando Henrique Cardoso, formado por uma aliança entre PSDB e PFL, reagisse de forma violenta a uma ação sindical protagonizada por uma entidade filiada a CUT, central sindical de oposição a políticas liberais, deflagrada num momento de afirmação de seu programa de privatizações. (RODRIGUES, 2003, p. 498).

Os petroleiros voltam ao trabalho sem atingir seus objetivos. Essa derrota sofrida pelos petroleiros influência sobremaneira no ânimo das demais categorias e não participam de chamados para greve.

Em Santa Cruz no ano de 1995 serão poucas as movimentações de trabalhadores. O Sindicato dos Vigilantes chega a aprovar em assembléia uma greve, mas falta organização e ela não acontece, no estado a participação é fraca com um pouco mais de mobilização apenas em Porto Alegre.

Os debates do movimento serão centrados em duas questões: a reforma constitucional. Cria-se um fórum de discussão contra as reformas constitucionais envolvendo vários sindicatos e; o desemprego que permanece na pauta gerando um debate entre as organizações sindicais, empresariais e poder público municipal através de um fórum, este acaba dando origem ao Conselho Municipal de Emprego e Renda.

Em 1996, dando seqüência ao projeto neoliberal, Fernando Henrique Cardoso pauta a reforma da previdência, objetivando substituir o direito do tempo de serviço por tempo de contribuição. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, então presidente da CUT, em conjunto com outras Centrais, assina um acordo com o governo para a realização da reforma. Estabeleceu mais uma crise interna na Central ao contrariar os debates que estavam sendo realizados. A repercussão da decisão do presidente da CUT foi forte entre os sindicatos filiados a central em Santa Cruz, todos contrários a sua presença na mesa de negociações. O jornal Gazeta do sul na edição do dia 15/02/1996 registrou as seguintes declarações a respeito da participação de Vicentinho nas negociações para a reforma da Previdência.

“O Vicentino deve retirar-se destas negociações, pois ele sabe que esta lidando com uma maioria que não é a favor dos trabalhadores.” João Haissler, Sindicato dos Bancários.

“Ele não deveria nem ter entrado nesse debate, pois tudo não passa de um engodo. No final o que vai prevalecer é a vontade dos deputados e do governo.” Liane Ribeiro, Sindicato dos Comerciantes.

Outros dirigentes como Albino Gewehr do sindicato dos fumicultores e Gilberto Saraiva, Metalúrgicos, adotaram um posicionamento mais “ameno” em relação ao assunto embora reconhecendo a precipitação de Vicentino por ter tomado tal atitude sem uma consulta a base da Central, Jonas Mello, do Sintravestuario, prefere não emitir opinião, alegando estar voltando de férias e ainda não ter “tomado pé da situação”.<sup>165</sup>

No dia 21 de junho as centrais sindicais CUT, CGT e Força Sindical organizaram mais uma Greve Geral tendo como principais reivindicações: emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Pelos números da CUT, aproximadamente 12 milhões de trabalhadores paralisaram os serviços.<sup>166</sup> Em Santa Cruz do Sul a Greve se resumiu a um ato na Praça Getúlio Vargas reunindo sindicalistas e alguns poucos trabalhadores desempregados.

Nas palavras de Francisco Vicente<sup>167</sup> ex-presidente da CUT-RS:

[...] Esta greve esteve negativamente influenciada pelos erros e equívocos cometidos pela maioria da direção nacional da CUT, a qual em janeiro daquele ano decidiu sentar à mesa com FHC para negociar a Reforma da Previdência. Este tema tinha um forte apelo popular. A direção nacional da CUT aceitou a principal reivindicação dos neoliberais nesta reforma, ou seja, a mudança do conceito de tempo de serviço por tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. Isto quitou direitos dos trabalhadores, aumentou o tempo de trabalho para todos e teve um forte papel desmobilizador. A classe trabalhadora brasileira ainda espera uma autocrítica dos que pisotearam a democracia interna da CUT e entregaram os direitos numa negociação sem qualquer esboço de mobilização planejada. As demais centrais ou se calaram ou apoiaram, desavergonhadamente, o governo.<sup>168</sup>

As greves são pouco expressivas em Santa Cruz do Sul no ano de 1997. Os únicos movimentos registrados foram uma hora de paralisação e 20% dos empregados da Caixa

<sup>165</sup> Gazeta do Sul: 15/02/1996, p. 8.

<sup>166</sup> Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

<sup>167</sup> Francisco Vicente, o Chico Vicente é Licenciado em Geografia UFRGS. Em 1982, eleito Presidente do CEUPA, um conjunto de casas de estudantes na Cidade Baixa. Em 1984, através de concurso público, foi contratado pela TRENSURB. Participou da fundação da Associação Profissional e, posteriormente o Sindicato dos Metroviários, em março de 1985, tendo sido eleito Presidente em 1995. Presidente do PT de Porto Alegre de 2005 a 2007. Secretário Geral da CUT/RS em 1994 e Presidente de 1997 a 2000.

<sup>168</sup> Disponível em: <<http://www.cetim.ch/oldsite/pub/00abra2.htm>>. Acesso em: 27/01/2009.

Econômica Federal no dia 18 de setembro durante a campanha salarial. Os bancários do Banrisul também fizeram uma atividade semelhante, atrasando o início do expediente em uma hora no dia 11 de novembro. Essa vai ser uma tática bastante usada pelos bancários durante um período, paralisações curtas e em dias diferentes para cada banco.

Outra tática que começou a ser adotada nesse período, e vai perdurar por um bom período, foram os *fecha banco* ou *kinder ovo* (greve surpresa). Atividades que consistiam em fechar as agências de fora para dentro, com a ajuda de outros sindicatos e militantes de movimentos sociais para barrarem a entrada nas dependências dos bancos. Essas atividades poderiam ser de algumas horas, como poderiam se estender por todo o expediente bancário. Conforme relato da dirigente bancária Célia Zingler:

Nas campanhas salariais o fechamento de agências bancárias era por um tempo determinado. Por algumas horas não se deixava as pessoas entrar pra poder dialogar com os trabalhadores e colocávamos faixas fechando o acesso. Era aquela história da surpresa, nenhum banco sabia quem seria a bola da vez. Chegava-se com faixa mais um grupo de pessoas, normalmente outros dirigentes sindicais de outras categorias. Fechava bem cedo e pelo jeito era bem incomodador aos banqueiros, por que eles ajuizavam o pedido de “interdito proibitório” mesmo que não houvesse uma manifestação naquele banco e sempre conseguiram liminar. A gente tinha clareza que essa exposição incomodava e fazíamos uma panfleteação com os clientes explicando por que estava fechado. E mais, além de explicar que os trabalhadores que atendiam todos os dias esses clientes estavam sendo maltratados na relação de trabalho, tanto em termos salariais, quanto em condições de trabalho, desmistificando que a agência bancária que aos olhos é um lugar bonito, limpo, arejado, as pessoas têm que estar bem vestidas, então parece que está tudo bem.<sup>169</sup>

O quadro na cidade não se alterou significativamente no ano de 1998. O SINPROM faz uma paralisação de um dia e algumas manifestações em torno da campanha salarial. Mas o fato significativo é a greve feita pelos trabalhadores do Supermercado Nacional. Esta greve no teve início com a insatisfação dos trabalhadores com as demissões que vinham ocorrendo e as más condições de trabalho na empresa. Liderados por um diretor de base do Sindicato dos Comerciários, lotado no açougue do mercado, os trabalhadores se mobilizaram e partiram para uma greve inédita no setor.

No caso dos supermercados, o Nacional não assinava o acordo coletivo com o sindicato desde 1996, fato que vinha gerando inconformidade entre os empregados da loja de Santa Cruz do Sul. As demissões ocorridas foram o estopim para que as insatisfações virassem ação concreta e os trabalhadores cruzassem os braços.

---

<sup>169</sup> Entrevista n°. 12 Célia Zingler, realizada no dia 30 de agosto de 2008.

Durante a greve, que durou seis dias, outras entidades sindicais manifestaram o seu apoio aos grevistas, que montaram piquete em frente a loja. A greve, contudo, não foi suficiente para o fechamento total do estabelecimento, a empresa remanejou funcionários de outras cidades para que não tivessem de parar o atendimento, que ficou precário. Os números do Sindicato dizem que 60% dos empregados pararam e os da empresa que apenas 20% aderiram a paralisação<sup>170</sup>.

Empregados de outros supermercados, como no caso do Ebert que ficava nas proximidades do Nacional, com frequência se faziam presentes no piquete para manifestar seu apoio aos colegas e perguntar quando o sindicato faria uma ação semelhante nos demais mercados. Segundo relatos coletados junto a trabalhadores que participaram do movimento paredista, “houve omissão do sindicato em relação ao movimento e que a direção só compareceu ao local do piquete quando os trabalhadores já estavam parados”. Um desses trabalhadores relata ainda que “não houve participação dos trabalhadores na discussão para resolver o impasse”, o que seria adequado para uma situação como essa, formar uma comissão de negociação onde os trabalhadores em greve participariam de todas as decisões.<sup>171</sup>

Se a greve não foi o instrumento mais usado pelos sindicatos e trabalhadores para garantir reajustes nos salários ou até mesmo preservar conquistas, o mesmo não se pode dizer em relação a outras formas de movimentação dos sindicatos. As mobilizações envolvendo desempregados, o movimento de mulheres, movimento de pequenos agricultores, realização de marchas e atos públicos são constantes nos anos de 1996 à 1998.

A vitória apertada do ex-ministro da Previdência e jornalista da RBS, afiliada da Rede Globo no estado, Antônio Britto, sobre o ex-presidente do Sindicato dos Bancários e ex-prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra,<sup>172</sup> nas eleições para o governo do estado em 1994, manteve um clima de disputa intensa durante os quatro anos seguintes. Os movimentos

---

<sup>170</sup> Gazeta do Sul (28/02/1998, p. 14; 06/03/1998, p. 15).

<sup>171</sup> Os dois trabalhadores que deram os relatos pediram para que não fossem divulgados seus nomes.

<sup>172</sup> Olívio Dutra começou em 1961 como contínuo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul. Foi Presidente, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, RS, nos triênios, 1975-1978 e 1978-1981; Secretário-geral, 1984-1987. Foi fundador e membro da Central Única dos Trabalhadores - CUT; fundador da Intersindical, Rio Grande do Sul. Um dos Organizadores do Dieese no Rio Grande do Sul e coordenador de seu Escritório Regional. Fundador e Presidente do PT/RS, 1980-1986 e 1996; Presidente da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1988. Graduado em letras pela UFRGS em 1975. Foi eleito Deputado Federal (Constituinte) em 1986, Prefeito de Porto Alegre em 1988 e Governador do estado Rio Grande do Sul em 1998. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/parlamentaresconstituintes/parlamentaresconstituintes/bioconstituintes.html?pk=106314>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

sociais identificados com o PT e os Partidos que apoiaram Olívio naquela eleição, permaneceram em constante trabalho de mobilização e de confronto com o Governo Britto.

É importante ressaltar que as elites também se mobilizaram através de um dos seus órgãos de classe, a FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul -, porém, no sentido de fortalecimento das posições do Governo Britto. Quer dizer mantendo identidade e unidade de classe.

Dois acontecimentos marcantes naquele governo são, nesse sentido, representativos da posição de governo que em alguns momentos a FIERGS assumiu naquele período: o primeiro está relacionado à política de incentivos fiscais a grandes empreendimentos estrangeiros durante o governo Britto; o segundo está relacionado com o processo de privatizações das estatais no Rio Grande do Sul, também ocorrido durante o governo Britto. Quanto à primeira questão, foi através da FIERGS que o governo Britto realizou um estudo sobre políticas de atração a investimentos estrangeiros, cuja conclusão foi de que a estratégia adequada seria oferecer “incentivos fiscais imbatíveis”. Quanto a segunda questão, é interessante (e simbólico) notar que os leilões de privatização da CRT e da CEEE ocorreram na sede da FIERGS. (NORONHA; CADONÁ, 2005, p. 29).

Já as mobilizações feitas pelos movimentos sociais tinham como alvo, na sua maioria, o desgaste do governo do estado junto à população. No dia 25 de novembro de 1996, foi editada a primeira Marcha dos Sem e reuniu cerca de sete mil manifestantes. Essa marcha foi chamada: Marcha sobre Porto Alegre. A idéia da Marcha surgiu na 1ª Plenária dos Trabalhadores realizada em 25 de julho de 1995. Nessa plenária se construiu a primeira Conferência Unitária dos Trabalhadores Gaúchos realizada em setembro de 1996.

E começa a haver um movimento interessante, puxado pelo companheiro Sérgio Matte do Sindicato dos Metalúrgicos, de que precisávamos fazer um debate mais inteiro sobre a política. Ele usava uma expressão que é a seguinte: não podemos ficar dentro de casa sentado no computador enquanto nossos irmãos estão sendo mortos no quintal, eles estão chegando estão no quintal, os liberais estão no quintal. E nós começamos a organizar um movimento que veio a constituir a Coordenação Unitária dos Trabalhadores Gaúchos [...] no dia 25 de julho, reúnem 400 lideranças, inclusive da Força Sindical na Usina do Gasômetro, onde propõem um congresso dos trabalhadores gaúchos. [...] em 96 sob o nome de conferência, num dia de sol de rachar no Araújo Viana, que não tinha cobertura ainda. E nessa conferência é proposto o fortalecimento dessa coordenação unitária que vinha se reunindo. Que para além do movimento sindical, ela juntava pastorais, movimentos populares, comunitários, estudantil e todos os outros que quisessem se agregar e lança a Marcha sobre Porto Alegre, que acontece em sua primeira edição no dia 26 de novembro de 1996. É um sucesso, sai do Laçador com sete mil pessoas e vem para o Palácio Piratini, tendo como eixo central a luta contra as políticas neoliberais de FHC e Britto.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> Chico Vicente, entrevista nº. 13.

A 2ª edição da Marcha e já com a denominação de Marcha dos Sem, foi realizada em 28 de novembro de 1997 tinha como eixos: *Contra as políticas neoliberais de Britto e FHC*. A marcha desse ano reuniu aproximadamente dez mil pessoas originárias de todo o estado.<sup>174</sup>

O movimento sindical buscou reagir como pode. Com a dificuldade de fazer greves optou-se por constituir verdadeiros movimentos sociais buscando aglutinar os mais variados setores representantes de excluídos. Ao invés de ações pequenas e permanentes construiu-se ações unitárias, fortes, massivas, bem planejadas e com caráter de continuidade. Como primeira experiência, em nível regional, nesta linha, organizou-se, em Porto Alegre, em novembro de 1996, a Marcha Sobre Porto Alegre, a qual, nos anos posteriores viria a chamar-se Marcha dos Sem, por reunir os sem emprego, sem salário, sem reajuste, sem teto, sem terra etc. A cada ano, a Marcha dos Sem agregou mais setores tais como, o movimento de luta pela moradia, o movimento comunitário de bairros pobres, os delegados do Orçamento Participativo, as pastorais da Igreja Católica, os partidos de oposição ao neoliberalismo, o movimento estudantil, além do movimento sindical de vários matizes. Reuniu, em todas as edições, em Porto Alegre, dezenas de milhares de pessoas e lutava centralmente Contra as Políticas Neoliberais de Britto e FHC.<sup>175</sup>

Tendo como eixo, *Contra o Neoliberalismo*, a 3ª edição da Marcha mudou o mês em que vinha ocorrendo nos anos anteriores e foi realizada em 23 de julho de 1998. Abaixo de chuva, vinte mil pessoas percorreram várias ruas da capital gritando palavras de ordem contra o governo federal, e principalmente, contra o governo do estado de Antônio Brito.

Mesmo com os problemas enfrentados pelo movimento sindical, principalmente na segunda metade da década de 1990, a combinação das Marchas dos Sem, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MST, Grito dos Excluídos, das mobilizações e greves do CPERS, combinadas com outras manifestações e atos públicos levaram à eleição de Olívio Dutra para o Governo do Estado em 1998.

Havia aqui no período um tripé de mobilização que era muito intenso: a CUT sob nossa liderança, o CPERS e o MST. Na época, a gente funcionava como relógio, muita unidade numa potência de mobilização muito grande. Portanto apesar da crise, apesar do neoliberalismo, nesse período foi privatizada a Telebrás, Vale do Rio Doce, todo o sistema Eletrobrás [...] a demissão de centenas de milhares de trabalhadores. Portanto, apesar do ajuste que é feito no governo neoliberal, no estado o movimento cresce, não era um movimento de ascenso, mas sim de resistência, tanto que a nossa gestão chamava Resistência e Combate ao Neoliberalismo. [...] No dia 23 de julho de 98 sob forte chuva, nós fizemos uma marcha com 20 mil pessoas que foram para frente a do palácio protestar, Britto não estava, havia fugido, o Bogo quis nos receber, e nós não aceitamos sob alegação que não estávamos ali pra cobrar nada e sim para avisar que no ano seguinte iríamos entrar ali com um governador de esquerda. Efetivamente, aquele movimento provoca um desgaste tão grande do governo, e das estruturas que eles haviam montado, que naquele mesmo ano o

<sup>174</sup> Arquivos sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul.

<sup>175</sup> Disponível em: <<http://www.cetim.ch/oldsite/pub/00abra2.htm>>. Acesso em: 27/01/2009.

Olívio ganha a eleição junto com o Rossetto, derrubando o neoliberalismo, superando uma fase da história do Rio Grande. Portanto, a década de 90 é de refluxo dos movimentos, não só do sindical, mas geral, e há uma espécie de retomada temporária aqui e em alguns outros lugares do Brasil, aqui inclusive tendo constituído duas coisas fundamentais. A primeira foi a Marcha dos Sem [...] e a vitória do Olívio e do Rossetto que estancou pelo menos temporariamente esta pauta.<sup>176</sup>

Dado o clima tenso e de confronto que marcou a eleição de Olívio Dutra para o governo do RS, com um recorte de classe muito nítido, o que se segue é um governo envolto em muitas polêmicas e confrontos intensos durante todo o mandato, tendo na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul o principal articulador da oposição burguesa (NORONHA; CADONÁ; 2005).

Com a posse do Governo da Frente Popular em janeiro de 1999 os pólos se invertem. A “poderosa” FIERGS, que até então se articulava com o governo estadual, passa para a oposição atuando com os partidos alinhados com o governo anterior, enquanto os movimentos sociais e sindical cutista se posicionam na defesa do Governo Democrático e Popular comandado pelos sindicalistas Olívio Dutra e Miguel Rosseto.<sup>177</sup> O confronto entre as duas posições fica evidente no caso das montadoras que de automóveis que estavam se instalando no estado através de incentivos fiscais<sup>178</sup> e no caso referente a implantação de um das principais bandeiras das administrações petistas, o Orçamento Participativo.<sup>179</sup> A oposição tenta de varias maneiras impedir que o governo Olívio aplique recursos do estado para viabilizar a realização da consulta (OP), isso faz com que o movimento sindical cutista

<sup>176</sup> Chico Vicente Presidente da CUT-RS de 1997 a 1999, entrevista nº. 13.

<sup>177</sup> Miguel Rosseto iniciou sua militância política no final da década de 70 na organização da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, concorrendo como primeiro candidato a presidente numa chapa de oposição. Participou do movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores desde 1979 e integrou a primeira executiva estadual do partido. Em 1984, ingressou na categoria dos petroquímicos trabalhando na Petroflex. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo por duas gestões, entre 1986 e 1992. Foi integrante da Executiva Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, exercendo a função de secretário de Formação Política. Também atuou como secretário de Política Sindical da CUT Nacional, de 1992 a 1994, onde foi responsável por debates e discussões sobre o MERCOSUL. Elegeu-se deputado federal em 1994. Em 25 de novembro de 1998 foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul. Em 1º de janeiro de 2003 foi nomeado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo\\_ministro.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo_ministro.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

<sup>178</sup> Sobre o caso das montadoras ver NORONHA, Andrius Estevam; CADONÁ, Marco André . A centralidade da FIERGS no processo de formação da classe industrial gaúcha nos anos noventa. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 10, p. 21-42, 2005.

<sup>179</sup> Sobre o OP no Governo do Estado do RS de 1999 a 2002 ver: CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS. A experiência do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (1999/2002); TOLFO, Daniela O. Disponível em: <<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/oprs467c0c89cabe4.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.



organize as primeiras edições daquele que era o canal de participação popular na definição de onde investir os recursos orçamentários do Estado.

Em Santa Cruz e região a atuação da CUT Regional Vale do Rio Pardo juntamente com os sindicatos filiados, desempenhou importante e decisivo papel nesse episódio colocando a estrutura do movimento (pessoal - militantes - e material) à disposição para a realização das assembléias populares onde se definiam as demandas para o Orçamento do Estado.

Em relação à atividade grevista, apenas uma paralisação de dois dias entre dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal foi registrada em 1999. A paralisação contou com 70% de adesão dos bancários da agência de Santa Cruz do Sul.

Nesse quadro conjuntural está refletido o outro lado do neoliberalismo, a reestruturação produtiva, as novas técnicas de gestão, as novas tecnologias. Filgueiras (2006, p. 41-42) define o quadro conjuntural em um processo composto por três fenômenos de dimensão mundial, que “se entrelaçam e complementam enquanto elementos determinantes desse novo momento do capitalismo em escala planetária”.

- 1 - o neoliberalismo, aqui entendido em sua dupla dimensão, isto é, enquanto uma ideologia - reivindicada por intelectuais e governantes, e com forte influência no comportamento de indivíduos e de vários grupos sociais - e enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais adotadas por boa parte dos governos hoje no poder;
- 2 - a reestruturação produtiva, associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho, compreendida como uma resposta do capital à queda/estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros; e
- 3 - a globalização, vista em sua essência, num plano mais geral, como um processo de aprofundamento das tendências mais imanentes do sistema capitalista, apesar de apontar também para o surgimento de novas situações e novos problemas.

Portanto, o desemprego não é somente resultado da recessão econômica. No caso das empresas do vestuário, isso é sentido de forma contundente. A recessão que atinge o setor no país e, em especial em Santa Cruz do Sul, leva a uma quebradeira geral. São várias as empresas que decretam falência durante os primeiros anos da década de 1990 na região. Mas a modernização tecnológica aliada às formas de gestão introduzidas, denominadas de forma genérica de *qualidade total* espelhadas no modelo chamado de *toyotismo*, principalmente nas grandes empresas, produzem novas relações de trabalho e também passam a terceirizar parte

importante da produção (repassando para cooperativas, com trabalho precarizado em muitos casos).

Do ponto de vista do capital, essa nova concepção de empresa implica a necessidade de uma força de trabalho também flexível (polivalente), mais qualificada, que deve ter várias preocupações e realizar diversas tarefas, [...]. O resultado é um tipo de trabalhador com maior iniciativa e maior capacitação do que o trabalhador fordista, em particular aqueles pertencentes ao núcleo central da mão-de-obra da empresa, que torna dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes. [...] Nesse sentido, a ideologia da qualidade e os programas de qualidade total, juntamente com o alto nível de desemprego, se destacam enquanto instrumentos de convencimento e cooptação dos trabalhadores utilizados pelas empresas. [...] Nessa mesma direção, devem ser destacados os novos tipos de relacionamento entre as empresas, através de diversas formas de subcontratação, em especial a terceirização; [...]. (FILGUEIRAS, 2006, p. 55).

O setor fumageiro, matriz econômica de Santa Cruz do Sul e região, também passa por um momento de modernização, financiado pelo dinheiro público em forma de renúncia fiscal, o PROINCI-RS<sup>180</sup>. A Souza Cruz recebeu incentivos fiscais do Estado para modernizar a sua planta industrial, resultando na mais moderna fábrica de beneficiamento de fumo do mundo, essa modernização eliminou dezenas de postos de trabalho. Outra empresa, a Fábrica de Cigarros Philip Morris vai na mesma direção, ao receber incentivos fiscais do Fundopem<sup>181</sup> com o compromisso de gerar empregos. Porém, a modernização da fábrica reduz o quadro de trabalhadores.

Os bancos, com importantes programas de reestruturação financiados por dinheiro público (PROER)<sup>182</sup>, também aceleram durante a década de 1990 a sua modernização. Aconteceu um grande número de fusões e incorporações e uma drástica diminuição do número de trabalhadores e precarizações com terceirização generalizada. Na cidade, o setor bancário e do vestuário são os que mais sentem essas transformações.

---

<sup>180</sup> Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros no Estado do Rio Grande do Sul foi criado com o objetivo de apoiar o financiamento da fabricação de cigarros, de modo a criar condições necessárias ao incremento produtivo do setor, incentivando a ampliação das existentes e a criação de novas indústrias e a geração de novos empregos. GLASENAPP, Iara Garcia. O fundopem e seus propósitos dentro das estratégias de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul. Monografia de conclusão de Curso de Pós-Graduação em Gestão Fazendária PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Educação a distância especialização em gestão fazendária. 2005. Documento disponível em: <<http://www.escolanarede.sefaz.rs.gov.br/webpart/public/itemvisualiza.aspx?itemuid=3a554d7a-5e1a-42b4-963f-85f36335bab7>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2009.

<sup>181</sup> O FUNDOPEM/RS, instituído pela Lei n.º 11.028, de 10 de novembro de 1997, objetiva apoiar investimentos em empreendimentos industriais que visem ao desenvolvimento sócio-econômico integrado do Estado.

<sup>182</sup> Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 23/01/2009.

No entendimento da dirigente sindical Célia Zingler:

Dentro dos Bancos Públicos, mudanças muito grandes de gestão, de implantação de programas de qualidade total como eles chamavam aqueles programas, anos sem reajuste salarial, planos de demissão voluntária, os famosos PDVs. Anos bem difíceis, com redução de dirigentes sindicais liberados, que dificultou mais a organização tanto sindical quanto a possibilidade de ampliar a inserção popular por faltar perna pra tudo.<sup>183</sup>

Os anos de 1995 a 2002 são o período das grandes privatizações com a venda do Sistema Telebrás, a Vale do Rio Doce, todo o Sistema Eletrobrás. A pauta neoliberal aplicada de forma bastante precisa com vendas das principais estatais do país em processos questionados até os dias atuais. Mas não é só com as privatizações que se percebe a força do projeto neoliberal, um conjunto de medidas políticas são implementadas pelo Estado para viabilizar a aplicação do projeto. As reformas trabalhista, fiscal, da previdência, são ações praticas e efetivas nesse sentido, embora muitas delas não tenham sido concluídas e, portanto não causaram o efeito esperado pelos governantes e pelo setor empresarial nacional e internacional.

---

<sup>183</sup> Entrevista nº. 12, Célia Zingler, realizada no dia 30 de agosto de 2008.

### **3 O MOVIMENTO SINDICAL EM SANTA CRUZ DO SUL: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS**

Para compreender a atuação dos sindicatos no município, torna-se fundamental tratar dos sindicatos de forma particularizada. Assim, será possível perceber a singularidade de cada categoria, como cada sindicato desenvolve lutas específicas e como se insere nas lutas políticas mais gerais. Pois se existe uma predominância na ação sindical a partir do Novo Sindicalismo (até mesmo pela força política que a CUT conquistou durante a década de 1980), não se pode deixar de olhar com atenção para as demais organizações sindicais que se articulam no município. Existem aqueles sindicatos, como o do setor do fumo e alimentação, que embora tenham sofrido uma oposição muito forte por parte dos trabalhadores ligados a CUT, mantêm uma diretoria desde a década de 1970 que tem como posição a não filiação a nenhuma central sindical. Existe ainda o Sindicato dos Trabalhadores no Mobiliário e Construção Civil, que fez uma importante greve do setor em Santa Cruz em 1985, bem como, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Borracha.

Nesse sentido, a intenção deste capítulo é fazer uma apresentação dos sindicatos que são objeto da pesquisa, procurando salientar a sua forma de organização, administrativa e política, compreender a sua lógica de funcionamento, quais as correntes de pensamento que predomina em cada um dos sindicatos e como eles se inserem nas discussões políticas, tanto da categoria e outros níveis da sociedade como um todo.

A escolha dos sindicatos obedeceu ao seguinte critério: três sindicatos do setor industrial representando os segmentos de maior relevância para a economia do município, O sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Matéria Elétrica e de Reparação e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário; um sindicato do setor de serviços, no caso o dos Empregados no Comércio; o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários representando o setor financeiro e; o Sindicato dos Professores Municipais representando o funcionalismo público.

Para alcançar os objetivos do presente capítulo foram utilizados como fonte de pesquisa os documentos sindicais disponíveis nos arquivos dos sindicatos participantes da pesquisa, tais como estatuto, atas de assembleia geral, relatórios de reuniões, panfletos e

publicações diversas. Utilizou-se ainda, a imprensa sindical, tendo o Jornal Peleia como principal veículo analisado, a imprensa escrita através do Jornal Gazeta do Sul e as entrevistas orais realizadas com dirigentes sindicais que vivenciaram e vivenciam o cotidiano do trabalho sindical.

### **3.1 “Desperta Bancário”**

Entre os sindicatos cutistas destacamos o Sindicato dos Bancários que foi o primeiro sindicato de Santa Cruz do Sul a se filiar à Central Única dos Trabalhadores.<sup>184</sup> Mais tarde, outras oposições cutistas, como a dos metalúrgicos e do vestuário, ganharam eleições sindicais locais. O Sindicato dos Comerciários teve como vitoriosa uma chapa não cutista, que mais tarde também se filiou à CUT.

Essa entidade sindical tem um importante papel na organização dos trabalhadores de um modo geral na cidade. Alguns dirigentes têm se destacado e, freqüentemente, ocuparam lugar de destaque nas organizações estadual e nacional da categoria, bem como exercem uma grande influência nas organizações sindicais de todas as categorias de trabalhadores da Região do Vale do Rio Pardo.

A história do Sindicato dos Bancários tem início em 1º de agosto de 1962 quando um grupo de bancários, incentivados pela Federação dos Bancários do Estado do Rio Grande do Sul, cria a Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Cruz do Sul. A Associação foi criada com a expectativa de ser transformada em sindicato em pouco tempo<sup>185</sup>, ao menos essa era a intenção do presidente da Federação, desejo esse manifestado em uma correspondência enviada às lideranças que estavam à frente do movimento na cidade. Em 11 de setembro de 1962 efetiva-se a criação da Associação Profissional de Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Cruz do Sul com a presença de 60 trabalhadores bancários.

---

<sup>184</sup> Entrevista nº 1, André Beck realizada em 27/03.2008; entrevista nº. 8, Cândido Machado, realizada em 03/07/2008; entrevista nº. 12, Célia Zingler realizada em 30/08/2008.

<sup>185</sup> Embora o sindicato tenha sido fundado efetivamente em 1970 (Como confirma o edital publicado no jornal Gazeta do Sul no dia 11 de março de 1970, chamando assembléia geral da categoria para esse fim no dia 6 de abril de 1970 e o primeiro estatuto social da entidade), a direção do Sindicato reconhece como data de criação do Sindicato dos Bancários agosto de 1973, data em que a entidade recebe a carta de investidura sindical pelo Ministério do Trabalho. Reconhecimento esse obrigatório pela legislação trabalhista criada no Governo Vargas.

Fundada a Associação e aprovado o estatuto, bem como a forma de sustentação financeira, o passo seguinte foi a eleição de sua primeira diretoria. Duas chapas se apresentaram como candidatas para dirigir a agremiação que ora surgia, tendo como vencedora na primeira eleição da história da entidade a chapa de nº. 2 com 47 votos dos 60 bancários presentes na assembléia.<sup>186</sup>

O golpe militar ocorrido em 1964 de certa forma interrompe essa trajetória. Em 13 de abril de 1964 a Federação dos Bancários sofre intervenção federal<sup>187</sup> e, logo após, os principais dirigentes da Associação afastam-se dos seus cargos. Em suas cartas<sup>188</sup> de renúncia justificam ser incompatível com a carreira no banco o exercício da atividade sindical. A partir desse momento até 1969 não existem mais documentos referente a atividades da Associação quando alguns trabalhadores do Banco do Estado do Rio Grande do Sul resolvem reativar a Associação e convocam uma assembléia tendo como pauta a eleição da diretoria e discussão sobre a transformação da mesma em sindicato, fato esse consumado em 1970.

Um fato em especial chama a atenção eis que em apenas dois momentos houve disputas eleitorais para a composição da direção: em 1962 por ocasião da criação da Associação apresentaram-se duas chapas na eleição e em 1986 quando uma chapa liderada por um grupo de bancários identificados com o movimento nacional denominado MOB (Movimento de Oposição Bancária), vence as eleições. O MOB era ligado ao Novo Sindicalismo e organizado a partir da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Esse grupo, mesmo com mudanças de vários de seus integrantes permanece até os dias de hoje na direção do Sindicato.

A trajetória de liderança desse Sindicato, tanto no meio bancário no estado como entre os demais sindicatos de trabalhadores na região, começa com a greve nacional dos bancários em 1985, momento em que a categoria vai à greve sem a participação da direção do

---

<sup>186</sup> A diretoria ficou assim composta: Ely Fontoura – Presidente; Dario Evaristo da Silveira – 1º. Secretário; Sebaldo Rosenbach – 2º. Secretário; Jandira Mergener – 1º. Tesoureiro; Antonio Manoel de Borba – 2º. Tesoureiro; Suplentes - Olibio Helfer, Zenio Luiz Muller, João Ambros Gouvêa, Guenther Losekan, Hildor Roberto Haas; Conselho Fiscal - Arno Bohrer, Erich Carlos Gerhard, Augustinus Kliemann; Suplentes do Conselho Fiscal - Lauro Hansen, Jorge Armando Eichenberg, João Lobato. Ata de fundação da Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Cruz do Sul datada de 11 de setembro de 1970.

<sup>187</sup> Através da circular Nº. 01-IF datada de 17 de abril de 1970 o Tenente Coronel Cyrino Machado de Oliveira comunica que a partir daquele momento assume a direção da Federação dos Bancários por designação do Comando do III Exército como Interventor Federal.

<sup>188</sup> Documento do arquivo do Sindicato.

sindicato.<sup>189</sup> Com a mobilização e a articulação com o MOB, que trabalhava nacionalmente para derrubar as antigas direções da categoria, os bancários de Santa Cruz do Sul organizaram uma chapa de oposição e incentivaram os colegas a se associarem ao sindicato (em 1985 apenas de 10 a 15% da categoria eram sindicalizados e com a campanha passou a cerca de 80%). A mobilização tornou a vitória da chapa oposicionista relativamente fácil. Muitos líderes regionais dos trabalhadores são oriundos da categoria bancária e, a partir dessa atuação, passaram a incidir no campo político, na política partidária.

Um dos líderes da oposição bancária em na cidade relata que:

Nós ganhamos a eleição com 78% da votação e o restante era abstenção e uma meia dúzia de votos dos próprios integrantes da outra chapa e de mais alguns amigos. Começamos a ter uma intervenção, quando começou esse movimento todo, ficamos isolados, completamente isolados, havia alguma coisa embrionária lá no Sindicato dos Metalúrgicos, alguma coisa embrionária no Vestuário que começou a tomar forma e venceu o Sindicato, enfim começamos nas outras categorias, depois nos Comerciantes teve a disputa do Olgário com o Afonso. Na época nós apoiamos o Olgário e não apoiamos o Afonso.<sup>190</sup>

A relação dos bancários oposicionistas com a direção nacional do MOB fica evidenciada na troca de correspondências entre os líderes do movimento com o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Guilherme Haeser<sup>191</sup>, natural de Santa Cruz de Sul, bancário na cidade do Rio de Janeiro, preside um dos mais importantes sindicatos de bancários do país e é vinculado à corrente Convergência Socialista - CS<sup>192</sup>, uma das correntes internas do PT, na época.

Na oposição do sindicato dos bancários o que acabou acontecendo, começamos a custear do próprio bolso a nossa participação em eventos, daqueles dos sindicatos

<sup>189</sup> Nos preparativos para a greve, o sindicato publica uma nota no Rio Vale Jornal informando que não aconteceria nenhuma greve e o bancário André Beck não era diretor do sindicato, e, portanto não tinha legitimidade para organizar o movimento, informando ainda que a população deveria ficar tranqüila porque a tal greve não se realizaria.

<sup>190</sup> Entrevista n.º 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>191</sup> Durante o processo eleitoral, a chapa de oposição promove um seminário denominado I Encontro de Bancários de Santa Cruz do Sul no dia 20 de junho de 1986, com a presença do Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Guilherme Haeser e do advogado trabalhista Tarso Genro (ANEXO IX - Cartas 2).

<sup>192</sup> A CS é uma corrente política de origem trotskista e tem seu surgimento ainda na década de 1970, com forte atuação no movimento estudantil e sindical. Uma parte da corrente foi expulsa do PT em fins dos anos 80 e dá origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU; outra parte permanece no PT com o nome de Corrente Socialista dos Trabalhadores - CST que também se desliga após a eleição de Lula para presidente e, junto com outras forças, forma o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. A trajetória na política partidária iniciada nesse período vai se consolidar ao longo dos anos, destacando-se a presença de Candido Machado na vice-presidência do PT em Santa Cruz do Sul, como Coordenador Geral do Vale do Rio Pardo e como candidato a vereador em 2004 recebendo uma votação de 470 votos. Célia Zingler foi Secretária de Organização do PT em Santa Cruz do Sul, participou da Coordenação Regional do PT, candidata a vereadora em 1996 e a vice-prefeita em 2000, sempre pelo PT.

tradicionais e também de oposição. O que acontecia nas capitais, essa onda de oposições começa antes, por exemplo, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, era na época, presidido pelo Guilherme Haeser, que é daqui de Santa Cruz, já era um sindicato da Convergência Socialista, que era uma força grande de esquerda. O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, peguei o tempo do Fortunati, e antes disso o Olívio já tinha vencido a eleição, era o único sindicato da CUT dos 24 que existiam no RS, era a única voz dentro da Federação, nós fomos a segunda chapa do RS a ganhar uma eleição e trazer o sindicato dos bancários para a CUT.<sup>193</sup>

Contudo, a proximidade com importantes figuras tanto do PT, como Tarso Genro<sup>194</sup> e Marcos Rolim e, com lideranças em nível nacional do movimento bancário, as lideranças locais não mantinham relação com o PT ou com seus membros. Essa relação vai se construir a partir da eleição no sindicato que ocorre em 07 de julho de 1986.<sup>195</sup> É a partir desse momento que as lideranças, agora dirigentes, dos bancários passam a ter uma presença mais efetiva no PT e uma maior participação na busca do fortalecimento da CUT, apoiando oposições em quase todas as categorias com representação sindical na cidade.

Outra coisa que começou também a acontecer, foi que a gente começou a ter uma intervenção política, até então o PT, que era o partido mais a esquerda, tinha muito pouca penetração, tinha na cidade uns dois por cento, e aí a gente começou a ter uma participação política; o Doríbio foi o primeiro vereador eleito, na verdade ele mudou de partido (foi eleito em 1982 pelo PMDB), depois na outra nós conseguimos eleger eu, o Elói, e o Doríbio.<sup>196</sup>

O primeiro presidente do sindicato dos Bancários dessa nova era do sindicalismo em Santa Cruz, André Beck, um jovem de 18 anos, após dois anos de atuação como líder sindical, foi um dos vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1988. Em 1992 se reelege para o cargo, em 1994 concorre a deputado Estadual.

<sup>193</sup> Entrevista n°. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>194</sup> Foram encontrados vários bilhetes e correspondências trocadas entre Tarso Genro e as lideranças da oposição ao Sindicato dos Bancários em Santa Cruz. A documentação referida são do arquivo pessoal do ex-presidente André Beck.

<sup>195</sup> A diretoria do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul, eleita em julho de 1986, fica assim constituída: André Luiz Beck, Enio Luiz Dal Bello, Marcio Fernando Frantz; suplentes - Marines Carvalho, Ranier Luiz Bertgnolli, Rubem Frederico Petry; Conselho Fiscal - Ronaldo Sartóri, Paulo Spall, Flávio Alberto Pinheiro Conte; suplentes do Conselho Fiscal - José Rogério Karlz, Carla Suzane Thier, Rogério Ilha; delegados representantes junto a federação - André Luiz Beck, Enio Luiz Dal Bello; suplentes de delegados junto a federação - Marcio Fernando Frantz, Carlos Alberto Moraes. A essa diretoria eleita, juntam-se em uma eleição para complementação de diretoria, João Carlos Heissler, Cândido Machado, Sérgio Goettems e Célia Zingler (ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 1987). João Carlos Heissler, sempre desempenhou funções na área administrativa do sindicato como a tesouraria, por exemplo. Dirigente importante da associação Cultural de Integração Comunitária - Mantenedora da Rádio Comunitária de Santa Cruz do Sul -, onde ocupou o cargo de tesoureiro e atualmente é o presidente e coordenador de finanças da Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária secção Rio Grande do Sul - ABRACO/RS. Fonte: Arquivos do Sindicato dos Bancários.

<sup>196</sup> Entrevista n°. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.



Ao eleger-se vereador, essa liderança trouxe a tona um outro debate importante com referência à permanência prolongada de dirigentes na mesma função dentro do sindicato e dos riscos que essa situação acarreta para o trabalho sindical, entre eles a burocratização e acomodamento das lideranças e do movimento em si. Com isso, mesmo sendo a principal referência da categoria, na eleição seguinte para a direção do sindicato deixa o cargo de presidente indicando para o mesmo um outro jovem que entrara para a direção em uma complementação de diretoria no ano de 1987.<sup>197</sup>

O André concorreu a Vereador em 88 e foi eleito, ele já fazia na época a discussão que seria muito ruim politicamente para a entidade se ele continuasse sendo presidente do sindicato e também vereador, ele queria ter uma maior dedicação ao mandato e era preciso formar outras lideranças para assumir a entidade. Tinha toda uma discussão no PT que um vereador tinha que trabalhar, tinha que mostrar serviço, até porque era um dos primeiros eleitos pelo partido, com votos na sua maioria pela categoria e seus familiares. [...].<sup>198</sup>

Sobre o papel do vereador e do dirigente sindical referida na passagem acima, o próprio ex-presidente do sindicato diz que:

Eu fiquei um mandato só na presidência do Sindicato, um mandato que foi divisor de águas e sempre defendi que a prática da diretoria anterior, que foi de 14 anos, não devia se perpetuar. O sindicato tem que ser um mecanismo de formação de novas lideranças, até porque ser dirigente sindical é um estado de ser e não é uma profissão Assim como ocupar um cargo político também não é uma profissão, sendo encaradas como tal. Às vezes, o cidadão não pensa, eu estou vereador e sim, a minha profissão é vereador, e acaba se agarrando às questões de sobrevivência. Isso aconteceu e acabou se cristalizando também no movimento sindical, que era uma das maiores críticas que a gente tinha.<sup>199</sup>

A postura adotada pelo Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul, passa a ser referência regional e estadual e seus dirigentes participam de cursos de formação de formadores na escola de educação popular e sindical 13 de Maio<sup>200</sup> em São Paulo e assim são preparados tanto para a prática sindical cotidiana como também para tornarem-se formadores políticos. Isso acontece de fato com várias ações de formação política realizadas na região e nos bairros da cidade, ambientes onde são formados novos líderes políticos, populares e dirigentes sindicais.

<sup>197</sup> Entrevista n.º. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008; entrevista n.º. 12, Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008; entrevista n.º. 8, Cândido Machado realizada em 03/07/2008.

<sup>198</sup> Entrevista n.º. 8, Cândido Machado realizada em 03/07/2008.

<sup>199</sup> Entrevista n.º. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>200</sup> Escola Sindical de orientação marxista sediada em São Paulo, criada em fins dos anos de 1970 com o objetivo de potencializar as ações sindicais em todo o país através da formação política.

[...] nós líamos os documentos nacionais, as teses da CUT, tínhamos uma formação, uma certa formação política, então sabíamos mais ou menos como pautar, como nos posicionar diante do sindicalismo oficial, como nos posicionar em relação as propostas de esquerda que surgiam, inclusive em outros movimentos de toda a América Latina. [...].<sup>201</sup>

O reconhecimento da atuação dos dirigentes se manifesta na relação e representação do sindicato junto a Federação dos Bancários do RS, onde sempre se fizeram notar pela atuação em congressos, plenárias ou mesmo no sistema diretivo da entidade. Por serem um grupo de jovens rapazes eram conhecidos como “Os Menudos” em referência a uma banda musical composta por jovens com o mesmo nome. Mas o destaque mesmo se dava pela refinada discussão política e elaboração de propostas pelo grupo:

A gente tinha assim uma clareza na CUT, de que sem dúvida, se não tivéssemos a classe trabalhadora em geral, as várias categorias, com uma política diferenciada, com as bandeiras de esquerda, nós não conseguiríamos fazer o movimento como um todo avançar. Então, uma das políticas da CUT, e parte da nossa militância estava voltada para isso e era, através da formação política, trazer outros sindicatos para a nossa posição. Muito desse entendimento vem dessa formação, dessa formação sindical. Então, além desse entendimento que tínhamos de formar oposições nos sindicatos de bancários, como é o caso de Cachoeira do Sul, Carazinho, Passo Fundo, aonde nós íamos, procurávamos discutir um projeto para a oposição naquele município, porque tínhamos a idéia, sem dúvida, de tomar a Federação para a nossa posição cutista na época. E tínhamos a idéia de reforçar a CUT, tanto que nós fomos o segundo sindicato no estado a entrar para a CUT e ai o sindicato de Porto Alegre teve uma segunda voz dentro da Federação, depois veio Santa Maria, Pelotas e outras cidades.<sup>202</sup>

A elaboração política do grupo, porém, não ficava restrita a participação nas instâncias e fóruns da categoria. Essa elaboração estava presente nas discussões da situação da classe trabalhadora e ia desde o debate em torno de problemas como o desemprego a precariedade das condições de trabalho, melhorias salariais até questões como habitação, saneamento e transporte público e daí para a discussão mais ampla como sistema de governo, propriedade privada dos meios de produção, mudanças no sistema financeiro.<sup>203</sup>

O desemprego e as terceirizações, que se tornam mais intensas na década de 1990, já nas primeiras entrevistas da nova direção do Sindicato são alvo de críticas e denúncias. Em agosto de 1986, por ocasião da comemoração do Dia do Bancário, esses temas já são

<sup>201</sup> Entrevista nº. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Esses debates aparecem em diversos documentos do Sindicato e no órgão de comunicação com a categoria, o informativo Desperta Bancário, também em matérias jornalísticas, por exemplo, na Gazeta do Sul do dia 30/08/1986. E, mesmo antes da eleição, a chapa de oposição fazia atividades discutindo temas como o da reforma financeira, material de campanha da chapa Desperta Bancário e Gazeta do Sul, 19/06/1986.

colocados na pauta do debate público proposto pela direção. A financeirização do capital, a especulação do capital internacional através das altas taxas de juros também são alvos de crítica e do debate proposto em um entendimento que essas eram questões para serem debatidas pelo conjunto da sociedade.<sup>204</sup>

Percebe-se, também a forte presença do Sindicato dos Bancários em todas as mobilizações ocorridas durante os períodos de turbulência política e econômica no país e no estado. Entre essas mobilizações destaca-se a Greve Geral de 1987<sup>205</sup> e atuação dos dirigentes do Sindicato em diversos conselhos municipais como saúde, trabalho e renda e ainda na atuação do dirigente que é eleito vereador e tem o seu foco de trabalho voltado para a organização de movimentos populares, destacando o de moradia. A participação foi decisiva na organização da Central Única dos Trabalhadores na Região do Vale do Rio Pardo e Taquari e na Intersindical, que reunia vários sindicatos da cidade.

Na tentativa de democratizar a gestão e as instâncias decisórias é alterada a forma de organização do sindicato durante a gestão 1992/95. Com isso, as decisões e encaminhamentos das atividades da gestão que se inicia em 1995,<sup>206</sup> passam a ser feitas na forma de um colegiado. O colegiado executivo conta com sete diretorias e é dividido em duas coordenações: uma de Política Administrativa e outra de Política Sindical; cada coordenação tem funções específicas e um coordenador geral.<sup>207</sup>

A direção do Sindicato dos Bancários, oriunda do movimento surgido em meados da década de 1980, sempre investiu em formação política, não só para seus diretores e base, mas também para outras categorias e movimentos populares. Prova disso foi que André Beck e Cândido Machado, fazem o curso de formadores da Escola Sindical 13 de Maio em São Paulo.

---

<sup>204</sup> Gazeta do Sul, 28/08/1986, p. 4.

<sup>205</sup> Ver capítulo I.

<sup>206</sup> A direção do triênio 1995/98 era composta por: Colegiado executivo: Cândido Machado, Coordenador de Política Sindical; Célia Margit Zingler, Coordenadora Administrativa; João Carlos Heissler, Diretor Financeiro; Guilherme Beck, Diretor Jurídico; Silvío Lima, Diretor de Formação; André Luiz Beck; Josy Weber. Ata de posse da diretoria do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul de 27/07/1995.

<sup>207</sup> Estatuto Social do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul.

Tínhamos uma formação com matriz marxiana, vindo do Núcleo de Formação 13 de Maio de São Paulo que eram investigadores profundos do Capital, de Marx. E das raízes marxistas no eterno conflito com Hegel. Aprendi muito sobre dialética, talvez a maior descoberta da minha vida. Foi esta matriz que originou a minha linha de atuação dentro do PT, depois de ter uma rápida passagem de admiração ao PC do B, ao qual nunca fui filiado [...].<sup>208</sup>

A identificação política com as tendências e correntes internas, tanto na CUT quanto no PT, sempre foi considerada como natural e tranqüila entre os diretores do Sindicato. Nesse sentido, liderados pelo presidente André Beck, a diretoria eleita em 1986 passa a compor na política nacional e estadual com o grupo liderado por Tarso Genro, o Partido Revolucionário Comunista - PRC.<sup>209</sup>

Em 1989, o PRC revisa seu programa e abandona o marxismo como teoria orientadora de sua prática política. Em 1990, adota a denominação de Nova Esquerda - NE. Entre as lideranças dessa nova tendência interna do PT estão Tarso Genro e Marcos Rolim. Pela proximidade com o Sindicato dos Bancários de Santa Maria e com Marcos Rolim, a direção do Sindicato de Santa Cruz do Sul se manterá próxima da NE, inclusive com o apóio aos candidatos a Câmara Federal, José Fortunati, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e, Marcos Rolim para a Assembléia Legislativa do RS. No entanto, com o passar do tempo e com novas lideranças surgindo, aos poucos há um afastamento das posições adotadas por essa organização.<sup>210</sup>

A revisão programática que levou ao fim do PRC e o surgimento da NE, também criaram uma cisão e o aparecimento de mais uma tendência. Não concordando com a reformulação programática, uma fração do PRC caminha no sentido da manutenção do Marxismo como teoria orientadora da leitura social e da prática política, assim surge o Movimento por uma Tendência Marxista (SILVA, 1998, p. 160-175). Durante os primeiros anos da década de 1990 haverá uma aproximação da direção dos bancários com a MTM, principalmente por parte de André Beck e Cândido Machado.

<sup>208</sup> Entrevista nº. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>209</sup> O Partido Revolucionário Comunista – PRC, fundado em 1984, resultado de um racha do PC do B. Em 1985, em seu II Congresso resolve entrar para o PT. No entanto, mantém uma estrutura de partido independente, o que muitas organizações faziam dentro do Partido dos Trabalhadores, ao menos até o 5º Encontro Nacional. Ver SILVA, A. O. Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil.

<sup>210</sup> Entrevista nº 8, Cândido Machado realizada em 03/07/2008.

Logo após, o PRC começou com uma guinada para o que chamávamos da direita do PT e nasceu a Nova Esquerda com as teses mirabolantes do Marcos Rolim – achando que o mundo mudaria através da defesa dos direitos humanos. Aí partimos para a TM (Tendência Marxista) idealizada pelo Ronald Rocha.<sup>211</sup>

Na Central Única dos Trabalhadores, a MTM compõe junto com outras tendências de esquerda do PT a CUT pela Base, uma articulação iniciada em 1986 e que se desfez em 1992. As tendências do PT Democracia Socialista, Tendência Marxista, Força Socialista e alguns fóruns regionais voltam a compor um coletivo interno na CUT em 1997 que passa a se chamar Alternativa Sindical Socialista - ASS e tinha a pretensão de coalizar as forças da esquerda partidária dentro da Central.<sup>212</sup> No mesmo ano, esse conjunto de forças elege o presidente da CUT do RS, Francisco Vicente, que vai articular junto com outros segmentos dos movimentos sociais a vitória de Olívio Dutra em 1998 para o governo estadual do RS.<sup>213</sup>

A identificação com a ASS leva a uma aproximação de alguns diretores dos bancários de Santa Cruz do Sul com a tendência interna do PT, Democracia Socialista - DS, principalmente Célia Zingler, Josy Weber e Cândido Machado. A elaboração teórica dessa corrente política passa a ser o referencial para a direção a partir de 1998.<sup>214</sup>

A presença das duas diretoras, Célia e Josy, trouxe outros temas para o debate sindical santa-cruzensense. A saúde do trabalhador e a discussão de gênero ganham destaque na atuação das dirigentes. Na questão de gênero está a representatividade das mulheres nas instâncias decisórias e de comando das entidades sindicais com a adoção da política de cotas como meio de proporcionar o equilíbrio entre homens e mulheres.

Para a dirigente sindical Célia Zingler:

[...] é o período em que começou a construção da Comissão sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, com a pauta “Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”. Uma das reivindicações era a presença de no mínimo 30% de mulheres, não só nas direções, mas também em cargos nas diretorias executivas. Uma questão bem importante num período que as mulheres já estavam em tantos espaços de trabalho. A questão da cota de mulheres foi aprovado no Congresso da CUT em 1992 ou 1993 e passou a vigorar na Central. Para os

<sup>211</sup> Entrevista n.º. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>212</sup> ALTERNATIVA: Novos Horizontes para o Movimento Sindical. Revista da Corrente Alternativa Sindical Socialista da CUT - janeiro de 1997.

<sup>213</sup> Entrevista n.º. 13, Chico Vicente.

<sup>214</sup> Ao referir que a elaboração política da DS passa a ser o referencial da diretoria do sindicato não quer dizer que todos fossem favoráveis a essa aproximação. No entanto, o grupo hegemônico na direção fazia valer a sua condição de maioria e sempre aprovava sem grandes dificuldades as suas posições.

sindicatos, a orientação de também adotarem a cota de gênero, como passou a ser tratada em seguida, limitando em no máximo 70% a presença de homens ou mulheres nas direções. O Partido dos Trabalhadores já tinha colocado em prática a questão de cota de mulheres nas suas direções. O objetivo, com essa política afirmativa, era inserir as mulheres e prepará-las para assumir os postos de direção porque quase todos os espaços de poder eram ocupados pelos homens.<sup>215</sup>

É possível supor ainda que a presença das duas diretoras têm relação com o aumento da participação feminina no trabalho bancário<sup>216</sup> visto que na composição da diretoria do triênio 1995/98, dos 24 componentes entre titulares e suplentes 10 eram mulheres.<sup>217</sup> Porém, cabe ressaltar que esse aumento da participação feminina na direção sindical não se traduz em maior participação nos espaços decisórios ou na ocupação de cargos de maior importância na estrutura do Sindicato, pois o que se verifica nos anos posteriores é uma diminuição na participação das mulheres na direção.

Presas às redes que conformam seu cotidiano de múltiplas atribuições, no âmbito profissional e doméstico, as mulheres permanecem obscurecidas e subordinadas. Ou seja, há necessidade de visibilizar as distintas realidades e possibilidades vividas por elas em termos de oportunidades; significa, também, focalizar e distinguir as práticas existentes, revelar os constrangimentos vivenciados pelas mulheres e, fundamentalmente, a forma como se percebem em seu meio social. (POHL, 2007, p. 164).

Em que pese uma feminização do trabalho bancário (SEGNINI, 1998)<sup>218</sup>, a luta feminista, o trabalho constante das lideranças, a elaboração teórica e a conquista de espaços através das cotas de gênero, a ocupação de cargos de maior relevância nos sindicatos de Santa Cruz do Sul ainda é aquém da participação das mulheres no “mercado de trabalho”.

Dois são os fatores que provavelmente contribuam para a ocorrência da situação identificada: as mulheres têm uma maior dificuldade de participação nas atividades sindicais em razão da dupla jornada (cuidados com a casa, família, filhos etc.) a que as mulheres estão sujeitas o que limita sobremaneira a disponibilidade em horários e dias que não sejam a da

<sup>215</sup> Entrevista nº. 12, Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>216</sup> Ver capítulo II.

<sup>217</sup> Boletim da chapa Resistência Bancária. Chapa única à eleição da diretoria em 1995. Documentos do arquivo do Sindicato dos Bancários.

<sup>218</sup> Para uma melhor compreensão do tema ver SEGNINI, Liliana R. Petrilli. *Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. JINKINGS, Nise. As formas contemporâneas da exploração do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. 1. ed. São Paulo - Expressão Popular, 2004. NOGUEIRA, Claudia Manzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. 1. ed. São Paulo - Expressão Popular, 2004.

jornada de trabalho;<sup>219</sup> outro fator esta relacionado a tendência de burocratização das direções e a pouca mobilidade em relação as renovações dessas direções não possibilitando o surgimento de novas lideranças. Situação que fica ainda mais evidente na segunda metade dos anos 1990.

A categoria bancária foi uma das mais afetadas pelas novas formas de gestão implantadas com o projeto neoliberal instalado no país na década de 1990. A concentração do sistema bancário, a redução drástica de trabalhadores, a automação dos serviços e a intensificação do ritmo de trabalho levam ao aumento significativo de adoecimentos trabalhadores em decorrência da pressão e a exigência cumprimento de metas cada vez maiores.

Estas mudanças desorganizaram os trabalhadores porque passavam um discurso falso de que as decisões seriam coletivas e que os trabalhadores participariam do processo de gestão. Passou a ter uma medição individual das metas e a recompensa, pelo menos nas grandes empresas, com a participação nos lucros, liberando as empresas de valores salariais fixos. Passaram a apregoar o sucesso individual, ameaça de demissão, desemprego alto, são diversos fatores que foram muito difíceis de entender par lutar contra.<sup>220</sup>

Para Antunes (2004, p. 22):

As mudanças apontadas nas características pessoais e profissionais dos bancários são expressões da reestruturação produtiva em curso e de seus movimentos de tecnificação e racionalização do trabalho. [...] num contexto de crescente desemprego e de aumento das formas de formas precárias de contratação, os assalariados bancários são compelidos a desenvolver uma formação geral e polivalente, na tentativa de manter seu (sic) vínculos de trabalho, sendo submetidos à sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho extenuantes. Agravam-se os problemas de saúde desses trabalhadores nas ultimas décadas e observou-se também um aumento sem precedentes das Lesões por Esforços Repetitivos (LER), que reduzem a força muscular e comprometem os movimentos daqueles que são portadores da doença. Em contrapartida, os programas de qualidade total e de remuneração variável, amplamente difundidos no setor, recriam estratégias de dominação do trabalho que procuram obscurecer e nublar a relação capital e trabalho. Os trabalhadores bancários torna-se parceiros, sócios, colaboradores do (sic) bancos e das instituições financeiras, num ideário e numa pragmática que aviltam a condição laborativa.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> A situação verificada entre os bancários é também evidenciada e de forma mais acentuada no setor do vestuário, onde as mulheres são a maioria na atividade fabril e na composição da direção sindical, no entanto são os homens que se destacam na condução da política do sindicato, embora, nos últimos anos a presidência tenha sido ocupada por mulheres.

<sup>220</sup> Entrevista nº. 12 Célia, Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>221</sup> JINKINGS, 2002 apud ANTUNES, 2004, p. 22-23.

Essa situação abre uma nova e necessária frente de atuação sindical e de debate sobre as condições de trabalho.

A questão de saúde do trabalhador passou a ser uma pauta permanente, tanto nas negociações com as empresas quanto nas atividades realizadas como encontros e seminários, no Conselho Municipal de Saúde e o resultado foi positivo, pois conseguimos ter na cidade a Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador, em funcionamento desde dezembro de 2001. Foi uma grande vitória dos trabalhadores, mas nunca esquecendo, resultado de embates vencidos com a Prefeitura e a classe médica e hospitalar, com muita organização e planejamento. Naquele tempo, o governo do estado, com Olívio Dutra, mandava dinheiro para os municípios “sem carimbo” para ser aplicado no SUS.<sup>222</sup>

Para enfrentar a situação segundo relata a diretora do Sindicato dos Bancários:

Houve uma exigência de criatividade por parte do movimento sindical para chegar perto das pessoas. Uma foi a entrada nos locais de trabalho para fazer reuniões sobre saúde do trabalhador, principalmente abordando a Ler/DORT e o sofrimento psíquico. Foi uma ação importante, porque é uma outra forma de aproximação, inclusive fora das campanhas salariais. Outra forma criativa utilizada nesse período nas campanhas salariais era inventar esquetes teatrais para chamar atenção sobre as questões que estavam acontecendo.<sup>223</sup>

Os adoecimentos a que os trabalhadores são expostos vão das Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Orteomusculares (LER/DORT)<sup>224</sup> aos adoecimentos psíquicos, causadores inclusive de inúmeros suicídios de bancários. O acometimento dessas lesões junto com as constantes ameaças de desemprego e a pressão pelos resultados e produtividade, são o subproduto da busca por maior produtividade e aumento cada vez maior das taxas de lucro.

Apesar da CUT, uma central importante, a intervenção local e de organização dos trabalhadores ficou mais deficitária. As possibilidades de mobilização se reduziram e os resultados também foram menores. E nos bancos públicos federais o reajuste zero aplicado pelo governo, a intervenção em 1995 nos Petroleiros, o tempo inteiro as ameaças de privatização. A pauta da demissão para um público concursado mesmo não sendo estável, não é acostumado a ser demitido gerou pânico, inclusive com suicídios. Os Bancos Públicos adotaram os planos de demissão voluntária, que de voluntário não tinha nada porque as pessoas diziam “se não aproveito e pego uma indenização, se eu for demitido não levo nada disso”.<sup>225</sup>

<sup>222</sup> Entrevista n°. 12, Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>223</sup> Entrevista n°. 12, Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.

<sup>224</sup> Cf. Célia Zingler em 1994 foi realizada uma pesquisa sobre a saúde dos bancários do RS e em 1997 foi publicado um relatório da pesquisa intitulado: Censo Bancário: Avaliação de saúde dos bancários do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi uma realização do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Sindicatos do interior do estado através do coletivo estadual de saúde da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve a coordenação da médica do trabalho e assessora de saúde do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Jaqueline Cunha Campello e do médico e professor da UFRGS, João Werner Falk. Doc. Do arquivo da Federação dos Bancários do RS.

<sup>225</sup> Entrevista n°. 12, Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008.



A necessidade de atuação do sindicato na busca de resguarda os direitos dos trabalhadores acometidos por tais distúrbios levou a uma parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC),<sup>226</sup> outros sindicatos como da alimentação e metalúrgicos. Parceria essa que realizou vários seminários e discussões, não só no sentido de tratamento das pessoas adoecidas em função do trabalho, mas também na busca de soluções preventivas. Os debates surgidos nesses seminários levaram a luta pela instalação do Centro Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador e ainda do Centro Regional.<sup>227</sup>

[...] numa manhã eu cheguei aqui e tinha uma trabalhadora da empresa que trabalhava no terceiro turno, ela chegou num estado lastimável, ela chegava a enfaixar os braços pra trabalhar e eu me lembro muito bem que eu procurei Célia (do Sindicatos dos Bancários) e pedi um socorro pra ela, e fomos ajudar esta trabalhadora até a chegar no Sindicato teve que ser uma coisa muito trabalhada, e aí começamos a nos envolver, criamos laços, tivemos participação não só do movimento sindical, mas sim de quem quisesse discutir a política de saúde do trabalhador e eu lembro que nós lotávamos o auditório [...]. Depois com o governo Olívio, através da Decreto Lei 422 se criou a notificação compulsória das doenças do trabalho, e foi importante por que tivemos uma participação do Estado. [...] e aí o movimento organizado foi fundamental, para criar CIST do Conselho Municipal da Saúde, e conseguimos construir um Conselho mais atuante que éramos nós Sindicato, as Associações de bairros e os Movimentos Organizados. [...] Naquele tempo se pensava em se construir um centro de referências municipal ou regional [...] nós sentamos uma tarde e naquele dia fizemos a reunião do conselho municipal de saúde, saí com o projeto que tinha custo inicial de R\$ 900.000,00, e saiu todo aquele grupo e fomos lá pro Conselho Municipal da Saúde [...]. Coube a nós apresentar esse projeto, mas foi um momento muito marcante pra mim, foi aplicado recursos da municipalização solidária (este recurso era um dinheiro que veio do Governo do RS para aplicação na Unidade Municipal de Referência - UMREST) isso foi em 2001. Conseguimos construir a 1ª Unidade do interior do Estado, o único município que tinha uma Unidade era Porto Alegre. E não paramos, nós chegamos ao centro de referência que é um marco da região, sob tudo pro Movimento Sindical que soube construir política e aí nós fizemos uma participação muito importante junto com o movimento o Stênio Rodrigues e a Maria Juliana Moura Correa, a Teresinha Klafke, como coordenadora e envolvemos também a Universidade.<sup>228</sup>

Mas a atuação do Sindicato dos Bancários não se restringe a luta política e salarial, a bem da verdade essa é a finalidade, porém para ter a categoria mobilizada outras táticas vêm sendo desenvolvidas. Entre as atividades destaca-se o Baile do Dia do Bancário<sup>229</sup> realizado

<sup>226</sup> AMADOR, F. S.; SANTORUM, K. M. T. Universidade, movimentos sociais e políticas públicas em saúde do trabalhador: potencializando redes. In: MERLO, A. R. C. (Org.). *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 95-126.

<sup>227</sup> Mais sobre O Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador em: SKAMVETSAKIS, Adriana. Gestão compartilhada e humanização em saúde do trabalhador. Boletim da Saúde: Porto Alegre, V. 20, nº 2, jul./dez. 2006, disponível em: <[http://www.esp.rs.gov.br/img2/v20n2\\_18GestCompartil.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img2/v20n2_18GestCompartil.pdf)>. Acesso em 27/01/2009.

<sup>228</sup> João Costa: diretor adjunto do Sindicato Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região. Entrevista nº. 7, realizada no dia 03/07/2008.

<sup>229</sup> Para uma melhor compreensão do significado das festividades e rituais dos trabalhadores ver: HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. 4. ed. Paz e Terra, São Paulo 2005. p. 99-

anualmente no último sábado do mês de agosto e conta com grande participação dos bancários e familiares.<sup>230</sup>

### 3.2 “Virando o Cocho” - os comerciários

Cada sindicato apresenta uma peculiaridade, alguns na sua forma de organização dentro da própria categoria, outros envolvidos em questões mais gerais da classe trabalhadora e na política como um todo, e outros até mesmo pelo que não fazem. Mas o Sindicato dos Comerciários apresenta uma situação diferenciada em sua trajetória por conta das opções que fez, principalmente no período de 1987 em diante.

O Sindicato dos Comerciários foi fundado, primeiro como Associação dos Comerciários em dezembro de 1960.<sup>231</sup> A primeira fase do sindicato (período entre a fundação e a eleição de 1987) foi marcada por um sindicalismo de gabinete e assistencialista. Suas ações se resumiam a atividades assistenciais, convênios no comércio, farmácias etc., distribuição de bolsas de estudo e quase nenhuma atividade sindical.

Em 1987, em uma das poucas disputas eleitorais que aconteceu para a direção do Sindicato, houve o confronto de um grupo ligado ao Novo Sindicalismo e a situação oriunda do sindicalismo corporativo. Nessa eleição, a chapa liderada pela situação vence e permanece dirigindo o sindicato.<sup>232</sup> É bom lembrar, que a direção do Sindicato é, por assim dizer, uma

122. Ver também: RALLE, Michel. A Festa Militante: o espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha. 1850-1920) in BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (Org.). *Cultura de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004.

<sup>230</sup> A festa sempre acontece durante a campanha salarial da categoria e conta com atrações culturais seguida de discursos das lideranças locais e estaduais jantar e baile. Além do caráter de sociabilidade e de encontro dos trabalhadores bancários com amigos e familiares, como reúne trabalhadores de diferentes bancos e cidades, a festa seve como momento onde acontecem as conversas sobre as condições de trabalho, mobilizações e é onde a direção sindical circula e colhe de forma informal informações importantes para ação sindical. Arquivo sindicato dos bancários.

<sup>231</sup> Sua primeira diretoria ficou assim composta: Presidente: Antonio Hildebrando Richter; Secretário: Willy Lauro Leipnitz; Tesoureiro: Renato Rodolpho Melchior. Ata nº. 1. Assembléia de fundação da Associação Profissional dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul.

<sup>232</sup> A chapa 1, vencedora da eleição em 1987, que embora se identificasse com o nome “RENOVAÇÃO”, era a chapa da situação, tinha a seguinte composição: Presidente: Afonso Schwengber; Secretário: Rui Roberto Gewehr; Tesoureiro: Orlando Backes; Suplentes: Flávia Rejane Bressler, Ilgo Schroeder, Edison Elvino Kurz. Boletim de campanha da Chapa “RENOVAÇÃO”. Nesse boletim vinha a relação dos Sindicatos de comerciários no estado que, junto com a Federação dos Comerciários, apoiavam a chapa situacionista para a direção do Sindicato de Santa Cruz do Sul.

continuação das direções anteriores, pois Afonso e os demais membros da diretoria foram eleitos pela situação, concorrendo contra uma oposição cutista e apoiada pelo PT.

A chapa de oposição era ligada ao Partido dos Trabalhadores com integrantes do Partido Democrático Trabalhista - PDT, e fazia parte de uma estratégia de fortalecimento do PT que passava por colocar o maior número possível de seus filiados em direções sindicais, garantindo dessa forma estabilidade no emprego para poderem fazer política partidária. Via de regra, esse grupo também era identificado com a CUT<sup>233</sup>.

No entanto, a orientação política da nova/velha direção passa a mudar gradativamente, primeiro o Sindicato filia-se à CGT, Central Geral dos Trabalhadores, mais tarde desfilia-se desta central junto com o PC do B que na seqüência cria a Corrente Sindical Classista - CSC, e no ano seguinte entra para a CUT, inclusive com o presidente do sindicato vindo a ocupar cargo na direção nacional da central.

[...] nas eleições de 90, ele vem para o PT, inclusive porque ele tinha sido o suplente do Sérgio Moraes pelo PSB nas eleições de 88. E aí, claro, que ele vai fazer uma trajetória diferente, mas no início foi mais ou menos isso, nós não acreditávamos no Afonso. Acho que talvez os fatos contribuíram para que ele desse uma guinada para a esquerda.<sup>234</sup>

O giro à esquerda permanece durante a década de 1990. Esse fato se percebe na filiação partidária e nas posições políticas adotadas por vários dos membros do Sindicato, que em determinado momento abandona a CSC e passa a integrar a Corrente Socialista dos Trabalhadores - CST, esta ligada ao PT.

Quando da eleição dessa direção, o candidato a presidente tinha filiação partidária ao PMDB, logo em seguida passa para o PSB, sigla por onde concorre a vereador em 1988 ficando na primeira suplência e assume uma cadeira no legislativo municipal em 1990 quando o vereador titular elege-se deputado estadual, nesse momento ele já estava no PT, onde participou da direção municipal do partido.

O Sindicato dos Comerciários, a partir da eleição dessa diretoria, adotou uma postura de inserção nos movimentos sociais, no movimento estudantil e na política partidária. Nesse

---

<sup>233</sup> Entrevista n.º 6, Olgário Vogt realizada em: 02/06/2008.

<sup>234</sup> Entrevista n.º 6, Olgário Vogt realizada em: 02/06/2008.

caso específico, em épocas eleitorais sempre fez assembleias gerais com seus associados para definir apoio a candidaturas nos diversos cargos da política institucional no país nos três níveis.

Tanto a participação de forma direta na política partidária como a relação com outros movimentos obedece a uma lógica das correntes de pensamento do movimento sindical e partidário onde o principal líder do sindicato sempre atuou. O apoio da Federação dos Trabalhadores no Comércio do estado levou a uma aproximação da Central Geral dos Trabalhadores e das lideranças comunistas dessa organização. O PC do B sempre teve como característica unir o trabalho sindical com o partidário e a participação de operários nas disputas eleitorais. Mais do que uma característica, essa postura foi adotada desde a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, levando ao pé da letra a orientação da II Internacional Comunista.<sup>235</sup>

Porém, mesmo estando muito próximo, e até mesmo exercendo cargo na direção nacional da CUT representando a Corrente Sindical Classista, o presidente do Sindicato dos Comerciários nunca esteve filiado ao PC do B. Ao contrário, ao sair do PSB ingressou no PT, onde compôs a bancada de vereadores do partido em 1991/92. Com um perfil polêmico e posições fortes, travou vários embates com os empresários e com o poder público, chegando inclusive de ter o mandato ameaçado pela direção da Câmara Municipal.<sup>236</sup>

No PT e na CUT, a “direção” do Sindicato se aproxima da Corrente Socialista dos Trabalhadores.<sup>237</sup> A CST, desde o seu surgimento em meados da década de 1970, teve sua atuação junto aos movimentos estudantis e a juventude de um modo geral. Nesse sentido, com a participação mais orgânica na corrente, naturalmente acontece por parte do sindicato um maior investimento nos movimentos estudantis na cidade. No entanto, não é esse o único motivo desse investimento. Como o comércio absorve muitos jovens e estudantes, é uma forma do sindicato se manter em sintonia com a categoria comerciária e, ao mesmo tempo, fortalecer a luta através da formação de quadros que surgem no movimento estudantil.

---

<sup>235</sup> Sobre a participação dos operários em eleições e no Parlamento ver: KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês do Brasil (1924-1930). Alameda - São Paulo 2006.

<sup>236</sup> Gazeta do Sul (13/06/1991, p. 10).

<sup>237</sup> A CST tem origem na Convergência Socialista, corrente fundadora do PT e que em 1992 sofre um processo de expulsão do partido. Nesse processo surge o PSTU e aqueles que permanecem criam a Corrente Socialista dos Trabalhadores e têm como uma de suas mais significativas lideranças a Deputada Federal Luciana Genro.

As bandeiras de luta permanentes do Sindicato estão centradas em dois pontos: a questão do livre horário, essa uma luta antiga desde meados da década de 1980. A discussão gira sempre em torno da abertura do comércio de Santa Cruz do Sul aos domingos e feriados. O entendimento por parte do sindicato é de que a abertura aos domingos tem necessidade de acordo prévio a respeito da remuneração e posterior folga dos trabalhadores em dias semana. Em suma, a abertura do comércio deve ser balizada em entendimento entre as empresas e os representantes dos trabalhadores a partir de regras pré-definidas.

O outro ponto bastante discutido pelo Sindicato é a questão do transporte coletivo, principalmente em relação ao valor da passagem dos ônibus de circulação urbana. Nesse caso, o entendimento do é de que os trabalhadores no comércio e os estudantes - mas não somente estes - necessitam do transporte coletivo para o seu deslocamento diário, portanto a luta por um transporte coletivo de qualidade e por passagens mais baratas significa qualidade de vida. Todos os anos estabelecem um confronto direto com as concessionárias do transporte coletivo e com o poder público municipal por conta do valor das passagens, com o argumento que quem usa o transporte coletivo são os trabalhadores e boa parte deles são comerciários.<sup>238</sup>

Contudo, não tem sido apenas nessas frentes que o Sindicato dos Comerciários atua. A presença dos seus dirigentes é constante em atos, atividades e mobilizações de outras categorias, onde presta seu apoio e até ajuda na organização.

O Sindicato possui uma sede campestre onde realiza atividades de formação política para seus dirigentes e encontros sindicais, mas principalmente utiliza aquele espaço para promover torneios esportivos, principalmente de futebol, para os associados. Realiza anualmente o Baile dos Comerciários, alusivo ao dia da categoria comemorado em 30 de outubro, e cujo início de festa sempre é precedido por discursos de líderes comerciários e de diversas categorias. Lazer e esporte como tática de aproximação com a categoria e como elemento catalisador da identidade coletiva.

---

<sup>238</sup> Entrevista nº. 10, Afonso Schwengber, realizada em 09/07/2008; Entrevista nº. 11, Liane Ribeiro, realizada no dia 15 de julho de 2008. (Liane Ribeiro, ex-diretora do Sindicato dos Comerciários de Santa Cruz do Sul e Região. afastou-se do sindicato quando ficou sem base, quer dizer, a empresa onde trabalhava faliu, e também por desentendimento com o presidente do sindicato).

Outra característica deste Sindicato - observável ainda em várias outras entidades do movimento sindical - é a centralização de poder na figura do presidente, ou em alguns casos, em uma ou duas pessoas mais, mas sempre concentrado em um pequeno grupo que toma as decisões. No caso do Sindicato dos Comerciários, o poder é centralizado na figura do “presidente” como se verifica na fala da ex-diretora Liane Ribeiro:

Só que nada era planejado, as coisas aconteciam, eu não lembro de ter tido grandes discussões, simplesmente nós tínhamos também no movimento sindical as elites dos que organizavam as coisas e chegavam assim, vamos fazer movimento tal, vamos pra base, vamos convocar a categoria, vamos fazer um ato na praça, vamos fazer isso, e nós íamos e fazíamos sem entender muito o que estava acontecendo, nós sabíamos que era uma coisa importante, mas assim oh, nunca tivemos grandes momentos de discussões [...].

Mesmo não desenvolvendo muito o tema, a ex-dirigente Liane Ribeiro, em alguns momentos da entrevista, faz referência a existência de uma pequena cúpula que ela denomina de elite sindical, onde as ações são pensadas e decididas, cabendo aos demais apenas a execução das tarefas e da política deliberada.

Naquele momento eu não entendia grandes coisas da política. Eu sabia que era um momento importante para a história do país e tal, que nós tínhamos que fazer alguma coisa, mas não tinha compreensão. Então as elites montavam, que na época tava na CUT, e até nós participávamos. Na época que nós tínhamos uma ligação muito grande com a Federação, ali o PC do B era o que comandava o Movimento Sindical dos Comerciários do Estado e que tinham uma linha política, então vinham as ações e nós íamos lá e desenvolvia sem muita discussão, inicialmente pra mim era isso.

A centralização do poder decisório no Sindicato fica perceptível através da mudança de postura do seu “principal” dirigente, Afonso Schwengber. Quando Afonso saiu do PSB e se filiou ao PT, os demais membros da direção foram compelidos a fazer o mesmo e, não obstante, todos acabaram na mesma corrente interna do PT.<sup>239</sup>

Sobre a filiação ao PT, Liane comenta:

[...] me filiei no partido por uma questão de momento também, não era em função de análise e de saber qual era a consequência daquele meu ato. Foi uma questão assim, tinha um companheiro que tava na direção do sindicato e que precisava ter um número X de pessoas pra votar numa convenção do partido, na realidade foi isso. Então, a gente acaba se filiando em função de uma pessoa, não foi em função de um projeto, não foi uma coisa assim tão consciente foi muito mais induzida.

<sup>239</sup> O mesmo acontece com a saída do PT e a posterior filiação ao PSOL, e mais tarde, ao PSTU.

No entanto, Liane Ribeiro, embora admitindo sua filiação partidária de forma induzida, preconiza a importância da filiação partidária e da participação dos trabalhadores e de seus representantes em espaços da política institucional. Segundo a ex-dirigente sindical,

[...] tanto naquele momento, quanto hoje, é extremamente importante ter um representante das classes trabalhadoras em qualquer instância de poder. Mesmo que as pessoas às vezes imaginem, “há! os caras que estão no poder estão corrompidos”, alguma coisa sempre se pode fazer de diferente. Eu acho que alguma referência a gente ainda tem. Pode ser o cara do PT e, eu achar que é o PT da direita, mas eu tenho alguma referência ainda, eu sei, é uma visão que pode ter todas as dificuldades, mas no momento em que tiver uma discussão onde envolva a questão dos trabalhadores a gente vai poder contar. Também tem algumas decepções que a gente teve no meio do caminho, isso acaba também te afastando, desacreditando de algumas coisas, então eu acho tanto o movimento político é uma coisa que os trabalhadores têm espaço e, tem mais que buscar mesmo, se a gente não for, os que estão lá não podem fazer tudo que gostariam, mas tão fazendo o possível, a gente tem que acreditar nisso.

A direção mantém participação constante nos conselhos municipais com destaque para o da Saúde. A respeito da participação do Sindicato nos conselhos municipais a ex-diretora faz algumas afirmações importantes para a compreensão da atuação dos sindicatos de trabalhadores nestes espaços.

A questão do Conselho Municipal da Mulher, acho que foi uma das coisas importantes que a gente teve, também foi meia dúzia de mulheres que resolveu bancar essa idéia, só que não teve um apoio muito grande principalmente do Sindicato dos Comerciários [...]. E na questão do Conselho Municipal de Emprego e Renda, se eu não me engano, foi quase no final que eu tava saindo do sindicato, ali foi mais uma questão assim, criou-se um conselho pra discutir emprego e renda, que era uma questão muito mais para dar conta de algumas dificuldades que estavam acontecendo no município, buscar soluções [...]. Era um espaço importante, mas que não se soube aproveitar bem, principalmente lá no Sindicato dos Comerciários, eles não viam isso com bons olhos, essa participação do Sindicato nessas estruturas que eles achavam que era uma estrutura de governo que na realidade tu tava ali para apoiar alguns projetos da prefeitura e tal [...]. O Conselho Municipal da Saúde era um espaço assim que eu participava nos momentos que o Afonso não podia, eu acho que ele era titular na época eu era suplente e era assim, as dificuldades que nós tínhamos [...] eu participei muito mais antes na elaboração de todo o projeto do que depois, porque depois veio o Afonso e assumiu a vaga e aí a discussão não voltava também. Eu participava das discussões dentro da Intersindical explicava alguns pontos que iam levar para o conselho, mas no Conselho em si a minha participação foi de substituta mesma, muitas vezes ia substituir sem saber qual era a pauta da discussão e nem nada.

No trecho da entrevista reproduzida acima Liane Ribeiro destaca seu entendimento sobre quais conselhos municipais eram importantes para o Sindicato atuar para defender as questões relacionadas aos trabalhadores e a população que necessita de atendimento pelo setor público. No entanto, ela também ressalta qual o entendimento da direção do sindicato a

respeito da participação, como são feitas as escolhas e quem participa. Na fala do presidente Afonso é reforçada a questão por ela levantada:

O único Conselho que tem um pouco da nossa cara, vamos dizer assim, é o da Saúde. Porque ali nós podemos deliberar, apresentar projetos, criar alternativas para colocar na defensiva o poder público, o administrador público entendeu isso. Os outros, são apenas conselhos para legalizar a sacanagem, são consultivos e não deliberativos. Então esse é o único conselho municipal dentro da institucionalidade hoje que dá para participar, mas claro para isso precisaria ter uma melhor união de quem representa os usuários, que infelizmente, aí a questão política dificulta porque há compreensões diferentes.<sup>240</sup>

A fala dos dois dirigentes demonstra mais uma vez a centralização das decisões na entidade e quem é que tem o controle dos espaços decisórios. Existe uma espécie de “reinado” de algumas lideranças no movimento sindical, mesmo quando elas se afastam do “comando” (presidência), continuam a controlar as ações e as decisões da entidade.

### **3.3 Metalúrgicos “na porta da fábrica”**

O Sindicato dos Metalúrgicos, um dos mais antigos no município, tem uma tradição de luta “na porta da fábrica” e na participação das grandes lutas políticas e populares no município. Alguns membros de sua diretoria são, ou foram dirigentes de associações de moradores, vereadores e representações importantes nos diversos conselhos municipais. Um exemplo é a presidência do Conselho Municipal de Saúde em diversos mandatos exercida por dois dos seus principais expoentes, Orci Kühl que também dirigiu a União das Associações de Moradores de Bairros de Santa Cruz do Sul e Gilberto Saraiva.

Fundado em 1937, o Sindicato dos Metalúrgicos e Classes anexas teve seu reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho em 1944. Já no início de sua trajetória, esta entidade adotou a postura de ajudar no surgimento e organização de outras categorias. A ajuda ia desde o empréstimo de sua sede para reuniões até o envolvimento de diretores nas discussões, passando por ajuda financeira e material para que se viabilizasse a organização de sindicatos como o dos Trabalhadores na Borracha, do Vestuário, entre outros.

---

<sup>240</sup> Entrevista n°. 10. Afonso Schwengber, realizada em 09/07/2008.



No ano de 1987 durante uma eleição muito disputada, três chapas inscrevem-se para concorrer à direção do sindicato. Duas dessas é resultado de uma divisão da própria situação e a terceira formada por um grupo articulado a partir do PT e que teve apoio de integrantes do PC do B, sendo essa última a vencedora do pleito.

Em final de 1984, começo de 85, [...]. Aqui, trabalhando nas empresas eu via as pessoas em dificuldade, ninguém recebia insalubridade, periculosidade, os patrões pagavam quanto queriam, todo mundo trabalhando frio. [...] A gente vendo e acompanhando lá e nunca se ouviu dizer que se distribuiu um panfleto na categoria! Eu ia a Porto Alegre [...] pegava na sub-sede do sindicato de Porto Alegre em Guaíba, os restos dos panfletos que sobrava e trazia para cá e panfleteava as empresas que eu trabalhei, Cimasa, Gründling, a Xalingo, consegui fazer, mostrando para os caras o que era o sindicato de fato. Por eu ter feito esse trabalho, em 1987, mostrando e batendo papo nas horas de meio-dia com os trabalhadores, eu fui considerado pelos trabalhadores como futuro presidente do sindicato. Eu não faltava uma assembléia, fazia enfrentamento com a direção do sindicato, no sentido de organizar os trabalhadores em assembléia. Isso foi natural e eu consegui sozinho montar uma chapa para o sindicato aqui em 87. Trabalhando, sem ter espaço, somente a noite, eu estava sendo procurado pelos trabalhadores, do Hoeltz, Gründling Irmãos e alguns trabalhadores da Cimasa, que naquela época eu já estava trabalhando lá. Com o intermédio dessas outras pessoas que estavam em contato comigo, nós conseguimos montar um time, que eu estava com 24 companheiros para concorrer na eleição de 87 contra o falecido João Rauber que era o presidente. Nesse meio tempo, apareceu uma chapa do PT, liderada pelo Elói Hirsch, e mais o nosso companheiro Arnildo de Venâncio Aires, que na eleição era secretário. O Dorfbio Grunewald, que na época era assessor do sindicato, via as minhas intervenções nas assembléias e pediu para o Elói Hirsch e o Arnildo irem lá em casa falarem comigo, para me tirar fora do caminho. Eles estavam achando que se eu tivesse concorrendo eu poderia ganhar ou atrapalhar as eleições deles. Acabou então se fazendo uma fusão, porque ia ter 4 chapas concorrendo. Na verdade, era o presidente, o secretário atual que era um racha da atual diretoria e mais a chapa do Elói e mais a minha chapa, acabamos fazendo uma fusão e inscrevendo a chapa de número 2. Como eu não tinha os 2 anos de base que o estatuto mandava, eu tinha 1 ano e 11 meses até a eleição, nós fizemos um acordo. Nesse acordo eu não entraria na direção, ficando uma vaga aberta na diretoria onde eu entraria numa complementação após a posse e com um acerto que eu trabalharia dentro do sindicato como liberado. Fomos para a eleição e ganhamos no 1º turno e ganhamos no segundo turno. Deu 2 turnos porque não se alcançou os 50% mais um dos votos porque tinha 3 chapas concorrendo. Logo em seguida veio a complementação e eu entrei para dentro do sindicato.<sup>241</sup>

Com a eleição dessa chapa tem início uma nova fase na organização dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Cruz do Sul e região, fase essa inspirada nos movimentos que vinham do ABC Paulista do final da década de 1970 e na organização a partir de Porto Alegre e Caxias do Sul, entre outros, durante os anos 80. Outros fatores, esses locais, que contribuiram para a ascensão desse grupo à direção do Sindicato estão ligados ao trabalho desenvolvido por integrantes do PT no sentido de ganharem eleições sindicais e com isso terem pessoas com estabilidade no emprego para poderem fazer militância política.

---

<sup>241</sup> Entrevista n.º 3, Gilberto Saraiva realizada em 03/04/2008.

[...] o novo sindicalismo vai entrar aí, mas a outra grande necessidade nossa foi aqui. É porque a repressão era muito forte aqui, se tu pegar aí nos anos 80, tu assumir publicamente que tu era do PT, tu não parava em lugar nenhum. Os caras te demitiam mesmo, então tu tinha que militar meio que clandestinamente. Então para nós, naquele momento, era importante ter gente que estivesse estabilizado um emprego e que pudesse ser militante, e aí vamos pegar alguns sindicatos; Nós ganhar sindicato que nós falávamos - se nós conseguisse ganhar algum sindicato isso era uma prioridade máxima [...].<sup>242</sup>

Esse momento de agitação política tem origem nas greves do magistério estadual que já no começo dos anos 1980 decreta várias greves. Algumas de longa duração, mostrando um grande poder de mobilização da categoria. A essas greves se seguem a dos vigilantes, em 1985a dos bancários, que origina a oposição bancária e a da construção civil. Essa última, de grande repercussão na cidade colocando na ordem do dia as discussões sobre condições de trabalho e baixos salários.<sup>243</sup>

O envolvimento de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores no movimento sindical, em especial do advogado trabalhista Doríbio Grunewald, vai estabelecer uma outra dinâmica para o movimento na cidade. Isso muda a característica de atuação dos dirigentes, que vão se posicionar de forma mais incisiva na política partidária e na política institucional, inclusive concorrendo a cargos eletivos, tanto para o parlamento como para o executivo.

[...] eu diria assim: Talvez esses sindicatos todos não tivessem se tornado da CUT, se esse processo tivesse sido ao contrário, a entrada do Doríbio no Partido dos Trabalhadores, ela foi fundamental para o PT, e, para o movimento sindical, isso é absolutamente concreto. Porque, dá para dizer dessa maneira, o Doríbio quando entra - aí o nosso partido começa a ter representatividade através da Câmara, o Doríbio falava as coisas que muitas vezes os companheiros escreviam lá e tal, enfim, tínhamos agora uma representação na Câmara [...].<sup>244</sup>

Outro depoimento que mostra a importância de Doríbio Grunewald nesse processo é o de Raul Lütiohan.

[...] E tem uma outra pessoa que também a gente tem que fazer justiça, que ajudou nessa questão. Foi o Doríbio, sem dúvida nenhuma. Ele que deu respaldo, até para o movimento sindical fazer alguma coisa tinha que ter um respaldo jurídico porque nós estávamos na época da ditadura ainda.<sup>245</sup>

<sup>242</sup> Entrevista n.º. 6, Olgário Vogt realizada em 07/05/2008.

<sup>243</sup> Entrevista n.º. 4, Doríbio Grunewald realizada em 22/04/2008.

<sup>244</sup> Entrevista n.º. 6, Olgário Vogt realizada em 07/05/2008.

<sup>245</sup> Entrevista n.º. 9, Raul Lütiohan realizada em 04/07/2008.

O primeiro presidente eleito no Sindicato dos Metalúrgicos, dessa nova fase iniciada na segunda metade da década de 1980, concorreu e foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores junto com o assessor jurídico Doríbio Grunewald, que também é eleito vereador em 1988. Este já era vereador eleito pelo PMDB em 1982, em 1986 se filia ao PT e concorre a Deputado Federal em dobradinha com um dirigente do Sindicato da Alimentação candidato a Deputado Estadual.

[...] nós, com um discurso mais radical, mais forte, em cima disso o Elói foi eleito e depois foi eleito vereador, por causa do discurso forte que ele tinha, ele conseguiu muito apoio, inclusive do pessoal da universidade. [...].<sup>246</sup>

Eloy Hirsch, combativo líder metalúrgico que fora eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em 1987, a exemplo de André Beck do Sindicato dos Bancários, ganha tanta notoriedade que concorre e é eleito vereador em 1988. Na referida eleição o Partido dos Trabalhadores com uma nominata para o parlamento municipal composta basicamente por trabalhadores de diversos setores e muitos deles líderes sindicais,<sup>247</sup> surpreende a todos com uma campanha agressiva e quase vence a eleição para prefeito ao se colocar como real alternativa de poder no município.<sup>248</sup>

A pouca estrutura de formação política e o obreirismo excessivo da direção eleita em 1987 para o Sindicato, certamente foi o fato que levou Elóy Hirsch a encantar-se com as facilidades da vida parlamentar que, ainda contou com a persuasão exercida pelo então vereador e hoje Deputado Federal Sérgio Moraes<sup>249</sup>. O líder metalúrgico deixa o PT e ingressa no PTB. Segundo Orci Kühl:

<sup>246</sup> Entrevista n.º 2, Orci Kühl realizada em 28/03/2008.

<sup>247</sup> A chapa do Partido dos Trabalhadores para a eleição municipal de 1988 tinha a seguinte composição: Prefeito - João Pedro Schmidt (Professor das Faculdades Integradas de Santa Cruz - hoje UNISC); Vice prefeito - Orci Kühl (metalúrgico); candidatos a vereadores - André Beck (presidente do Sindicato dos Bancários); Ari Tessing (Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mais tarde vem a ser tesoureiro do Sindicato dos Fumicultores); Eloy Hirsch (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos); José Carlos Louzado (Vice-Presidente do CPERS); Sebastião Oliveira (diretor do Sindicato da Alimentação); Raul Lütjohan (diretor do Sindicato da Alimentação); Ramão de Moura (líder da construção civil); Laurites da Silveira (construção civil); Doríbio Grunewald (advogado trabalhista e assessor jurídico de vários sindicatos de trabalhadores no município) e vários outros como professores e líderes comunitários.

<sup>248</sup> Entrevista n.º 6, Olgário Vogt realizada em 07/05/2008.

<sup>249</sup> Sérgio Ivan Moraes, eleito vereador pelo PMDB em 1982, em 1987 esteve envolvido em um rumoroso caso que ficou conhecido nos meios políticos e policiais como o escândalo das jóias. Gazeta do Sul, 07/03/1987, capa; 20/03/1987, p.4. 16/04/197, p. 6. O referido escândalo por pouco não afastou o vereador da vida pública já que teve seu mandato ameaçado de ser caçado, no entanto o parlamentar conseguiu se livrar do processo de cassação que tramitava contra ele na Câmara Municipal. O fato levou-o a deixar o PMDB e filiar-se ao PSB, partido pelo qual se reelegeu vereador em 1988, no ano seguinte deixa este partido também e ingressa no PTB e em 1990 é eleito Deputado Estadual e 1996 se elege prefeito de Santa Cruz do Sul sendo reeleito em 2000.

[...] Elóy, que se elegeu vereador do PT, depois saiu do PT, estava muito próximo do Sérgio na Câmara e começou a ir para a farra com o Sérgio e aí começou a mudar o discurso, e no Sindicato comecei a acompanhar também, escutando o Gilberto, o pessoal a falar o que acontecia [...].<sup>250</sup>

Como resposta à “traição”, em 1990 uma chapa liderada pelo antes companheiro Gilberto Saraiva e por Orci Kühl, que havia sido o candidato a vice prefeito na chapa do PT em 1988, disputa e vence a eleição para a direção do Sindicato.<sup>251</sup>

O que me definiu pra entrar na direção, o Gilberto queria que eu concorresse com ele e o Elóy queria que fosse com ele. Um dia, o Elói encostou o carro com um pacote de dinheiro e disse, “se tu concorrer comigo nós dividimos meio a meio isso aqui, temos um posto de gasolina que vai estar a nossa disposição na eleição do Sindicato, não vai faltar gasolina, carro e nem dinheiro”. Vi ele fazendo alguns acordos com os empresários. Essa relação que ele tinha com o empresariado, aquele pacote de dinheiro, aí eu me defini, contra o meu primo, meu parente.<sup>252</sup>

Derrotada a chapa encabeçada por Elóy Hirsch, na eleição do Sindicato, dois anos depois não consegue a reeleição para o cargo de vereador. Com isso, acaba saindo do cenário sindical e partidário. Parece nesse caso, que os trabalhadores que o elegeram para a presidência do sindicato, e depois para vereador, não entenderam a mudança de “combativo a pelego” e muito menos, as sucessivas mudanças de agremiação partidária, pois teve ainda uma passagem pelo PDS, herdeiro da ARENA, partido de sustentação da ditadura militar.

A direção eleita em agosto de 1990 ficou assim composta: Presidente: Gilberto Saraiva; Vice Presidente: Décio Rathke; Secretário Geral: Orci Kühl; 1º Secretário: Paulo Vaz; 2º Secretário: Aribaldo Marquardt; 1º Tesoureiro: Luis Altair Borges; 2º tesoureiro: Adão Ceni Dias.

Outro fato de significativa importância em relação a este Sindicato, é a sua inserção nos movimentos comunitários e de moradores de bairro, chegando a ter um de seus dirigentes na presidência da União de Moradores de Bairros de Santa Cruz do Sul, e frequentemente seus dirigentes ocupam a presidência das associações dos bairros onde residem.

<sup>250</sup> Entrevista n.º 2, Orci Kühl realizada em 28/03/2008.

<sup>251</sup> A direção eleita em agosto de 1990 ficou assim composta: Presidente: Gilberto Saraiva; Vice Presidente: Décio Rathke; Secretário Geral: Orci Kühl; 1º Secretário: Paulo Vaz; 2º Secretário: Aribaldo Marquardt; 1º Tesoureiro: Luis Altair Borges; 2º tesoureiro: Adão Ceni Dias. Gazeta do Sul, 12/10/1990, p. 8.

<sup>252</sup> Entrevista n.º 2, Orci Kühl realizada em 28/03/2008.

A partir dali, com a estrutura do sindicato fundamos a primeira associação de moradores e desenvolvemos um trabalho muito forte em 1987 para 1988. Nós fundamos a associação do Belvedere, depois da Verena, depois veio o Arroio Grande e no fim nós já estávamos com 14 (quatorze) associações de moradores formadas e aí fundamos junto com a Universidade de Santa Cruz do Sul a primeira união de bairros, onde o Márcio Frantz, que era bancário, do Sindicato dos Bancários, assumiu provisoriamente a União de Bairros por seis meses. Depois de legalizada eu assumi o primeiro mandato da União de Bairros, permanecendo duas gestões. Depois do nosso Sindicato, o Orci assumiu também a presidência da União, e a União se criou e até hoje tá aí. Cada prefeito que entrou tentou desestruturar a União e nós começamos então a fazer esse trabalho voltado para a comunidade e começamos também, desde 1988, um trabalho voltado para a saúde no município.<sup>253</sup>

Essa atuação junto a moradores nos bairros encontra similaridade em outros momentos da história operária internacional e nacional. No plano internacional isso se verifica na orientação do Partido Comunista da Argentina aos dirigentes e integrantes do PC que atuavam junto aos trabalhadores na cidade de Berisso (LOBATO, 2004, p. 253-264).<sup>254</sup>

Rodrigues (1991), embora alertando para o fato de não ser usual a junção entre sindicalistas e ativistas do movimento social, chama a atenção para um dado novo que altera o quadro de lutas sindicais no país que passa pela organização das pastorais da Igreja Católica, principalmente a Operária, através da Teologia da Libertação e uma aproximação dessa com o movimento sindical, onde:

[...] o bairro tornou-se também um local de articulação operária. Muitos trabalhadores, ligados aos movimentos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias excessivamente moderadas ou “pelegas”, introduzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e de bairros, comissões de fábricas, etc.). (RODRIGUES, 1991, p. 16-17).

Prática essa verificada também no final dos anos 1970 na cidade de Guaíba, conforme relato do dirigente Gilberto Saraiva que em 1987 apóia a eleição da chapa oposicionista, mas traz consigo o desejo de ser ele o presidente do sindicato. Por conta da mudança de orientação política do presidente após ser eleito vereador, acaba montando uma chapa a partir de uma organização identificada com a CUT e o PT.<sup>255</sup> Gilberto Saraiva, no período em que viveu na cidade de Guaíba, teve sua iniciação no movimento sindical através dos militantes sindicais

<sup>253</sup> Entrevista n°. 3 com Gilberto Saraiva realizada em 03/04/2008.

<sup>254</sup> Ver LOBATO, Mirna Zaida. O PERIGO VERMELHO: comunismo e anticomunismo na experiência operária dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943) in BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (Org.). *Cultura de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004.

<sup>255</sup> Entrevista n°. 2, Orci Kühl realizada em 28/03/2008.

ligados ao PC do B e é nessa ligação com os militantes comunistas que acaba percebendo a importância do movimento de bairros.

Iniciei no movimento sindical em 1975, foi quando me formei no SENAI em 1974. [...] Em fins de 1974 eu me formo e vou para Porto Alegre, na realidade em Guaíba, trabalhar na Elevadores Sur, e lá com meio ano de serviço conheci algumas pessoas, o Raul Carrion, o Freitas que era de Caxias e assim por diante. Eram pessoas ligadas ao PC do B, que na época era clandestino. Com esse grupo nós conseguimos formar em Guaíba a primeira associação de moradores de Guaíba e me filiei ao PC do B, mas era uma filiação clandestina, então passei a ser militante do PC do B, com 18 anos. Na minha casa passou a funcionar o comitê central da região de Guaíba, Tapes, Charqueadas, daquela região toda ali, e o pessoal era todo ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. [...] Uma coisa que a gente fazia no PC do B era a organização por local de moradia e por local de trabalho, o PC do B sempre teve essa linha de atuação.<sup>256</sup>

Gilberto Saraiva destaca ainda que:

[...] esses movimentos são muito importante, não adianta nós defendermos os trabalhadores na área da saúde, não adianta defender os trabalhadores no chão de fábrica para ter melhores condições de trabalho, e a moradia fica onde? Então, muita gente não tem onde morar, muita gente tem esgoto ainda a céu aberto. Nesses bairros muita gente precisa de auxílio. Para o sindicato estar completo, ele tem que defender o peão tanto na saúde, no chão de fábrica e também no seu local de moradia. Eu acho que está faltando aqui o tripé, uma perna está quebrada, na hora que a gente conseguir colocar o tripé forte ninguém segura o movimento sindical, porque só então nós vamos conseguir eleger os representantes legítimos da classe trabalhadora, para representar os trabalhadores numa Câmara de Vereadores, numa prefeitura. Porque não adianta chegar na hora de uma eleição e dizer, nós somos isso, somos aquilo, se a gente não teve lá presente e não fez um trabalho voltado para os moradores e a classe trabalhadora num todo.<sup>257</sup>

Como se percebe, a relação político partidária, no caso dos metalúrgicos, dos bancários e dos comerciários sempre foi tratada com naturalidade. O engajamento dos diretores desse sindicato na vida partidária, ao menos até o final da década de 1990, foi muito forte. Orci Kühl chegou a ser presidente do Partido dos Trabalhadores durante um período e por diversas vezes assumiu a tribuna da Câmara de Vereadores como suplente de vereador.

No entanto, a relação com as correntes internas, tanto do PT como da CUT, nunca esteve bem resolvida na direção dos metalúrgicos. Na primeira metade da década de 1990, a direção dos metalúrgicos esteve ligada a CUT pela Base, coalizão que reunia tendências situadas a esquerda do PT, entre elas a Força Socialista, que num primeiro momento, vai ser a referência política de parte dos dirigentes.

<sup>256</sup> Gilberto Saraiva, entrevista nº. 3, realizada em 03/04/2008.

<sup>257</sup> Gilberto Saraiva, entrevista nº. 3, realizada em 03/04/2008.

[...] aqui começaram as guerras das tendências. Foi o pior momento, eu sempre dizia isso e era o cara sempre contestado, inclusive aqui no Sindicato e dentro da Federação, que as tendências em si elas não podiam se sobrepor ao ponto final que seria, por exemplo: nós vamos organizar uma greve, vamos organizar uma chapa para o sindicato. Então o que ocorreu com essas tendências? Os grupos, um batendo no outro, disputando as bases [...].<sup>258</sup>

Já na segunda metade da década de 1990, a referência passa a ser a Articulação de Esquerda - AE, no Partido dos Trabalhadores. A AE é uma tendência de forte expressão interna no Partido, com representação forte na Pastoral Operária principalmente no estado gaúcho, mas de pouca penetração no meio sindical. Provavelmente, derive desse fato a confusão nas relações políticas e indefinições teóricas pela qual passa a direção sindical nesse período. Confusão essa que se expressa na postura do presidente do Sindicato:

[...] aqui predominava a Articulação de Esquerda, e na época eu estava dentro da nossa Federação como independente. Porque lá eu fazia parte de outro grupo que queria construir a coisa de outra forma, e aqui eu não podia estar com a AE como eu gostaria porque eu era liberado pela Federação, pelos independentes. Então eu tinha que manter minha postura lá, por isso começaram a me queimar aqui dentro. Por duas ocasiões tentaram me passar a rasteira, me derrubar aqui no Sindicato, me tirar daqui. [...].<sup>259</sup>

Outro fato que pede uma maior atenção é o debate do papel dos sindicatos no novo sindicalismo que nega o assistencialismo médico/odontológico como função do órgão de classe sobre a ou de qualquer outra espécie de assistência que estivesse nas atribuições do Estado. Na concepção desse segmento do movimento sindical, o sindicato tem como função a defesa dos direitos dos trabalhadores nas suas mais diferentes formas, sendo um instrumento de luta política e econômica dos trabalhadores. Portanto, via de regra, quando as oposições sindicais ganhavam as direções sindicais, fechavam os departamentos médicos e/ou odontológicos, como foi o caso do Sindicato dos Bancários, por exemplo:

[...] eu sempre digo, na realidade em 1986 nós herdamos uma máquina de escrever, uma mesa, e um passivo trabalhista de um dentista, então a gente acabou [...] não tinha como manter aquele dentista [...] tem que acabar com o assistencialismo no sindicato, acabar com dentistas porque isso aí vai acabar nos matando, íamos viver só para sustentar o dentista e a nossa visão não era assistencialista, e ainda hoje se mantém essa visão, no sindicato não tem essas despesas com assistencialismo.<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> Gilberto Saraiva, entrevista nº. 3, realizada em 03/04/2008.

<sup>260</sup> Entrevista nº 8, Candido Machado realizada em 03/07/2008.

Mas não foi o que aconteceu com o Sindicato dos Metalúrgicos que acabou ampliando o atendimento médico e odontológico, ao contrário de outros sindicatos da mesma linha política, como o Vestuário, Bancários, Comerciários, que fecharam esses departamentos.

A realização de encontros festivos como bailes e saraus também fazem parte da tática da direção dos metalúrgicos para manterem um contato permanente com os trabalhadores sendo o mais importante deles o Baile dos Metalúrgicos que acontece anualmente no Dia do Metalúrgico. Alguns líderes sindicais e partidários sempre se fazem presente no Baile dos Metalúrgicos, como é o caso do Senador Paulo Paim (na época Deputado Federal), ex-presidente dos Metalúrgicos de Canoas e da CUT Estadual do Rio Grande do Sul.

Já no final da década de 1990, a diretoria do Sindicato muda seu perfil de atuação, mudança que fica evidenciada no fato de o Sindicato adquirir uma sede campestre e ali construir um complexo esportivo e de lazer. Uma estrutura com piscinas, churrasqueiras e campos de futebol. Este viés clubístico se juntou ao assistencialista e obrigou a entidade a se abrir e associar, para usufruir dos serviços de assistência médico/odontológico e dos espaços de lazer, pessoas não pertencentes à categoria dos metalúrgicos para manter financeiramente a nova modalidade de atuação. Assim, o Sindicato passou a atuar naquilo que sempre foi criticado pelo novo sindicalismo, o assistencialismo (que nunca deixou de existir) e o clube de recreação e lazer.

### **3.4 Sintravestuário: o “Atrelamento Sindical”**

Fundado como Associação em 1959<sup>261</sup> e transformado em Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas de Santa Cruz do Sul em 23 de dezembro de 1959, é possível supor que, atualmente, entre os sindicatos cutistas, o SINTRAVESTUÁRIO seja aquele de menor poder de mobilização e o que mais tem sofrido com a reestruturação produtiva.

Durante as décadas de 1970 e 1980, este Sindicato não tinha nenhuma atuação, não possuía nenhuma autonomia. A diretoria mantinha uma relação muito estreita com a maior

---

<sup>261</sup> Não foi possível precisar o mês de fundação da associação.



empresa do ramo na cidade e na região e a direção era composta, em sua maioria, por chefes de seção, encarregados desta empresa, a ARCAL. Não havia uma ação sindical eis que do forçava os trabalhadores de determinados setores a fazerem suas reivindicações diretamente com a direção da empresa, fragilizando a posição dos trabalhadores. Esse “atrelamento” era tão significativo que, quando um trabalhador assinava o contrato de trabalho com a empresa, já assinava junto uma ficha de sindicalização. A filiação ao sindicato era automática.

A atuação do Sindicato do Vestuário contrastava com o movimento sindical da época, que estava num momento de grandes lutas e greves. Em 1989, apoiada por outros sindicatos filiados à CUT, surge uma chapa de oposição. Provavelmente levados pelo entusiasmo e euforia que tomou conta dos trabalhadores naquele momento, pois havia os sindicatos de outras categorias fazendo grandes mobilizações, alimentados por um sentimento de mudanças no mundo do trabalho, uma situação diferenciada. Os trabalhadores de outras categorias estavam fazendo grandes movimentos, passeatas, piquetes nas portas de fábricas, e quando faziam nas fábricas do setor do vestuário muitos trabalhadores aderiam ao movimento e saíam em caminhada, mesmo sem o respaldo do sindicato.<sup>262</sup>

Com a eleição de uma direção sindical com um perfil combativo, ligado aos movimentos de esquerda e profundamente identificada com a CUT, aparecem muitas dificuldades no encaminhamento de questões junto ao setor empresarial que não fazia negociação com o sindicato. Uma dessas dificuldades está relacionada ao fechamento de acordos coletivos da categoria que passaram vários anos *sob judice* e como a principal fonte de arrecadação do sindicato estava atrelada ao acordo coletivo, a sobrevivência financeira foi comprometida.<sup>263</sup> Esse fato, aliado ao modelo de filiação sindical anterior, onde as empresas é que distribuía as fichas de associação ao sindicato e param de fazê-lo, e a situação de instabilidade do setor com uma rotatividade provocada pela quebra generalizada das empresas do vestuário, o sindicato passa por sérias dificuldades econômicas que compromete sua atuação e sua organização.

A década de 1990 inicia com uma crise econômica profunda. Em Santa Cruz o setor do vestuário é o mais atingido, nesta crise combinam-se fatores internos e externos do setor. A globalização, o crescimento da concorrência no mercado interno entre a produção nacional

---

<sup>262</sup> Greve Geral de 1987, Entrevista nº. 1, André Beck, realizada em 27/03/2008.

<sup>263</sup> “Trabalhadores do vestuário fazem primeiro acordo após cinco anos”. Gazeta do Sul, 13 e 14/05/1995, p. 22.

e a importada, por conta da abertura da economia brasileira para as importações provoca fechamento de diversas empresas do setor.

Este quadro de crise, se agudiza ainda mais a partir da implantação do Plano Real, em 1994. A valorização da moeda frente ao dólar e as altas taxas de juros determinaram uma brusca alteração das condições de competitividade da produção nacional, num mercado já submetido a uma intensa disputa.

O grande número de falências do setor leva a uma outra situação: a perda de dirigentes sindicais. Quando a empresa fechava, membros da diretoria que trabalhavam naquela empresa perdiam o vínculo empregatício que garantia a sua permanência na direção do sindicato. Essa situação gera um processo permanente de renovação da direção não deixando os trabalhadores alcançarem uma formação e uma maturidade maior em termos de compreensão do seu papel enquanto sindicalistas.

A reestruturação produtiva, que nessa época aparece com muita força, com novas tecnologias e novos métodos de produção, leva a uma grande redução do número de trabalhadores.

No Brasil, a intensificação do processo de reestruturação produtiva é observada a partir dos anos 1990, em meio à aceleração do processo de globalização da economia e da economia brasileira à competição internacional. O novo cenário aberto pelo mercado internacional passou a exigir produtos mais variados, e de melhor qualidade e a preços competitivos. Somada a isso, a adoção de políticas recessivas, de cunho neoliberal, levou a promoção, por parte das empresas, de profundas transformações em seus processos produtivos. [...]. (NAVARRO, 2004, p. 80-81).

As situações apontadas por Navarro ao analisar a reestruturação produtiva no setor do calçadista de Franca em São Paulo, esta presente na indústria do vestuário em Santa Cruz do Sul e coloca uma série de mudanças na organização do sistema produtivo em busca de maior produtividade através da redução dos custos de produção que resulta:

[...] em última instância, em uma maior intensificação do trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do emprego, em um quadro que uma precarização das condições e das relações de trabalho de uma parcela significativa da força de trabalho do país. (NAVARRO, 2004, p. 81).

Ao analisar as mudanças no sistema produtivo Antunes afirma que:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 1998, p. 41).

Isso causa um refluxo muito grande na organização sindical, pois, os trabalhadores passam a ficar na defensiva com a ameaça de desemprego. Por outro lado, a forma de organização da produção faz com que os trabalhadores tenham menos possibilidades de se relacionarem dentro do local de trabalho e isso dificulta a ação sindical na organização no local de trabalho.

Os dirigentes sindicais que estão liberados para a atividade sindical não conseguem se apropriar das mudanças ocorridas no interior da fábrica, de maneira a conseguir dar respostas a essas mudanças.

A implantação das novas técnicas de organização da produção (*just-in-time*, controle total da qualidade, *kanban*, grupos de trabalho, círculos de controle de qualidade etc.) é percebida pelos sindicalistas de duas maneiras. Por um lado, são consideradas um fator de exclusão do mercado de trabalho, pois tem provocado desemprego em vez de beneficiar os trabalhadores; sua implantação é autoritária e conduzida exclusivamente pela cúpula empresarial; também provoca conflitos entre os trabalhadores, pelo autocontrole estabelecido no interior da fábrica em busca de qualidade e produtividade. Além disso, os trabalhadores mais lentos e com menor escolaridade estão sendo discriminados. Por outro lado, reconhecem que a crise do setor requer uma reestruturação para aumentar as condições de competitividade, o que implica a necessidade de adoção de novas tecnologias. Essa permanência foi relacionada à própria ameaça do desemprego. Esperam, contudo, que seja possível reivindicar melhores salários, obter distribuição dos lucros/resultados, melhorar as condições de trabalho, de participação e de qualificação da mão-de-obra nesse contexto. Contudo, consideram que “a modernização é muito devagar, fazem mais é polivalência”, por meio de grupos de trabalho. (PICCININI; ANTUNES; FARIA, 1997, p. 205).

Porém, esse fator não pode ser considerado isoladamente. A quebra generalizada do setor faz o sindicato ficar muito preso a ações imediatas para liberação de créditos trabalhistas, seguro desemprego, etc., e não discutiu ou não se apercebeu do que estava acontecendo em relação as mudanças no processo de produção. Isso levou a uma perda de

controle da situação no que diz respeito às políticas implementadas, principalmente pela empresa que passou a comandar o setor tanto no mercado como nas relações de trabalho.<sup>264</sup>

A reestruturação produtiva faz parte de um conjunto de medidas no nível dessa empresa com a finalidade de aumentar a produtividade e vai desde novas formas de gerenciamento aos círculos de qualidade total. Segundo Navarro (2004, p. 84), “os CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de forma voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção. [...]”

De acordo com Pohl (2007, p. 206-207):

Com esse intuito, as empresas têm implementado novas propostas de gerenciamento da mão de obra, que enfatizam a cooperação através do trabalho em equipe e uma maior participação dos trabalhadores, o que torna disfuncionais os operários executores de rotinas repetitivas em um processo de produção invariável, onde persistem trabalhos menos qualificados e repetitivos. Para atender a essas demandas, as empresas estão tentando transformar a cultura dos locais de trabalho através de projetos e programas que podem ser divididos em programas culturais, voltados a uma maior participação e integração dos funcionários, e os que buscam sedimentar e difundir a nova cultura empresarial. [...] Inserem-se essas ações na vasta gama de programas de participação dos trabalhadores e visam a comprometê-los com o processo produtivo, estimulando formas de organização de trabalho e de tomada de decisão. Isso implica mudanças nas identidades sociais dos trabalhadores, que passam a ser definidas em termos do que tradicionalmente era desconsiderado nos ambientes produtivos, mas pertencentes à esfera da vida privada.

Incluem-se nisso o controle rigoroso do tempo dos trabalhadores, inclusive das “idas ao banheiro” e do cumprimento das metas de produção. Essa situação gera uma competição e uma severa e rigorosa cobrança por parte dos trabalhadores aos seus colegas que não acompanham o ritmo para o atingimento dessas metas. Normalmente essa cobrança mútua tem uma máscara no discurso de que se todos trabalham igual, todos produzem e todos ganham.<sup>265</sup> Para Navarro (2004, p. 116):

---

<sup>264</sup> Nos anos de 1980 havia uma concentração muito forte na produção de vestuário na Arcal que passa a enfrentar dificuldades no final da década. Já nos anos 1990, essa concentração é deslocada para uma outra empresa que, sendo a maior empregadora do ramo, dita a política salarial e de contratação da força de trabalho na região, inclusive com controle sobre o sindicato patronal que é por onde NÃO passam as negociações com o sindicato dos trabalhadores.

<sup>265</sup> Uma das grandes batalhas dos sindicatos, a participação nos lucros, acabou virando remuneração variável e se constituindo em muitos casos a maior parte da remuneração dos trabalhadores. O convencimento passa pelo discurso de que quanto mais for produzido, mais renda é auferida e o trabalho dividido em ilhas de produção onde todos dependem de todos. Se alguém faltar ou estiver fora do ritmo exigido, quebra a produção e diminui o rendimento de todos. Significa, na prática, que é proibido adoecer, faltar ao trabalho ou demorar na ida ao banheiro, etc..

[...] o trabalho em grupo, que pressupõem o pagamento por produção do grupo, torna-se uma forma eficiente de controle sobre o trabalhador sem que seja necessário manter-se um supervisor por seção, como era prática habitual. Os próprios companheiros de trabalho são levados a controlar o ritmo e a qualidade do trabalho produzido pelo grupo.

Troca-se assim, o *chicote* do capataz ou do gerente pela cobrança eficaz do próprio colega em nome de uma coletividade que só faz bem para o lucro da empresa. Aos “colaboradores” fica a demissão sem os créditos trabalhistas no caso da empresa resolver fechar as portas e ir em busca de outro lugar onde receba novos incentivos fiscais. Ou, ainda, as seqüelas das doenças oriundas de intensos esforços repetitivos provocados pela diminuição da força de trabalho, o que gera maior número de horas trabalhadas e pela aceleração dos movimentos em consequência do ritmo imposto pelos novos equipamentos.

De outro lado, terceirizações que fazem parte do processo de reestruturação produtiva, também reduzem o campo de atuação dos sindicatos. Os trabalhadores das empresas terceirizadas já não pertencem mais à categoria, mesmo desempenhando funções similares, quando ocorre a formação de cooperativas de trabalho e, em boa parte, de cooperativas fraudulentas. Quando não são fraudulentas, essas cooperativas não possuem nenhuma autonomia na medida em que trabalham produzindo peças para uma grande empresa e até mesmo com máquinas cedidas por essa empresa. Ou, até mesmo, como no caso das grandes empresas de confecção que mandam produzir partes das peças em fábricas em outros estados, um processo denominado *faccões*.

Outro problema enfrentado pela direção sindical dos trabalhadores no vestuário diz respeito a constantes ameaças de empresas locais de fecharem suas unidades ou ao menos diminuir a produção feita em Santa Cruz do Sul e instalarem suas fábricas em outras regiões do país com o argumento de que o sindicato corria os investidores por ser muito “radical”. Em matéria do jornal *Gazeta do Sul* do dia 31/03/1998 na página 11, a direção de uma grande empresa do ramo de confecções na cidade anunciou a abertura de uma unidade da fábrica em Vitória da Conquista na Bahia. Os diretores da empresa argumentam que era difícil resistir a proposta de incentivos do município e do governo baiano. Já na edição do dia 01/04/1998, página 15, em resposta a uma ação do sindicato que na tentativa de forçar a empresa abrir negociações a respeito do dissídio coletivo da categoria a direção da empresa afirma que “a pressão do sindicato influenciou significativamente a decisão da empresa em optar por um município da Bahia para instalar uma nova unidade fabril.”

Muito embora essas dificuldades enfrentadas pelo sindicato limitem sua atuação, as direções eleitas nunca deixaram de atuar fortemente na base do confronto com o setor econômico. Tendo sempre participado da luta geral dos trabalhadores, contribuem nas grandes mobilizações, nos debates sobre emprego e renda e nos conselhos municipais como saúde e trabalho e renda. E, junto com outros sindicatos têm grande participação em debates importantes na área de políticas públicas no município.

### **3.5 Fumo e Alimentação: o “Legalismo Sindical”**

O capital político adquirido pela CUT e a atuação dos sindicatos a ela ligados central durante os anos 1980 e mesmo nos anos 1990, faz com que ao falar de sindicalismo se dedique mais considerações em relação a pratica dessa central. No entanto o movimento sindical em Santa Cruz do Sul não pode ser analisado apenas sob a ótica cutista. Existem aqueles sindicatos como o do setor do fumo e alimentação, que embora tenha sofrido uma oposição muito forte por parte dos trabalhadores ligados a Central Única dos Trabalhadores, mantém uma diretoria que vem desde a década de 1970 e não se filia a nenhuma central sindical.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Santa Cruz do Sul recebeu a carta de representação sindical (reconhecimento pelo Ministério do Trabalho), em outubro de 1948. A data do recebimento da Carta Sindical é considerada como data oficial da fundação do sindicato, o que de certa forma demonstra a preocupação do sindicato com o legalismo em detrimento da verdadeira história de luta dos trabalhadores e de sua organização. O exemplo dessa preocupação com a questão oficial e seu caráter patrimonialista está na revista comemorativa do cinquentenário da entidade. A referida publicação destaca os feitos das sucessivas diretorias na aquisição e construção de patrimônio físico.<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> A revista comemorativa dos 50 anos do Sindicato do Fumo e da Alimentação faz uma recuperação histórica da atuação da instituição dividida em seis seções. A primeira trata da fundação do Sindicato, com foto dos fundadores e uma página de texto destacando o recebimento da Carta Sindical. Na página seguinte fotos da primeira sede. A segunda seção, também com uma página trata dos 18 anos da “era Roberto Hartungs” onde o principal destaque é a construção da sede própria. Já a terceira seção é a quem tem maior número de páginas (sete ao total), e destaca os 15 anos da “era Dorval Knak”. Esse é o período apresentado como o de maiores conquistas no plano da luta sindical, conquista e preservação dos direitos dos trabalhadores. Permanece o destaque para o patrimônio da entidade. Nas demais seções, uma retrata o período da gestão de Sérgio Pacheco, 1996 até a publicação da revista em uma página, onde o destaque é a assistência médica e odontológica e a prestação de inúmeros serviços aos associados; nas demais páginas aparecem uma galeria dos ex-presidentes e a relação das composições das diretorias desde a fundação até a gestão 1996/2001. SINDICATO DOS

Já a preocupação com o formalismo e o “legalismo” em suas ações fica expressa na primeira assembléia, realizada em 07 de dezembro de 1947, onde é aprovada a transformação da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo de Santa Cruz do Sul em sindicato.<sup>267</sup> Nessa assembléia estavam presentes a representação do Ministério do Trabalho, Alcides Pereira Paixão, que presidiu a assembléia, e o presidente da Federação da Alimentação, Manoel Tavares.

A seguir usou a palavra o Sr. Francisco Belmiro de Mattos Topin Fº. expondo a finalidade do sindicato e os direitos e deveres dos associados, tendo sido ouvido com toda a atenção dos presentes. Ainda fez uso da palavra o Sr. Manoel Tavares que disse não ser permitido no seio do sindicato propaganda política partidária ou religiosa, que por todos os meios fossem evitados os contatos com elementos perturbadores da ordem, e que as reivindicações dos associados sendo justas, seriam pleiteadas pelo sindicato.<sup>268</sup>

A partir de 1957, o Sindicato passa a ter longos períodos a mesma pessoa na presidência. O primeiro é Roberto Adolfo Hartungs, que preside a entidade de 1957 até o seu falecimento em 1975, quando assume a presidência Güinter Jaeger, que permaneceu no comando até 1981. No ano de 1981 assume a direção Dorval Knak, que já fazia parte da direção desde 1967 e fica na presidência até 1986. Nesse ano, na seqüência, Sérgio Pacheco assume e permanece até os dias atuais na presidência.<sup>269</sup>

A principal característica do Sindicato da Alimentação, como é popularmente conhecido, está na sua atuação assistencialista. É onde os diretores têm mantido boa parte de seu prestígio, conseguindo assim se manter na direção por longos anos. O sindicato oferece assistência médica, odontológica e jurídica para seus associados, além de vários convênios e chegou, em determinados momentos, a oferecer essa assistência a outras categorias mediante convênio com outros sindicatos. Talvez por conta dessa atuação na área da saúde, tenha levado o sindicato a ter uma participação efetiva no Conselho Municipal da Saúde e na

---

TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO FUMO E DA ALIMENTAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL. 50 Anos: Uma trajetória de lutas e conquistas. Santa Cruz do Sul, outubro de 1989.

<sup>267</sup> Quando a Associação recebe sua “investidura sindical” tem a seguinte diretoria. Presidente: Hugo Guilherme Muller; Secretário: Francisco Belmiro de Mattos Topin Fº; Tesoureiro: Oscar Trarbach.

<sup>268</sup> Trecho da ata de assembléia geral da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo de Santa Cruz do Sul, realizada em 07 de dezembro de 1947. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

<sup>269</sup> Hartungs permanece na presidência do Sindicato por 18 anos, Dorval Knak compõe a direção por 34 anos sendo o presidente por 15. Sérgio Pacheco atual presidente é diretor desde 1984, 24 anos, preside o sindicato desde 1996, 12 anos, e seu mandato vai até 2011 quando completara 15 anos dirigindo a entidade sindical. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

discussão da saúde do trabalhador. Em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Bancários realizaram vários seminários entre 1995 e 2000 sobre doenças ocupacionais desencadeando a discussão e implantação sobre um centro de referência em saúde do trabalhador no município e depois na região.<sup>270</sup>

Possivelmente, por ser o maior sindicato de trabalhadores da região e ter um orçamento maior que muitas prefeituras da região, é o que teve o maior número de eleições com disputa desde a sua fundação. Possuidor de uma estrutura física e financeira que desperta o interesse de todas as correntes políticas que atuam no movimento sindical e de forma muito freqüente essas correntes se mobilizam e buscam entre os trabalhadores do setor adeptos para disputar a direção.

Pode-se afirmar que entre todas as disputas que ocorreram uma marcou a história dessa entidade; a eleição que aconteceu em 1991 em que ocorre uma cisão na direção e um grupo passa para a oposição, vários dos trabalhadores que participaram desse processo pela chapa de oposição que perdeu a eleição acabaram demitidos logo após terminar suas estabilidadees. Esses dirigentes eram aqueles que tinham uma afinidade maior com a Federação Estadual da Alimentação, essa filiada a Central Única dos Trabalhadores. Após a eleição o sindicato se desliga da Federação e junto com outras entidades em outros estados, cria a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo.<sup>271</sup>

### **3.6 SINPROM - “Não ofendam o Prefeito”**

O setor público municipal se divide em duas organizações: o Sindicato dos Funcionários Municipais e o dos Professores Municipais - SINPROM. Estes sindicatos surgem após a possibilidade de sindicalização dos servidores públicos legitimada pela Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã. O Sindicato dos Municipários tem uma trajetória em que suas lideranças mais destacadas estão quase sempre vinculados ao partido do Prefeito municipal e enfrentou muitos problemas éticos nos últimos anos, chegando a ter dois presidentes afastados ou cassados da direção da entidade.

---

<sup>270</sup> Entrevista n°. 7, João Costa, realizada no dia 03/07/2008.

<sup>271</sup> A discussão sobre a fundação de uma federação Nacional de Trabalhadores nas Indústrias do Fumo, já tinha ocorrido em 1963, mas é em 15 de dezembro de 1992 que efetivamente a federação é criada. Arquivos Sindicato da Alimentação.



O Sindicato dos Professores Municipais teve uma atuação já mais de confronto com a administração do município, chegando a realizar algumas greves logo no início de sua trajetória. Na política institucional político-partidária, os dois sindicatos tiveram forte presença na década de 1990, inclusive elegendo vereadores. O presidente dos Municípios concorreu pelo PDS em 1992 e Alberto Heck e Vera Aires ambos do Sindicato dos Professores Municipais, concorreram pelo Partido dos Trabalhadores. O presidente do SINPROM é eleito vereador em 1996 pelo PT.

O SINPROM teve sua origem na Associação dos Professores Municipais criada em 1987<sup>272</sup> que em 13 de maio de 1989 vai definitivamente se transformar em sindicato através de assembléia realizada com a presença de 52 professores(as).<sup>273</sup> Nessa assembléia foram aprovados os estatutos do futuro sindicato e a sua forma de sustentação financeira, definindo-se pelo pagamento de 2% da remuneração de cada professor.

A fundação do Sindicato dos Professores Municipais ocorre logo após a promulgação da Carta Constitucional de 1988 e desde o seu nascedouro, ou até antes quando ainda era uma Associação, assume uma postura de duro embate com a administração municipal. Mas também enfrentou resistências internas do funcionalismo municipal e mesmo dentro da categoria por conta da proximidade com o poder público municipal que atua através de uma política clientelista e até repressiva, na medida em que segundo as palavras de uma das lideranças de maior expressão da categoria, duas forças políticas se revezam no comando do município e todas as duas tem uma forte conotação conservadora.

Eu entrei no magistério municipal em 1986, (naquele ano começaram a contratar, não existia Concurso Público ainda aqui na prefeitura de Santa Cruz) e por coincidência naquele ano iniciou um processo de mobilização dos professores municipais a partir de algumas lideranças de uns professores que trabalhavam em escolas [...] a partir da Associação dos Professores Municipais por que não era permitido ainda a sindicalização aos servidores públicos. Então em 1986 inicia esse processo e felizmente eu tive assim, a presença, a proximidade de pessoas que já participavam destas discussões e que acabaram nos convidando e nos levando a nos engajarmos nesse processo de discussão. Então foi uma coisa bem simples, bem amadora até ingênuo em alguns aspectos, o início do processo de discussão. O ano de 1986, poucos anos depois da abertura política, então não havia muito espaço para manifestações, para a própria organização, até porque a pressão que existia aqui, o

---

<sup>272</sup> Entrevista n.º 5, Alberto Heck, realizada em 27/05/2008.

<sup>273</sup> A primeira diretoria ficou assim composta: Presidente: Vera Lúcia Ayres; Vice-presidente: Senio Voese; Secretário Geral: Renato de Araújo; 1ª Secretária: Jacira Fátima Segatto; 2ª Sec.: Maura Heloísa Angé Tybusch; 1ª Tesoureira: Hedi Inês Jacobs; 2º Tesoureiro: Renato Luiz Baumgarten; Suplentes: Maria Geci Ayres; Luiz Pedro Specht; Alberto João Heck; Regina da Silva; Teresinha Leci da Silva; Leonice T. de Oliveira, Elisabete Barreto da Silva.

fato de ser uma cidade politicamente muito tradicional existia ali o PMDB, PT e a ARENA. O PMDB e a ARENA, na verdade é que se revezavam no poder, uma força, com uma superioridade muito grande das forças conservadoras ligadas a Arena e dentro da própria administração municipal existia uma pressão muito grande [...].<sup>274</sup>

A resistência dentro do funcionalismo se materializa em uma greve dos professores municipais em 1988.

[...] eu lembro que no início da nossa mobilização logo lá adiante em 1988, nós vamos fazer uma greve de 10 dias só dos professores municipais, e nós fizemos uma caminhada pela rua central. Quando nós passamos do lado da Secretaria da Agricultura o pessoal que estava na frente da passeata foi atingido por ovos e tomates atirados pelos próprios colegas servidores da Prefeitura Municipal Para ver como funcionava a pressão e a vinculação política, eram os contratados e os controles tinham um peso político muito grande. Então o pessoal sentia aquilo como uma ofensa ao prefeito, ao patrão deles, e no caso dos servidores municipais acabaram agredindo os professores durante essa passeata. Nós relevamos isso porque nós apostávamos que em um determinado momento se o nosso movimento vingasse, a consciência sindical, a consciência política dos servidores municipais também mudaria bastante [...].<sup>275</sup>

O Sinprom se mantém em uma linha de atuação independente em relação às de centrais sindicais e com pouca participação nas questões mais gerais da luta dos trabalhadores. Muito embora, tenha vários de seus dirigentes ligados ao Partido dos Trabalhadores e, sempre desde a sua fundação, tenha algum dirigente concorrendo a vereador pelo partido e sendo bem votados. A sua pouca participação nos movimentos de outras categorias nunca impediu que o movimento sindical local, cutista ou não, manifestar apoio quando os professores municipais estavam em rota de colisão com a administração municipal, ou em alguma campanha por melhoria de salários e de condições de trabalho.

[...] é importante destacar que havia uma ligação muito grande. Nessa mobilização nós tivemos muito apoio dos sindicatos de Santa Cruz do Sul principalmente bancários, metalúrgicos, vestuário, comerciários. Nós temos inclusive diversos documentos, manifestações de apoio do Sindicato da Alimentação, então todos os sindicatos apoiavam a luta dos professores. Uma demonstração que existia essa consciência dentro do movimento sindical, da importância da educação dentro do processo de formação da cidadania. E também, ninguém é ingênuo também de não dizer, dentro do próprio processo de construção política de Santa Cruz do Sul.<sup>276</sup>

O Sinprom não mantém participação nos conselhos municipais a não ser o de Educação. Essa postura contrasta fortemente com a de outros sindicatos que buscam de forma

<sup>274</sup> Entrevista n°. 5, Alberto Heck, realizada em 27/05/2008.

<sup>275</sup> Entrevista n°. 5, Alberto Heck, realizada em 27/05/2008.

<sup>276</sup> Entrevista n°. 5, Alberto Heck, realizada em 27/05/2008.

contundente esse meio de representação e de participação dos trabalhadores na discussão das políticas públicas.

### **3.7 Outras categorias organizadas**

Importante destacar ainda as representações de sindicatos estaduais que são as delegacias, ou apenas representantes no local de trabalho, entre eles dos professores e funcionários de escola estaduais através do Núcleo do CPERS Sindicato, o dos trabalhadores na Previdência Social, da Justiça Estadual e da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. Bem como dos Professores em Escolas Particulares - Sinpro e dos Trabalhadores em Administração Escolar - SINTAE, dos Trabalhadores Eletricitários, Telefônicos, Correios, Corsan.

O Sindicato dos Trabalhadores da Fumicultura- Sintrafumo, é resultado da ação de alguns plantadores de fumo que não concordavam com a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Para os agricultores, essas duas entidades não representavam os trabalhadores e estavam a serviço das grandes empresas do setor fumageiro. O SINTRAFUMO teve uma vida curta<sup>277</sup>, mas foi o único que, nesse período, fez um enfrentamento direto com as multinacionais que atuam no país no processamento do fumo para exportação e na fabricação de cigarros.

O SINTRAFUMO foi um sindicato de produtores de fumo em regime de agricultura familiar de abrangência nacional, mas exerceu uma forte influência no sindicalismo urbano de Santa Cruz do Sul, com uma atuação destacada na discussão das condições de trabalho dos agricultores do fumo e por melhores preços. Nunca descuidou de temas da política institucional, tanto no município e região, mas como também na política nacional. Entre as demandas apresentadas pelo sindicato estava a contrariedade pela reforma constitucional, proposta pelo Governo Itamar Franco e posteriormente por Fernando Henrique Cardoso. Em 1992, um dos dirigentes do sindicato é eleito vereador<sup>278</sup> pelo Partido dos Trabalhadores e em 1994 o presidente da entidade concorre a Deputado Federal pelo mesmo partido.

---

<sup>277</sup> O SINTRAFUMO é fundado em 15 de setembro de 1989 e dura até 1995.

<sup>278</sup> O tesoureiro do Sintrafumo é eleito vereador de Santa Cruz do Sul em 1992 e de lá para cá vem sendo reeleito sucessivamente, ao mesmo tempo em que se afastou do movimento sindical.

Existe ainda o Sindicato dos Trabalhadores no Mobiliário e Construção Civil, que fez uma importante greve do setor em Santa Cruz do Sul em 1986, bem como, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Borracha e também dos trabalhadores da Saúde.

Um fator importante a ser observado na organização sindical de Santa Cruz do Sul é uma associação entre vários sindicatos do município que durou por cerca de dez anos. Essa experiência, chamada de Intersindical, teve início por volta de 1988/89 e serviu como ponto de apoio para diversas atividades desenvolvidas pelos sindicatos, principalmente daqueles ligados à Central Única dos Trabalhadores. Um dos resultados dessa associação foi a organização da imprensa sindical que se materializava através de um jornal chamado Peleia. Através das páginas deste jornal sindical se pode perceber muito da disputa política local e as principais bandeiras de luta dos trabalhadores, bem como de forma criativa a utilização da cultura como instrumento de mobilização e de luta. Junto com o jornal, o movimento sindical produzia o programa de rádio Peleia no Ar, que era apresentado semanalmente aos sábados pela Rádio Santa Cruz AM e que tinha a mesma linha editorial do jornal.

Da experiência do Jornal Peleia e dos programas de rádio Peleia no Ar, surge a idéia da formação de uma rádio que onde o movimento sindical e popular pudesse fazer chegar a população e em especial as trabalhadores os pleitos e os debates travados no meio sindical. A materialização dessa idéia acontece com a criação da Associação Cultural de Integração Comunitária em 1997. A ACICOM em 1998 leva ao ar em fase experimental a Rádio Comunitária de Santa Cruz do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar estabelecido no Brasil em 1964 impôs sérias dificuldades para a organização da classe trabalhadora. No entanto, no final da década de 70, o movimento sindical brasileiro reage e sai do estado de silêncio a que é submetido pela repressão governamental. Durante a década de 80 experimenta uma ascensão que vai até o começo dos anos 90. Essa ascensão ia claramente de encontro com o que acontecia com os movimentos sindicais na Europa, Estados Unidos e, até mesmo, alguns países da América Latina, que desde a metade da década de 70, enfrentavam uma crise sindical. Segundo alguns analistas, a crise citada foi provocada pelo programa neoliberal implantado a partir de governos identificados com as teorias liberais de Hayek.

A ascensão sindical, que vinha acontecendo no Brasil, deu-se inicialmente nas cidades de maior concentração industrial. Embora tendo iniciado no ABC paulista, principal foco do movimento dos trabalhadores na resistência contra a ditadura militar e de mobilização pela abertura política, as ondas provocadas pelo referido movimento se fizeram sentir em todo o país, alterando sobremaneira as relações sociais estabelecidas até então. As movimentações feitas pelos trabalhadores, a partir do ABC paulista, contribuíram para a reabertura política representada pela volta dos exilados pelo regime militar e o restabelecimento do pluripartidarismo.

Com a possibilidade de existência de mais partidos iniciam-se as articulações para a formação de um partido de trabalhadores: surge o PT. Em seguida, em 1983, o movimento sindical constituiu a Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Ao longo dos anos seguintes, essas duas organizações tornaram-se importantes referências para os trabalhadores.

Na cidade de Santa Cruz do Sul, o PT foi fundado por jovens santa-cruzenses estudantes da Universidade Federal em Porto Alegre e também de estudantes da FISC (Faculdades Integradas de Santa Cruz), seguindo manifestações que ocorriam nos grandes centros. O PT participou das eleições de 1982 e em seguida, quase desapareceu. Ele foi mantido por militantes, que por estudarem na capital, traziam informações das correntes políticas internas do Partido, expostas em jornais como: O Trabalho, Em Tempo e a Voz da Unidade. O Partido manteve-se vivo graças a ação de um pequeno grupo que guardou a sua documentação e, mais tarde, retomaram a organização.

Esses jovens militantes organizaram a campanha pelas Diretas Já em 1984, dando outra dimensão para o movimento de esquerda na cidade, principalmente com a aproximação de lideranças que estavam em outros partidos e mais tarde vieram a filiar-se ao PT. No entanto, é fundamentalmente importante salientar que foram as greves de 1985, a do magistério público estadual e a dos bancários, que estabeleceram uma nova situação no panorama político da cidade e na organização sindical.

É possível afirmar que uma nova cultura sindical teve início no município a partir dessas movimentações, não só pelo caráter reivindicatório, mas também pela participação em pleitos eleitorais, com os sindicatos apoiando a eleição de vários candidatos a vereador, principalmente de 1988 em diante.

Segundo o entendimento de alguns dos primeiros líderes do Partido dos Trabalhadores, era de fundamental importância ganhar as direções sindicais para poder, com isso, organizar o PT na cidade. O meio mais indicado era montar oposição ao maior número de direções possíveis. É nesse movimento que se percebe as disputas sindicais, não raro com vitória de grupos de oposição ligados ao projeto político partidário de esquerda. Reside nessa estratégia o crescimento do PT nos anos de 1986/88, quando elege a sua maior bancada de vereadores na cidade, todos oriundos do movimento sindical.

O PT lançou candidatos à vereança de diversas categorias naquele ano: diretores dos Sindicatos do Fumo e Alimentação; dos Trabalhadores Rurais; presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários; vice-presidente do CPERS; duas lideranças da Construção Civil. Além desses dirigentes sindicais, candidataram-se vários outros militantes de diversas categorias. Um deles foi Doríbio Grunewald (advogado trabalhista e assessor de diversos sindicatos) e outro, o candidato a vice-prefeito, que era vinculado Sindicato dos Metalúrgicos. Já o presidente do Sindicato da Alimentação, concorreu pelo PMDB e, assim como ele, outros líderes sindicais o fizeram.

A participação de líderes sindicais no campo político institucional, como representantes eleitos, alterou a qualidade da política pública, pois passaram a gerar no legislativo municipal uma preocupação maior com as questões relacionadas à segurança no trabalho, transporte público, saúde do trabalhador, acesso à moradia, entre outras demandas. Esta representação não se restringe apenas à disputa para cargos no Legislativo Municipal,

acontece também através da participação nos conselhos municipais (prerrogativa aberta com a Constituição de 1988).

Assim, pode-se concluir que, em Santa Cruz do Sul, o crescimento do PT está diretamente ligado a atividade militante de lideranças no seio dos trabalhadores, que disputam e vencem eleições sindicais utilizando-se do discurso do Novo Sindicalismo. Aliás, pregando uma maior combatividade em relação às questões do mundo do trabalho, discurso esse que encontrou eco nas mais diferentes categorias. A ascensão do movimento sindical, também é fruto de uma relação intrínseca de seus dirigentes com importantes lideranças partidárias estaduais e nacionais ou ainda, da absorção das teorias retiradas das páginas dos jornais e materiais divulgados pelas correntes políticas que compunham o PT.

É inequívoca a relação entre as grandes mobilizações e greves e o surgimento de novas e potenciais lideranças sindicais, demonstrada nas greves dos bancários, da construção civil e dos rodoviários. Muitos dos dirigentes sindicais e partidários surgiram nessas greves e tiveram participação ativa na construção do PT e do sindicalismo em Santa Cruz do Sul. Essa construção passa ainda por outros espaços. Conquistadas as direções sindicais, era momento de avançar na organização e direção das Associações de Moradores, construir vínculos populares nos locais de moradia o que fortaleceu organização sindical e a participação do PT na cidade.

A atividade empreendida pelos dirigentes no sentido de construir sindicatos combativos e um partido que representasse a classe trabalhadora encontrava um clima político nacional favorável a essa construção. O ambiente ficava por conta da abertura política e a expectativa em relação a nova Carta Constitucional, pois abriu-se a possibilidade de eleger o Presidente da República pelo voto direto depois de quase 30 anos.

É quase consenso da literatura especializada, que o movimento sindical viveu (ou ainda vive) uma profunda crise a partir do começo da década de 90, pois não se verificou o mesmo crescimento da atividade sindical da década anterior. A referida crise, geralmente, é associada ao processo de implantação do programa neoliberal no Brasil, que começou com a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República e teve seu ápice com o governo de FHC em dois mandatos consecutivos.

É inegável tal influência no estabelecimento da crise sindical, visto que, todos os aspectos tidos como elementos que compunham o projeto neoliberal se faziam presentes nos programas de governo de Collor e, mais tarde, nos de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o programa neoliberal não se resume as ações de governo, pois o neoliberalismo estava presente nos mais diferentes espaços públicos e/ou privados. Ele vai da inovação tecnológica à reestruturação produtiva (novas formas de gerenciamento da produção, programa de metas, escalonamento da produção, remuneração por produtividade, aumento de produtividade, controle de qualidade, etc.), nas mais poderosas empresas multinacionais ou nas pequenas indústrias locais, aos programas de privatizações e ao enxugamento da máquina administrativa nas diferentes esferas governamentais.

No entanto, atribuir apenas ao neoliberalismo o desmonte do sindicalismo brasileiro e mundial é desconhecer ou não querer enxergar os próprios problemas, ainda que se reconheça o poder nocivo por ele demonstrado na última década do século XX. Ao não olhar de frente as próprias limitações, cria-se a falsa idéia de que o problema é externo e demonstra a falta de elaboração teórica que enfrente esses problemas e oriente a prática sindical. Justificou-se, então, o desinteresse dos trabalhadores por suas organizações ao desemprego causado pelas constantes crises econômicas e ao processo de mudanças no perfil do emprego.

Com isso, não se está minimizando o efeito devastador provocado pelo neoliberalismo no sindicalismo mundial, nacional e local, pois os números referentes ao emprego mostraram isso, atingindo principalmente as mulheres trabalhadoras. A situação de desemprego interferiu de forma decisiva na participação nas atividades sindicais, pois os trabalhadores, mesmo quando ameaçados nos seus direitos e mais, a perspectiva de ficar sem o trabalho, não os motivavam a atender ao chamamento dos sindicatos. A constante ameaça do desemprego e, até mesmo a redução de algumas categorias, como vestuário e bancários foram fatores preponderantes de não participação efetiva da classe trabalhadora no sindicalismo em toda a década.

O desemprego leva a uma sistemática redução de possibilidades de renovação e/ou de surgimento de novas lideranças o que contribui, de certa forma, para a manutenção prolongada de direções sindicais. Elas vão se acomodando com o tempo em seus cargos e tocando o dia a dia com muitas tarefas, reuniões, leituras diárias dos jornais e atendimentos corriqueiros, “um cotidiano muito atribulado”.



Não se pretende dizer com isso, que as direções sindicais devam ser trocadas periodicamente. Sendo estas atuantes, encaminham lutas e demandas da categoria, não havendo necessidade de mudanças e a continuação poderá ser benéfica. Mas, nem sempre é o que ocorre. É necessário que se entenda também, que o encaminhar das demandas não significa estar desenvolvendo um trabalho voltado apenas para as questões corporativas, pois as ações desenvolvidas, que dizem respeito à saúde pública, educação, transporte e outras de ordem pública e abrangente, visam a melhoria da condição de vida geral da população e tem reflexo direto sobre a categoria representada.

Os sindicatos participantes da pesquisa têm demonstrado preocupações com as questões que envolvem o cotidiano da comunidade local. Isso, independente da linha política ou ideológica a que se filiem. E assim, participam de estruturas onde se debate e encaminham soluções para os problemas que afetam de forma direta os seus representados.

Durante a década de 90, o movimento sindical procurou estar presente nos conselhos municipais como forma de garantir espaço e direitos para os trabalhadores. O Conselho Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul foi eleito pelo movimento como sendo o de maior prioridade para a sua ação. Sua presidência foi ocupada por integrante dos sindicatos de trabalhadores, nos últimos 10 anos. Outros conselhos também são considerados importantes e estratégicos, como é o caso, dos Direitos da Mulher, de Transporte e o do Trabalho.

No entanto, a participação dos sindicatos nos referidos espaços, mesmo tendo alcançado algumas conquistas para a classe no que diz respeito a políticas públicas, melhorias no transporte urbano, nas questões de saúde, não tem obtido resultados significativos quanto a mobilização dos trabalhadores para que lutem, mesmo que seja apenas para manutenção de direitos. As participações de trabalhadores em atos públicos, em assembleias das categorias, ainda que em campanha salarial, são de pouca adesão, com raríssimas exceções.

Comparando-se aos anos 1980 (período de ascensão das mobilizações) com os anos 1990 (período da crise sindical), percebe-se, ao menos em Santa Cruz do Sul, que a real participação dos trabalhadores não foi mais numerosa no primeiro, com exceção de bancários e magistério estadual, que organizaram e participaram em maior número de atividades (greves, ou outras mobilizações). As demais categorias também realizaram fortes

mobilizações, porém de forma muito esporádica, mas algumas muito contundentes como os trabalhadores da construção civil, em 1986.

A maioria das lideranças sindicais mais expressivas, ainda nos dias atuais, surgiu no período das greves e grandes mobilizações da metade dos anos 80 e mantiveram-se nas direções sindicais. Isso, pela atuação destacada e em muitos casos pela dificuldade de formação de novos líderes. Os entrevistados expressam em suas falas a dificuldade de encontrar pessoas dispostas a comporem as chapas, nos períodos eleitorais dos sindicatos, o que é verificável também, na “ausência” de chapas de oposição, demonstrando o desinteresse pela atividade sindical e a pouca importância dada à condução política e administrativa da entidade. A longa permanência a frente das organizações favorece outra situação que aparece em alguns relatos dos entrevistados, a centralização de decisões nas figuras mais expressivas nas direções sindicais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o movimento sindical precisa reencontrar o caminho perdido, refazer sua trajetória, no sentido dos trabalhadores voltarem a se reconhecer nas suas organizações. Por que, ao que tudo indica não se vive uma crise, mas sim uma reconfiguração do modelo capitalista. O movimento sindical de esquerda não teve condições de se apropriar dessa reconfiguração e elaborar teoricamente para fazer frente aos novos desafios. Foi pautado pelo modelo neoliberal, e não conseguiu se contrapor, ficou na defensiva e os trabalhadores foram ganhos pela propaganda fácil do "novo" liberalismo. Para que isso aconteça é necessário haver uma maior aproximação entre academia e movimento para aprimorar a formulação teórica que dê suporte e sustente, a ação coletiva dos trabalhadores.

A ação coletiva é resultado da atuação sindical, na reivindicação salarial, por melhores condições de trabalho, nas disputas por políticas públicas em favor dos trabalhadores, e tem reflexos diretos na economia local e regional. No que diz respeito ao desenvolvimento regional, pode-se concluir que existe uma forte relação entre a atividade sindical e o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Pois, o resultado do desenvolvimento econômico e social deve ser estendido a todos os membros de uma comunidade. Para que isso aconteça, entra em ação o movimento sindical garantindo ou disputando uma melhor participação dos trabalhadores nos benefícios proporcionados por esse desenvolvimento.

A pesquisa que resultou nesta dissertação chama a atenção para a questão do movimento sindical na região como objeto de estudo histórico e social e a relação com o desenvolvimento regional. Constatamos que a condição de classe dos trabalhadores foi e continuará sendo importante fonte de pesquisa, pela sua importância enquanto agentes catalisadores de uma identidade regional.

O caminho está aberto. É importante afirmar a necessidade de mais e novos estudos sobre os trabalhadores e suas organizações representativas. A partir das fontes e documentos encontrados em diversos arquivos pessoais de ex-dirigentes sindicais, dos sindicatos e no CEDOC da UNISC outros pesquisadores poderão desenvolver o que não está respondido neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, vol.: n. 15, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, vol.: n. 19, 2002.

AMADOR, F. S.; SANTORUM, K. M. T. Universidade, movimentos sociais e políticas públicas em saúde do trabalhador: potencializando redes. In: MERLO, A. R. C. (Org.). *Saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ANDERSON, Perry. "Além do Neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (Org.) *Pós-Neoliberalismo, as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: \_\_\_\_\_. SILVA, Maria A. Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5. ed. Campinas-SP: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. As dimensões da crise do mundo do trabalho. In: O Olho da História: *Revista de História Contemporânea*, v. 1, n. 4. Salvador, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira 1978-1980*. Campinas: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado em história, 1991.

BERNARDO, João. *Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?* São Paulo: Crítica Marxista, v. 1, n. 4. 1997.

BOITO JR., A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical*, Campinas-SP: Unicamp, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRUNO, Lucia Barreto. *O Que é Autonomia Operária*. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

CARDOSO, Adalberto M. *O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n. 48, p. 97-119, julho 1997.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Editora fundação Getulio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CATTANI, Antonio David. *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. SM Cultura - Porto Alegre: Palmarinca, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Avaliação externa da política nacional de formação da CUT. São Paulo: Xamã, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Crise e desenvolvimento na América Latina: perspectivas de estabilização e de retomada do desenvolvimento - programa de pesquisa e formação sindical. São Paulo: DESEP/CUT/IRES/CGIL, 1992.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Caderno de Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT realizado de 4 a 8 de setembro de 1991 no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo (SP).

CHESNAIS, François: *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORREIO DO POVO. (Arquivo do Correio do Povo).

COSTA, Sílvio. *Tendências e Centrais Sindicais - o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia: Editoras Goiânia/São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

CRUZ, Antônio. *Janela Estilhaçada: A Crise do Discurso do Novo Sindicalismo*. Porto Alegre: Vozes, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 O silêncio dos vencidos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Esquerda e o Movimento Operário: A Reconstrução 1964-1984*. v. 3. Belo Horizonte: Oficinas de Livro, 1991.

FÜNCHTNER, Hans. *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Palmarinca, 1980.

GAZETA DO SUL de 1960 a 2000. (Biblioteca central da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC).

GENNARI, Emilio. *Automação, terceirização e programas de qualidade total*. São Paulo: CPV, 1997.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical - a central neoliberal - de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. *CUT, Por dentro e Por Fora*. Petrópolis: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Que É Estrutura Sindical*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

GLASENAPP, Iara Garcia. O fundopem e seus propósitos dentro das estratégias de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul. Monografia de conclusão de Curso de Pós-Graduação em Gestão Fazendária PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Educação a distância especialização em gestão fazendária. 2005. Documento disponível em: <<http://www.escolanarede.sefaz.rs.gov.br/webpart/public/itemvisualiza.aspx?itemid=3a554d7a-5e1a-42b4-963f-85f36335bab7>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2009.

HAYEK, F. A. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios, 1875-1914*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989, 2. Edição.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. *A era do capital, 1848-1875*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: USP, n. 25, 1995.

JINKINGS, Nise. As formas contemporâneas da exploração do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LOCKE, Richard M. O futuro das relações de trabalho e de emprego. In: *O futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: CNI - Ed. Campus, 1999.

LOBATO, Mirna Zaida. O perigo vermelho: comunismo e anticomunismo na experiência operária dos trabalhadores da carne (BERISSO, 1930-1943). In BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (Org.). *Cultura de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-130)*. Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical: entre o Conformismo e a Crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MARÇAL, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.

MARTINS, Heloisa H. T. S. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. "Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais". In: *Universidade & Sociedade*, ano 4, n. 6, fev/94, p. 6-20.

NARDI, Henrique C. *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS 2006.

NOGUEIRA, Claudia Manzzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

NORONHA, Andrius Estevam; CADONÁ, Marco André. A centralidade da FIERGS no processo de formação da classe industrial gaúcha nos anos noventa. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, p. 21-42, 2005.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves nos anos 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à Brasileira*. In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (Orgs.) *Pós-Neoliberalismo, as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento Sindical no Brasil 1850-1997: Trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

PELEIA - Jornal Intersindical editado pelos sindicatos dos Bancários, Comerciais, Metalúrgicos, Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha, Sindicato dos Fumicultores e CPERS.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa Pátria: história das lutas dos operários para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

PICCININI, V. C.; ANTUNES, D. E.; FARIA, S. M. Estratégia sindical dos trabalhadores do setor calçadista. In: LEITE, Márcia de Paula (Org.) *O Trabalho em Movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

PRUNES, Cândido. *Mont Pèlerin*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

POHL, Hildegard Hedwig. Sociabilidade operária: as influências do trabalho industrial na perspectiva de gênero. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2007.

RALLE, Michel. A Festa Militante: o espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha. 1850-1920). In: BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (Org.). *Cultura de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RIO VALE JORNAL. (Arquivo do Sindicato dos Bancários).

RODRIGUES, Leôncio Martins. Perspectivas para o sindicalismo no século XXI. In: *O futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*. Os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: CNI - Ed. Campus, 1999.

RODRIGUES, José Rodrigo. *Dogmática da liberdade sindical: direito, política e globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROSSETTO, Miguel. *A proposta do movimento sindical*. São Paulo: Teoria & Debate, 1993.

SEGATO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. *Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC, 1988.

SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SINGER, Paul.. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas* São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1988.

SKAMVETSAKIS, Adriana. Gestão compartilhada e humanização em saúde do trabalhador. *Boletim da Saúde*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.esp.rs.gov.br/img2/v20n2\\_18GestCompartil.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img2/v20n2_18GestCompartil.pdf)>. Acesso em 27/01/2009.



SOTO, Jesús Huerta de. *Escola Austríaca: mercado e criatividade empresarial*. Lisboa. Espírito das Leis, 2005.

### **Arquivos**

Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Cruz do Sul e Região.

Arquivo do Sindicato dos Comerciantes de Santa Cruz do Sul e região.

Arquivo do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul e Região.

Arquivo do Sindicato do Vestuário de Santa Cruz do Sul e Região.

Arquivo do Sindicato do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul.

Sindicato dos Professores Municipais de Santa Cruz do Sul.

Centro de Documentação da UNISC.

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT).

### **Endereços na internet**

DISPONÍVEL EM: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ev\\_glossario.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_glossario.htm)>. Acesso em: 29/02/2008.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/glossario/ev\\_gl\\_facismo.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_facismo.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2007.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/3807\\_3.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3807_3.asp)>. Acesso em: 10/07/2008.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.cpers.com.br/portal2/historia/3-greves.pdf>>. Acesso em: 04/06/2008.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.cpers.com.br/portal2/historia/3-greves.pdf>>. Acesso em: 22/05/2008.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.institutochicomendes.org.br/institucional\\_chico.htm](http://www.institutochicomendes.org.br/institucional_chico.htm)>. Acesso em: 21/01/2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 06 ago. 2007.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.cpers.com.br/portal2/historia/4-historico\\_das\\_greves.pdf](http://www.cpers.com.br/portal2/historia/4-historico_das_greves.pdf)>. Acesso em: 02/10/2008.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp>>. Acesso em: 20/09/2008.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/desinem.asp>>. Acesso em: 10 de janeiro 2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/reallem.asp>>. Acesso em: 06/10/2008.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/pai.asp>>. Acesso em: 20/09/2008.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.fup.org.br/greve\\_1995.php](http://www.fup.org.br/greve_1995.php)>. Acesso em: 10 de janeiro 2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.cetim.ch/oldsite/pub/00abra2.htm>>. Acesso em: 27/01/2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www2.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/parlamentaresconstituintes/parlamentaresconstituintes/bioconstituintes.html?pk=106314>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.cetim.ch/oldsite/pub/00abra2.htm>>. Acesso em: 27/01/2009.

DISPONÍVEL EM: <[http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo\\_ministro.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo_ministro.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/oprs467c0c89cabe4.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 23/01/2009.

ANEXO A – Relação de entrevistas<sup>279</sup>

Entrevista n.º 1 André Beck realizada em 27/03.2008 - ex-bancário do Banco do Brasil, líder da oposição e a partir de agosto de 1986 presidente do Sindicato dos Bancários, foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 1988 e 1992. Em 1994 concorreu a Deputado Estadual.

Entrevista n.º 2 Orci Kühl – ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Orci Kühl, foi Sec. Geral e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ocupou o cargo de Presidente da União das Associações de Moradores de Bairro de Santa Cruz do Sul e da Associação de Moradores do Bairro Belvedere. Foi candidato a vice prefeito pelo PT em 1988 e vereador, como suplente por diversas vezes assumiu substituído o titular.

Entrevista n.º 3 Gilberto Saraiva Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Cruz do Sul. Saraiva assumiu Ana diretoria do Sindicato logo após a eleição de 1988 em uma complementação da diretoria no cargo de vice presidente. Em 1990 rompeu comandou uma oposição cutista a essa mesma direção sendo eleito presidente do sindicato. Foi presidente da União das Associações de Moradores de Bairro de Santa Cruz do Sul, presidente da Associação de Moradores do Bairro Verena. Atualmente é presidente do Conselho Municipal de Saúde, cargo que já exerceu por diversas vezes.

Entrevista n.º 4, com Doríbio Grunewald, realizada em 22/04/2008. Doríbio Grunewald. Advogado trabalhista, com atuação na assessoria de vários sindicatos de trabalhadores no município e com destaque na sua atuação política como vereador eleito pelo PMDB em 1982 e em 1988 pelo PT. Pelo Partido dos Trabalhadores concorreu a Deputado Federal em 1986 e a prefeito em 1996.

Entrevista n.º 5 Alberto Heck realizada em 27/05/2008. Alberto João Heck, presidente do sindicato dos Professores Municipais. Foi eleito vereador pelo PT em 1996, nas eleições seguintes não conseguiu reeleger-se ficando como primeiro suplente em 2000, 2004 e 2008. Em janeiro de 2009 assumiu com Secretario Municipal do Meio Ambiente.

Entrevista n.º 6, Olgário Vogt realizada em 07/05/2008. Olgário Vogt, Professor de História da UNISC, Mestre em História do Brasil pela UFPR e Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC, participou do Movimento Sindical onde concorreu a presidente na chapa de oposição na eleição do Sindicato dos Comerciantes em 1987.

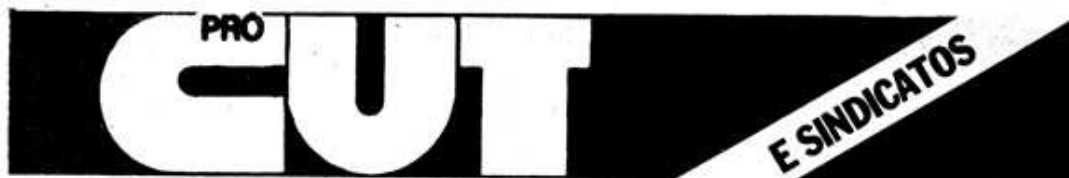
Entrevista n.º 7, João Costa realizada no dia 03/07/2008. João Costa: diretor adjunto do Sindicato Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região. Ativo militante na área da saúde, principalmente saúde do trabalhador, Costa por diversas vezes exerceu o cargo de presidente e de sec. geral do Conselho Municipal de Saúde. Representando o STIFA participou com destacada atuação nos conselhos do consumidor.

---

<sup>279</sup> O conteúdo das entrevistas na íntegra foram arquivados em formato digital e por iniciativa do pesquisador estão depositadas no Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS.

- Entrevista n.º 8, Cândido Machado realizada em 03/07/2008. Cândido Machado foi presidente do Sindicato por dois mandatos 1989-1995, secretário geral da CUT Regional do Vale do Rio Pardo e Taquari. Com o desmembramento, assume a coordenação da Regional do Vale do Rio Pardo e Jacuí. Ocupou o cargo de Vice Presidente do Partido dos Trabalhadores em Santa Cruz do Sul e de coordenador da Regional do Vale do Rio Pardo. Concorreu a vereador em 2004 e atualmente é o diretor de Comunicação do Sindicato.
- Entrevista n.º 9 com Raul Lütjohann, realizada em 04/07/2008. Raul Lütjohann participou da diretoria do Sindicato da Alimentação e em 1990 compôs a chapa de oposição a direção. Foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores em 1986 e candidato a Vereador em 1988, atualmente é advogado.
- Entrevista n.º 10, Afonso Schwengber, realizada em 09/07/2008. Afonso Schwengber: presidente do Sindicato dos comerciários de Santa Cruz do Sul e Região. Afonso faz parte da diretoria do sindicato desde a gestão que começa em 1984, em 1987 assume como presidente. Em 1988 concorre a vereador pelo PSB ficando como primeiro suplente, por ocasião da eleição do titular, Sérgio Moraes que já estava no PTB, a Deputado Estadual em 1990 Afonso assume como titular na Câmara de Vereadores. Em 2008 concorreu a prefeito pelo PSTU.
- Entrevista n.º 11, Liane Ribeiro realizada no dia 15 de julho de 2008. Liane ex-diretora do Sindicato dos Comerciários de Santa Cruz do Sul e Região. afastou-se do sindicato quando ficou sem base, quer dizer, a empresa onde trabalhava faliu, e também por desentendimento com o presidente do sindicato.
- Entrevista n.º 12 com Célia Zingler realizada no dia 30 de agosto de 2008. Célia Margit Zingler, foi coordenadora Administrativa do Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul, participou como diretora suplente da executiva da Federação dos Bancários do RS, da Comissão sobre a Mulher Trabalhadora da CUT Estadual, Secretária de Organização do PT em Santa Cruz do Sul. Foi conselheira municipal de saúde, secretária (1995/1996) e presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (2001/2003). Concorreu a vereadora em 1986 e a vice prefeita em 2000 pelo Partido dos Trabalhadores. Uma das fundadoras do grupo feminista Movimento Mulher e Cidadania e da comissão criadora e apresentadora do programa feminista Simplesmente Mulher da Rádio Comunitária. Atualmente é diretora presidenta da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (2002-2009) e também conselheira eleita suplente do Conselho Deliberativo da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF.
- Entrevista n.º 13 Francisco Vicente. Chico Vicente é Licenciado em Geografia UFRGS. Em 1982, eleito Presidente do CEUPA, um conjunto de casas de estudantes na Cidade Baixa. Em 1984, através de concurso público, foi contratado pela TRENSURB. Participou da fundação da Associação Profissional e, posteriormente o Sindicato dos Metroviários, em março de 1985, tendo sido eleito Presidente em 1995. Presidente do PT de Porto Alegre de 2005 a 2007. Secretário Geral da CUT/RS em 1994 e Presidente de 1997 a 2000.

ANEXO B - Panfletos da “Greve Geral”



Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores e DIVERSOS SINDICATOS

**CONVOCAM**

# **GREVE GERAL**

## **DIA 21, POR 24 HORAS**

Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração.

Chega de pacotes. Ninguém agüenta mais.

Não vamos pagar a crise econômica, cujos responsáveis são unicamente o Governo e as empresas subordinadas ao FMI.

Nós vamos exigir:

- Fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo
- Fora o pacote das estatais -- Decreto lei 2036
- Fim do roubo no INPC -- contra os decretos do arrocho - 2012, 2024 e 2045.
- Revogação do Pacote do BNH
- Congelamentos dos preços de 1ª necessidade
- Criação de empregos, salário desemprego
- Estabilidade
- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários
- Reforma agrária
- Fora o FMI

## ANEXO C - Comunicado

Greve dos Bancários 1985

## **Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos bancários de Santa Cruz do Sul**

### **Comunicação à Categoria e à População em Geral**

Em face das notícias veiculadas na Imprensa Escrita e Falada, este sindicato sente-se na obrigação de trazer ao conhecimento da Categoria e do povo em geral que somente o SINDICATO, através de sua diretoria, pode falar em seu nome.

Comunica à Categoria e ao povo em geral, que o Sr. ANDRÉ LUIZ BECK, que se diz DIRETOR SINDICAL DO BANCO DO BRASIL, cargo este que não existe, não é porta voz deste Sindicato, não podendo, desta forma, falar em seu nome ou em nome de cargo criado pela sua imaginação e inexistente.

Declara, este SINDICATO, através de sua diretoria, que não está marcada nenhuma greve da categoria, e no momento nem se cogita disto.

Por fim, o SINDICATO DOS BANCÁRIOS condena a atitude que quem quer provocar uma corrida às Instituições Bancárias, que apresentam-se tranquilas no momento.

**A DIRETORIA**

Arquivo Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul



# PELEIA

JORNAL INTERSINDICAL PARA A INFORMAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES  
Nº 1 - ANO I - SANTA CRUZ DO SUL - MAIO 90

## Mãos ao alto: Esse plano é um assalto!



Sindicalistas debatem formas de combater o arrocho...



... Implantado pelo Plano Collor

Os 84,32% da inflação de março mais os 24% projetados pelo DIEESE como índice da inflação para o mês de abril são direitos dos quais os trabalhadores não podem abrir mão. A tentativa de não fazer este pagamento por parte da patronal não será considerada como tentativa de fraude. Iremos à Justiça, se preciso, para garantir este pagamento.

Categorias de bancários, borracheiros, comerciários, fumicultores, metalúrgicos, professores estaduais, rodoviários, vestuário de Sta. Cruz do Sul, assim como trabalhadores de todo o país mobilizam-se para conquistar o que lhes foi roubado: os 84,32% que até o governo admite que confiscou, e também os 24% de inflação em abril calculados pelo DIEESE.

Parece que o governo não vê o aumento dos combustíveis, das taxas de energia, do feijão e de muitos outros produtos que sequer foram tabelados.

Se os patrões não quiserem pagar estes índices, sindicatos serão obrigados a buscarem na justiça o que lhes é devido. Já se sabe de categorias, como os jornalistas da TV Globo de Minas Gerais, que foram à Justiça e conseguiram o pagamento.

O trabalhador deve dirigir-se ao seu sindicato pois está sendo lesado - e discutir com os colegas a melhor forma de buscar este dinheiro que foi tirado.

**PLANO COLLOR É ARROCHO DESCARADO** - A lei salarial vigente antes do plano não era a melhor possível. Mas era fruto de uma negociação no Congresso Nacional e garantia o reajuste mensal dos salários

de acordo com a inflação do mês anterior. A medida provisória 154 aprovada pelo Congresso Nacional mais tarde, implantou o maior arrocho salarial de todos os tempos.

O plano Collor faz parte de uma política internacional ditada pelo FMI - Fundo Monetário Internacional. O confisco do capital que estava

circulando dá início a uma série de facilidades ao capital estrangeiro no país - o que gera um sucateamento da indústria nacional.

**REFORMA AGRÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** - Se o Plano Collor tem coragem para meter a mão nas poupanças e contas correntes dos trabalhadores - colocan-

do num mesmo saco especulador e trabalhador -, ele não teve coragem suficiente para tocar na distribuição de renda do país. Ou seja, por mais que a rede Globo queira, os ricos continuam ricos, os pobres cada vez mais pobres.

E as grandes extensões de terra na mão de uns poucos parece que vão continuar assim mesmo. Pois não se pode esperar uma reforma agrária radical - como precisa o Brasil - de um Sr. como Antônio Cabreira - grande latifundiário do interior paulista.

**MODERNO DITADOR** - Como se não bastasse o conteúdo das medidas que Collor está colocando em prática, temos que agüentar também a forma ditatorial com que ele trata os assuntos. Por exemplo: tira os ônibus nos quais os funcionários públicos fazem o trabalho em Brasília, mas vai de helicóptero para o palácio do Planalto. Sem falar na invasão do jornal FOLHA DE SÃO PAULO, onde uma crítica às medidas adotadas causou a irritação do Presidente que mandou intervir no jornal - bem coisa de quem é filho da ditadura.

**AGORA É LUTAR OU LUTAR** - Como vimos, o Plano não causa apenas arrocho salarial. Os trabalhadores precisam dizer NÃO a mais este plano que sacrifica quem pega no batente para dar lucros aos burocratas.

PELOS 84,32% mais 24%, PELA DEMOCRACIA. POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA. Procure seu sindicato e discuta estas questões.



## ANEXO E - Cartas 1 e 2

Guilherme Haesser

André

①

Hoje estou lhe remetendo alguns materiais do Sindicato e também o último Boletim Nacional da CUT e os 3 últimos exemplares do C.S.

Creio que tanto nos jornais da C.S. como no Boletim da CUT você terá parte material para leitura e discussão.

A situação aqui está ruim, muitas demissões e

pouca mobilização. ②

Vamos ver agora os atos - livros que farão na 5ª f. se conseguimos mobilizar.

Estou em Santo Cruz, como vão as coisas

Escreva-me e remeta os materiais que você tem feito, o que sai na imprensa e também o material da situação.

Abraços Guilherme



Cartas 2

Tarso Genro

TARSO FERNANDO GENRO

P.R. 13.09.86.

André Luiz:

Agradeço a tua resposta e a tua  
ajuda. Em anexo envio o material, que responde  
a tua indagação sobre o nosso amigo António.  
O material responde, também, o teu questiona-  
mento sobre os princípios e a missão tra-  
fetória

Tenho interesse em participar dos  
eventuais debates que vos permitam por aí,  
não só porque são politicamente importantes,  
mas também porque queria de, te conhecer  
pessoalmente para trocar ideias.

Aguardo tua opinião sobre o  
conteúdo da nossa proposta  
enclaxada no folheto anexo

Atenciosamente



Arquivo pessoal André Beck

## ANEXO F - Fotos

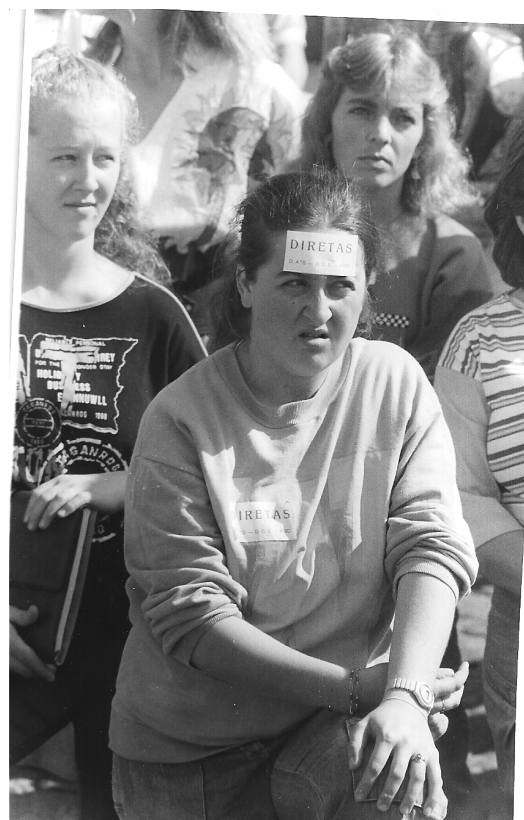
Campanha pelas Diretas Já 1984.

Imagem 1 - Essa juventude ta querendo.



Arquivo CEDOC-UNISC

Imagem 2 - A esperança



Arquivo CEDOC - UNISC

Greve CPERS 1985.

Imagem 3 - Apoio dos estudantes ligados ao PT a greve do magistério estadual.



Arquivo CEDOC-UNISC

Imagem 4 - Greve Geral 1987.



Arquivo CEDOC-UNISC

Imagem 5 - Greve dos Professores municipais 1988.



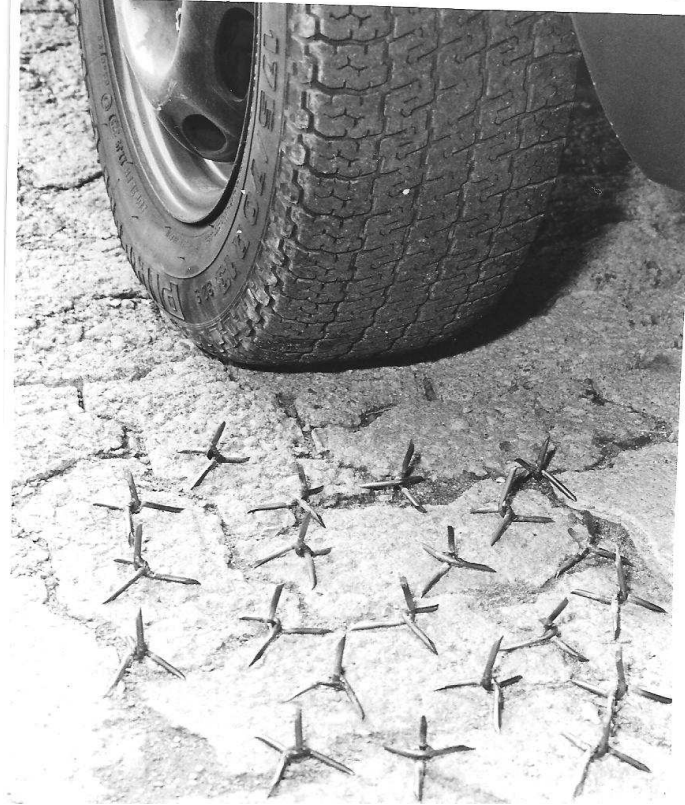
Arquivo CEDOC - UNISC

Imagem 6 - Greve Geral 1991 - Miguelitos



Arquivo CEDOC-UNISC

Imagem 7 - Miguelitos



Arquivo CEDOC - UNISC

ANEXO G - Tabela 1 e 2

Evolução do emprego em Santa Cruz do Sul de 1985 a 2000

SUBS IBGE	1985			1987			1989			1991			1995			2000		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Extrat. Mineral	20	0	20	27	0	27	22	1	23	40	0	40	43	0	43	21	0	21
Ind. de prod. minerais não metálica	214	13	227	223	18	241	240	22	262	174	18	192	52	6	58	54	5	59
<b>Ind. Metalúrgica</b>	<b>508</b>	<b>134</b>	<b>642</b>	<b>614</b>	<b>206</b>	<b>820</b>	<b>560</b>	<b>133</b>	<b>693</b>	<b>472</b>	<b>122</b>	<b>594</b>	<b>761</b>	<b>147</b>	<b>908</b>	<b>816</b>	<b>220</b>	<b>1.036</b>
<b>Ind. Mecânica</b>	<b>63</b>	<b>12</b>	<b>75</b>	<b>61</b>	<b>12</b>	<b>73</b>	<b>52</b>	<b>17</b>	<b>69</b>	<b>161</b>	<b>19</b>	<b>180</b>	<b>97</b>	<b>4</b>	<b>101</b>	<b>215</b>	<b>15</b>	<b>230</b>
<b>Ind. mat. elétrico e comunicação</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>29</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>31</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>11</b>
Ind. mate. de transporte	167	25	192	188	42	230	168	38	206	149	32	181	12	0	12	98	11	109
Ind. Madeira e Mobiliário	503	160	663	634	198	832	689	204	893	523	190	713	264	27	291	271	33	304
Ind. papel, papelão, editorial e gráfica	143	43	186	204	50	254	220	63	283	212	66	278	473	162	635	157	95	252
<b>Ind. borracha, fumo, couros, peles, ind. div.</b>	<b>2.913</b>	<b>1.211</b>	<b>4.124</b>	<b>2.982</b>	<b>1.360</b>	<b>4.342</b>	<b>2.995</b>	<b>1.237</b>	<b>4.232</b>	<b>3.180</b>	<b>1.242</b>	<b>4.422</b>	<b>2.823</b>	<b>1.159</b>	<b>3.982</b>	<b>2.947</b>	<b>1.162</b>	<b>4.109</b>
Ind. Quím. de prod. Farm. veter. Perfumaria	93	43	136	101	50	151	115	50	165	119	39	158	398	325	723	375	253	628
<b>Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos</b>	<b>143</b>	<b>1.120</b>	<b>1.263</b>	<b>226</b>	<b>1.472</b>	<b>1.698</b>	<b>249</b>	<b>1.486</b>	<b>1.735</b>	<b>106</b>	<b>635</b>	<b>741</b>	<b>131</b>	<b>805</b>	<b>936</b>	<b>171</b>	<b>526</b>	<b>697</b>
<b>Ind. calçado</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>88</b>	<b>230</b>	<b>234</b>	<b>464</b>	<b>170</b>	<b>173</b>	<b>343</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>46</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>27</b>
<b>Ind. Alimentação e bebidas</b>	<b>471</b>	<b>460</b>	<b>931</b>	<b>497</b>	<b>494</b>	<b>991</b>	<b>396</b>	<b>419</b>	<b>815</b>	<b>375</b>	<b>441</b>	<b>816</b>	<b>975</b>	<b>899</b>	<b>1.874</b>	<b>930</b>	<b>955</b>	<b>1.885</b>
Serviços industriais de utilidade pública	143	15	158	163	19	182	158	20	178	152	24	176	168	25	193	150	14	164
Construção civil	462	16	478	438	19	457	495	25	520	507	35	542	1.082	83	1.165	1.803	390	2.193
<b>Comercio varejista</b>	<b>1.928</b>	<b>1.307</b>	<b>3.235</b>	<b>2.013</b>	<b>1.420</b>	<b>3.433</b>	<b>2.108</b>	<b>1.481</b>	<b>3.589</b>	<b>1.853</b>	<b>1.319</b>	<b>3.172</b>	<b>1.827</b>	<b>1.292</b>	<b>3.119</b>	<b>2.180</b>	<b>1.859</b>	<b>4.039</b>
<b>Comercio atacadista</b>	<b>548</b>	<b>219</b>	<b>767</b>	<b>575</b>	<b>235</b>	<b>810</b>	<b>517</b>	<b>241</b>	<b>758</b>	<b>505</b>	<b>231</b>	<b>736</b>	<b>335</b>	<b>110</b>	<b>445</b>	<b>330</b>	<b>90</b>	<b>420</b>
<b>Instit. de crédito, seguros e capitalização</b>	<b>447</b>	<b>254</b>	<b>701</b>	<b>376</b>	<b>234</b>	<b>610</b>	<b>385</b>	<b>272</b>	<b>657</b>	<b>330</b>	<b>265</b>	<b>595</b>	<b>324</b>	<b>239</b>	<b>563</b>	<b>244</b>	<b>208</b>	<b>452</b>
Com. adm. de imóveis, val. mobili. serv. Técnico	1.544	225	1.769	1.489	280	1.769	1.532	376	1.908	967	294	1.261	878	438	1.316	1.084	579	1.663
Transporte e comunicação	818	132	950	850	153	1.003	771	153	924	705	86	791	974	180	1.154	1.107	143	1.250
Serv. de alojam. alimen. repara. manut...	861	701	1.562	992	815	1.807	1.085	892	1.977	1.053	982	2.035	650	687	1.337	1.150	1.268	2.418
Serviços médicos, odontológicos e vete.	88	452	540	99	495	594	91	530	621	95	534	629	115	605	720	117	731	848
<b>Ensino</b>	<b>27</b>	<b>88</b>	<b>115</b>	<b>25</b>	<b>82</b>	<b>107</b>	<b>12</b>	<b>84</b>	<b>96</b>	<b>30</b>	<b>112</b>	<b>142</b>	<b>295</b>	<b>506</b>	<b>801</b>	<b>517</b>	<b>765</b>	<b>1.282</b>
Administração pública direta e autárquica	611	705	1.316	677	879	1.556	680	950	1.630	808	1.034	1.842	619	1.163	1.782	517	1.029	1.546
<b>Agricult. Silvicult. extrati. vegetal...</b>	<b>74</b>	<b>22</b>	<b>96</b>	<b>98</b>	<b>19</b>	<b>117</b>	<b>151</b>	<b>49</b>	<b>200</b>	<b>179</b>	<b>38</b>	<b>217</b>	<b>260</b>	<b>36</b>	<b>296</b>	<b>186</b>	<b>319</b>	<b>505</b>
Outros / ignorado	21	6	27	341	97	438	511	191	702	667	422	1.089	28	13	41	0	0	0
<b>Total</b>	<b>12.842</b>	<b>7.370</b>	<b>20.212</b>	<b>13.963</b>	<b>8.698</b>	<b>22.661</b>	<b>14.460</b>	<b>9.172</b>	<b>23.632</b>	<b>13.555</b>	<b>8.354</b>	<b>21.909</b>	<b>13.624</b>	<b>8.939</b>	<b>22.563</b>	<b>15.471</b>	<b>10.677</b>	<b>26.148</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Tabela 2

Evolução do emprego em Santa Cruz do Sul Por sexo nos setores da indústria vestuário, alimentação e metalurgia, no comércio e setor financeiro.<sup>280</sup>

	Metal			Ind Vest Calçado			Alim			Com A			Com V			Fin			soma		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	F	Total
<b>1985</b>	595	151	<b>746</b>	151	1.122	<b>1.273</b>	3.384	1.671	<b>5.055</b>	548	219	<b>767</b>	1.928	1.307	<b>3.235</b>	447	254	<b>701</b>	7.053	4.724	11.777
<b>1986</b>	707	231	<b>938</b>	208	1.625	<b>1.833</b>	3.530	2.269	<b>5.799</b>	539	233	<b>772</b>	1.935	1.425	<b>3.360</b>	396	247	<b>643</b>	7.315	6.030	13.345
<b>1987</b>	700	224	<b>924</b>	271	1.515	<b>1.786</b>	3.479	1.854	<b>5.333</b>	575	235	<b>810</b>	2.013	1.420	<b>3.433</b>	376	234	<b>610</b>	7.414	5.482	12.896
<b>1988</b>	654	172	<b>826</b>	295	1.608	<b>1.903</b>	3.866	1.910	<b>5.776</b>	513	231	<b>744</b>	2.031	1.409	<b>3.440</b>	410	293	<b>703</b>	7.769	5.623	13.392
<b>1989</b>	640	154	<b>794</b>	479	1.720	<b>2.199</b>	3.391	1.656	<b>5.047</b>	517	241	<b>758</b>	2.108	1.481	<b>3.589</b>	385	272	<b>657</b>	7.520	5.524	13.044
<b>1990</b>	554	150	<b>704</b>	380	1.515	<b>1.895</b>	4.815	2.336	<b>7.151</b>	521	217	<b>738</b>	2.049	1.459	<b>3.508</b>	355	278	<b>633</b>	8.674	5.955	14.629
<b>1991</b>	656	142	<b>798</b>	276	808	<b>1.084</b>	3.555	1.683	<b>5.238</b>	505	231	<b>736</b>	1.853	1.319	<b>3.172</b>	330	265	<b>595</b>	7.175	4.448	11.623
<b>1992</b>	654	172	<b>826</b>	338	820	<b>1.158</b>	3.893	1.788	<b>5.681</b>	484	170	<b>654</b>	1.743	1.204	<b>2.947</b>	327	264	<b>591</b>	7.439	4.418	11.857
<b>1993</b>	689	167	<b>856</b>	199	674	<b>873</b>	4.242	2.532	<b>6.774</b>	441	119	<b>560</b>	1.872	1.242	<b>3.114</b>	378	266	<b>644</b>	7.821	5.000	12.821
<b>1994</b>	918	168	<b>1.086</b>	211	1.026	<b>1.237</b>	3.738	1.973	<b>5.711</b>	357	109	<b>466</b>	1.771	1.370	<b>3.141</b>	350	253	<b>603</b>	7.345	4.899	12.244
<b>1995</b>	878	153	<b>1.031</b>	151	831	<b>982</b>	3.798	2.058	<b>5.856</b>	335	110	<b>445</b>	1.827	1.292	<b>3.119</b>	324	239	<b>563</b>	7.313	4.683	11.996
<b>1996</b>	984	183	<b>1.167</b>	111	674	<b>785</b>	4.070	2.217	<b>6.287</b>	325	100	<b>425</b>	1.786	1.334	<b>3.120</b>	261	213	<b>474</b>	7.537	4.721	12.258
<b>1997</b>	917	188	<b>1.105</b>	120	616	<b>736</b>	4.025	2.186	<b>6.211</b>	332	123	<b>455</b>	1.816	1.534	<b>3.350</b>	267	206	<b>473</b>	7.477	4.853	12.330
<b>1998</b>	984	261	<b>1.245</b>	118	641	<b>759</b>	3.469	2.027	<b>5.496</b>	450	176	<b>626</b>	1.850	1.633	<b>3.483</b>	247	192	<b>439</b>	7.118	4.930	12.048
<b>1999</b>	998	274	<b>1.272</b>	132	541	<b>673</b>	3.706	1.990	<b>5.696</b>	613	187	<b>800</b>	2.132	1.846	<b>3.978</b>	231	184	<b>415</b>	7.812	5.022	12.834
<b>2000</b>	1.040	237	<b>1.277</b>	193	531	<b>724</b>	3.877	2.117	<b>5.994</b>	330	90	<b>420</b>	2.180	1.859	<b>4.039</b>	244	208	<b>452</b>	7.864	5.042	12.906

Fonte: MTE/RAIS

<sup>280</sup> Os professores municipais não constam da tabela por falta de dados referentes a categoria na secretaria de educação do município nos anos em que a pesquisa foi realizada.

## ANEXO H - Sindicatos de trabalhadores em Santa Cruz do Sul - RS

## Relação de sindicatos de trabalhadores em Santa Cruz do Sul RS

1. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Santa Cruz e Região
2. Sindicato dos Comerciantes
3. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde
4. Sindicato dos Emp. nas Ind. do Fumo e Alimentação
5. Sindicato dos Metalúrgicos
6. Sindicato dos Professores do Município
7. Sindicato dos Municipais
8. Sindicato dos Trabalhadores Rurais
9. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (delegacia)
10. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Borracha
11. Sindicato dos Trab. nas Indústrias do Vestuário
12. Sindicato dos Trab. na Construção e Mobiliário
13. Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Energia Elétrica (delegacia)
14. Sindicato dos Vigilantes
15. Sindicato dos professores particulares do RS (delegacia)
16. Sindicato dos Rodoviários
17. CPERS Sindicato (delegacia)
18. Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar (delegacia)
19. Sindicato dos Trabalhadores em Aceio e Conservação (delegacia)



## ANEXO I - Vereadores eleitos com apoio das entidades sindicais

Vereadores eleitos a partir de 1988 que tiveram apoio de suas entidades sindicais<sup>281</sup>

### 1988

DORÍBIO GRUNEVALD PT - Assessor jurídico dos Metalúrgicos e Vestuário;  
 ANDRÉ LUIZ BECK. PT - Presidente do Sindicato dos Bancários;  
 ELOY HIRSCH PT - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos;  
 AFONSO SCHWENGBER - PSB depois PT - Presidente do Sindicato dos Comerciários<sup>282</sup>.

### 1992

ANDRÉ LUIZ BECK. PT - Diretor do Sindicato dos Bancários<sup>283</sup>;  
 ARI THESSING PT - SINTRAFUMO;  
 DORÍBIO GRUNEVALD suplente PT;  
 AFONSO SCHWENGBER suplente PT - Presidente do Sindicato dos Comerciários;  
 RAUL LUTTJOHANN suplente PT – Oposição Fumo e Alimentação;  
 VERA LÚCIA AIRES suplente PT – SIMPROM, Sindicato dos Professores Municipais;  
 SÉRGIO ROBERTO ZANETTE suplente PDS - presidente do Sindicato dos Servidores Municipais.

### 1996

SÉRGIO ROBERTO ZANETTE PPB – PTB – presidente do Sindicato dos Servidores Municipais;  
 ARI THESSING - PT<sup>284</sup>;  
 ALBERTO HECK - PT – Presidente do SINPROM, Sindicato dos Professores Municipais.

### Suplentes

ANDRÉ LUIZ BECK PT - Diretor do Sindicato dos Bancários;  
 AFONSO SCHWENGBER PT - Presidente do Sindicato dos Comerciários;  
 ORCI KUHL PT - Séc. Geral do Sindicato dos Metalúrgicos e líder comunitário;  
 CÉLIA MARGIT ZINGLER PT - Diretora do Sindicato dos Bancários e movimento de Mulheres.

<sup>281</sup> Fonte: Câmara de Vereadores.

<sup>282</sup> Assumiu, em 04.03.91, no lugar de SÉRGIO IVAN MORAES (eleito Deputado Estadual), que solicitou dispensa em 31.01.91. Tanto o Vereador Afonso quanto o Sérgio Moraes receberam as votações que os elegeram no Partido Socialista Brasileiro - PSB -, Afonso quando assume a cadeira deixada por Sérgio já esta no PT. Já Sergio Moraes tinha saído do PSB e filiando-se ao PTB pelo qual foi eleito deputado estadual em 1990.

<sup>283</sup> O sindicato dos Bancários mudou sua forma de organização de um sistema presidencialista para um colegiado onde as funções são divididas por área ou por diretoria.

<sup>284</sup> O Vereador Tessing foi eleito em 1992 pela primeira vez quando era diretor do Sindicato dos Fumicultores – SINTRAFUMO – nessa eleição o sindicato já não existe mais.

Nas eleições seguintes nenhum sindicalista consegue se eleger.

**2000**

**Suplente**

ALBERTO HECK - PT – Presidente do SINPROM, Sindicato dos Professores Municipais.

**2004**

**Suplente**

ALBERTO HECK - PT – Presidente do SINPROM, Sindicato dos Professores Municipais;

REJANE HENN – PT- Diretora do 18º Núcleo do CPERS Sindicato;

ORCI KUHL – PT – Sindicato dos Metalúrgicos.

**2008**

**Suplente**<sup>285</sup>

ALBERTO HECK - PT – Presidente do SINPROM, Sindicato dos Professores Municipais.

Em Janeiro de 2009 assume como Secretário Municipal do Meio Ambiente;

REJANE HENN – PT- Diretora do 18º Núcleo do CPERS Sindicato. Em Janeiro de 2009 assume como Secretária Municipal de Educação;

JONAS MELLO – PT – Séc. geral do Sintravestuario. Em Janeiro de 2009 assume a coordenação do Banco do Povo.

---

<sup>285</sup> Com votações expressivas os sindicalistas Alberto Heck do magistério municipal e Rejane Henn do magistério estadual, ocuparam a segunda e terceira suplência, mas foram chamados a ocuparem cargos no primeiro escalão da administração municipal. Alberto Heck como secretário do meio ambiente e Rejane Henn como secretaria de educação e cultura e Jonas Mello assume como coordenador do Banco do Povo, instituição a ser criada pela administração que assumiu em 1º de janeiro de 2009.

## ANEXO J – Endereços dos Sindicatos participantes da pesquisa

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Cruz do Sul  
Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Pântano Grande, Vera Cruz, Candelária.  
  
Fernando Abott, 983  
Nº. trabalhadores da base: 1600<sup>286</sup>  
Associados: 1200
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçado de Santa Cruz e Região:  
Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Candelária, Sinimbu, Vale do Sol, Pântano Grande.  
Rua Venâncio Aires, 441 sala 2  
Nº. trabalhadores da base: 1200  
Associados: 500
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul:  
Santa Cruz do Sul, Candelária, Sinimbu, Vale do Sol, Sobradinho, Venâncio Aires, Mato Leitão, Gramado Xavier, Arroio do Tigre, Herveiras, Segredo, Ibarama, Estrela Velha, Passa Sete, Salto do Jacuí, Vera Cruz  
  
Rua Cap. Fernando Tatsch, 440  
Nº. trabalhadores da base: 5500  
2500 sócios
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Cruz do Sul e Região:  
Arroio dos Ratos, Arroio do Tigre, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbú, Sobradinho, Taquari, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.  
  
Rua Assis Brasil, 387  
Nº. trabalhadores da base: 750  
Associados: 650
- Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região:  
Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Sobradinho, Candelária e Gramado Xavier, no estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>286</sup> Os números aqui apresentados são estimativas baseados em informações dos sindicatos.

Rua Fernando Abott, 1212  
Nº. trabalhadores da base: 5994  
Associados: 3.562

- Sindicato dos Professores municipais de Santa Cruz do Sul

Rua 28 de Setembro, 221 sala 301  
Nº. trabalhadores da base: 593 professores  
Associados: 315